

DAS FISSURAS HISTÓRICAS ÀS QUESTÕES ATUAIS

NA PERSPECTIVA DAS PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS



Fábio César Junges
Sirlei de Lourdes Lauxen
Solange Beatriz Billig Garcês
Tiago Anderson Brutti
(Organizadores)

Fábio César Junges
Sirlei de Lourdes Lauxen
Solange Beatriz Billig Garcês
Tiago Anderson Brutti
(Organizadores)

**DAS FISSURAS HISTÓRICAS ÀS QUESTÕES
ATUAIS NA PERSPECTIVA DAS PRÁTICAS
SOCIOCULTURAIS**

Editora Ilustração
Cruz Alta – Brasil
2021

Copyright © Editora Ilustração

Editor-Chefe: Fábio César Junges

Imagens da capa: Freepik

Revisão: Os autores

CATALOGAÇÃO NA FONTE

D229 Das fissuras históricas às questões atuais na perspectiva das práticas socioculturais [recurso eletrônico] / organizadores: Fábio César Junges ... [et al.]. - Cruz Alta : Ilustração, 2021. 287 p.

ISBN 978-85-92890-29-2

DOI 10.46550/978-85-92890-29-2

1. Práticas socioculturais. 2. Mulheres - Direito. 3. Direitos humanos. I. Junges, Fábio César (org.).

CDU: 316.4

Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz - CRB 10/ 1720

2021

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora Ilustração

Todos os direitos desta edição reservados pela Editora Ilustração

Rua Coronel Martins 194, Bairro São Miguel, Cruz Alta, CEP 98025-057

E-mail: eilustracao@gmail.com

www.editorailustracao.com.br

Conselho Editorial



Dra. Adriana Maria Andreis	UFFS, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Adriana Mattar Maamari	UFSCAR, São Carlos, SP, Brasil
Dra. Berenice Beatriz Rossner Wbatuba	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Clemente Herrero Fabregat	UAM, Madrid, Espanha
Dr. Daniel Vindas Sánchez	UNA, San Jose, Costa Rica
Dra. Denise Tatiane Girardon dos Santos	FEMA, Santa Rosa, RS, Brasil
Dr. Domingos Benedetti Rodrigues	SETREM, Três de Maio, RS, Brasil
Dr. Edegar Rotta	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dr. Edivaldo José Bortoleto	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Elizabeth Fontoura Dorneles	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Evaldo Becker	UFS, São Cristóvão, SE, Brasil
Dr. Glaucio Bezerra Brandão	UFRN, Natal, RN, Brasil
Dr. Gonzalo Salerno	UNCA, Catamarca, Argentina
Dr. Héctor V. Castanheda Midence	USAC, Guatemala
Dr. José Pedro Boufleuer	UNIJIÚ, Ijuí, RS, Brasil
Dra. Keiciane C. Drehmer-Marques	UFMS, Santa Maria, RS, Brasil
Dr. Luiz Augusto Passos	UFMT, Cuiabá, MT, Brasil
Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira	UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil
Dra. Neusa Maria John Scheid	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dra. Odete Maria de Oliveira	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Rosângela Angelin	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Roque Ismael da Costa Güllich	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dra. Salete Oro Boff	IMED, Passo Fundo, RS, Brasil
Dr. Tiago Anderson Brutti	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Vantoir Roberto Brancher	IFFAR, Santa Maria, RS, Brasil

Este livro foi avaliado e aprovado por pareceristas *ad hoc*.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO15

Fábio César Junges
Sirlei de Lourdes Lauxen
Solange Beatriz Billig Garces
Tiago Anderson Brutti

Capítulo 1

A ANÁLISE DE DISCURSO E SUA RELEVÂNCIA NA
ABORDAGEM DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS25

Marcelli Oliveira Valerio
Vânia Maria Abreu de Oliveira
Solange Beatriz Billig Garces
Marcelo Cacinotti Costa

Capítulo 2

A CATEQUIZAÇÃO DOS ÍNDIOS GUARANIS
NOS SETE POVOS DAS MISSÕES E O SEU PERFIL
SOCIOCULTURAL37

Marcelli Oliveira Valerio
Vania Maria Abreu de Oliveira
Solange Beatriz Billig Garces
Sirlei de Lourdes Lauxen

Capítulo 3

A EVOLUÇÃO LEGISLATIVA NO BRASIL ACERCA DO
COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL.....47

Daiane Caroline Tanski
Carla Rosane da Silva Tavares Alves
Tiago Anderson Brutti
Maria Aparecida Santana Camargo
Solange Beatriz Billing Garcês
Sirlei de Lourdes Lauxen
Vaneza Cauduro Peranzoni

Capítulo 4

AS ONDAS FEMINISTAS E OS DIREITOS
DAS MULHERES: UMA ANÁLISE DAS SUAS
REIVINDICAÇÕES E CONQUISTAS61

Bibiana Terra

Bianca Tito

Capítulo 5

DECOLONIALIDADE, INTERSECCIONALIDADE E
DIREITOS DAS MULHERES: A CONSTRUÇÃO DE UM
PENSAMENTO FEMINISTA NÃO HEGEMÔNICO75

Bibiana Terra

Bianca Tito

Rafaela Perugini

Capítulo 6

SEPÉ TIARAJÚ COMO GUERREIRO E COMO MITO:
CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA LENDA
DO HERÓI GUARANI MISSIONEIRO87

Igor Facco 87

Denise Tatiane Girardon dos Santos

Capítulo 7

ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA E A PRÁTICA
SOCIAL.....97

Jaime José Krul

Carla Rosane da Silva Tavares Alves

Tiago Anderson Brutti

Solange Beatriz Billing Garcês

Sirlei de Lourdes Lauxen

Denise da Costa Dias Scheffer

Antonio Escandiel de Souza

Daiane Caroline Tanski

Capítulo 8

IDENTIDADE NACIONAL EM “IRACEMA” E “A NEGRA ZULEIKA”: TRAJETÓRIA CULTURAL NO BRASIL DESDE A CHEGADA DOS EUROPEUS 105

Airton Pott

Bruna Santin

Ivânia Campigotto Aquino

Patricia dos Santos Muller

Capítulo 9

VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES: QUAL A RESPONSABILIDADE DO PATRIARCADO? 115

Aline Rodrigues Maroneze

Rosângela Angelin

Capítulo 10

DIREITOS HUMANOS E A PLURALIDADE DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: A REPERCUSSÃO DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL NO DIREITO DAS FAMÍLIAS 127

Ritielle de Souza Zanuso

Capítulo 11

A MEMÓRIA E A TRADIÇÃO CULINÁRIA DE UMA COMUNIDADE GAÚCHA: PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS 141

Klaus Vargas Karnopp

Adriana da Silva Silveira

Leonardo Gaist

Diego Pascoal Golle

Maria Aparecida Santana Camargo

Capítulo 12

DESENVOLVIMENTO SOCIAL: O ENVELHECIMENTO
DOS SUJEITOS NA COLETIVIDADE153

Denise da Costa Dias Scheffer

Denise Tatiane Girardon dos Santos

Marcelo Cacinotti Costa

Solange Beatriz Billig Garces

Diego Pascoal Golle

Capítulo 13

ESTADO LAICO, DEMOCRACIA E DIREITOS
HUMANOS: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO
ESTADO BRASILEIRO POR MEIO DE SEUS PODERES E
INSTITUIÇÕES161

Alana Taíse Castro Sartori

Rosângela Angelin

Celso Gabatz

Noli Bernardo Hahn

Capítulo 14

CIDADE, HISTÓRIA, IDENTIDADE, A MODERNIZAÇÃO
NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....177

Marlon Paula Pessota

Vânia Maria Abreu de Oliveira

Vaneza Cauduru Peranzoni

Capítulo 15

NEGRO: ESSE CORPO RESISTE AO AÇOITE DA
LÍNGUA!.....201

Cinara Fontoura Dorneles Machado

Elizabeth Fontoura Dorneles

Fábio César Junges

Graciela da Silva Salgado

Tiago Anderson Brutti

Capítulo 16

ETNOGRAFIA: ORIGENS HISTÓRICAS E A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA ETNOGRÁFICA NO ÂMBITO SOCIOCULTURAL	211
--	-----

Pedro Trindade Petersen

Antonio Escandiel de Souza

Fábio César Junges

Marcelo Cacinotti Costa

Solange Beatriz Billig Garcês

Capítulo 17

CONSTRUINDO PONTES: PANAMBI “SOB O OLHAR DAS CRIANÇAS”	225
--	-----

Adriane Graeff

Deise Vincensi Veit

Jaqueline Moll

Solange Beatriz Billig Garces

Capítulo 18

RELAÇÕES HUMANAS E DIFERENÇAS: UMA BREVE EXPLANAÇÃO DO PRECONCEITO E A DISCRIMINAÇÃO	235
--	-----

Denise da Costa Dias Scheffer

Sirlei de Lourdes Lauxen

Solange Beatriz Billig Garces

Diego Pascoal Golle

Marcelo Cacinotti Costa

Daiane Caroline Tanski

Tiago Anderson Brutti

Capítulo 19

IGUALDADE DE GÊNERO COMO PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	247
---	-----

Kimberly Farias Monteiro

Rosângela Angelin

Capítulo 20

ANÁLISE DA NECESSIDADE DE PROTEÇÃO ESPECIAL
DO POVO CIGANO PELO ESTADO BRASILEIRO.....259

Maria Luiza Vargas Rocha

Cláudia Marília França Lima

Tiago Anderson Brutti

Capítulo 21

CONTOS DE EVA LUNA: ALGUMAS DISCUSSÕES E
REFLEXÕES.....269

Amanda Segala

Mariele Aline Durigon

Carla Rosane da Silva Tavares Alves

SOBRE OS AUTORES.....281

APRESENTAÇÃO

Numa sociedade cada vez mais tecnificada, com uma economia de mercado quase absoluta, com o capitalismo estabelecido como hegemônico, cada vez mais se faz atual o pensar das ciências que dilata as fissuras históricas ainda não totalmente encobertas pelo sistema identificador. Além disso, faz-se necessário um pensamento audacioso que é capaz de apresentar alternativas para as questões emergentes, enquanto práticas socioculturais inovadoras. Mesmo que induzidas a preencher as constantes brechas da sociedade tecnificada com uma palavra consoladora, na perspectiva desta obra, o pensar das ciências não poderá se converter em ideologia.

As fissuras histórico-sociais não devem ser encobertas por um pensamento ingênuo que mantém toda a estrutura perfeita, enquanto fachada. Em uma metáfora, o papel das ciências não é o de rebocar ou pintar a fachada de um prédio que está prestes a ruir. Pelo contrário, as ciências necessitam se constituir em interpretação audaciosa, que olha de *modo suspeito* para estas fissuras deixadas pela ordem econômica, política, cultural e social vigente. Neste sentido, os textos que compõem a presente obra apresentam uma reflexão audaciosa, na medida em que alargam as fissuras histórico-sociais, enaltecendo a irredutibilidade da realidade danificada atual.

A presente obra, portanto, ao colocar em constelação de pensamento questões relacionadas às práticas socioculturais nos âmbitos das linguagens e artes, saúde, desenvolvimento sustentável, Direitos Humanos e educação, parte da convicção de que é necessário parar, mesmo que por um instante, para “acordar os mortos e juntar os fragmentos” (Benjamin); perguntar pela “questão do ser que caiu no esquecimento” (Heidegger); “responsabilizar-se pelo mundo que aprendemos a conhecer e a amar” (Arendt); “dar voz ao sofrimento, condição da verdade” (Adorno).

No primeiro capítulo, intitulado *A análise de discurso e sua*

relevância na abordagem das Ciências Humanas e Sociais, Marcelli Oliveira Valerio, Vânia Maria Abreu de Oliveira, Solange Beatriz Billig Garces e Marcelo Cacinotti Costa partem do pressuposto que a Análise Discursiva é ferramenta fundamental na interpretação de qualquer tipo de discurso estabelecido, pois possibilita a compreensão dos recursos da linguagem, assim como oferece a ressignificação, construção e desconstrução dos sentidos. Por isso, é uma forte aliada em pesquisas sociais e de humanidades, por meio da qual os autores mostram como o método da Análise de Discurso se aplica nas abordagens de Ciências Humanas e Sociais, mais especificamente em âmbito de aspectos da cultura e da sociedade.

No segundo capítulo, *A catequização dos índios guaranis nos Sete Povos das Missões e o seu perfil sociocultural*, Marcelli Oliveira Valerio, Vania Maria Abreu de Oliveira, Solange Beatriz Billig Garces e Sirlei de Lourdes Lauxen analisam a influência do fenômeno da catequização da sociedade indígena Guarani e a maneira pela qual esse processo religioso, imposto pela coroa espanhola, pode ser considerado uma prática sociocultural de expropriação da cultura indígena. As autoras entendem que a execução dessa atividade afetou fortemente a estruturação social e cultural dos guaranis, que tiveram a sua culturalidade afetada e extinta pelos europeus, sob monitoramento e responsabilidade dos padres da Companhia de Jesus.

No terceiro capítulo, denominado *A evolução legislativa no Brasil acerca do combate à discriminação racial*, Daiane Caroline Tanski, Carla Rosane da Silva Tavares Alves, Tiago Anderson Brutti, Maria Aparecida Santana Camargo, Solange Beatriz Billing Garcês, Sirlei de Lourdes Lauxen e Vaneza Cauduro Peranzoni apresentam, inicialmente, as diversidades culturais existentes na sociedade brasileira, especialmente no tocante ao movimento negro e sua luta pela inserção na legislação brasileira o reconhecimento do preconceito racial como delito. Após essa passagem histórica, é analisada como a Lei nº 7.716/1989, que reconhece o preconceito racial como crime, tem sido aplicada no combate ao racismo.

Bibiana Terra e Bianca Tito, em *As ondas feministas e*

os direitos das mulheres: uma análise das suas reivindicações e conquistas, apresentam uma análise das ondas feministas e as suas principais reivindicações e conquistas dos direitos das mulheres através dos tempos. O feminismo, no decorrer de sua história, se reuniu em torno de diferentes pautas que reivindicavam pelos direitos sociais, políticos, civis, entre outros, que objetivavam a emancipação feminina e a previsão legal de seus direitos, sendo que esses momentos ficaram conhecidos como “ondas”. As autoras apresentam como resultados que os movimentos feministas foram fundamentais para a previsão e avanço dos direitos das mulheres.

Em *Decolonialidade, interseccionalidade e direitos das mulheres: a construção de um pensamento feminista não hegemônico*, Bibiana Terra, Bianca Tito e Rafaela Perugini partem do pressuposto da importância da abordagem decolonial e interseccional no pensamento feminista e nos direitos das mulheres, que compreendem a relevância de se construir um pensamento feminista não hegemônico. Sendo assim, as autoras fazem uma análise teórica acerca da interseccionalidade e da decolonialidade no feminismo, tendo como aporte teórico os feminismos decoloniais e interseccionais desenvolvidos por teóricas feministas como Angela Davis e Lélia González, dentre outras.

Igor Facco e Denise Tatiane Giardon dos Santos, no capítulo *Sepé Tiarajú como guerreiro e como mito: considerações sobre a construção da lenda do herói guarani missioneiro*, apresentam, inicialmente, como a invasão e a colonização, por Portugal e Espanha, no Continente nominado de América Latina, impactaram, diretamente, o território onde, atualmente, se localiza o Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista que foi uma das últimas fronteiras demarcadas. Nesse contexto, ocorreu a Guerra Guarânica (1754-1756) e o indígena Sepé Tiaraju destacou-se como liderança e guerreiro. A par dessas considerações, na sequência é apresentado o contexto histórico em que Sepé Tiaraju estava inserido e as decorrências da construção de sua figura lendária proeminente na identidade regional sulista.

No capítulo *Análise de discurso crítica e a prática social*, Jaime

José Krul, Carla Rosane da Silva Tavares Alves, Tiago Anderson Brutti, Solange Beatriz Billing Garcês, Sirlei de Lourdes Lauxen, Denise da Costa Dias Scheffer, Antonio Escandiel de Souza e Daiane Caroline Tanski realizam uma revisão da literatura sobre a Análise de Discurso Crítica, especialmente pela visão do teórico Norman Fairclough. A Análise de Discurso Crítica apresenta um modelo tridimensional, no qual faz parte a prática social, que é o objeto do presente capítulo, que configura uma reprodutora e transformadora de realidades sociais. O desenvolvimento dessa abordagem permite, ao analisar a linguagem, oferecer suporte científico para o questionamento de problemas sociais que geram a assimetria do poder.

Em *Identidade nacional em “Iracema” e “A Negra Zuleika”: trajetória cultural no Brasil desde a chegada dos europeus*, Airton Pott, Bruna Santin, Ivânia Campigotto Aquino e Patricia dos Santos Muller realizam uma análise comparativa a respeito de certos estereótipos da cultura do Brasil ao longo de sua história a partir das obras *Iracema*, romance indianista de José de Alencar e de *A negra Zuleika*, conto contemporâneo de Bernardo Kucinski. A leitura das duas obras aponta para a identificação de um jogo de semelhanças entre elas quanto à cultura brasileira em vários aspectos, sobretudo com relação à manutenção de estereótipos raciais femininos, ou seja, a imagem de submissão da mulher, sobretudo índia ou negra, ao homem, aquela que engravida, dá-lhe filhos e tem de cuidá-los.

Aline Rodrigues Maroneze e Rosângela Angelin, no capítulo *Violências contra as mulheres: qual a responsabilidade do patriarcado?* demonstram que o patriarcado é constituído como uma ideologia, arraigando-se na sociedade de forma bastante eficaz, por meio da cultura e da naturalização da dominação do masculino sobre o feminino. Assim, o patriarcado, por desvalorizar, menosprezar, subjugar e objetificar as mulheres, acaba por criar um campo propício para a realização das mais variadas formas de violência contra as mulheres, naturalizando tais procedimentos e, por sua vez, vitimizando duplamente as mulheres.

No capítulo *Direitos Humanos e a pluralidade das famílias*

brasileiras: a repercussão da constitucionalização do direito civil no direito das famílias, Ritielle de Souza Zanuzo, seguindo a linha do Direito Civil Constitucional, analisa o percurso histórico das instituições familiares, os reflexos da cultura nas suas formações e como os direitos humanos constitucionais agem na promoção de identidade e dignidade para cada indivíduo integrante deste grupo social, principalmente dos “modelos não tradicionais” de famílias, como, por exemplo, a família cujo vínculo de filiação é o socioafetivo.

Em *A memória e a tradição culinária de uma comunidade gaúcha: permanências e mudanças*, Klaus Vargas Karnopp, Adriana da Silva Silveira, Leonardo Gaist, Diego Pascoal Golle e Maria Aparecida Santana Camargo apresentam uma revisão bibliográfica sobre alimentação e cultura, a partir da colonização alemã no Estado do Rio Grande do Sul, sobretudo aqueles que ocupam o Vale do Rio Pardo. O interesse principal nessa revisão foi de verificar se há a ocorrência de divulgação científica sobre identidade cultural, saberes e práticas envolvidas na alimentação de agricultores familiares no município de Candelária/RS, considerando seus percursos histórico-sociais, memórias e percepções em relação à comida, levando-se em conta aspectos antropológicos, históricos e as relações rural e urbana. O levantamento demonstrou que os hábitos alimentares na região foram construídos através das relações com os antepassados e, hoje, são marcados pela memória.

No capítulo *Desenvolvimento social: o envelhecimento dos sujeitos na coletividade*, Denise da Costa Dias Scheffer, Denise Tatiane Girardon dos Santos, Marcelo Cacinotti Costa, Solange Beatriz Billig Garces e Diego Pascoal Golle mostram como as (con) vivências em sociedade se alteram com o passar do tempo, com ênfase na expansão temporal oriunda da chamada terceira idade, permitindo vida longa aos sujeitos. Aliado ao rejuvenescimento do público idoso e suas totais condições de interação interpessoal, tem-se o viés social governamental acerca das políticas públicas inclusivas, oportunizando aos sujeitos com idade igual ou superior a 60 anos acesso aos direitos fundamentais elencados na Constituição

Federal de 1988 e definidos no Estatuto do idoso.

O capítulo intitulado *Estado laico, democracia e direitos humanos: uma análise da atuação do estado brasileiro por meio de seus poderes e instituições*, de autoria de Alana Taíse Castro Sartori, Rosângela Angelin, Celso Gabatz e Noli Bernardo Hahn, debate a laicidade no Brasil, pois enseja muitas reflexões, não somente na perspectiva das intolerâncias religiosas, mas, principalmente, demanda um olhar mais aguçado por parte dos Poderes Constituídos: Executivo, Legislativo e Judiciário em sua relação com a garantia dos direitos humanos. Por meio de uma abordagem hipotética dedutiva, desenvolvida com a consulta a documentos históricos, jurídicos, acadêmicos e de notícias repercutidas pelos meios de comunicação formal, o estudo busca refletir sobre algumas práticas governamentais na esfera pública brasileira que evidenciam inúmeras controvérsias em relação a garantia formal da laicidade e, por conseguinte, da preservação dos parâmetros inerentes ao Estado laico em um contexto envolvendo o respaldo à democracia e aos direitos humanos. A pesquisa demonstra a presença contundente de práticas e a influência de dogmas religiosos na esfera pública brasileira. Neste sentido, tanto o Poder Executivo, quanto os Poderes Legislativo e Judiciário tem se posicionado de maneira paradoxal, ora respaldando os fundamentos preconizados por um Estado laico, ora afrontando de forma velada ou explícita, esta premissa, de acordo com a situação, o contexto e os interesses envolvidos.

De autoria de Marlon Paula Pessota, Vânia Maria Abreu de Oliveira, Vaneza Cauduro Peranzoni, o texto *Cidade, história, identidade: a modernização no abastecimento de água*, aborda o início do século XX no Brasil e suas reformas sanitárias. Com a industrialização e a modernização das cidades, a ideia de progresso se sobrepõe à tradição e o crescimento das cidades favorece ao debate sobre como deveria ser o desenvolvimento das mesmas. Muitas cidades brasileiras vão ser pensadas sob a perspectiva do urbanista e sanitarista engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito. Sob a perspectiva desse urbanismo, o objetivo deste

artigo consiste em analisar a identidade das ideias de Brito para os projetos das cidades onde atuou, analisando as cidades de Recife/PE, Santos/SP e Vitória/ES, e o projeto de saneamento elaborado pelo engenheiro para cidade de Rio Grande/RS, destacando as condições de abastecimento de água existente no Rio Grande do Sul da Primeira República, explorando as discussões existentes na época sobre a responsabilidade do poder público na promoção da higiene e da salubridade urbana.

A realização de uma análise discursiva de episódio político ocorrido na Câmara Municipal de Porto Alegre e que envolveu a bancada negra, composta por quatro vereadoras e um vereador de partidos com ideologia própria em busca de uma sociedade mais igualitária, e uma vereadora de posição contrária, é o tema de *Negro: esse corpo resiste ao açoite da língua!*, dos autores Cinara Fontoura Dorneles Machado, Elizabeth Fontoura Dorneles, Fábio César Junges, Graciela da Silva Salgado e Tiago Anderson Brutti. A análise se faz a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso de linha francesa - AD. Pelo gesto analítico mobilizamos noções tratadas sob a ótica da Filosofia Política, da Sociologia, da AD, que, por consequência, traz a História, a Linguística e a Psicanálise. Convocamos, como autores principais, Eni Orlandi, Michel Pêcheux, Jacques Rancière, Frantz Fanon e Silvio Almeida. O objetivo do texto é, a partir da análise, buscar sentidos constituídos no episódio, os quais retomam uma memória aviltadora do sujeito negro. Como conclusões destacamos que estamos vendo no político e na política um espaço fundamental para que o sujeito negro se constitua em posições mais igualitárias e assuma novos lugares discursivos.

O texto *Etnografia: origens históricas e a importância da pesquisa etnográfica no âmbito sociocultural*, de Pedro Trindade Petersen, Antonio Escandiel de Souza, Fábio César Junges, Marcelo Cainotti Costa e Solange Beatriz Billig Garces, busca catalogar e relatar sobre as origens históricas da etnografia no campo metodológico da pesquisa. A argumentação discorrerá sobre a evolução de tal método no decorrer do tempo, a fim de dispor sobre o significado

e as concepções assentadas a partir da realização de uma pesquisa etnográfica no atual cenário de pesquisas. Para tal, apresenta no presente artigo informações a futuros pesquisadores sobre a proposta da etnografia, elencando as características relevantes da etnografia, suas particularidades que a diferem dos demais métodos de pesquisa, frisando-se sobre a importância da existência de tal forma de pesquisa a partir da observação participante, do diário de campo e da descrição refinada dos dados coletados e analisados, que corroboram com a afirmação de que a etnografia não é uma mera forma de se pesquisar, mas uma possibilidade concreta de se ampliar o conhecimento do pesquisador e tornar seus estudos únicos e densamente individualizados sobre determinado grupo social ou estrutura social.

Adriane Graeff, Deise Vicensi Veit, Jaqueline Moll e Solange Beatriz Billig Garces, no texto *Construindo Pontes: Panambi “sob o olhar das crianças”*, mostram que os estudos das últimas décadas da sociologia, colocam a infância enquanto categoria, que sofre diretamente as influências da sociedade. A reflexão é resultado da pesquisa teórica, de natureza qualitativa sobre o conceito de cidade educadora pensadas a partir do olhar das crianças. Tecendo a possibilidade de movimentos iniciais, partindo de uma proposta para a cidade (município) de Panambi, as autoras acreditam que esses movimentos nos trazem a possibilidade de repensar a participação das crianças na sociedade e que principalmente, vem ao encontro do que as infâncias aguardam e necessitam.

O objetivo do texto *Relações humanas e diferenças: uma breve explanação do preconceito e discriminação* é analisar as relações humanas e a discriminação, acerca da reflexão da conceituação do termo denominado preconceito. Denise da Costa Dias Scheffer, Sirlei de Lourdes Lauxen, Solange Beatriz Billig Garces, Diego Pascoal Golle, Marcelo Cacinotti Costa, Daiane Caroline Tanski e Tiago Anderson Brutti, argumentam que a construção das relações interpessoais entre os sujeitos permeia a vida em sociedade, através das diferenças, tem-se ainda as normativas de convivência, pautadas nos preceitos de liberdade e igualdade a todos, concatenando direitos

e deveres, a partir das relações humanas. As relações interpessoais produzem a reflexão da temática acerca das (con) vivências entre os sujeitos, conceituando o preconceito para compreensão. Para elaboração do estudo, é plausível destacar, que se trata de uma pesquisa de cunho bibliográfico, atribuída ao estudo doutrinário, promovendo o debate acerca da temática, para a constante construção dos saberes no campo do desenvolvimento social.

Em *Igualdade de gênero como pressuposto de desenvolvimento sustentável*, Kimberly Farias Monteiro e Rosângela Angelin, em um primeiro momento, analisam a conceituação e historicização do termo gênero, bem como o reconhecimento da igualdade de gênero em documentos internacionais, ações e programas. Em um segundo momento, analisam o papel da mulher enquanto impulsionadora do desenvolvimento sustentável, sobretudo, através de sua participação durante algumas das principais conferências ambientais ocorridas nos últimos anos.

Maria Luiza Vargas Rocha, Cláudia Marília França Lima e Tiago Anderson Brutti, no capítulo *Análise da necessidade de proteção especial do povo cigano pelo Estado brasileiro*, refletem acerca da necessidade da implementação de políticas públicas e ações afirmativas que efetivamente promovam a proteção às comunidades ciganas no Brasil, a partir do respeito à sua cultura e costume. Os autores apontam para a urgência da criação de medidas eficazes por parte do governo brasileiro, a fim de gerar a proteção às comunidades ciganas.

Em *Contos de Eva Luna: Algumas Discussões e Reflexões*, Amanda Segala, Mariele Aline Durigon e Carla Rosane da Silva Tavares Alves apresentam algumas reflexões feitas no âmbito do projeto PIBIC-CNPq, “O feminino numa perspectiva sociocultural: linguagem e literatura”, o qual se insere na linha de pesquisa de Linguagem, comunicação e sociedade, e busca fomentar a discussão sobre a inter-relação dos estudos de linguagem e literatura para explicitação das questões do feminino, numa visão social e cultural.

Portanto, os capítulos da presente obra, com a colaboração

de autores de diversos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, apresentam pesquisas sobre práticas socioculturais em linguagens e artes, saúde, desenvolvimento sustentável, direitos humanos e educação, objetivando colaborar com o desenvolvimento social e humano, propósito principal do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Agradecemos a todos os autores por suas valiosas contribuições e desejamos que a obra favoreça o alargamento das discussões e reflexões sobre as fissuras históricas para que se possa configurar novas práticas socioculturais que representem alternativas frente a essas “heranças históricas”.

Cruz Alta, 30 de dezembro de 2021.

Fábio César Junges
Sirlei de Lourdes Lauxen
Solange Beatriz Billig Garces
Tiago Anderson Brutti
(Os organizadores)

Capítulo 1

A ANÁLISE DE DISCURSO E SUA RELEVÂNCIA NA ABORDAGEM DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Marcelli Oliveira Valerio

Vânia Maria Abreu de Oliveira

Solange Beatriz Billig Garces

Marcelo Cacinotti Costa

1 Introdução

As pesquisas em torno de assuntos ligados a Ciências Humanas e Sociais buscam desenvolver conceitos que expliquem e façam compreender atividades e fenômenos ligados a sociedade e a cultura. Para isso há um elemento crucial nessa tarefa: o uso da linguagem e suas distintas facetas, pois é um eixo de sistematização dos signos que possibilita aos indivíduos o ato de comunicar.

Com o uso dos recursos de linguagem, podemos analisar e compreender a realidade do cotidiano social, bem como criar ou entender teorias que moldam e facilitam a comunicação do sujeito, seja ela verbal ou não verbal. Em suma, a linguagem é um componente ativo de práticas socioculturais.

Por isso, a Análise de Discurso (AD) se faz tão relevante em um estudo nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, pois ela é definida como o método de abordagem requisitado para analisar o conteúdo gerado de maneira qualitativa no âmbito social. É um elemento padrão para o desfecho de novas descobertas através do uso da análise em documentos, que possibilitam o avanço e aprofundamento das teorias encontradas.

O fator da comunicação é um bem imaterial primordial, reconstituído de geração para geração com suas próprias características, faz parte da evolução e da constituição do sujeito em caráter social. É através dela que a Análise Discursiva se materializa, como parte importante de um estudo científico.

Na atualidade, é perceptível novas estruturações de processos sociais em um cotidiano frisado por constantes mudanças, especialmente na forma de se comunicar. Salientando esse fato, é imprescindível que continuamente se forneça informações de como se aprofundar nestas formas de comunicação e compreender sua utilização, os objetivos, o que se pretende em sua finalidade e objetivo final, para que de fato a comunicação possa ser interpretada pela população. As formas de análises de discursos incorporam seu papel peculiar na coleta dos dados, bem como reconstituição dos mesmos, para buscar ao indivíduo o entendimento de assuntos de seu interesse e de manifestação distintas.

A Análise de Discurso busca a identificação e definição dos processos de significação que são construídos pela junção de signos verbais ou não verbais. Através de Gêneros do Discurso, item indispensável para a formação linguística de um discurso, é possível um conhecimento e interpretação mais detalhados de uma Análise de Discurso. Assim, revelando suas ideologias e sua inserção sociológica, provando da análise discursiva uma forma de interpretar a sociedade e a cultura do indivíduo através de documentos, relatos, manifestações culturais, biografias, entre outras maneiras.

O presente artigo possui uma abordagem qualitativa, que reúne em suas metodologias técnicas da pesquisa bibliográfica e da linguística. A pesquisa qualitativa é adequada para “explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano” (CRESWELL, 2010, p. 26). Uma pesquisa bibliográfica é fundamental no início de uma pesquisa acadêmica, e tem o dever de agregar dados e informações necessárias para compor a base do trabalho conforme a temática delimitada.

Para a realização desta pesquisa foram utilizados conceitos de alguns renomados autores do ramo das Ciências Humanas e Sociais, como Bakhtin (2003), Saussure (2002), Moraes (2003), Orlandi (1994), entre outros.

O ponto de partida para reunir o corpus de análise foi a leitura de livros e artigos sobre Análise de Discurso e linguagem. Essas ações tornaram possível o desenvolvimento desse artigo, cujo objetivo é aprofundar o conhecimento sobre como o método da Análise de Discurso que se aplica nas abordagens de Ciências Humanas e Sociais, mais especificamente em âmbito de aspectos da cultura e da sociedade.

2 Desenvolvimento

2.1 Para contextualizar a linguagem

A Análise de Discurso representa a interpretação especificada de cenários apresentados, como por exemplo, em uma observação sobre manifestações culturais, identificam a cultura de um povo, tendo em sua base constituinte a linguagem, responsável pelo entendimento e comunicação do indivíduo. Ela expressa características únicas do perfil identitário de uma determinada cultura e/ou região, conforme menciona Morin (2002, p. 56):

A cultura é constituída pelo conjunto dos saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, ideias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social. Não há sociedade humana, arcaica ou moderna, desprovida de cultura, mas cada cultura é singular. Assim, sempre existe a cultura nas culturas, mas a cultura existe apenas por meio das culturas.

Portanto, a cultura pode ser caracterizada como herança social de uma determinada comunidade, onde a mesma se destaca pelos costumes, conhecimentos, tradições e crenças de um lugar.

Um dos aspectos fundamentais de uma cultura é a linguagem. É por meio da linguagem (verbal ou não verbal) que os indivíduos interagem e compartilham significados e constroem sua cultura.

A linguagem pode ser dita como a capacitação de um indivíduo para compreender, entender e desenvolver a própria língua em suas variadas interpretações, seja ela escrita, falada, vista e ouvida. Por isso, a língua pode ser descrita como uma conjunção de fatores que auxiliam firmemente o viés da comunicação. Assim fortalecendo a ideologia necessária da utilização de uma minuciosa Análise Discursiva.

Um gênero discursivo está associado inteiramente a uma fonte cultural, e por consequência natural, transporta em si questões sociais e tradicionais relacionadas ao local e ao aspecto temporal, onde cada gênero está interligado a sua própria característica, respondendo a sua finalidade e seu estilo. Segundo Bakhtin (2003), esses gêneros podem ser divididos entre primários e secundários. Os primários possuem a definição da comunicação cotidiana e informal. O gênero secundário por sua vez, surge em situações mais específicas, como em trabalhos acadêmicos, publicidade, etc. Ambos possuem enunciados verbais, mas o que de fato os torna diferentes é o argumento e o fator da situação em que se encontram, aspectos mútuos para a qualquer pesquisa discursiva.

Segundo a teoria de Saussure (2002), a linguagem é algo mais complexo do que imaginamos, pois ela se distingue de acordo com a situação social do sujeito. Conforme o autor, a língua é uma sistematização de valores e conjunção de signos, ligados a um determinado povo. Ao mesmo tempo, a linguagem se encontra em constante mutação, pois vai sendo recriada conforme a precisão dos homens de criar/representar novas realidades socioculturais que vão se moldando ao longo do tempo.

Ainda pela teoria de Bakhtin (2003), o autor afirma que a linguagem se apresenta pela formulação de um texto, pois através dele surge a materialização do discurso e tem seu exemplar físico representado com certa hierarquia e com um sistema organizacional

para seus elementos. Com isso, o texto se faz presente não só de maneira escrita, mas pode se manifestar em outros meios, através da representatividade dos signos, como por exemplo, em músicas, publicidades, artes plásticas, fotos, pinturas, filmes, a própria existência de teorias, entre outras qualidades. Em suma, podemos caracterizar o discurso na forma de uma constituição linguística interligada ao contexto social de um determinado texto ali descrito. Já o “discurso” remete aos valores, significados e ideologias da comunidade, onde traz princípios, teorias e ideias que refletem na culturalidade local, ou seja, demonstra um significante de ideologia. Neste contexto, Bakhtin (2003, p. 268) diz que:

[...] o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.; essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante. Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante. A compreensão passiva do significado do discurso ouvido é apenas um momento abstrato da compreensão ativamente responsiva real e plena, que se atualiza na subsequente resposta em voz real alta. É claro que nem sempre ocorre imediatamente a seguinte resposta em voz alta ao enunciado logo depois de pronunciado: a compreensão ativamente responsiva do ouvido (por exemplo, de uma ordem militar) pode realizar-se imediatamente na ação (o cumprimento da ordem ou comando entendidos e aceitos para execução), pode permanecer de quando em quando como compreensão responsiva silenciosa (alguns gêneros discursivos foram concebidos apenas para tal compreensão, por exemplo, os gêneros líricos), mas isto, por assim dizer, é uma compreensão responsiva de efeito retardado: cedo ou tarde, o que foi ouvido e ativamente entendido responde nos discursos subsequentes ou no comportamento do ouvinte. Os gêneros da complexa comunicação cultural, na maioria dos casos, foram concebidos precisamente para essa compreensão

ativamente responsiva de efeito retardado.

Desse pressuposto, mas na perspectiva do dialogismo, o mesmo pode ser entendido como uma fórmula de interação de textos, onde se ressalta características elementares de significados culturais, identitários e sociais. Por isso, se faz entender a necessidade de uma Análise de Discurso, pois ela expressa visibilidade sobre a realidade sociológica, tornando-se resultado da conversação das linguagens que dão estrutura ao texto e a novos textos. A dialética por ser descrita como a capacidade constitutiva da linguagem, em seu amplo ambiente de surgimento e reconhecimento.

2.2 A análise de discurso propriamente dita

O discurso demonstra valores da sociedade, tal qual os ressignifica, por isso, existe um conjunto de princípios por trás do mesmo, bem como um fator ideológico e reflexos socioculturais. O texto define-se por ser a realização linguística da qual se dá a materialidade do discurso, defendido por uma entidade física.

Por meio da linguagem, o indivíduo desenvolve a capacidade de estabelecer relação, bem como representá-las. Partindo desse pressuposto, está sendo cada vez mais requerida a Análise de Discurso em pesquisas qualitativas, em especial para estudos realizados na extensão de conhecimentos das Ciências Humanas e Sociais.

Considerando a linguagem como a causadora dos resultantes que formam as estruturações sociais e culturais, podemos nos valer dela para compreensão e significação que geram a obtenção da Análise de Discurso. Visto que a mesma é uma grande fonte de informações para construção de pesquisas científicas qualitativas, pois, ela é a manifestação dos elementos contidos em um texto, que ao ser remontado dá novo sentido e/ou sustento para teorias, assim gerando uma sistemática organizacional nova para a coleta de dados para pesquisas.

Ao realizarmos uma pesquisa qualitativa, necessitamos

utilizar do uso de uma Análise de Conteúdo para sistematizar a investigação. Essa técnica condiz na manifestação dos elementos contidos no texto, que promove a compreensão do pesquisador em torno de fatores sociais, assim buscando novos sentidos e ressignificações aos pressupostos analisados, revelando ao estudo a sua temática em variadas perspectivas.

Com isso, a Análise de Conteúdo se faz pertinente em relação a Análise do Discurso, pois uma revela as técnicas e decorrências elementares textuais, enquanto a outra utiliza-se desse fato para compreensão e reestruturação dos sentidos pesquisados para evidenciá-los a sociedade. Cappelle, Melo e Gonçalves (2003, p. 5) relatam que:

A análise de conteúdo, desde seu surgimento até os dias atuais, teve sua evolução perpassada por períodos de aceitação e de negação, despertando, ainda hoje, contradição e questionamento. Entretanto, assim como toda técnica de investigação, procura proporcionar aos investigadores um meio de apreender as relações sociais em determinados espaços, de uma forma apropriada ao tipo de problema de pesquisa proposto.

A análise dos dados, não tem um modelo exato pra realização, também podendo variar ou depender da especificação da pesquisa. Esse tipo de análise, traz os resultantes das pesquisas e por isso possibilita ao pesquisador criar novas argumentações e informações acerca da temática pesquisada, por isso a partir da finalização da coleta dos dados, realiza-se a Análise do Discurso, que usa os dados coletados juntamente com a linguagem como ferramenta para construir um novo sentido para pesquisa. Moraes (2003, p. 33) relata que:

Pesquisas qualitativas têm cada vez mais se utilizado de análises textuais. Seja partindo de textos já existentes, seja produzindo o material de análise a partir de entrevistas e observações, a pesquisa qualitativa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação, isto é, não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão.

Mas afinal, como se realiza um processo de Análise de Discurso? A AD visa uma melhoria na compreensão do indivíduo sobre um determinado tema pesquisado, assim obtendo uma maior abrangência na idealização dos conhecimentos requeridos. Para que transcorra de maneira mais eficaz e concreta, podem-se utilizar alguns métodos específicos para auxiliar a resolução da pesquisa.

Para que ocorra de forma concreta e eficaz a Análise de Discurso, é requisitada o uso de uma Análise Textual Discursiva (ATD), para a realização da mesma é necessária que determinado processo passe por quatro fases diferenciadas de métodos de análises, cada um visando um objetivo específico para completá-la como um todo.

Podemos conceituar a Análise Textual Discursiva como um processo que se inicia com uma unilateralidade, em que os textos são desmontados e distribuídos em unidades de acordo com contextos estabelecidos. Nesse desenvolvimento, se faz valer a interpretação do pesquisador, que observa os significados atribuídos as ideias presentes no texto, para melhor compreendê-lo e dar ao texto novas apropriações.

Conforme Moraes (2003), o primeiro processo pode ser visto como a desmontagem de um texto, nessa parte do desenvolvimento, é onde o pesquisador deve observar os fatos significantes da leitura, assim como conceituar todos os sentidos possíveis para a construção de um novo texto. Assim, pode-se afirmar a montagem do corpus da análise.

O segundo passo é o chamado estabelecimento de relações, pois é nesse processo que se faz a construção das novas visões sobre as teorias estudadas. Em relação as ideologias até então obtidas, cria-se as categorias da pesquisa e o modo como serão apresentadas.

A captação do novo emergente, é quando se constrói a nova fragmentação textual, ou seja, é quando a pesquisa começa a ganhar forma, a partir da divisão das categorias já estabelecidas anteriormente. O texto se formula já com a respectiva interpretação e descrição dos fatos, nesse ponto, o pesquisador deve acrescentar

os seus argumentos adquiridos durante o decorrer da presente pesquisa.

A auto-organização é o último processo, é a fase em que o discurso se monta e se apresenta. Assim, através do uso da escrita, as teorias constatadas devem ser transpassadas pelo processo natural da comunicação ao público alvo, a partir da criatividade do autor para remontar todas as informações obtidas.

A Análise de Discurso é uma vitrine que revela a produção textual, ou seja, traz à tona o contexto histórico, social, cultural e até mesmo a aspecto ideológico do autor, através da representação implicada pelo uso dos recursos linguísticos. Com isso, a AD pode ser descrita como refletora do condicionamento funcional em torno da significação de princípios instalados a realidade social.

Para contextualizar através de um discurso, analisa-se na composição do mesmo uma série de sistemas ideológicos, simbolismos da estruturação social e sua respectiva hierarquia, no sentido imaginário do indivíduo. Ressaltando, que a linguagem sempre é frisada pela contextualização sócio-histórica, tal qual como a inserção do sujeito a sua realidade social. Por isso, a AD gera visibilidade a decorrência da situação proposta pelo discurso.

Para fins explicativos, o discurso não ocorre apenas de maneira escrita em uma produção textual ou verbalmente em uma fala, mas também ocorre de maneira imagética, de modo não verbal. Uma imagem, pode carregar consigo vários signos simbólicos, tornando-a composição linguística. “A não co-relação [sic] com o verbal, porém, não descarta o fato de que a imagem pode ser lida. Propriedades como a representatividade, garantida pela referencialidade, sustentam, por um lado, a possibilidade de leitura da imagem e, por outro, reafirmam o seu status de linguagem” (SOUZA, 1997, p. 3).

A imagem é o discurso materializado de maneira visual, analisado implicitamente. A interpretação da AD transcorre da mesma maneira, com o mesmo intuito de interpreta-la e dar significação social a ela. Desse modo, a análise não verbal ocorre

seguindo os sentidos do olhar e o recorte demonstrado na mesma. Souza (1997, p. 9) revela que:

O discurso, no caso, deixa antever o trabalho de um sincretismo de imagens (rede de associações) de caráter ideológico. Trata-se, então, como já referimos anteriormente, da possibilidade de falar de implícitos no âmbito da imagem. As imagens implícitas funcionam como pistas, favorecendo a compreensão das associações de ordem ideológica (o discurso), ou favorecendo a compreensão da narratividade de uma publicidade, filme, etc, sem se ater exclusivamente ao verbal, mas buscando uma articulação num plano discursivo não-verbal e revelando a tessitura da imagem em sua heterogeneidade.

A natureza da constituinte da Análise de Discurso, é a relação entre a linguística e seus conceitos com as Ciências Sociais, pois ela tem uma composição interdisciplinar, que dá aos indivíduos a reprodução de seus sentidos, assim como a união de seus conhecimentos pré-estabelecidos. Orlandi (1994, p. 54) menciona em seus estudos que:

Trata-se de sujeito e linguagem pensados na relação com o inconsciente e com a ideologia, onde não há transparência, controle nem cálculo que possa apagar o equívoco, a imprevisibilidade e a opacidade constitutivos dessas noções sobre as quais se sustenta o conjunto de saberes que constituem o que chamamos Ciências Sociais, ou Humanas.

Um fator importante para a formulação da Análise de Discurso, é compreender que sua estrutura é fundamental para o avanço dos resultados de pesquisas sociais através de sua bibliografia apresentada. Portanto, se caracteriza como uma ferramenta crucial no estudo, para montagem de significações figurativas e temáticas, que refletem às práticas socioculturais remetidas á constituição identitária do sujeito.

3 Considerações finais

Ao concluir este artigo é possível constatar que a significação da cultura de uma determinada comunidade pode ser vista em distintas manifestações, inclusive por meio da linguagem. Partindo

dos resultados obtidos nesse estudo, foi possível aprofundar conhecimentos sobre a linguagem e como ela se aplica a presença da Análise de Discurso, permitindo uma melhor compressão sobre uso de determinados recursos linguísticos e como isso se demonstra em processos de significação e ressignificação.

Ao analisar a Análise Discurso como elemento fundamental na incorporação metodológica de pesquisas aplicadas em Ciências Humanas e Sociais, é possível entender ela como ferramenta não unilateral, pois é ampla e possibilita a estudiosos a significação de algo. Por isso, em seu processo de produção, é tão necessário o desenvolvimento da desconstrução e da reconcentração textual, pois facilita a demonstração das características socioculturais e ideológicas presentes no texto. Desse fenômeno surge uma nova amplitude de visibilidade, onde vem à tona novos saberes e teorias.

Com a obtenção dos conhecimentos adquiridos nesse estudo, é viável destacar a importância na compreensão em torno da linguística bem como da Análise do Discurso, pois são instrumentos de aprofundamento teórico e prático na significação social. Portanto, é tencionada a sua amplitude e influência em âmbito sociocultural, o que faz ressaltar a relevância desses saberes a indivíduos que possuem formação em qualquer área das Ciências Humanas e Sociais, pois permite o entendimento nos processos da linguagem e possui uma ampla bagagem cultural, certamente, permitirá ao profissional exercer suas atividades com pleno empenho e engajamento na comunidade.

Referências

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Texto, contexto e significados: algumas questões na análise de dados qualitativos.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 45, p. 66-71, maio 1983.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso.** In: BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. DE O. L.; GONÇALVES, C. A. **Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais.** Organizações Rurais e Agroindustriais, Lavras, v. 5, n. 1, p. 1-15, 2003.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Tradução: Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MORAES, R. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva.** Ciência e Educação, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, E. P. **Discurso, imaginário social e conhecimento.** Em Aberto, Brasília, a. 14, n. 61, p. 53-59, jan./mar. 1994.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral.** 30. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

SOUZA, T. C. C. de. **Discurso e imagem Perspectivas de análise não verbal.** In: Colóquio Latinoamericano de Analistas Del Discurso. 2. La Plata e Buenos Aires, ago. 1997.

Capítulo 2

A CATEQUIZAÇÃO DOS ÍNDIOS GUARANIS NOS SETE POVOS DAS MISSÕES E O SEU PERFIL SOCIOCULTURAL

Marcelli Oliveira Valerio

Vania Maria Abreu de Oliveira

Solange Beatriz Billig Garces

Sirlei de Lourdes Lauxen⁴

1 Introdução

Nos anos de 1609 e 1768, os territórios que hoje se definem por Brasil, Paraguai e Argentina formavam as chamadas Missões Guaraníticas, cuja ideia de existência surgiu como consequência da decadência que a Igreja Católica vinha sofrendo na Europa e de manter o poderio Ibérico no Novo Continente. Na época, Espanha e Portugal eram consideradas as grandes potências mundiais, e assim precisavam se manter. Sobre esse período, Wolkmer (2019, p.482) relata:

Na América, os jesuítas, serviram aos interesses coloniais das monarquias ibéricas, ocupando o território, ampliando e defendendo as suas fronteiras, “pacificando” os indígenas e, principalmente, exercendo o poder tutelar e atuando como eficiente veículo de divulgação da cultura cristã ocidental.

No ano de 1494, ambos reinos peninsulares assinaram o Tratado de Tordesilhas, que constatava e afirmava a divisão do mundo entre si. Com a crise religiosa recaída sobre o catolicismo por decorrência das ideias de Martinho Lutero, ouve a necessidade ainda maior de transcorrer a fé católica aos novos territórios espanhóis, através da catequização dos nativos americanos. Com isso, Portugal e Espanha saíram em vantagem, assim como o próprio pontífice. Segundo o padre jesuíta Sepp (1980, p.18):

Reconhecer as correlações foi o grande mérito dos reis espanhóis, investidos pelo Papa com o mandato de “Vigário de Cristo para os países recém-descobertos”. Reconhecer as correlações e delas tirar a única educação possível: a de entregar as missões jesuíticas, facultando-lhes a separação e o isolamento, dos homens e das regiões a cristianizar, da rotina colonial ordinária.

Por meios das chamadas Reduções Guaraníticas, a Espanha usou do benéfico de expandir a propagação da fé católica pelo mundo para consolidar seu poder político e econômico, fruto de suas conquistas ultra marítimas. Os padres Jesuítas foram os escolhidos por Roma e pelas coroas ibéricas para realização dessa iniciativa religiosa.

A Companhia de Jesus, ordem religiosa responsável por essa empreitada, havia sido criada anteriormente justo com a intenção e ideologia de expandir o cristianismo ao redor do mundo. Como o território compreendido por Sete Povos das Missões pertencia a coroa Espanhola pelo Tratado de Tordesilhas, os nativos eram considerados súditos da Espanha e por isso deveriam ser “civilizados” através do ensino educacional e especialmente da catequese.

A estruturação social e cultural missioneira passou a ser regida pelas leis castelhanas, e por esse motivo houve uma imposição forçada de um novo modo de viver aos indígenas nas missões jesuíticas. A civilização guarani sofreu um grandioso abalo e perda da própria identidade, pois tiveram que deixar seus costumes e credences para começar um novo fenômeno social, controlado pelos padres da Companhia de Jesus sob o controle Espanhol.

De maneira geral, o intuito do presente estudo é revelar e proporcionar um melhor entendimento sobre a história sociocultural missioneira, através de suas alterações identitárias pela cultura imposta pelos dogmas europeus por meio do uso da catequização. Também visa valorizar e transcórrer a preservação do legado que os indígenas guaranis deixaram para posteridade, como um exemplo de perseverança na defesa de sua terra e ideologia, tal qual suas referências sociais, muito vivas na sociedade do Rio

Grande do Sul.

O estudo presente, possui uma abordagem qualitativa, com procedimentos de análises em livros e documentos, além de processos de pesquisa bibliográfica. O intuito dessa pesquisa foi proporcionar um entendimento sobre a catequização e seus efeitos nas Reduções Jesuítas. A pesquisa qualitativa é adequada para “explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano” (CRESWELL, 2010, p. 26).

Para a construção desse processo, foram utilizados alguns autores, que possuem renomadas obras bibliográficas nos campos de interesse dessa pesquisa, como Moacyr Flores (1983), Pe. Leonel Franca S.J (1952), Antônio Carlos Wolkmer (2019), Antônio Sepp (1980), Tiago Cordeiro (2016), entre outros.

Na pesquisa, se revela como funcionava a sistematização educacional dos índios Guaranis, através da catequese. Também é demonstrado o papel fundamental da Companhia de Jesus no processo de catequização dos nativos, situação que alterou assustadoramente o cotidiano da sociedade indígena nos Sete Povos das Missões.

Pode-se considerar visível, que a educação dos Guaranis por parte dos padres Jesuítas baseava-se em conceitos de humanidades, artes, cultura e especialmente religiosidade, além de outras tarefas realizadas nas Reduções Jesuíticas. Se por um lado, houve a expropriação da cultura indígena original, o período jesuítico-guarani, influenciou e contribuiu para a formação da identidade sociocultural do Rio Grande do Sul.

2 Desenvolvimento

2.1 Reduzir para expropriar e catequizar

O processo de catequização ocorrido aos Índios Guaranis

por parte da Espanha, pode ser considerado um ato de implantação sociocultural. Considerando os fatores que levaram a esse cenário, podemos analisar que os povos nativos do território que hoje se compreende por Rio Grande do Sul, tiveram a sua sociedade e cultura extintas para a imposição de uma realidade social e cultural dos povos europeus.

A conjuntura sociocultural dos povos guaranícos foi totalmente afetada pela intervenção dos padres Jesuítas, pois os seus hábitos, costumes, crenças, religiosidade, modo de viver e agir foram expropriados e trocados por dogmas europeus. Por isso, a própria estruturação social dos Guaranis foi ditada de acordo com a legislação castelhana, incluindo a sua educação através da catequese.

A coroa espanhola tal qual o restante do continente europeu via os índios Guaranis como selvagens, então para civilizá-los surgiu a ideia, a partir da necessidade política e religiosa, de expandir o poderio ibérico para seus territórios além-mar, através do dinamismo da educação por meio do sistema de catequização dos nativos. Para melhor controlar os indivíduos no Novo Continente, utilizaram a sistemática chamada “reducionismo”, ou seja, reduziram os índios em comunidades. Conforme relata Caten (2001, p. 1) “no imaginário europeu, as elites pretendiam transferir para a América o domínio econômico e religioso que estavam acostumadas a exercer sem contestação durante séculos”.

Com isso, essas comunidades que pertenciam geograficamente ao que conhecemos hoje por Rio Grande do Sul, totalizavam sete povos. Por isso, a denominação do povoado Guarani é conhecida por Sete Povos das Missões e/ou Reduções Jesuíticas. A tarefa de impor a catequese aos nativos foi dada aos padres da Companhia de Jesus, conhecidos também por Jesuítas.

2.1 A Companhia de Jesus e seu respaldo religioso

A Companhia de Jesus foi uma ordem religiosa fundada no ano de 1534 por Ignacio de Loyola, um militar e teólogo de

nacionalidade espanhola. Tanto as regras gerais dessa ordem, como seu perfilamento pedagógico de ensino eram rígidos, pois detinha uma influência de estrutura militar. Verdadeiros defensores da Santa Igreja Católica e da religiosidade foram os escolhidos pelo soberano espanhol e, em especial, pelo Papa Paulo III para levar ao Novo Continente a expansão da fé cristã. Para o autor De Lara (2014, p.194):

Apesar de escreverem em épocas e locais diferentes, motivados por circunstâncias diversas, os missionários jesuítas estavam ligados por laços institucionais e devocionais comuns. Ao instruir os provinciais sobre os temas merecedores de serem relatados nas cartas, por exemplo, a Companhia de Jesus também definia os contornos da imagem que gostaria de deixar para a posteridade.

A ordem dos Jesuítas foi escolhida para empreender o projeto de catequização nas terras espanholas além-mar, justamente pelo mesmo motivo em que foi criada: levar ao mundo a propagação da fé católica. Todo esse projeto e ideologia surgiram pelo enfraquecimento do cristianismo na Europa, crise essa gerada pelo início do período Renascentista e pela reforma religiosa surgida das ideias de Martinho Lutero.

Outro fator que impulsionou a catequização dos índios americanos foi a política. Pela assinatura do Tratado de Tordesilhas, em 1494 pelos monarcas de Espanha e Portugal o território em que habitavam os índios Guaranis, posteriormente dito por Sete Povos das Missões, pertencia a Espanha. Com o cenário renascentista e reformista na Europa, os espanhóis precisavam aumentar e consolidar seu poderio bem como assegurar sua economia, se instalando em seus domínios na América. Para Wolkmer (2019, p.481):

Descobriram novos continentes e chegaram ao Oriente, levando homens para ocupar outras terras e ‘conquistar’ outros povos pela guerra e pela catequização; aumentando suas riquezas, pela ampliação das fontes de matéria-prima e de mão-de-obra, e pela criação de um novo mercado consumidor.

Os nativos americanos viviam de maneira extremamente diferente em relação ao povo europeu, desde os aspectos de organização social, até a cultura e religiosidade, assim como o próprio modo de viver. Por isso, na visão europeia, os indígenas eram considerados “selvagens” e precisavam ser “domesticados”.

Para manter o controle sobre os guaranis, os Jesuítas criaram as Reduções Guaraníticas, por ordem da coroa espanhola, adoram o sistema já conceituado de reducionismo, ou seja, reduzindo os índios em números menores e distribuindo os mesmo em distintas comunidades. Para controlar o povo Guarani, usaram para manipular o comportamento a ferramenta da catequese, através da implantação da fé. Segundo Wolkmer (2019, p.486):

O reducionismo fazia parte da política oficial da Coroa desde o início da ocupação da América, pois era um projeto político de integração do índio ao sistema colonial. A intenção era concentrar num mesmo local, aldeias indígenas dispersas, com o objetivo de facilitar, através da sedentarização e do contato diário com os missionários, a conversão e a evangelização. Era uma forma de ‘civilizar’ o indígena, urbanizando-o, pela concentração e pelo isolamento em determinado espaço físico, favorecendo a tutela através da organização administrativa missional.

A concretização do projeto de catequizar os indígenas americanos e expandir o domínio político, econômico e religioso pela Espanha e por Roma ficou declarada após o Concílio de Trento, evento esse que perdurou anos e tinha a intenção de restaurar os antigos dogmas da Igreja Católica, em declínio pela reforma luterana e pelas ideologias renascentistas. Nesse episódio, também foi posto em debate os resquícios históricos, culturais e políticos que essa crise havia deixado na Europa.

2.3 A repercussão dos jesuítas sob a sociedade guaranítica

Com a implantação do método reducionista aos Guaranis e com a catequização dos mesmos, a sociedade daquele povo passou por uma remodelação geral. O processo de catequese e educação dos

indígenas passou a ser gerida pelos padres Jesuítas, que tinham em seus ideais conceitos de fé muito abrangentes e tradicionais. Sobre a contextualização religiosa dos Jesuítas, Pe. Leonel Franca S.J.(1952, p. 73) revela: “Levar o homem ao conhecimento e à consecução deste magnífico destino é, a um tempo, salvar o homem e glorificar a Deus. A grandeza e a universalidade deste fim supremo dominará e orientará necessariamente, do alto, toda e qualquer atividade educativa digna do homem”.

No início do período de catequização, houve dificuldades naturais decorridas pela diferença nas culturalidades dos povos. Para regular obediência dos Guaranis, os padres Jesuítas adicionaram na crença recém-nascida dos nativos a ideia do pecado, para os mesmos se mantarem cautelosos em suas atitudes, também eram impostos castigos físicos para quem pecasse. Ainda, os padres utilizavam certos “fenômenos sobrenaturais”, através de relatos de visões, profecias e credences por eles impostas, para manter os índios comportados e subjugados no âmbito de entendimento europeu.

Para manter a normatização das Reduções Jesuíticas, foi instituído a proibição da poligamia, das bebidas alcoólicas e inclusive de seus rituais religiosos. Sendo os Guaranis habitantes de um território pertencente a Espanha, os mesmos eram considerados súditos castelhanos, então deveriam ser regidos pela legislação espanhola. Cordeiro conceitua (2016, p. 140): “As aulas eram ministradas no idioma local, em geral a língua guarani, e raras vezes em espanhol. Meninos e meninas eram separados em salas diferentes”.

A sociedade nos Sete Povos das Missões possuía a administração dos índios guaranis, mas sempre regidos e observados pelos sacerdotes Jesuítas. Primitivamente, os índios mantinham sua subsistência da caça e pesca; com a chegada da Companhia de Jesus, aprenderam técnicas de agricultura, e com a inserção do gado pelo europeu, também a pecuária foi meio de subsistência, tornando a região missioneira pioneira na criação bovina. Sobre o cotidiano reducional, Caten (2001, p.59) revela:

Foram adotadas novas práticas na vida diária de trabalho em grupo, orações (com destaque para a missa), catequese, sacramentos, procissões, cantos. As rotinas diárias, tanto no espaço urbano como no rural, eram realizadas de acordo com rituais sacralizantes. É certo que isso tudo alterou profundamente o modo de vida do guarani.

A estruturação cultural inserida nas Reduções Jesuíticas também é um segmento notável na história missioneira. Mesmo catequizados, os indígenas ainda eram vistos como diferentes, sem cultura e selvagens para o restante do mundo. O padre Jesuíta Antônio Sepp, considerado um sujeito muito culto e de grandes conhecimentos gerais, foi responsável pela inserção e incentivo das artes e cultura aos Guaranis, sendo que os mesmos produziam suas obras em estilo Barroco. Cordeiro (2016, p.142) conceitua:

As atividades culturais tinham sempre uma base cristã. O calendário religioso, muito mais intenso do que o dos católicos brasileiros da atualidade, incluía batalhas simuladas, concertos, danças, autoflagelações públicas, apresentações de fogos de artifício e teatro. Os textos, inspirados na biografia de santos e histórias bíblicas, podiam ser interpretados em espanhol, latim ou guarani.

Considerada a comunidade guaraníca mais próspera, a Redução de São João Batista, fundada pelo Jesuíta Antônio Sepp, possuía uma das primeiras siderúrgicas, na qual fabricavam os sinos das catedrais missionárias, entre outros artefatos. Graças a influência de Sepp, os guaranis recebiam aulas de música, pintura, escultura, entre outros. Os nativos, fabricavam seus próprios instrumentos musicais e ainda produziam relógios, para relacionarem os horários das programações religiosas e suas tarefas dentro da redução.

A constituição do legado jesuítico-guarani como um fenômeno sociocultural, ainda na atualidade demonstra resquícios em setores da sociedade contemporânea. Se por um lado, a sociedade Guaranítica teve seu modo de viver substituído pela inserção de uma nova realidade imposta pelos padres da Companhia de Jesus e pelos monarcas de Espanha, por outro, a implementação de uma nova cultura, sociedade, religião, economia e política, contribuiu

para formação identitária do Rio Grande do Sul e de seu povo.

3 Considerações finais

Ao concluir o presente estudo, é possível salientar a importância histórica da Companhia de Jesus para a cultura e política da época. Pois como podemos perceber, o intuito da fundação era justamente a propagação da fé católica ao alcance de todos, por isso e por força da circunstância surgida, a Companhia Jesuíta foi uma das instituições que mais professou o catolicismo no mundo.

Por trás da religiosidade e da intenção de explanar ao Novo Continente a fé da Santa Igreja Católica, havia o interesse político e econômico muito maior. Os reinos ibéricos, em especial a Espanha, via no projeto de catequização uma forma concreta de afirmar sua dominação, visionando aumento de lucratividade econômica e mantendo o status de potência política europeia.

Os índios Guaranis tiveram sua sociedade radicalizada, em termos de religião, cultura e sociedade, além da sua própria maneira de viver. Com a conversão a doutrina cristã, novas regras foram adotadas, bem como uma nova sistemática sociocultural. O legado da perseverança Guarani permanece forte até os dias atuais na memória identitária e sócio-histórica do povo gaúcho.

Aspectos socioculturais da era jesuítica-guarani podem ser notados até hoje, especialmente em setores culturais, através de hábitos, alimentação, costumes, crenças e tradições, revividas e repassadas de geração em geração. Podemos considerar o surgimento e implantação das Reduções Jesuíticas, como um estereótipo primitivo de sociedade no Rio Grande do Sul.

As atividades realizadas ao longo do desenvolvimento dos Sete Povos das Missões, contribuíram para a base da formação do atual Rio Grande do Sul, de maneira social, cultural, religiosa, política e econômica. A trajetória Guarani inspirou o imaginário popular do sul brasileiro, transcorrendo para a atualidade um forte

legado de valorização e pertencimento, bem como o perfil religioso católico, herdado do dito período pela instauração da fé, sempre presente ao decorrer dos períodos da evolução histórica do estado. Todavia, o registro desta expropriação cultural é importante ser feito.

Referências

- CATEN, Odécio Ten. **Forma(s) de Governo nas Reduções Guaranis**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de Santa Catarina. Florianópolis: 2001.
- CORDEIRO, Tiago. **A grande aventura dos jesuítas no Brasil / Tiago Cordeiro**. São Paulo: Planeta, 2016.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução: Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DE LARA, L. F. **As cartas do padre Antônio Sepp S. J.** Revista Latino-Americana de História, São Paulo, v. 3, n. 10, p. 188-203, 2014.
- FLORES, M. **Colonialismo e Missões Jesuíticas**. Porto Alegre: Instituto de Cultura Hispânica do RS, 1983.
- FRANCA S.J., Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas: o "Ratio Studiorum"**. Rio de Janeiro: AGIR, 1952.
- SEPP, A. **Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.
- WOLKMER, A. C. **Fundamentos de História do Direito**. Belo Horizonte: Del Rey, 2019.

Capítulo 3

A EVOLUÇÃO LEGISLATIVA NO BRASIL ACERCA DO COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Daiane Caroline Tanski

Carla Rosane da Silva Tavares Alves

Tiago Anderson Brutti

Maria Aparecida Santana Camargo

Solange Beatriz Billing Garcês

Sirlei de Lourdes Lauxen

Vaneza Cauduro Peranzoni

1 Introdução

O presente estudo propõe trazer um histórico da legislação brasileira no que tange ao combate ao preconceito racial e o racismo, especialmente sobre a criminalização desta prática reprovável pela sociedade, no entanto, aparentemente é pouco observada pelos operadores do Direito.

Primeiramente, o Brasil ratificou a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial em 1968, que objetiva defender os princípios da dignidade e igualdade inerente a todos os seres humanos e assim, todos os Estados-Membros comprometem-se a promover e encorajar o respeito universal e efetivo pelos direitos humanos e liberdades fundamentais a todos.

Posteriormente, a Constituição Federal de 1988 foi promulgada no Brasil, trazendo importantes determinações sobre a igualdade entre todas as pessoas perante a lei. De forma a dar eficácia aos dispositivos constantes na Constituinte sobre a igualdade racial,

foi aprovada a Lei nº 7.716, sancionada e publicada no início de 1989, tipificando como crime os atos que configuram preconceito de cor e raça.

A prática cotidiana, porém, deixou que a lei continuasse a ter um alcance limitado, uma vez que não previa grande número de situações em que se dava o fenômeno discriminatório. Destaque-se que, foram poucos os procedimentos penais instaurados com base nos crimes tipificados pela Lei nº 7.716/1989.

Em 2014, entrou em vigor a Lei n. 12.990 e, posteriormente, a Resolução n. 203/2015 do Conselho Nacional da justiça que reservam uma porcentagem dos cargos para os negros nos concursos públicos da administração pública direta e indireta e no concurso público da magistratura, respectivamente com o objetivo de diminuir a desigualdade racial.

Será utilizado como forma de pesquisa o método dedutivo, para se chegar a conclusões formais. Ainda, será utilizada o tipo de pesquisa bibliográfica, pois será feita uma investigação doutrinária, jurisprudencial e literária como forma de explorar e compreender as falhas na legislação no que tange ao combate à discriminação racial.

2 O preconceito racial e a evolução legislativa sobre o tema:

Segundo Genevose (1969) a historiografia foi o primeiro campo acadêmico a incorporar a descoberta do racismo contemporâneo.

Os estudos sobre a escravidão negra nas Américas são um exemplo; a começar por Boxer que, em 1963, toma emprestado o modelo sociológico para o tratamento das sociedades coloniais em suas relações raciais no império ultramarino português. Nos anos 1970, essa historiografia já fala abertamente em “racismo”. Em 1971, Genevose, por exemplo, referindo-se às várias sociedades escravistas das Américas, escreveu: “Uma vez implantado o sistema escravista, o etnocentrismo, o preconceito de cor transformaram-se rapidamente, ainda que talvez não imediatamente, em racismo” (GENOVESE, 1969,

p. 105).

Na história do Brasil contamos com mais de quinhentos anos de existência de preconceito e discriminação baseado na raça das pessoas e seu tom de pele.

Em 1973, um dos nomes mais respeitáveis dos estudos de relações raciais nas Américas, diz: “Toda sociedade multirracial é racista no sentido de que a pertinência a um grupo sócio-racial prevalece sobre a realização na atribuição de posição social” (Hoetink 1973 apud Hasenbalg 1979: 66). Nos Estados Unidos, a recepção do marxismo nas universidades (seja em sua variante historicista, seja em sua variante estruturalista) pode ser medida pela capacidade da teoria do capitalismo absorver e dar explicações mais vigorosas sobre o racismo americano; e, na Inglaterra, tanto o marxismo quanto as teorias sobre o racismo, se tornam instrumentos da nova esquerda em sua luta pelos direitos das minorias étnicas e dos imigrantes. (GUIMARÃES, 2007, p. 70).

Convencidos de que a doutrina da superioridade baseada em diferenças raciais é cientificamente falsa, moralmente condenável, socialmente injusta e perigosa, e que não existe justificção para a discriminação racial, em teoria ou na prática e em lugar algum.

Reafirmando que a discriminação entre as pessoas por motivo de raça, cor ou origem étnica é um obstáculo às relações amistosas e pacíficas entre as nações e é capaz de perturbar a paz e a segurança entre os povos e a harmonia de pessoas vivendo lado a lado, até dentro de um mesmo Estado. Convencidos de que a existência de barreiras raciais repugna os ideais de qualquer sociedade humana. Alarmados por manifestações de discriminação racial ainda em evidência em algumas áreas do mundo e por políticas governamentais baseadas em superioridade racial ou ódio, como as políticas de apartheid, segregação ou separação. Resolvidos a adotar todas as medidas necessárias para eliminar rapidamente a discriminação racial em todas as suas formas e manifestações, e a prevenir e combater doutrinas e práticas racistas e construir uma comunidade internacional livre de todas as formas de segregação racial e discriminação racial. (PIOVESAN, 2020, p. 620).

Sem minimizar a importância política da hierarquia e da

desigualdade entre os povos conquistadores e conquistados, entre senhores e escravos, na história do Ocidente, mas antes para maximizá-la, segundo Guimarães (2007) o distintivo no racismo moderno seja justamente a ideia de que as desigualdades entre os seres humanos estão fundadas na diferença biológica, isto é, na natureza e na constituição mesmas do ser humano.

Segundo Guimarães (2007, p. 46): “A igualdade política e legal seria, portanto, a negação artificial e superficial da natureza das coisas e dos seres. Ora essa compreensão do racismo o circunscreve à modernidade, já que pressupõe o aparecimento da biologia e da filosofia política liberal”.

Para minimizar as desigualdades entre as diversas identidades culturais existentes no Brasil e com o objetivo de erradicar ações preconceituosas devido a essas diferenças o Brasil tornou-se um Estado-parte da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e foi adotada pela Resolução n. 2.106 da Assembleia Geral da ONU, em dezembro de 1965.

Considerando que a Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial de 20 de dezembro de 1963 (Resolução 1.904 (XVIII) da Assembleia Geral) afirma solenemente a necessidade de eliminar rapidamente a discriminação racial no mundo, em todas as suas formas e manifestações, e de assegurar a compreensão e o respeito à dignidade da pessoa humana.

Com o intuito de fazer jus ao princípio da igualdade entre todos, os Estados-membros assinaram a Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, assegurando a adoção de medidas práticas para esse fim. No ano de 2019, esta Convenção possuía, ao menos, 181 Estados partes.

Foi elaborada em um momento histórico no qual existiam ainda Estados com políticas internas oficiais de segregação racial, com a finalidade de promover e encorajar o respeito universal e efetivo pelos direitos humanos, sem qualquer

tipo de discriminação, em especial a liberdade e a igualdade em direitos, tendo em vista que a discriminação entre seres humanos constitui ameaça à paz e à segurança entre os povos. (RAMOS, 2020, p. 133).

Essa Convenção é um dos mais antigos tratados de direitos humanos ratificados pelo Brasil, que assinou a Convenção em 7 de março de 1966, quando foi aberta à assinatura, e a ratificou em 27 de março de 1968. Em 4 de janeiro de 1969, entrou em vigor, de acordo com o disposto em seu artigo XIX, 1º, a. Foi promulgada pelo Decreto n. 65.810, de 8 de dezembro de 1969.

A Constituição de 1988 reafirmou o comprometimento brasileiro de combate à discriminação racial ao dispor, no seu art. 4º, VIII, o repúdio ao racismo como um dos princípios que regem as relações internacionais brasileiras.

A Convenção é dividida em três partes e é composta por 25 artigos. Na primeira parte, o tratado prevê as obrigações assumidas pelo Estado que a adotem (artigos I a VII); na segunda parte, disciplina a constituição e o funcionamento do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial, previstos nos artigos VIII a XVI e, na terceira parte, prevê as disposições finais (artigos XVII a XXV). No artigo I, apresenta-se a definição de discriminação racial, que é entendida como:

a) qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica; b) que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais; c) no domínio político econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de sua vida. (BRASIL, 1969).

Assim, é possível observar que ficam excluídas dessa proibição as ações afirmativas, que consistem em políticas públicas criadas pelo governo com o objetivo de corrigir desigualdades raciais constantes na sociedade atual.

Os Estados Partes que aderem à Convenção se comprometem a adotar uma política de eliminação da discriminação racial,

devendo cada Estado abster-se de praticar ato de discriminação racial contra pessoas, grupos de pessoas ou instituições e de abster-se de encorajar, defender ou apoiar a discriminação racial praticada por uma pessoa ou organização qualquer.

Além dos tratados internacionais aderidos pelo Brasil, é necessário mencionar que a Constituição Federal de 1988 foi um marco jurídico de um período de transição política, assim trazendo vários dispositivos a fim de erradicar qualquer forma de preconceito.

A Constituição de 1988 coincidiu com as comemorações do centenário da Abolição da Escravidão. Isto permitiu que o movimento negro se utilizasse da mobilização da celebração do centenário. [...] O texto da Constituição de 1988 apresenta uma ênfase e institucionalização nos Direitos Humanos, como nunca havia ocorrido nas Constituições brasileiras. As transformações decorrentes do processo de democratização tiveram repercussão no plano internacional, face à mobilização e às denúncias de violação dos Direitos Humanos no país. O equacionamento dos Direitos Humanos no âmbito da ordem jurídica levou a considerar que esses direitos se tornariam um tema importante na agenda internacional, com uma presença expressiva de proteção dos Direitos Humanos no ordenamento jurídico brasileiro. (SANTOS, 2013, p. 60).

A Carta de 1988 trouxe significativos princípios a fim de reger as relações internacionais em seu art. 4º, como os princípios da prevalência dos Direitos Humanos e o princípio do repúdio ao racismo.

Ao assumir o princípio do respeito aos Direitos Humanos como um paradigma para a ordem internacional, o ordenamento jurídico se abre para o sistema internacional de proteção aos Direitos Humanos. Entre esses instrumentos está a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, que integra o sistema especial de proteção dos Direitos Humanos. Ao contrário do sistema geral de proteção, que tem por destinatário toda e qualquer pessoa, abstrata e genericamente considerada, este sistema está voltado a um sujeito de direito concreto, com sua especificidade e concretude baseadas em diversos critérios – como cor, sexo, etnia, idade, classe social –, historicamente situado. Daí apontar-se não mais ao indivíduo, genérica e

abstratamente considerado, mas ao indivíduo especificado, considerando-se categorizações relativas ao gênero, idade, etnia e raça. A mobilização do movimento negro passou, gradativamente, a recorrer ao sistema de proteção endereçado a pessoas ou grupos particularmente vulneráveis. A partir de 1988, com o país aberto ao sistema normativo internacional, passa-se a reconhecer e tutelar direitos endereçados às pessoas vítimas de discriminação racial, entre outros segmentos. (SANTOS, 2013, p. 60).

Trata-se de medida efetiva de combate às práticas de exclusão, tanto em nível legal, quanto institucional, conforme Santos (2013, p. 61) relata, esta foi “uma conquista resultante da mobilização do movimento negro, no ano do centenário da Abolição, que centralizou suas reivindicações para que as práticas discriminatórias saíssem da condição de contravenção penal e fossem classificadas como crime”.

Em 2014, entrou em vigor a Lei n. 12.990/2014, a qual reserva uma porcentagem para os negros na concorrência por vagas em concursos públicos, e isso causou muita polêmica no meio jurídico, visto que prevê uma espécie de desigualdade na disputa por um cargo público.

No entanto, na Ação Direta de Constitucionalidade n. 41 julgada em 2017 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, decidiu ser constitucional a Lei n. 12.990/2014, pela qual ficam reservadas aos negros 20% das vagas oferecidas em concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta e indireta.

De acordo com o art. 2º da Lei n. 12.990/2014: “poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE” (BRASIL, 2014). No caso da magistratura, as cotas em concursos para magistrados também estão previstas na Resolução n. 203/2015 do Conselho Nacional de Justiça, que reserva 20% de vagas para os

negros no âmbito do Poder Judiciário.

Dessa forma, é possível verificar que o governo tem tomado cuidado em legislar buscando minimizar a discriminação de diversidades culturais, especialmente no tocante a combater o preconceito racial e a discrepância na ocupação de cargos públicos, observável na ausência de pessoas negras atuando no serviço de órgãos públicos.

De outro lado, o Estado compromete-se também a tomar medidas eficazes, a fim de rever as políticas governamentais nacionais e locais que tenham por objetivo criar a discriminação ou perpetrá-la; a proibir e colocar fim à discriminação racial praticada por pessoa, por grupo ou organizações; e a favorecer organizações e movimentos multirraciais e outros meios vocacionados a eliminar as barreiras entre as raças e a desencorajar o que tende a reforçar a divisão racial. Fica aqui fixada a obrigação do Estado de impedir que particulares discriminem nas relações privadas. Nesse sentido, os Estados Partes se comprometem a adotar medidas especiais e concretas, nos campos social, econômico, cultural e outros, para assegurar o desenvolvimento ou a proteção de certos grupos raciais de indivíduos pertencentes a estes grupos, tendo por objetivo garantir-lhes o pleno exercício dos direitos do homem e das liberdades fundamentais. (RAMOS, 2020, p. 134).

Ou seja, o motivo de permitir a adoção de cotas raciais tem como objetivo promover a igualdade material. Tais medidas devem perdurar apenas enquanto subsistir a situação de desigualdade. Após a promulgação da Carta Magna de 1988, foi apresentado o Projeto de Lei nº 668 de 1988, que conseguiu, ainda no mesmo ano, ser aprovado e transformado na Lei nº 7.716, sancionada e publicada no início de 1989.

Veio preencher a lacuna do Código Penal no que tange à matéria, definindo os crimes resultantes de preconceito de cor ou raça. A prática cotidiana, porém, deixou que a lei continuasse a ter um alcance limitado, uma vez que não previa grande número de situações em que se dava o fenômeno discriminatório. Destaque-se que, apesar de a lei em questão conter algumas normas incriminadoras comissivas (recusar, impedir, obstar acesso) e outras normas omissivas (negar

inscrição ou ingresso), poucos foram os procedimentos penais instaurados com base em seus artigos. (SANTOS, 2013, p. 62).

A publicação da lei que prevê a prática do preconceito racial como crime não foi suficiente para erradicar essa forma de discriminação racial, pois encontramos outro desafio no combate ao preconceito, visto que a lei é pouco aplicada na prática.

A comissão prevista na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial designada para avaliar situações de violação ao tratado internacional chamou a atenção do Brasil para a dificuldade na aplicação da Lei nº 7.716/1989 e para a tendência da Justiça brasileira a ser condescendente com as práticas discriminatórias, dificilmente condenando um branco por discriminação racial.

Com efeito, uma análise do racismo por meio do Poder Judiciário poderia levar à falsa impressão de que, no Brasil, tais práticas não ocorrem. A maioria das denúncias de crimes de preconceito e discriminação racial não se converte em processos criminais e, dos poucos processados, um número ínfimo de perpetradores dos crimes é condenado. A falta de uma investigação diligente, imparcial e efetiva, a discricionariedade do promotor para fazer a denúncia e a tipificação do crime – que exige que o autor, após a prática do ato discriminatório, declare expressamente que sua conduta foi motivada por razões de discriminação racial – são fatores que contribuem para a denegação de justiça e a impunidade no que diz respeito aos crimes raciais. (SANTOS, 2013, p. 237)

Ou seja, a criminalização do preconceito racial por meio da Lei nº 7.716/1989 não tem sido aplicada como deveria, sendo assim, a lei tem sido falha no seu objetivo de combater o racismo e a discriminação por motivo de cor.

Para Harris (1967), a maioria dos brasileiros considera abstratamente os negros como inatamente inferiores em inteligência, honestidade e confiança. As características estéticas do negro são consideradas feias em relação aos brancos. Essa afirmação de Harris, realizada na década de 1960, encontra alguns problemas, em especial pela generalização. Entretanto, pesquisas realizadas para verificar o preconceito racial junto

ao corpo discente das escolas públicas no município do Rio de Janeiro, durante o ano de 1988, por Figueira (1990), confirmaram a existência desses estereótipos. Estudos realizados no campo da psicologia social por Carone e Bento (2002) também demonstram a reprodução de estereótipos relativos ao negro. Livro recentemente publicado, *Racismo: São Paulo fala* (2008), reproduz 120 cartas retiradas de um conjunto de mais de 10 mil recebidas pela Secretaria Estadual da Cultura de São Paulo, que registram experiências individuais de racismo, em cujos relatos aparecem esses mesmos estereótipos. (APUD, SANTOS, 2013, p. 32).

Um dos estudos mais citados atualmente sobre a situação de descaso com a aplicação da Lei nº 7.716/1989 é o de Racusen (2002, apud SANTOS, 2013, p. 238), que examinou sistematicamente várias denúncias de racismo e discriminação racial no Brasil.

Segundo o autor, ao requererem evidência direta do tratamento desigual no ato discriminatório, os juízes brasileiros não somente ofendem alguém com base em sua raça, mas também demonstram a motivação discriminatória. Por conseguinte, em uma eventual ação penal, a maioria dos juízes requeria a comprovação de três elementos: 1) evidência direta do ato discriminatório; 2) evidência direta da discriminação do ofensor para o ofendido; 3) evidência da relação de causalidade entre aqueles. [...] A lei não define preconceito. Os brasileiros às vezes usam os termos preconceito, discriminação, racismo e desigualdade permutavelmente. O preconceito tem múltiplos significados no Brasil: ódio, intolerância, noções preconcebidas sobre outra pessoa e depreciação verbal. A expressão de ódio, como um explícito crime de ódio de grupos de inspiração nazista, é a forma mais fácil de preconceito analisado pelos juízes. Mas a noção de preconceito também se refere a mau tratamento velado por um perpetrador que age com base em noções preconcebidas – o que é um tipo muito diferente de preconceito e difícil de ser assimilado pelos tribunais brasileiros. (SANTOS, 2013, p. 238).

Com isso, é possível averiguar uma situação generalizada de desigualdade no acesso à justiça e impunidade nos casos de denúncia de crime com motivação racial, conforme afirma Santos (2013). Com efeito, tal conjuntura revelaria a ineficácia da Lei nº 7.716/1989, uma vez que esta não tem sido aplicada

pelas autoridades brasileiras e gerou no Brasil uma situação de desigualdade de acesso à justiça para aqueles que são vítimas de preconceito racial e racismo.

A situação deriva da forma de pensar caracterizada pelo “racismo institucional” que consiste na forma como o Brasil foi construído sobre o histórico de escravidão de pessoas negras e hierarquia racial, chegando nos dias atuais e, de forma inconsciente, naturaliza o racismo e a forma de discriminação com base na cor e raça das pessoas.

O sistema racista, conforme Djamilia (2019) afirma, está em constante processo de atualização e, portanto, deve-se entender seu funcionamento. Sem dúvida, todos os racismos são abomináveis e cada um faz as suas vítimas do seu modo. O brasileiro não é o pior, nem o melhor, mas ele tem as suas peculiaridades, entre as quais o silêncio, o não dito, que confunde todos os brasileiros e brasileiras, vítimas e não vítimas do racismo.

Essa confusão de caracteriza pela falta de observação do que conceitua ou não o preconceito racial, sendo necessário para a devida aplicação da Lei nº 7.716/1989 uma conceituação exata do que configura o racismo, de forma a erradicar esta prática que ocorre na forma de ações veladas.

3 Considerações finais

Este artigo trouxe uma reflexão e análise sobre as legislações brasileiras utilizadas para combater o preconceito racial e utilizadas para erradicar a ideia errônea de diferenciação dos seres humanos com base nas raças e sua classificação de maneira hierárquica.

Foi abordada a importância da promulgação da Constituição Federal de 1988 e a ratificação pelo Brasil do Tratado Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial em 1968, além de legislações que tipificaram o preconceito racial como crime e legislações que reservam vagas para negros para a conquista de cargos públicos na administração pública direta e indireta e

também de cargos no Poder Judiciário, como o da Magistratura.

Ao finalizar esta pesquisa, conclui-se que apesar da evolução da legislação no combate ao preconceito racial ao longo dos anos, na tentativa de minimizar o desrespeito ao direito à igualdade racial. O racismo realmente existe no Brasil e existe um tratamento diferente das pessoas negras, no entanto há uma grande dificuldade em determinar que uma ação realmente constitui o crime de racismo. Essa situação ocasiona a desigualdade no acesso à justiça e impunidade nos casos de denúncia de crime com motivação racial, fazendo assim que a população negra continue a pagar socialmente pelo seu passado escravocrata e de hierarquia inferior.

A criminalização do preconceito racial por meio da Lei nº 7.716/1989 não tem sido aplicada como deveria, sendo assim, tem sido falha no seu objetivo de combater o racismo e a discriminação por motivo de cor. Portanto, tendo em vista o padrão que se reflete na ausência de reconhecimento do crime de racismo, é necessário que o sistema judiciário seja vigilante e mais eficaz nesse aspecto, buscando dirimir essa problemática racial.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969.**

Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.html>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.** Define os crimes resultantes de preconceito de raça e de cor. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm>. Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.** Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das

fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D65810.html>. Acesso em: 20 jul. 2021.

GENEVOSE, Eugene D. **The World the slaveholders made**. Middletown CT: Wesleyan University Press, 1969.

GUIMARÃES, Antonio **Sérgio Alfredo. Preconceito Racial: Modos, Temas e Tempos**. Princeton.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos / André de Carvalho Ramos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Campanhia das letras, 2019.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos humanos e as práticas de racismo**. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

Capítulo 4

AS ONDAS FEMINISTAS E OS DIREITOS DAS MULHERES: UMA ANÁLISE DAS SUAS REIVINDICAÇÕES E CONQUISTAS

Bibiana Terra

Bianca Tito

1 Introdução

O feminismo, no decorrer de sua história, se reuniu em torno de diferentes pautas que reivindicavam pelos direitos sociais, políticos e civis para as mulheres, como meio de alcançar a emancipação feminina e conquistar a previsão legal de seus direitos. Assim, como todo movimento social e político que busca transformações, o movimento feminista não é linear, sendo que sua história é marcada por avanços e retrocessos. Nesse sentido, o seu contexto histórico – e, aqui, o abordamos a partir de uma perspectiva do feminismo ocidental – tem sido narrado como uma sequência de ondas, como momentos que se sucedem através dos tempos e com intervalos entre uma onda e outra (PIMENTEL; BIANCHINI, 2021). Em cada um desses momentos alguma ou algumas pautas chamaram mais a atenção, marcando uma determinada onda feminista.

Essa análise das ondas feministas pode nos parecer confusa quando analisamos diferentes contextos, pois em distintos países os feminismos possuem distintas histórias e demandas, além de uma variedade de pautas e reivindicações que nem sempre foram as mesmas, havendo inclusive divergências entre as próprias feministas. Nesse sentido, a proposta do trabalho é analisar essas ondas do feminismo ocidental, mas sem ignorar o fato de que os feminismos se estabeleceram em muitos lugares e que as suas

interações e inspirações são existentes e diferentes em todo o mundo.

Diante disso, a presente pesquisa se propõe a investigar essas ondas e, para tanto, o seu objetivo geral consiste em apresentar uma análise das ondas do movimento feminista e as suas principais reivindicações e conquistas dos direitos das mulheres através dos tempos. Nesse sentido, os seus objetivos específicos se dividem em dois, sendo que no primeiro serão apresentadas as pautas e direitos da primeira e segunda onda feminista e, no segundo objetivo específico, uma análise da terceira e quarta onda feminista. Para a sua realização será utilizada a metodologia da pesquisa bibliográfica, sendo que o trabalho se justifica pela importância de investigações que levem em conta as reivindicações feministas na conquista dos direitos das mulheres.

O feminismo, dentre diversas outras definições que poderiam ser apresentadas, pode ser compreendido como um movimento que se contrapõe à dominação masculina e que reivindica a não discriminação feminina. Ele se desenvolve através da construção de críticas que vinculam a submissão das mulheres no âmbito doméstico à sua supressão do âmbito público. No contexto ocidental, o movimento feminista, enquanto movimento político e intelectual, surgiu no fim do século XVIII e início do século XIX e pode ser compreendido como uma decorrência não desejada da Revolução Francesa (MIGUEL; BIROLI, 2013).

Enquanto movimento social, político e filosófico, o feminismo é didaticamente dividido em “ondas”, sendo essas compreendidas como períodos nos quais predominam algumas de suas particularidades mais marcantes. Essas denominações foram criadas para indicar um momento histórico de relevante agitação militante e/ou acadêmica em que alguma pauta ou questão feminista insurgiu e dominou o debate da época. Isso porque, as mulheres se organizaram ao longo da história em diferentes momentos, sendo que esses ficaram então conhecidos como ondas (SANTIAGO, 2020).

2 A primeira e a segunda onda do movimento feminista

Desde o final do século XIX até mais ou menos a metade da década de 1950, no ocidente, as mulheres reivindicaram por direitos iguais aos homens. É importante destacar que antes de haver efetivamente um movimento feminista organizado, que dará início a primeira onda do feminismo e que irá surgir com as demandas das sufragistas, as discussões em torno dos direitos das mulheres já existiam. No entanto, é somente na segunda metade do século XIX e início do século XX que as mulheres irão se reunir de maneira organizada para reivindicarem os seus direitos (PIMENTEL; BIANCHINI, 2021).

Essas suas primeiras manifestações marcaram o primeiro grande momento organizado das feministas – ou seja, a primeira onda feminista – sendo que as campanhas pelos seus direitos giravam em torno da luta pelo reconhecimento dos seus direitos políticos, pois elas reivindicavam os direitos de votarem e serem votadas, assim como os homens. As manifestações pelo reconhecimento de seus direitos políticos as faria ficar conhecidas como “Sufragistas” (ALVES, 2019).

A primeira onda feminista se refere a movimentos articulados, em diversas partes do mundo ocidental, reivindicando o direito ao voto, desde o final do século XIX, até a década de 1920. Grande parte desses movimentos acentuaram as demandas em favor do sufrágio feminino por entender que tal conquista poderia ser estratégica (PIMENTEL; BIANCHINI, 2021, p. 28-29).

Na segunda metade do século XIX e início do século XX, as manifestações das mulheres começaram a dar lugar a uma campanha mais acentuada pelos seus direitos políticos de votarem e serem votadas. O movimento das sufragistas – como elas ficaram conhecidas – surgiu primeiramente na Europa e nos Estados Unidos e se consolidou como o primeiro momento em que as mulheres se reuniram no mundo, como movimento organizado, para reivindicarem os seus direitos. E no Brasil, da mesma forma, a primeira fase organizada do movimento feminista não será

diferente e terá como um de seus eixos principais as reivindicações pelos direitos políticos das mulheres (ALVES, 2019).

Dito isso, cumpre apresentar que o período histórico que ficou conhecido como primeira onda do movimento feminista ocorreu entre o final do século XIX até mais ou menos a metade do século XX. Tendo surgido inicialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, as suas reivindicações eram marcadas pelas demandas por seus direitos de participar da vida pública e, mais especificamente, seus direitos políticos para votarem e serem votadas (SILVA, 2019).

Sendo assim, pode-se compreender que na primeira onda feminista o que mais marcou foram as demandas das mulheres para que elas tivessem o direito de participar da vida política, não sendo mais excluídas da vida pública e confinadas somente ao âmbito doméstico. Durante muito tempo esse direito foi negado às mulheres sob argumentos de que para ser uma “boa mulher” elas deveriam permanecer dentro da casa, sendo suas preocupações exclusivamente acerca do cuidado de seu marido e seus filhos (SILVA, 2019).

O direito de votar e ser votada marcou esse primeiro momento do feminismo e foi uma das mais relevantes batalhas das mulheres na busca pela igualdade de gênero. No contexto brasileiro, a conquista dos direitos políticos das mulheres veio no ano de 1932, quando o Governo Provisório de Getúlio Vargas editou o Decreto nº 21.076 que instituiu um novo Código Eleitoral (TERRA, 2021). Diante disso, podemos compreender que:

Uma das primeiras medidas de Vargas foi constituir uma comissão de juristas para reformar o sistema eleitoral brasileiro. Ao fim dos debates e divergências nessa comissão, o voto feminino ainda tinha restrições. Apenas as mulheres viúvas ou solteiras com renda própria poderiam votar. As mulheres casadas, mesmo que também tivessem renda própria, fruto de atividade profissional, só poderiam votar se autorizadas pelo marido. [...] Ouvindo o apelo das mulheres a essas restrições, Vargas revisou pessoalmente o texto da comissão, e o decreto do novo Código Eleitoral, publicado em 24 de fevereiro de 1932, acolheu o voto feminino sem condições excepcionais.

As mulheres poderiam votar e serem votadas (MARQUES, 2018, p. 106).

Essa conquista para as mulheres brasileiras representou um avanço no que diz respeito ao princípio da isonomia entre homens e mulheres e à conquista da cidadania pelo gênero feminino no Brasil, ampliando a busca pela igualdade entre homens e mulheres. Nesse sentido, pode-se compreender que a primeira onda do movimento feminista, no ocidente, diz respeito a uma série de movimentações articuladas em torno dos direitos políticos das mulheres. Assim, elas reivindicavam, pelo menos desde o final do século XIX, pelo direito ao voto, sendo que, de maneira ampla, essas demandas pelo sufrágio tinham como objetivo direitos iguais para homens e mulheres (PIMENTEL; BIANCHINI, 2021).

Após conquistarem o voto houve um momento de esvaziamento do movimento feminista, como se já tivesse sido conquistado tudo o que precisavam. No entanto, nas décadas de 1960 e 1970, esses debates voltaram e as feministas passaram a reivindicar a valorização do trabalho da mulher, o direito ao corpo e ao prazer. Surge então um novo feminismo, que apresentou reivindicações para além dos direitos políticos, econômicos e educacionais. Tiveram destaque as questões ligadas a sexualidade e ao corpo feminino, a violência contra a mulher, discriminações de gênero e direitos reprodutivos (PEDRO, 2018).

O movimento feminista, até o momento, já havia afirmado a sua posição questionadora e revolucionária frente às desigualdades existentes entre homens e mulheres. O argumento central dessa segunda onda encontra-se na atribuição do caráter sociocultural às diferenças existenciais entre os sexos. Nesse sentido, ser homem ou ser mulher não é um destino determinado biologicamente, mas antes uma construção social (PIMENTEL; BIANCHINI, 2021, p. 32).

Nesse momento, no Brasil, a situação era um pouco diferente, pois a política influenciou o movimento feminista. O país vivenciava um período de ditadura militar, que perdurou de 1964 a 1985 e representou um momento marcado pelo autoritarismo político, violação dos direitos humanos e censura da liberdade

de expressão (PINTO, 2003). “No Brasil, é marco histórico a luta organizada das mulheres, a partir de meados de 1970, por feministas articuladas à vertente de militantes que privilegiavam a luta contra a ditadura” (PIMENTEL; BIANCHINI, 2021, p. 39).

Diante disso, no que diz respeito a segunda onda feminista no contexto brasileiro, é importante compreender que embora o feminismo brasileiro tenha sido influenciado pelas experiências internacionais, no Brasil o período dos anos 1970 foi significativamente marcado pela contestação à ordem política instituída no país. Esse movimento ocupou um importante papel de resistência, sendo que as militantes feministas conjugaram as lutas pela democracia com as lutas específicas das mulheres pela sua igualdade e reconhecimento de seus direitos (TELES, 2017).

Durante esse período da segunda onda, algo que chamou bastante a atenção das feministas e que ganhou notoriedade foi a publicação do livro “O segundo sexo” de Simone de Beauvoir, que tem como núcleo as relações entre o mundo público e o privado, apresentando um dos slogans dessa fase do feminismo de que “o pessoal é político” (MIGUEL; BIROLI, 2014). A obra de Beauvoir disserta sobre a desigualdade salarial entre homens e mulheres, sobre a falta de reconhecimento do trabalho exercido pelas mulheres e a sua exclusão dos espaços de poder, sendo de grande relevância para o estudo da teoria feminista (BEAUVOIR, 2019).

Diante disso, é possível compreender que esse foi um período do movimento feminista que passou a abordar pautas relacionadas à opressão da mulher, a sua sexualidade, a construção cultural de gênero e dominação dos homens. Havia um discurso que estava focado nas relações de poder entre homens e mulheres, debatendo sobre questões de discriminação, desigualdades culturais, estruturas sexistas e construção de gênero (BIROLI; MIGUEL, 2014).

A segunda onda representou na história do movimento feminista a abertura de novos eixos de ação adequados às particulares discriminações questionadas. Sob o lema “Pessoal é Político”, foi popularizada a noção de que todos os aspectos da vida das mulheres são afetados pela situação política

e discriminatória da sociedade. Portanto, nessa época, o feminismo radical, o feminismo socialista, o feminismo anti-imperialista, o feminismo negro, entre outros, estruturaram-se para, sobre suas reivindicações basilares, contraporem-se ao patriarcado, sexismo, andocentrismo, capitalismo e, inclusive, aos ideais das feministas liberais (PIMENTEL; BIANCHINI, 2021, p. 34).

A partir dessas novas ideias, que irão influenciar fortemente a próxima onda, o movimento feminista se expande pelo mundo, dando início a um período marcado por movimentos sociais. As concepções tradicionais do que seria o ideal para as mulheres vão perdendo as suas forças e um novo pensamento feminista começa a ganhar espaço. Sendo assim, Europa e Estados Unidos viveram, nas décadas de 1960 e 1970, uma eclosão dos movimentos feministas e de outros movimentos sociais, experimentando uma efervescência política e cultural.

3 As mulheres e as feministas na terceira e quarta onda: novas reivindicações e novos feminismos

No início da década de 1990 passa a ser identificada a terceira onda do movimento feminista. Esse foi um período em que as feministas passaram a questionar o próprio movimento, percebendo que os estudos feministas abordavam experiências que representavam apenas as mulheres da classe média e brancas – não que anteriormente as mulheres não tenham feito esse questionamento, no entanto, foi com a terceira onda que isso veio à tona. Esse questionamento marca fortemente a terceira onda, pois é, nesse momento, que as mulheres ligadas ao movimento feminista farão críticas as ondas anteriores (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Um conceito que ganhará força nesse momento da terceira onda e que será fundamental para o feminismo desde então é o da interseccionalidade, desenvolvido pela afro-americana Kimberlé Crenshaw (TERRA; TITO; GOULARTE, 2021). Ela formulou esse conceito para abordar que distintas formas de opressão produzem distintas formas de desigualdade, pois as mulheres não

estão sujeitas apenas as opressões de gênero, sendo que raça, classe, nacionalidade, entre outros, também geram consequências em suas vidas. Conforme Crenshaw destaca, a interseccionalidade é um conceito que captura essas diferentes opressões, considerando a interação entre diferentes eixos de subordinação (CRENSHAW, 2002).

Dentro dessa temática que marca a terceira onda, as professoras Silvia Pimentel e Alice Bianchini (2021, p. 52) apontam que:

Por meio da intersecção de gênero com outros marcadores sociais da diferença e da desigualdade, tais como classe, raça, etnia, geração, orientação sexual, identidade de gênero, procura-se considerar particularidades, opressões, demandas e lutas específicas das mulheres em sua concretude existencial, plural e diversa. As históricas reivindicações da mulher cisgênera, branca, heterossexual, de classe média, a título de exemplo, não abarcaram as especificidades e diferenças das pautas das mulheres negras, das mulheres em situação de pobreza, das mulheres indígenas, como ainda tampouco abarcaram aquelas das mulheres lésbicas e transgêneras, mulheres com deficiência, mulheres refugiadas, mulheres encarceradas, entre outras.

Nesse sentido, pode-se compreender que a terceira onda do movimento feminista surge bastante questionadora, sendo que as mulheres passaram a discutir temas que envolviam identidade de gênero, o binarismo homem/mulher e criticavam o essencialismo dos discursos feministas que somente consideravam as experiências das mulheres brancas e economicamente privilegiadas. As definições genéricas do feminismo liberal passaram então a ser muito questionadas pelo movimento feminista (SILVA, 2019).

Diante disso, a terceira onda dos movimentos feminista, de maneira resumida, pode ser compreendida da seguinte forma:

A terceira onda surgiu com propósito questionador, sendo fortemente marcada por uma concepção pós-estruturalista e contestando as definições essencialistas do sentido de mulher que, por se apoiarem especificamente nas experiências vividas por mulheres brancas integrantes de uma classe economicamente privilegiada da sociedade, resultava numa

ideia genérica e simplificada que dizia ser somente uma construção social baseada no sexo a fonte de todo tipo de desigualdade entre homens e mulheres. Assim, a terceira onda do feminismo buscou responder ao que se compreendia como “falhas da segunda onda”, além de uma redefinição das estratégias dessa fase anterior. As feministas de terceira onda questionavam o sentido de mulher levantado nos discursos da onda feminista que lhes precedeu, uma noção de mulher universal e indiscriminada, resumida essencialmente no seu sexo (SILVA, 2019, p. 19).

Nesse sentido, pode-se compreender que a terceira onda buscou o reconhecimento das diversas identidades femininas, sem deixar de considerar o contexto de cada mulher e que essas poderiam sofrer opressões diferentes umas das outras (SILVA, 2019). “Dessa forma, as feministas da última década do século XX admitiram a instabilidade semântica do conceito, mas mantiveram a convicção nas reivindicações identitárias e na ação política”. (MARTINS, 2015, p. 237). Assim ficou marcada a terceira onda feminista, através de muitos questionamentos.

Apresentada a terceira onda, atualmente já é possível se falar em uma quarta onda do movimento feminista, que é a que está acontecendo hoje, sendo que essa é fortemente marcada pela internet, sendo inclusive chamada de “feminismo das hashtags”, pois foi potencializada pelo uso da internet, das redes sociais e do ativismo digital. Sendo assim, há autoras que chegam inclusive a afirmar que a nova onda é digital (PIMENTEL; BIANCHINI, 2021). “Logo, já adiantamos que a quarta onda do feminismo é caracterizada principalmente pelo uso maciço das plataformas de redes sociais” (SILVA, 2019, p. 28).

Desse modo, conforme as professoras Silvia Pimentel e Alice Bianchini (2021, p. 60), apontam que:

(...) a nova onda é digital (com uma profusão de debates e mobilizações realizadas pelos meios digitais), interseccional, fluida (está sempre em movimento e em transmutação) e plural (abrange inúmeras demandas, queixas, reivindicações, propostas de ação). É indiscutível, na onda atual do feminismo, a potencialização das vozes das mulheres, a partir do conceito

de interseccionalidade – já tão bem trabalhado na terceira onda – que, somando-se às possibilidades tecnológicas, impactaram intensamente a produção acadêmica e as práticas sociais, ocasionando vários desdobramentos das ondas anteriores. O uso massificado das redes sociais e da tecnologia potencializou maior alcance e intercomunicação das vozes das mulheres, permitindo uma verdadeira explosão do ativismo digital. Nasce, assim, o ciberfeminismo, destacando-se o “feminismo das hashtags”, que, por meio de ações individuais (blogueiras, artistas, professoras, comunicadoras, pesquisadoras) ou coletivas (redes, coletivos e organizações), transformou-se em importante instrumento de difusão de denúncias, pautas e reivindicações.

Diante disso, pode-se compreender que a internet se apresenta como um aliado poderoso dos feminismos atuais, pois possibilita que as feministas ampliem os seus espaços de troca, em que as mulheres possam ter suas vozes mais amplamente divulgadas e que, conseqüentemente, suas pautas e discussões tenham um maior alcance.

Além disso, “os movimentos de mulheres utilizam blogs e sites como fóruns de discussão sobre os direitos e desafios da mulher, pelo que se percebe o visível auxílio da internet na mobilização feminista” (RODRIGUES; GADENZ; RUE, 2014, p. 28). Sendo assim, destaca-se que “a internet pode ser entendida como meio fundamental para a divulgação das causas, reivindicações e organização de mobilizações” (RODRIGUES; GADEMZ’RUE, 2014, p. 16).

É diante dessa perspectiva que se afigura a quarta onda do movimento feminista – que ainda está em curso – e que apresenta características bastante específicas, sendo o uso das redes sociais, dos meios digitais e da tecnologia um meio de ampliar as suas discussões e trazer mais visibilidade para as suas pautas. Nesse sentido:

(...) a internet pode ser visualizada como um oxigênio em relação aos meios tradicionais, sendo o canal por onde, na atualidade, o movimento feminista tem conseguido propagar suas pautas e mobilizar ações na busca pela mudança cultural, desconstruindo os estereótipos sexistas e machistas ainda tão

presentes na sociedade (RODRIGUES; GADENZ; RUE, 2014, p. 25).

Sendo assim, os movimentos feministas se reorganizaram e, cada vez mais, passaram a utilizar a internet como meio de estratégias para difundir suas ideias e ampliar sua militância, pois esta possibilita o acesso de muitas pessoas em torno de suas pautas. Diante disso, pode-se compreender que a quarta onda do movimento feminista é marcada pela tecnologia, pelas mídias sociais que são exploradas ao máximo e que ampliam o feminismo.

4 Considerações finais

Diante do exposto, podemos compreender que os feminismos são movimentos que reivindicam pelos direitos das mulheres, sendo que esses foram conquistados em contextos históricos específicos, que ficaram conhecidos como “ondas” feministas. Assim, os direitos das mulheres não foram conquistados de forma espontânea, mas, na verdade, integraram processos de reivindicações pelo seu reconhecimento. Cada onda contou com características específicas e avançou no reconhecimento da cidadania feminina. Assim, a presente pesquisa traz como resultados que os movimentos feministas foram fundamentais para a previsão e avanço dos direitos das mulheres.

Conforme abordado, a partir dessas ondas a teoria feminista faz um recorte histórico sobre as principais reivindicações das mulheres. Esse recorte se dá a partir do século XIX e aborda sobretudo a Europa e os Estados Unidos. Entretanto, conforme acima destacado, isso não quer dizer que não existiram reivindicações de mulheres antes desse período ou em outros lugares do mundo, ou mesmo que o desenvolvimento do feminismo não possa ser proposto de outra forma. É evidente que houveram outras reivindicações das mulheres, no entanto, o tempo e o pensamento que existem em um determinado local e em um determinado espaço de tempo é que as define.

Sendo assim, a primeira onda foi principalmente marcada pelas reivindicações dos direitos políticos das mulheres. Já a segunda onda marcou os debates acerca do gênero, sexualidade, direitos reprodutivos e ficou conhecido por ser o período em que foi publicado “o segundo sexo”, de Simone de Beauvoir. Na sequência veio a terceira onda feminista, que trouxe o conceito da interseccionalidade e fez diversos questionamentos sobre as ondas anteriores, colocando em pauta o discurso feminista que só considerava questões de gênero e não levava em conta outras opressões sofridas pelas mulheres, tais como raça e classe. Por fim, há ainda uma quarta onda feminista, que é a vivenciada hoje e que tem suas pautas sendo amplamente debatidas nos meios digitais.

Referências

ALVES, Branca Moreira. A luta das sufragistas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução Sérgio Milliet. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *O Voto Feminino no Brasil*. Brasília: Edições Câmara, 2018.

MARTINS, Ana Paula Antunes. O sujeito nas ondas do feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. *Revista Café com Sociologia*, v. 4, n. 1, p. 231-245, jan./abr. 2015.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018.

PIMENTEL, Sílvia; BIANCHINI, Alice. *Feminismo(s)*. São Paulo: Matrioska, 2021.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RODRIGUES, Alexsandra Gato; GADENZ, Danielli; RUE, Letícia Almeida de la. Feminismo.Com: O movimento feminista na sociedade em rede. *Derecho y Cambio Social*, 2014.

SANTIAGO, Bruna. O que são as ondas do feminismo? Entenda um pouco da história do feminismo, e como chegamos até aqui. *Rev. Digital QG Feminista*, Nº 11, fev. 2020. Disponível em: https://qgfeminista.org/wp-content/uploads/2020/02/QG_Zine11_Miolo_Cachalote.pdf. Acesso em: 09 nov. 2021.

SILVA, Maria Jacilene. *Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda*. Recife: Independently published, 2019.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

TERRA, Bibiana de Paiva Francisco Beraldo Borges de Sant'Ana. *A Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes: O Movimento Feminista e a Participação das Mulheres no Processo Constituinte de 1987-1988*. 2021. 326p. Dissertação de mestrado. Faculdade de Direito Do Sul de Minas. Pouso Alegre, 2021.

TERRA, Bibiana; TITO, Bianca; GOULARTE, Roana Funke. Direitos Humanos, gênero e raça: uma análise da convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW). In: Bibiana Terra; Nariel Diotto; Roana Funke Goularte. (Org.). *Diálogos de gênero: perspectivas contemporâneas*. Cruz Alta: Editora Ilustração, 2021.

Capítulo 5

DECOLONIALIDADE, INTERSECCIONALIDADE E DIREITOS DAS MULHERES: A CONSTRUÇÃO DE UM PENSAMENTO FEMINISTA NÃO HEGEMÔNICO

Bibiana Terra

Bianca Tito

Rafaela Perugini

1 Introdução

No início da década de 1990 passou a ser identificado um novo período do movimento feminista. As mulheres passaram a questionar o próprio movimento, percebendo que esses abordavam apenas as experiências que representavam mulheres da classe média e brancas, como se essas representassem a sua totalidade. Elas começaram a questionar a falta de uma análise mais ampla e que incluísse outras formas de opressão, tais como as de raça, classe, nacionalidade, entre outras (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Assim, a partir dos questionamentos feitos principalmente pelas feministas negras, o feminismo liberal e indiferente à questão racial e colonial passou a ser questionado, pois as feministas passaram a evidenciar como as análises que consideravam apenas as questões de gênero eram tão simplistas e menosprezavam as possíveis outras opressões que as mulheres estavam sujeitas (VERGÈS, 2020). Nesse sentido, o feminismo branco, liberal e burguês não representa todas as mulheres e precisava (e ainda precisa) ser questionado e repensado.

De maneira ampla é possível afirmar que o objetivo geral

dos movimentos feministas é o fim do machismo e a igualdade entre todas as pessoas. No entanto, a misoginia não é a única opressão que incide sobre as mulheres, pois opressões além do seu gênero devem ser consideradas. Nesse sentido, o feminismo não pode ignorar ou minimizar fatores como raça, classe, sexualidade, entre outros, sendo que é preciso considerar e abranger perspectivas que os levem em consideração, pois somente dessa maneira poderá haver um pensamento feminista que, de fato, alcance todas as mulheres, sem cair em um universalismo (HOOKS, 2019).

Esses são questionamentos que passaram a ser feitos por diferentes vertentes do feminismo, como a interseccional e a decolonial, objetos de estudo do presente trabalho. As feministas passaram a questionar o feminismo liberal, de modo a criticar o essencialismo de gênero do feminismo e a importância de construir um pensamento feminista não hegemônico. Assim, elas apontam a necessidade do feminismo de não ignorar que diferentes mulheres possuem diferentes experiências e que as opressões não as atinge de maneira igual (PIMENTEL; BIANCHINI, 2021).

Desse modo, é possível compreender que a concepção feminista produzida a partir das experiências de mulheres subalternizadas (afro-latino, afro-americanas e afro-caribenhas e caribenhas) evidencia como o debate de gênero, atrelado às questões raciais, de sexualidade e de classe questionam as teorias feministas eurocêntricas. Nesse sentido, o feminismo decolonial reconhece que diferentes grupos de mulheres têm especificidades múltiplas e camadas de vida com as quais precisam lidar com o racismo e o sexismo, além de outras opressões.

Diante disso, a presente pesquisa reconhece a importância e a necessidade de uma abordagem decolonial e interseccional do pensamento feminista e dos direitos das mulheres, que compreenda a importância de se construir um pensamento feminista não hegemônico. Sendo assim, o trabalho tem como objetivo central fazer uma análise teórica acerca da interseccionalidade e da decolonialidade no feminismo. Para a sua realização será utilizada a metodologia da pesquisa bibliográfica, sendo que traz como aporte

teórico os feminismos decoloniais e interseccionais desenvolvidos por autoras como Angela Davis e Lélia González, dentre outras que trazem importantes contribuições para a construção dos feminismos.

2 Pensamento feminista e direitos das mulheres: uma análise a partir da interseccionalidade e da decolonialidade

O feminismo, em uma visão ocidental, enquanto movimento político e social, fundou-se a partir das lutas das mulheres (principalmente aquelas localizadas em regiões da Europa e Estados Unidos) pelos seus direitos civis e políticos. Elas questionavam a sua situação de subordinadas aos homens e demandavam por direitos iguais, sendo que as suas primeiras grandes manifestações foram marcadas por reivindicações pelo reconhecimento dos seus direitos de votarem e serem votadas, além dos direitos à educação, para trabalhar fora de casa e pela livre disposição de seus patrimônios sem necessidade de autorização de seus maridos (GARCIA, 2015).

Nesse sentido, conforme aponta o professor Marcelo Maciel Ramos (2021, p. 1683), podemos compreender que:

Preliminarmente, poderíamos dizer que os feminismos, em suas diferentes tendências, têm como sujeito e objeto as mulheres, ou ao menos tiveram em seus primeiros desenvolvimentos. Do ponto de vista da ação feminista, ela está sempre constituída em torno da luta de mulheres contra a violência, a dominação e a desigualdade, seja pela via de uma emancipação revolucionária, seja através de instrumentos jurídicos e políticos institucionais de reconhecimento e equalização, seja pela transgressão sistemática dos dispositivos e estruturas de opressão, ou ainda por algum tipo de combinação dessas estratégias.

Ao longo do século XX essas lutas foram se fortalecendo, sendo que no contexto sociopolítico da primeira e segunda ondas do feminismo¹, é importante destacar que essas foram fundamentais

1 Enquanto movimento social e teórico, o feminismo é didaticamente dividido em “ondas”, sendo essas compreendidas como períodos de tempo nos quais predominam algumas de suas particularidades mais marcantes.

para as conquistas de direitos básicos às mulheres. No entanto, com os avanços dessas conquistas e com os feminismos ganhando cada vez mais espaço, outras questões começaram a ganhar força no cenário social, o que levou muitas mulheres a reverem suas análises e questionarem suas bases teóricas (MIGUEL; BIROLI, 2014). Isso porque embora esse início do feminismo no Ocidente tenha sido muito importante para os direitos das mulheres, deixou de considerar importantes questões para além do gênero.

Diante disso, é importante abordar que o movimento feminista contemporâneo (assim, no singular, em uma visão ainda bastante hegemônica) afirma que todas as mulheres são oprimidas. Sim, elas são. No entanto, esse tipo de afirmação pressupõe que todas elas dividem um fardo comum, que elas são “universais”, deixando de considerar importantes fatores como raça, classe, orientação sexual, região, entre tantos outros possíveis fatores que as oprimem. Nesse sentido, conforme a teórica feminista bell hooks² destaca, “o sexismo é, sem dúvida, um sistema de dominação institucionalizado, mas nunca foi capaz de determinar de modo absoluto o destino das mulheres” (HOOKS, 2019, p. 32).

Diante disso refutar o ideal da mulher universal é necessário para que o feminismo possa alcançar igualdade para todas. Por isso é sempre relevante levar em conta as colonialidades e as interseções. Por exemplo, mulheres brancas são oprimidas por serem mulheres, mas privilegiadas por serem brancas (GONZALEZ, 2020). Assim, tirar as pautas da invisibilidade e analisá-las sob uma perspectiva decolonial e interseccional mostra-se fundamental para que se possa abandonar análises simplistas e para que se rompa com o discurso da universalidade que serve apenas para manter a estrutura patriarcal, racista e colonial da sociedade e continuar oprimindo mulheres.

Diferentes vertentes do feminismo, como a interseccional e decolonial – analisadas por esta pesquisa – passaram a promover

2 O nome da autora estadunidense bell hooks será escrito em letras minúsculas neste artigo, pois é assim que a autora gosta de ser reconhecida. Nascida Gloria Jean Watkins, ela adota o pseudônimo de bell hooks em homenagem a sua bisavó materna.

esses questionamentos, de modo a contestar o feminismo liberal que considerava unicamente a questões das mulheres brancas e de melhores classes sociais.

Através dessas disputas, os feminismos produziram aproximações e tensões com perspectivas liberais (reclamando reconhecimento e expansão institucional de direitos de mulheres), com o marxismo (promovendo análises do gênero com ou para além da classe), com o pensamento negro (reivindicando um exame interseccional do gênero e das opressões baseadas na raça), com as tendências pós-estruturalistas (pensando os processos de subjetivação no quadro das micro relações de poder), com as críticas queer (denunciando a heteronormatividade compulsória e a invisibilização de corpos e vivências tidos como abjetos e desajustados), com as críticas coloniais ou pós-coloniais (repensando as relações persistentes de colonização dos saberes e subalternização de mulheres do sul global). A questão inicial dos feminismos, de o que significa ser mulher em um mundo dominado por homens, desdobrou-se e expandiu-se nessas múltiplas dimensões, conduzindo a indagações mais amplas e mais complexas sobre o que significam e como se estruturam as opressões de gênero diante de circunstâncias econômicas, raciais, sexuais, de subalternidade cultural e epistemológica (RAMOS, 2021, p. 1683-1684).

Diante disso, destaca-se a importância de construir um pensamento feminista não hegemônico, que considere as colonialidades e as interseccionalidades. No que diz respeito ao feminismo decolonial, esse surgiu como um feminismo da diferença, como uma crítica e reação ao que hoje é conhecido como “feminismo branco” ou “feminismo liberal”, movimentos feministas que consideram apenas as experiências das mulheres brancas, ocidentais e das classes mais altas. Assim, esses movimentos emergem para atender a projetos políticos e acadêmicos que considerassem as questões específicas enfrentadas pelas mulheres negras, indígenas e lésbicas latino-americanas e caribenhas (PAREDES, 2020).

Nesse contexto, as teorias feministas decoloniais buscam evidenciar que o feminismo que é apenas branco, de classe média e cisgênero não representa os movimentos feministas em toda a sua

diversidade, precisando contemplar as experiências de diferentes mulheres. Assim, essa vertente do feminismo destaca que esses movimentos precisam considerar as mulheres que enfrentam múltiplas opressões em suas vidas, tais como a de gênero, raça, sexualidade, colonialidade, dentre outras (LUGONES, 2014).

Essa vertente do feminismo, então, questiona o patriarcado branco que ignora as colonialidades, problematizando as indiferenças do feminismo hegemônico com as diferentes interseccionalidades das opressões sofridas pelas mulheres. Para além disso, é preciso compreender que as mulheres negras estão na base da pirâmide social, pois análises isoladas de gênero desconsideram o fator da raça, enquanto análises raciais isoladas desconsideram as questões de gênero e, nesse sentido, as mulheres negras seguem sendo oprimidas e ignoradas.

Essa ideia pode ser compreendida através das palavras da teórica feminista María Lugones (2020, p. 60), que aponta que:

Devido à maneira como as categorias são construídas, a intersecção interpreta erroneamente as mulheres de cor. Na intersecção entre “mulher” e “negro” há uma ausência onde deveria estar a mulher negra, precisamente porque nem “mulher” nem “negro” a incluem. A intersecção nos mostra um vazio. Por isso, uma vez que a interseccionalidade nos mostra o que se perde, ficamos com a tarefa de reconceitualizar a lógica da intersecção, para, desse modo, evitar a separação das categorias existentes e o pensamento categorial. Somente ao perceber gênero e raça como tramados ou fundidos indissolivelmente, podemos realmente ver as mulheres de cor.

Diante disso, no que diz respeito a uma perspectiva interseccional do feminismo, desde o início do movimento feminista ocidental as questões das mulheres negras foram desconsideradas. Sendo assim, cumpre aqui apresentar o conceito de interseccionalidade. Esse é um termo que foi originalmente cunhado pela autora afro-americana Kimberlé Crenshaw, mas que também foi desenvolvido por diversas outras autoras, tais como bell hooks, Patrícia Hill Collins, Angela Davis, Lélia González, dentre outras (TERRA; SOUZA, 2021).

A interseccionalidade refere-se a um conceito que auxilia na compreensão de que diferentes grupos sociais, como é aqui o caso das mulheres, estão em posições vulneráveis, pois sofrem múltiplas e simultâneas opressões e, assim, se encaixam em mais de um tipo de identidade que é historicamente subordinada. Diante dessa compreensão, destaca que gênero, raça, classe, sexualidade, orientação sexual, nacionalidade, etc., precisam ser analisados em suas diversas sobreposições, pois as mulheres não são universais e as opressões sobrepostas que as atravessam devem ser consideradas pelos movimentos feministas (CRENSHAW, 1989, p. 139-140).

Nesse sentido, é interessante destacar que ainda no contexto das campanhas sufragistas, primeiro momento em que as feministas se organizam para reivindicar os direitos das mulheres, a autora Angela Davis chama a atenção para a necessidade de uma análise interseccional daquele período. A autora traz críticas as condutas das mulheres brancas, que desconsideravam as pautas das mulheres negras. Assim, Davis aponta que “‘Mulher’ era o critério, mas nem toda mulher parecia estar qualificada. As mulheres negras, claro, eram praticamente invisíveis no interior da longa campanha pelo sufrágio feminino” (DAVIS, 2016, p. 146).

Tendo apresentado essas noções de interseccionalidade e decolonialidade do feminismo, há de se destacar a importância dessas para os direitos das mulheres.

Os direitos das mulheres, quando esvaziados de toda dimensão radical, tornam-se um trunfo nas mãos dos poderosos. Esse feminismo legitimou uma divisão entre uma sociedade aberta por natureza à igualdade entre homens e mulheres (a europeia) e as sociedades por natureza hostis à igualdade (todas as outras, mas principalmente a muçulmana). Se o termo “feminista” foi esvaziado de seu sentido, se os direitos das mulheres são apenas um trunfo nas mãos dos imperialistas e neoliberais, como explicar a rejeição que essas expressões continuam encontrando, a violência que elas suscitam ou a recusa da própria noção de gênero entre os poderosos? O patriarcado não se expressa da mesma forma nos diversos lugares do mundo, não se apresenta com as mesmas feições, mas o fato de ele ser, aqui, abertamente grosseiro, vulgar, brutal, racista, misógino,

homofóbico, transfóbico, enquanto lá se mostra educado, elegante, diz-se aberto à diversidade e ao multiculturalismo e se afirma partidário dos direitos das mulheres, não deve passar despercebido (VERGÈS, 2020, p. 17-18).

No campo jurídico há uma ampla ideia de que o direito deve ser neutro e, assim o sendo, ele não deveria considerar questões específicas tais como gênero, raça, nacionalidade, dentro outras. No entanto, essa pretensa ideia de um direito neutro acaba, assim como o feminismo hegemônico, por desconsiderar que diferentes contextos atingem as mulheres de maneira diferente. Sendo assim, cabe ao direito também considerar as intersecções.

Conforme também aponta Carla Akotirene sobre essa relação entre raça, gênero e direito e a importância da interseccionalidade para o campo jurídico:

A despeito dos direitos humanos permitirem acesso irrestrito, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição, as mulheres negras se veem diante dos expedientes racistas e sexistas das instituições públicas e privadas por lhes negarem primeiro trabalho e, depois, o direito humano de serem reclamantes das discriminações sofridas. A interseccionalidade instrumentaliza os movimentos antirracistas, feministas e instâncias protetivas dos direitos humanos a lidarem com as pautas das mulheres negras (AKOTIRENE, 2019, p. 62).

Ainda nesse sentido, conforme destaca Kyrillos sobre essa relação da interseccionalidade do feminismo com o direito (2018, p. 255):

O primeiro critério para uma leitura interseccional é a adoção de uma postura inclusiva e abrangente no momento de interpretação das leis e dos tratados. Em outras palavras, trata-se de dar a devida amplitude à expressões como ‘todas as mulheres’ ou ‘todas as pessoas negras’ (...) é recorrente que o compromisso assumido com grupos minoritários na esfera dos direitos humanos seja elaborado e aplicado a partir da perspectiva dos indivíduos mais privilegiados dentro desses grupos (por exemplo, no movimento de mulheres as mais privilegiadas são as mulheres brancas). Dessa forma, assumir intencionalmente uma leitura que leva em consideração a

discriminação interseccional e as vivências e especificidades dos indivíduos menos privilegiados do grupo é uma forma de ampliar o alcance da proteção legal do documento jurídico.

Diante disso, pode-se compreender que o entrecruzamento entre as diferentes opressões de gênero, raça, classe e outras nas vidas das mulheres torna, inclusive, o seu acesso a justiça muito mais difícil do que para outras pessoas (PIMENTEL; BATISTA, 2020). Nesse sentido, ressalta-se a importância da interseccionalidade para o direito, pois este reforça opressões tais como as de raça, classe e gênero. Sendo assim, a interseccionalidade, uma visão interseccional e também decolonial do pensamento feminista, trazem esses debates para o campo jurídico, sendo muito importantes para ampliar essas questões e repensar os direitos das mulheres de maneira a considerar as diferentes opressões e suas sobreposições na vida delas.

3 Considerações finais

Diante do exposto nesta pesquisa, pode-se compreender que ao abordar mulheres e feminismo é importante que se questione de que mulheres se está falando, de qual feminismo e para quem ele exerce, pois elas possuem suas especificidades. Nesse sentido, através de um pensamento feminista que considere as interseccionalidades e a decolonialidades é possível – e necessário – construir um movimento feminista não hegemônico. Assim, descolonizar e considerar a interseccionalidade dos feminismos mostra ser um caminho viável para entender que diferentes mulheres possuem diferentes pontos de partida, sendo que muitas delas acumulam opressões e são oprimidas de distintas maneiras.

A questão de gênero, quando associada a questão racial e de classe, representa um componente que agrava as dificuldades e opressões enfrentadas pelas mulheres e, conseqüentemente, elas sofrem múltiplas opressões, por serem mulheres, por serem negras, pela classe que ocupam, entre outras. Assim, outras vertentes dos feminismos, como a negra, interseccional e decolonial, passaram a apontar para a necessidade de se considerar essas questões dentro

do pensamento feminista, de modo a não universalizar as mulheres e não desconsiderar os contextos nos quais elas estão inseridas.

Diante disso, a presente pesquisa concluiu acerca da necessidade de uma perspectiva decolonial e interseccional do pensamento feminista, de um movimento feminista não hegemônico, pois a ideia da mulher universal, ou mesmo de um feminismo universal, ignora as diversas categorias de mulheres existentes, e ignorar essas diferenças impede o feminismo de avançar na igualdade para todas as mulheres. Além disso, trazer essa perspectiva para o campo jurídico é fundamental para se analisar os direitos das mulheres, sendo que o direito pretensamente neutro na verdade muitas vezes as invisibiliza e, nesse sentido, cabe também ao direito repensar as intersecções.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén Livros, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*: Vol. 1989: Iss. 1, p. 139-167, Article 8.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade, 2015.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

HOOKS, Bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. Trad. Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KYRILLOS, Gabriela de Moraes. *Os direitos humanos das mulheres no Brasil a partir de uma análise interseccional de gênero e raça*

sobre a eficácia da convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW). 2018. 289p. Tese (Doutorado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: (Org.) HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Rev. Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577> Acesso em: 13 jun. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

PAREDES, Julieta. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. In: (Org.) HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

PIMENTEL, Sílvia; BIANCHINI, Alice. *Feminismo(s)*. São Paulo: Matrioska, 2021.

PIMENTEL, Sílvia. BATISTA, Camila. Raça e Gênero: vozes periféricas sobre o Direito e a justiça. In: PIMENTEL, Sílvia. ARAÚJO, Siméia de Mello (Coord.). *Raça e Gênero: discriminações, interseccionalidades e resistências*. São Paulo: EDUC, 2020.

RAMOS, Marcelo Maciel. Teorias feministas e teoria queer do direito: gênero e sexualidade como categorias úteis para a crítica jurídica. *Rev. Direito e Práx.*, Rio de Janeiro, Vol. 12, N. 3, 2021, p. 1679-1710. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/50776> Acesso em: 14 nov. 2021.

TERRA, Bibiana; SOUZA, Larissa Faria de. Interseccionalidade e Movimento Feminista: Uma análise entre os conceitos de gênero, raça e classe. *Revista Ilustração*, v. 2, n. 1, p. 15–27, 2021.

Disponível em: <http://journal.editoraillustracao.com.br/index.php/illustracao/article/view/47> Acesso em: 10 nov. 2021.

VERGÈS, Françoise. Um feminismo decolonial. Trad. Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Capítulo 6

SEPÉ TIARAJÚ COMO GUERREIRO E COMO MITO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA LENDA DO HERÓI GUARANI MISSIONEIRO

Igor Facco

Denise Tatiane Girardon dos Santos

1 Introdução

Dentre as figuras lendárias do regionalismo rio-grandense, está a de Sepé Tiaraju, indígena do Povo Guarani que protagonizou a liderança dos indígenas e jesuítas na guerra Guaranítica, da qual decorreu sua morte, em 1756. O indígena passou a ser retratado, pelo ideário popular e pela literatura, como herói, mártir e, inclusive, santo popular.

Nesse aspecto, este artigo pretende tecer considerações sobre o contexto histórico em que viveu a pessoa de Sepé e o período seguinte, que se estende até a atualidade, e que foi construída a lenda de Sepé, assim como sua importância para a identidade da região sul. O método é o dedutivo, com pesquisa documental e bibliográfica, de cunho qualitativo.

2 Desenvolvimento

Para discorrer sobre a figura de Sepé Tiaraju, é necessária uma contextualização prévia da invasão, ocupação e formação dos redutos missioneiros¹. A chegada dos invasores decorreu em profundos impactos aos Povos Indígenas da região, sobretudo,

1 Reduções de indígenas formadas por jesuítas em regiões que, atualmente, integram os territórios da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e do Brasil.

pelas tradições espanholas, pois, para Flores (1997, p. 32), “[...] os grupos indígenas começaram a sofrer alterações sociais e culturais profundas e muitas vezes traumáticas, como consequência dos impactos e dos contatos decorrentes”.

A forçosa relação entre Povos Indígenas e a Companhia de Jesus², esta, na figura dos jesuítas, teve início com as fundações das dezoito reduções do Tape, a partir de 1626, chamado de *Primeiro Ciclo Missioneiro*. Devido aos ataques de bandeirantes e outros Povos, as reduções foram abandonadas pelos jesuítas e Guaranis, no ano de 1638, e retomadas em 1682, quando foram fundados os *Sete Povos das Missões*, com fins de ocupação dos antigos redutos e administração das vacarias³ (TEIXEIRA, 1990).

Para fins de contextualização, as Reduções Jesuíticas tiveram a finalidade de *civilizar* os indígenas, principalmente, do Povo Guaraní, localizados, atualmente, no território do Estado do Rio Grande do Sul. Visava-se à aculturação aos padrões europeus, com práticas como a catequização, com implementação de redutos, ou missões (LEITE, 1998). A formação dos redutos, mesmo com resistência dos Guaranis, representou um *acordo político*, frente à necessidade de defenderem-se das investidas dos bandeirantes⁴, e pela possibilidade de manutenção dos territórios, como explica Cunha (2013, p. 488): “para os Guaranis, o cataclismo da *encomienda* e os ataques dos paulistas constituíam um enredo que incentivava diversas possíveis estratégias, entre as quais a incorporação do grupo numa redução apresentava-se talvez como a mais segura”.

2 A Contrarreforma forçou a Igreja a buscar a *renovação da fé*, o que levou, dentre outros, à criação da Companhia de Jesus, em 1534, formada por padres jesuítas. Nas palavras de Leite (1998, p. 15): “Companhia de Jesus – nome dado à ordem religiosa, de clérigos regulares, fundada no século XVII por Inácio de Loyola e cujos membros são comumente designados por JESUÍTAS, palavra derivada de JESUS. O título de Companhia procede do caráter que o gênio militar do fundador imprimiu à Instituição”.

3 Numerosos rebanhos de gado, mormente de vacum, e que representavam grande parte da subsistência da sociedade missioneira.

4 Bandeirantes portugueses, que, como explicam Quevedo (1998, p. 32), a “[...] a ação bandeirante, sobre os índios reduzidos, tinha o objetivo de escravizar o nativo, a favor de São Paulo”.

Destaca-se, também, a assinatura, entre Portugal e Espanha, em 1750, do Tratado de Madri, pelo qual os Sete Povos passariam a pertencer a Portugal, e a Colônia do Sacramento, à Espanha. De acordo com Teixeira (1990, p. 17), o Tratado “[...] determinou novos limites na região do rio da Prata. A Espanha trocava os ‘Sete Povos’ da banda Oriental pela Colônia do Sacramento, embora localizada em território espanhol”. O artigo 16^o do Tratado de Madri determinava que os jesuítas deveriam passar a ocupar terras espanholas, acompanhados dos Guaranis e seus pertences. Pela situação, “[...] mais de 30.000 guarani-missionários viram-se excluídos dos projetos da Coroa de Espanha, mediante a imposição de transmigrarem, com prejuízo material irreparável”, segundo Quevedo (1998, p. 23).

Apesar da assinatura do Tratado, os Guaranis não acreditavam em sua efetividade; todavia, em 1753, começaram as medições das terras, para a divisão entre as Coroas, os indígenas, como explica Leite (1998, p. 78), “[...] vendo ruírem todas as suas esperanças de ficarem em sua terra natal, agitaram-se, revoltando-se contra portugueses e espanhóis e contra os próprios padres da Companhia, que insistiam na sua mudança removendo-os para a outra banda do rio Uruguai”.

Os indígenas negaram-se a abandonar as reduções, pelo que teve início a Guerra Guaranítica (1754 - 1756), com inúmeros conflitos entre indígenas e tropas portuguesas e espanholas, pois, como destaca Torronteguy (1994, p. 26), “a demarcação dos limites

5 “Art. 16. Das povoações ou aldeias, que cede S. M. C. na margem oriental do rio Uruguai, sairão os missionários com todos os móveis e efeitos levando consigo os índios para os aldear em outras terras de Espanha; e os referidos índios poderão levar também todos os seus bens móveis e semoventes, e as armas, pólvoras e munições, que tiverem em cuja forma se entregarão as povoações à Coroa de Portugal com todas as suas casas, igrejas e edifícios, e a propriedade e posse do terreno. As que se cedem por Sua Majestade Fidelíssima e Católica nas margens dos rios Pequiri, Guaporé e das Amazonas, se entregarão com as mesmas circunstâncias que a Colônia do Sacramento, conforme se disse no artigo XIV; e os índios de uma e outra parte terão a mesma liberdade para se irem ou ficarem, do mesmo modo, e com as mesmas qualidades, que o hão de poder fazer os moradores daquela praça; exceto que os que se forem perderão a propriedade dos bens de raiz, se os tiverem.”

entre Portugal e Espanha em terras sulinas provocou, de imediato, a Guerra Guaranítica”. As lideranças indígenas não aceitaram as ordens de transmigração forçada, e o estopim do confronto, para Burd (2012, p. 44), foi

[...] a oposição às comissões demarcadoras, quando a revolta já parecia ser um fato consumado. As comissões tiveram sua passagem impedida em Santa Tecla, estância do povoado de São Miguel em fevereiro de 1753. E foi nesse momento que começa a se destacar uma figura chave: Sepé Tiaraju.

A atuação de Sepé em confronto, de 1753, que impediu a demarcação, marcou o início de sua atuação destacada, e o consagrou como líder guerreiro contra a implantação do Tratado de Madri, pois entendia que a região das Missões pertencia aos indígenas, e não aos europeus (TORRONTEGUY, 1994). Sua atuação perdurou até fevereiro 1756, quando foi morto em batalha e, em maio, os exércitos ibéricos invadiram o território missioneiro. Foi firmado o Tratado de El Pardo, voltando as terras das Missões às posses da Espanha, e houve redução de grande parte de sua estabilidade com a guerra, assim como seu contingente populacional e seus rebanhos bovinos, de acordo com Leite (1998, p. 79-80):

Depois de prolongadas lutas que registra a nossa história nesse período (1750-1761), os reis da Espanha e Portugal celebraram novo tratado, pelo qual foi modificado o Tratado de Madri, e portanto os limites que nele continham e que haviam sido demarcados. Voltaram, portanto, os Sete Povos Missioneiros ao domínio Espanhol (Tratado de Santo Ildefonso), sob o qual permaneceu até 1801, quando se deu a conquista das Missões para a Coroa de Portugal.

Adiciona-se o fato de que, desde que o luso-brasileiro empreendeu a conquista do Brasil Meridional, teve início a dizimação do gado, principal meio de produção que validava a conquista material dos Povos reduzidos, decorrendo, daí, um dilacerado processo de marginalização do guarani-missioneiro (BELLOMO, 1982). Soma-se a isso o fato de a colonização portuguesa, pelo litoral, passar a ser mais intensa nesse período histórico.

Após a Guerra Guaranítica, iniciou-se um novo conflito, em solo rio-grandense, entre as Coroas Espanhola e Portuguesa, no ano de 1801 (dentro do contexto da Guerra das Laranjas). Tal enfrentamento contribuiu, sobremaneira, a dissipar, por completo, as aldeias dos Sete Povos, da forma como se apresentavam quando guiadas pelos padres jesuítas, haja vista que, após 1801, com a expulsão deles, as terras foram distribuídas, em forma de sesmarias (FLORES, 1997).

Flores (1997, p. 51) explica que “a conquista das missões em 1801, com a distribuição de sesmaria entre os conquistadores provocou o abandono da região por parte dos guaranis, que se empregaram como peões, soldados ou tropeiros.” Os indígenas foram escravizados ou passaram a ser trabalhadores de ervais e peões de estâncias, impactando, fortemente, na manutenção de sua cultura original e da organização a partir das reduções missionárias.

Do recorte histórico mencionado, a figura de Sepé Tiaraju destacou-se como representação mítica e lendária, mantida pela cultura regional popular e reforçada na literatura, em contos que buscaram valorizar o indígena, sob a perspectiva individualista. Conforme Brum (2006, p. 6), o modo de abordagem “[...] assemelhava-se ao movimento literário do Romantismo indianista, o qual visava ao engrandecimento e ao reconhecimento dos povos nativos, nesse sentido, sobre a atuação do líder indígena durante a guerra”. A decorrência da atuação de figuras, como Sepé, nas guerras guaraníticas, conduziu a “[...] literatura regionalista, a historiografia e a memória popular ressaltam a atuação da figura histórica e mitológica de Sepé Tiaraju [...]”, como destaca Brum (2007, p. 221).

Atualmente, Sepé é retratado, no ensino escolar, como um herói indígena, que tinha o objetivo manter seu povo unido e em seu local de origem. Logo, da questão histórica e a importância da participação desse líder decorreram lendas e mitos sobre sua existência, e impulsionados pela sua morte, tornando-o um mártir. Dessa percepção popular de Sepé decorreu uma proposta de canonização, enquanto santo popular, por uma parte da Igreja

Católica, inspirada na Teologia da Libertação, o que aponta para a visão mítica sobre os feitos (BRUM, 2007).

A rigor, no término da história, da narrativa do que aconteceu, começa a lenda, veiculada pela literatura como mito. Motivo pelo qual a história de Sepé sofreu alterações. no decorrer do tempo. Na literatura, destaca-se o livro *Sepé Tiaraju: Romance dos Sete Povos das Missões*, de 1975, de autoria de Alcy Cheuiche, que retratou a vida do guerreiro indígena e contribuiu com o fortalecimento da ideia de ícone heroico (CHEUICHE, 2004).

Os fatos misturaram-se a lendas e a contos, resultando em um herói forjado pela bravura e pelos seus atos, enquanto símbolo de resistência, pois, para Pesavento (2006, p. 39),

[...] o Mito é relato que vem do não-dito, do transmitido de boca em boca, do boato, da lenda, do relato fabuloso que transmite sentidos, onde se divisa uma moral e uma chave para apreensão da vida. Sem dúvida que o Mito fala de forma cifrada, mas, ainda assim, o real é seu referente, que preside a sua composição. Constituindo um dos integrantes deste sistema de representações sobre o mundo a que se dá o nome de imaginário, o Mito revela também verdades, mas verdades simbólicas, que se expressam de forma metafórica e alegórica, dizendo-mostrando para além da palavra e da imagem.

A visão mítica de Sepé também se alicerça pela percepção, por seus pares, enquanto guerreiro, prestigiado e admirado por seus companheiros na situação vivida, instável e delicada, o que, conforme Brum (2007, p. 7) “não é à toa que foi alçado à condição de líder pelos guaranis, durante o confronto, e chefe dos revoltosos num momento crucial e do qual não era possível voltar atrás”.

A partir da abordagem histórica e da construção lendária, ressalta-se a importância de Sepé Tiaraju para formação do ideário de *povo gaúcho* e seu histórico de combatente, advindo da Guerra dos Farrapos⁶ (1835-1845), considerada uma *ímpia e injusta guerra*, como está retratado no hino do Rio Grande do Sul, escrito

6 Também conhecida como Revolução Farroupilha. Conflito regional contra o governo imperial do Brasil, na então província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

por Francisco Pinto da Fontoura. O povo rio-grandense pautou-se na imagem de Sepé Tiaraju como o percussor de uma nação forte e guerreira, fato que reforçou seu status de mito deste guerreiro, como explica Brum (2007, p. 11):

As constantes referências a Sepé Tiaraju, por sua atuação na Guerra Guaranítica, põem em relevo o seu valor simbólico na construção das identidades regionais sulinas, uma vez que, por um lado, o gauchismo integra sua figura aos seus discursos, designando-o como “primeiro caudilho rio-grandense”, “fundador de uma genealogia de bravos”. Por outro lado, existem disputas pelo poder de nomeá-lo como “bandeira” de transformações sociais no estado.

Destaca-se que, em 03 de novembro de 2005, entrou em vigor a Lei Estadual n.º 12.366, que declarou Sepé Tiaraju como *herói guarani missioneiro rio-grandense*, e instituiu o dia 7 de fevereiro, data da sua morte, como dia de comemoração a sua memória (RIO GRANDE DO SUL, 2005). Essa legislação indica da referendação, em cunho institucional, da valorização da *figura* de Sepé Tiaraju, a idealizada, no decorrer dos mais de 250 anos de sua existência no ideário popular, na literatura regional e na identidade do Estado.

3 Considerações finais

A pretensão deste artigo foi, a partir da compreensão do contexto histórico em que estava inserido Sepé Tiaraju, da narrativa de sua postura, enquanto guerreiro e líder indígena, perpassando pela Guerra dos Farrapos, apontar os feitos de Sepé, enquanto pessoa, e as decorrências de sua figura, após sua morte, na história do Estado do Rio Grande do Sul. É importante entender como foi criada a percepção de Sepé Tiaraju como um mito, uma figura lendária, um santo popular ou um herói guarani missioneiro rio-grandense, já que, superficialmente, há a confusão entre a história e o mito.

Referências

BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). *Rio Grande do Sul: aspectos da geografia.*, 2ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

BRUM, Ceres Karam. O mito de Sepé Tiaraju: etnografia de uma comemoração. *In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). Sepé Tiaraju: muito além da lenda.* Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2006, p. 5-20.

BRUM, Ceres Karam. “Esta terra tem dono”: Representações do passado missioneiro no Rio Grande do Sul. O mito de Sepé Tiaraju. *Revista Antropológicas*, v. 18, n. 2, p. 8, 2007.

BURD, Rafael. *De alferes a corregedor: a trajetória de Sepé Tiaraju durante a demarcação de limites na América Meridional-1752/1761.* Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

CHEUICHE, Alcy. *Sepé Tiaraju: romance dos sete povos das missões.* Porto Alegre: AGE, 2004.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania.* São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FLORES, Moacir. *História do Rio Grande do Sul.* 6ª ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1997.

LEITE, Nazilisso. *Generalidade das Missões Jesuíticas.* v. 1. Santo Ângelo: Gráfica Jornal das Missões, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Narrativa cruzadas: História, Literatura e Mito: Sepé Tiaraju das Missões. *In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). Sepé Tiaraju: muito além da lenda.* Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2006, p. 31-49.

QUEVEDO, Júlio. *Rio Grande do Sul. Aspectos das Missões (Em Tempo de Despotismo Esclarecido).* Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

RIO GRANDE DO SUL. *Lei n 12.366, de 03 de novembro de 2005*. Declara Sepé Tiaraju como Herói Guarani Missioneiro Rio-grandense e dá outras. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/12.366.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2021.

TEIXEIRA, Gil Ulhôa (Coord.). *Missões: Passado – Presente – Futuro*. Porto Alegre: Talento Editorial, 1990.

TORRONTEGUY, Teófilo Otoni Vasconcelos. *As Origens da Pobreza no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1994.

Capítulo 7

ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA E A PRÁTICA SOCIAL

Jaime José Krul

Carla Rosane da Silva Tavares Alves

Tiago Anderson Brutti

Solange Beatriz Billing Garcês

Sirlei de Lourdes Lauxen

Denise da Costa Dias Scheffer

Antonio Escandiel de Souza

Daiane Caroline Tanski

1 Introdução

O presente estudo foi produzido após a participação de aulas da matéria de Linguagem e Sociedade do Mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta, e propõe analisar Análise de Discurso Crítica (ADC), que objetiva estudar a linguagem como prática social.

Inicialmente, a ADC parte de uma problemática social desvelando o modo como discurso enquanto forma de linguagem, participa dessa construção estabilizando situações sociais. Assim, a partir de um problema social, a teoria busca observar os trechos, textos e discursos que transitam em determinada área que seja objeto de estudo.

Ou seja, é importante ressaltar que, basicamente, toda as práticas sociais podem ser objeto de ADC, como músicas, anúncios, propagandas, notícias, postagens da população em redes sociais. Por isso, o estudo da ADC possui um caráter transdisciplinar, pois

não é possível limitar o estudo desta teoria em apenas uma área de conhecimento.

No presente estudo será utilizado como forma de pesquisa o método dedutivo, para se chegar a conclusões formais. Ainda, será utilizada o tipo de pesquisa bibliográfica, pois será feita uma investigação literária sobre a análise qualitativa de pesquisa na área das Ciências Sociais e Humanas.

2 Conceito de Análise de Discurso Crítica

De acordo com Fairclough (2001), o principal autor utilizado para analisar o objeto do presente estudo, a Análise de Discurso Crítica (ADC) é uma teoria e um método de investigação do discurso na relação entre a linguagem e a realidade social, então tem como objetivo investigar o texto utilizado nas interações sociais e a própria sociedade que interage.

Com isso, a ADC parte de uma problemática social, desvelando o modo como o discurso, enquanto linguagem participa dessa construção estabilizando situações sociais. Fairclough apresenta uma visão teórico-metodológico do discurso como modo de ação historicamente situado. Segundo Resende e Ramalho (2006, p. 27- 28):

Essa concepção implica considerar que, por um lado, estruturas organizam a produção discursiva nas sociedades e que, por outro, cada enunciado novo é uma ação individual sobre tais estruturas, que pode tanto contribuir para a continuidade quanto para a transformação de formas recorrentes de ação.

Ou seja, a presente teoria em estudo possui uma preocupação social, cuidando da utilização das pesquisas para o desvelamento das situações assimétricas de poder e utiliza a interdisciplinaridade, pois pode refletir sobre as teorias linguísticas, ciências sociais e humanistas, psicologia, sociologia, história e ciência política.

Para construir esse conceito de discurso com vistas à exterioridade linguística, mas sem perder a necessária orientação para o sistema linguístico e a dialética entre linguagem e sociedade,

naturalmente, o conceito saussutiano de *parole*, que vê a fala como atividade individual e que, portanto, jamais se prestaria a uma Teoria Social do Discurso (RAMALHO; RESENDE, 2006).

Quando o pesquisador usa a análise de discurso crítica ele precisa analisar toda a cadeia de sustentação do problema social e, assim, averiguar a os possíveis mecanismos para a mudança social, verificando possíveis caminhos de superação no bojo das práticas e dos discursos – propondo soluções dentro dessa prática social que é objeto de estudo do pesquisador.

Dessa forma, a ADC propõe analisar o papel que a linguagem possui nas transformações sociais. Nesse sentido, Macedo (2013, p. 85):

A Análise de Discurso Crítica (ADC), britânica, investiga o discurso definindo-o como um momento, uma parte de toda prática social, por sua vez, entidade intermediária que se situa entre as estruturas sociais mais fixas e as ações individuais mais flexíveis (eventos sociais; texto). Fairclough (2001), reunindo análise linguística e Teoria Social do Discurso, conceituou discurso dando-lhe o sentido de texto e de interação: discurso é linguagem como forma de prática social, e não puramente individual ou situacional, como propõem os sociolinguistas; é modo de ação sobre o mundo e sobre os outros e, também, modo de representação; constitui elemento da vida social intimamente interligado com outros elementos; é prática social; implica relação dialética entre discurso e estrutura social: o discurso é moldado e restringido pela estrutura social e contribui para a constituição das dimensões da estrutura social. O evento discursivo é considerado, simultaneamente, texto (análise linguística), prática discursiva (processo de produção, de consumo e de interpretação textual) e prática social (circunstâncias dos eventos discursivos e como elas moldam a prática discursiva).

Então, como é possível observar, tanto a abordagem linguística, quanto a pesquisa social baseiam-se em interesses particulares e em perspectivas prévias, o que não impede, contudo, que ambas sejam boas ciências, como afirma Macedo (2003, p. 88):

Fazer a análise de textos em suas relações com os eventos sociais implica um distanciamento da nossa experiência comum com

esses textos. Neste sentido, temos categorias para falar de textos e para fazer a análise científica social desses textos (substantivo, sentença, gênero), mas tais categorias são especializadas, diferentes das que usamos em nossa interação social comum. Essas categorias sociais científicas, ao contrário de categorias práticas, permitem que determinados textos sejam vistos em relação a teorias gerais.

A análise discursiva crítica sustenta-se como aparato para a explanação de problemas sociais particulares quando defende que a linguagem mantém um tipo especial de relação com outros elementos sociais, segundo Fairclough (2001 apud RESENDE, 2017), já que os textos que formulamos – parte fundamental dos modos como agimos na sociedade – não apenas são efeitos das situações sociais imediatas em que ocorrem, mas também têm efeitos sobre elas.

Mais que isso, relacionam-se também a conjunturas sociais mais amplas, porque a vida social é um sistema aberto em que redes de práticas particulares configuram conjunturas, e as práticas em articulação se influenciam mutuamente segundo Harvey (1992 apud RESENDE, 2017).

Conforme Chouliaraki e Fairclough (1999 apud RESENDE, 2006, p. 13) ressaltam que essa teoria social é uma: “base para uma recontextualização teórica relativa ao papel da linguagem na configuração das práticas sociais, sugerindo as práticas sociais como compostas de quatro momentos em articulação”.

O discurso como prática social faz parte da terceira dimensão da teoria tridimensional de Fairclough, onde ele faz uma relação com a ideologia e ao poder, situando o discurso em uma concepção de poder como hegemonia e em uma evolução das relações de poder como luta hegemônica, oferecendo uma teoria para a investigação do discurso como forma de prática social (FAIRCLOUGH, 2001).

Por fim, a ADC busca explicar acerca dos fenômenos sociais, partindo de uma problemática social, analisando como a prática discursiva vai envolver o processo de produção, distribuição e consumo dos textos, buscando desvelar o modo como o discurso

enquanto linguagem participa dessa construção social.

3 A Análise Crítica do Discurso e as práticas sociais

O conceito de práticas sociais é trazido do materialismo histórico-geográfico de Harvey (1996 apud RESENDE; RAMALHO, 2006). Conforme explana Resende e Ramalho (2006, p. 36):

Para esse autor, o discurso é um momento de práticas sociais dentre outros — relações sociais, poder, práticas materiais, crenças/valores/desejos e instituições/rituais - que, assim como os demais momentos, internaliza os outros sem ser redutível a nenhum deles. Práticas são, então, “maneiras habituais, em tempos e espaços particulares, pelas quais pessoas aplicam recursos - materiais ou simbólicos - para agirem juntas no mundo” (Chouliaraki e Fairclough, 1999, p. 21). As práticas, assim compreendidas, são constituídas na vida social, nos domínios da economia, da política e da cultura, incluindo a vida cotidiana.

A prática social tem várias orientações, como a econômica, a política, a cultural e a ideológica. Assim, o discurso pode estar implicado em todas elas, sem que se possa reduzir qualquer uma dessas orientações do discurso (FAIRCLOUGH, 2001). Então, ao identificar um problema na prática social que precisa ser desvelado, o pesquisador analisa como os discursos e textos que são produzidos e veiculados a partir dos participantes, assim como a ordem do discurso é proposto e como é aplicado.

Após observar a rede prática que se mantém devido ao compartilhamento ideológico, tem-se uma consciência do mecanismo de dominação que é naturalizado na referida cadeia de sustentação, facilitando assim a apresentação de ações efetivas para a mudança dessa realidade. O linguista Fairclough, em sua teoria, apresenta três diferentes níveis da vida social correlacionados a três níveis da linguagem. Assim, Ramalho (2010, p. 55-56) explica sobre esses diferentes níveis:

No gradiente decrescente, temos, no nível mais abstrato das

estruturas, a linguagem como sistema semiótico – com sua rede de opções lexicogramaticais. No nível intermediário das práticas sociais, temos a linguagem como (ordens de) discurso – “as combinações particulares de gêneros, discursos e estilos, que constituem o aspecto discursivo de redes de práticas sociais”, a faceta social da linguagem. Por fim, no nível mais concreto dos eventos, temos a linguagem como texto – o principal material empírico com que analistas de discurso trabalham, mas não o único. Disso advém o entendimento de que o objeto de estudo da ADC não é a linguagem como estrutura (sistema semiótico), tampouco como evento (texto), mas, sim, como prática social, ou seja, como (ordens de) discurso.

A prática social é a dimensão relacionada aos conceitos de ideologia e de poder: o discurso é visto numa perspectiva de poder como hegemonia e de evolução das relações de poder como luta hegemônica. Conforme ressalta Magalhães (2001), a noção de ideologias toma por base o conceito de Althusser; entretanto, problematiza-o por marginalizar a luta, a contradição e a transformação.

Ideologias são entendidas como significações ou construções da realidade, construídas nas várias dimensões das formas ou sentidos das práticas discursivas e contribuindo para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. Assim, Resende e Ramalho afirmam (2006, p. 29):

Assim, Fairclough define discurso como forma de prática social, modo de ação sobre o mundo e a sociedade, um elemento da vida social interconectado a outros elementos. Mas o termo “discurso” apresenta uma ambigüidade: também pode ser usado em um sentido mais concreto, como um substantivo contável, em referência a “discursos particulares” - como, por exemplo, o discurso religioso, o discurso midiático, o discurso neoliberal.

A sociedade tem passado por inúmeras transformações sociais que demandam reflexões e análises de como a linguagem tem o papel crucial nessas modificações sociais. As interações sociais são mediadas pela linguagem, assim a ADC investiga o discurso na relação entre a linguagem que é materializada em textos de diversos

gêneros discursivos e suas diversas praticas sociais.

A prática social é descrita como uma dimensão do evento discursivo, assim como o texto. Essas duas dimensões são mediadas pela prática discursiva, que focaliza os processos sociocognitrvos de produção, distribuição e consumo do texto, processos sociais relacionados a ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares. A natureza da prática discursiva é variável entre os diferentes tipos de discurso, de acordo com fatores sociais envolvidos. (RESENDE, RAMALHO, 2006, p. 29).

Ou seja, a ADC é uma teoria que avalia os fenômenos sociais, a partir das problemáticas presente na sociedade, especialmente desvelando o modo como o discurso enquanto linguagem participa na construção e estabilização de estações sociais, principalmente no contexto atual da mundialização, da comunicação e do comércio, conhecido como globalização.

Por fim, a Análise de Discurso Crítica tem como objetivo refletir sobre as mudanças sociais e sobre a possibilidade de práticas sociais em estruturas cristalizadas na vida em sociedade, se ocupando de palavras e termos utilizados que são carregados de ideologias, pois os textos se revestem de discursos.

4 Considerações finais

É possível concluir com o presente estudo que Forclough propõe a aplicação de teorias sociais na análise de discurso linguisticamente orientada a fim de compor um quadro teórico-metodológico adequado a perspectiva critica de linguagem como prática social.

Verificou-se que as transformações nas quais a sociedade tem passado são investigadas pela ADC, com o olhar voltado para os textos e discursos, com uma base transdisciplinar e, juntamente, com um diálogo com as ciências sociais, aprofundando o papel da linguagem nas articulações das práticas sociais.

A teoria, objeto do presente estudo, permite transpor

os limites do pesquisador e oferece às Ciências Sociais um olhar sobre o papel da linguagem na evolução da sociedade, analisando a linguística como parâmetro de análise social, buscando desnaturalizar a assimetria presente nos discursos hegemônicos.

Então, a análise de discurso crítica, em um modo geral, busca investigar as formas de assimetrias de poder e como os discursos causam a naturalização dessas assimetrias, dentro das mais diversas práticas, com vista nas mudanças sociais.

Por fim, verifica-se que a ADC tem um papel relevante nos estudos sociais, conferindo uma abordagem posicionada politicamente que traz um estudo teórico e metodológico capaz de subsidiar a pesquisa social, trazendo uma grande contribuição para as ciências sociais, especialmente sobre a perspectiva da linguística como parâmetro de análise social.

Referências

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.

MACEDO, Denise S. **As Contribuições da Análise de Discurso Crítica e da Multimodalidade à Revisão Textual**. 2013. 184 f., il. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MAGALHÃES, Célia M. (org.). **Reflexões sobre a análise crítica do discurso**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001.

RAMALHO, Viviane. **Análise de Discurso Crítica da publicidade: Um estudo sobre a promoção de medicamentos no Brasil**. Portugal: LabCom Books, 2010.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RESENDE, Viviane de M.; REGIS, Jacqueline F. da S. (Orgs.). **Outras perspectivas em análise de discurso crítica**. Campinas: Pontes, 2017.

Capítulo 8

IDENTIDADE NACIONAL EM “IRACEMA” E “A NEGRA ZULEIKA”: TRAJETÓRIA CULTURAL NO BRASIL DESDE A CHEGADA DOS EUROPEUS

Airton Pott

Bruna Santin

Ivânia Campigotto Aquino

Patricia dos Santos Muller

1 Introdução

A trajetória e formação cultural dos brasileiros, diante de sua complexidade, implica-nos em delimitarmos nossos estudos realizados a alguns conceitos que nos permitam verificar aspectos de sua existência nas obras selecionadas: *Iracema* (s.d.), de José de Alencar é um romance escrito em 1859 e já traz a questão de misturas de identidades e etnias; já *A Negra Zuleika* (2014), de Bernardo Kucinski (1937), escrito e publicado na contemporaneidade permite a confirmação de anúncios feitos por José de Alencar, mas em um cenário e contexto histórico e social diferente.

Diante disso, almejamos analisar como ocorrem os processos de identificação e subjetivação nos discursos sociais abarcados nas obras supracitadas, por meio de uma análise comparativa entre ambas. Para tanto, convocamos Hall (1997), Schmidt (2017), Ortiz (1985) e Holanda (1995) para nos fornecerem aporte teórico sobre as concepções de historiografia literária e sobre identidade e cultura.

Estudos acerca da (re)construção de uma identidade brasileira, que ainda é muito nacionalista e canônica, vem em consonância aos grupos minoritários que almejam seus espaços

na sociedade e na literatura, lutando contra a estereotipação e exclusão. Neste sentido, pretendemos verificar que a literatura é um dos lugares de fala em que o eu se manifesta com relação ao outro, que, no nosso caso de análise, tem autores de épocas bem distintas, mas que possuem no cerne do enredo personagens femininas que fogem do convencional e precisam ser compreendidas.

2 Da chegada dos europeus ao século XXI - mudanças? Em alguns aspectos da cultura nem tanto

As identidades culturais são processos de identificação e subjetivização no interior dos discursos culturais, sendo estes caracterizados como representações. Existem vários fatores que contribuem para as identidades culturais, dentre as quais convém destacar a nação, a sexualidade, o gênero, a raça/etnia, a classe social e as ideologias políticas e também religiosas.

A partir de *O homem cordial*, capítulo do livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1995), e de *Memória coletiva e sincretismo científico* e *Da raça à cultura*, ambos os capítulos pertencentes ao livro *Cultura brasileira e identidade nacional*, de Renato Ortiz (1985), podem ser feitas explanações e discussões a respeito das identidades culturais, com enfoque para a questão do negro, o que reforçamos em Schmidt (2017, p. 37) quando salienta sobre a identidade:

Sabemos que a identidade é uma ficção necessária construída pela negação da origem via processos de deslocamento e de diferenciação. É somente por essa via que o desejo por identidade se materializa, oferecendo ao sujeito a ilusão de uma presença/pertença, o acesso a uma imagem que assume e com a qual se identifica.

Diante dessas marcas identitárias, convém enfatizar que o sujeito não é dono, isto é, não tem completo domínio sobre sua formação. Atrelado a esse processo de subjetivização da identidade do sujeito estão aspectos variados, como a tecnologia e o consumismo, os quais interferem na identificação de símbolos

e aspectos culturais das comunidades simbólicas das identidades culturais e produtoras de sentido. Afinal, “os seres humanos são seres interpretativos, instituidores de sentido.” (HALL, 1997, p. 16). Portanto, as pessoas são capazes de compreender e produzir sentido e representações a partir de símbolos.

A essa concepção de símbolos, associado também à representatividade, vale enfatizar que os processos de significação têm vasta relação com os sistemas linguísticos. Afinal, as línguas não refletem o mundo como um espelho. Elas formulam, pela sintaxe e pela semântica, uma representação, um registro, o que também acontece graças à literatura. Afinal, o literário é integrado à cultura e torna-se “um campo de produção histórico-social atravessado por diferentes valores, relações e interesses específicos.” (SCHMIDT, 2017, p. 30).

Além do mais, a cultura brasileira é um “galho” da cultura ibérica, uma fronteira da Europa, a visão geral da dependência cultural do Brasil quanto a sua formação. Muitas marcas de representação do Brasil tem um passado muitas vezes apagado e esquecido, sendo que o canônico e a influência europeia permanecem.

Enfim, tradições canônicas ainda persistem, mas os grupos das margens, das subjacências, os excluídos pela categorização monopolista lutam pelo seu espaço na sociedade e também na literatura, ou seja, há uma imagem do literário que “inscreve as estruturas de privilégio e exclusão que a constituem em termos do monopólio de determinados sujeitos da enunciação/ representação, assim como da interpretação.” (SCHMIDT, 2017, p. 31).

Os exemplos representativos do Brasil são inúmeros. A começar pela bandeira, com seu verde e amarelo... O verde da natureza e o amarelo das riquezas, sobretudo do ouro, bem como o nome do próprio país oriundo da árvore Pau-brasil. Além disso, ainda convém mencionar o carnaval, o futebol, a alegria, a cordialidade, a feijoada, mas esta tem sua historicidade apagada. Afinal, muitos desconhecem ou esquecem que a feijoada vem lá da

senzala.

De certa forma, o passado, de um modo geral, se apresenta como uma maneira de se conhecer e entender melhor o momento presente. Semelhante ao fato de o ser constitutivo ter toda uma caminhada de experiências e aprendizados. Logo, o Brasil teve, desde seu berço, uma longa caminhada de formação cultural.

O tema da cultura brasileira e da identidade nacional é um antigo debate que se trava no Brasil. Abarcado a isso está o fato de toda identidade se definir em relação a algo que lhe é exterior, uma vez que ela é uma diferença e, associada, a cultura cada vez mais heterogênea, está causando impactos na formação social e cultural. Com relação a isso, Hall (1997, p. 18) acentua que “as revoluções da cultura em nível global causam impacto sobre os modos de viver, sobre o sentido que as pessoas dão à vida, sobre suas aspirações para o futuro - sobre a ‘cultura’ num sentido mais local.”.

Mediante a miscigenação cultural do Brasil, devido à sua formação histórica desde a chegada da Caravana de Cabral, o conceito de identidade nacional se torna algo complexo, ou seja, torna-se uma pluralidade cultural. Diante disso, ressaltamos a importância dos espaços para a alteridade, que, segundo Schmidt (2017, p. 31) tem a contribuição da história literária:

A história literária passa a constituir uma referência dos nexos da nacionalidade, pois seu modelo cristaliza o que se poderia chamar de narrativização da memória nos moldes de uma formação discursiva homogênea e uniformizadora que funciona como um elemento de interpelação através da qual a identidade horizontal do sujeito nacional é construída e protegida dos embates suscitados pela diferença e ela alteridade, ou seja, pelas forças do excluído e do subtraído.

No entanto, mesmo diante dessa variada formação étnica no Brasil, o negro esteve apagado durante anos na literatura brasileira. Só em meados do século XX surgiu uma inclusão mais significativa do negro na literatura, a partir da contribuição de estudos teóricos sobre a formação e composição cultural ao longo da história do Brasil.

Com o estudioso Ortiz (1985) reforça-se a crítica ao mito das três raças – branco, índio e negro. Assim, o que era mestiço, torna-se nacional. O mito das três raças é importante, pois não somente encobre os conflitos raciais como possibilita a todos de se reconhecerem como nacionais.

Em vista aos argumentos apresentados, conclui-se que a construção de uma imagem do Brasil dá-se mediante uma aquarela de cores, devido a sua diversidade, sua heterogeneidade. Inúmeras obras literárias representam essa mistura do Brasil, com inúmeras pessoas justapostas, sendo que ninguém é igual a ninguém, mas todo ser é merecedor de ser tratado com cordialidade, hospitalidade, afeto e compaixão. Além do mais, muitos dos artistas exploram diferentes temáticas diante da miscigenação cultural do Brasil.

No entanto, muitos não conhecem profundamente o que está abarcado na cultura antropofágica, por exemplo, conhecendo-na superficialmente. Na verdade, a antropofagia consiste numa ritualística indígena, que vai muito além do simples fato de devorar a carne do outro. Não é simplesmente chegar e matar. Há todo um ritual por trás disso, como, por exemplo, o fato de o prisioneiro ficar um mês sendo bem tratado. Afinal, eles querem se apropriar da alma do outro com a crença de que haverá a incorporação da identidade do outro. Além disso, eles têm um momento de luta.

Enfim, apesar de o Brasil ser jovem se comparado a demais países, ele já possui uma cultura bastante diversificada, e um passado que não pode ser esquecido, principalmente o passado que não deve ser repetido. Por exemplo, no período da ditadura houve uma ilusão utópica, na qual a realidade que se queria passar era de pacificação, assim como na “união” entre os índios e os brancos no período de colonização do Brasil.

Para inúmeros brasileiros, o período do regime militar foi uma utopia, pois não sabiam o que era a ditadura, muito menos o que acontecia em seus “porões”. Não sabiam das perseguições sofridas pelos manifestantes. Acreditavam nas mortes devido aos acidentes de trânsito, assassinatos “comuns”, sendo que estes fatos

foram representados na literatura, ampliando as relações do campo literário com a cultura brasileira e a realidade. Segundo Schmidt (2017, 31),

Aprofundam-se questões sobre a relação da literatura com representações culturais, com modos de subjetivação e com a constituição de identidades, particularmente à luz do reconhecimento das relações saber/poder e poder/saber inscritos nos mecanismos de controle e legitimação do processo de construção das tradições literárias.

Dado o exposto, salienta-se que “o que se assiste neste momento é na verdade uma transformação cultural profunda, pois se busca adequar as mentalidades às novas exigências de um Brasil ‘moderno’”. (ORTIZ, 1985, p.43). Dentro desse Brasil “moderno” está a transformação cultural profunda, também mencionada pelo pesquisador anteriormente citado, na qual entendemos estar as literaturas das margens, das subjacências, como é o caso das obras que consideramos para análise, sobretudo no caso do conto de Kucinski.

3 Iracema e A negra Zuleika: comprovação de aspectos culturais a partir da ficção

Este subtítulo dedica-se à apresentação dos escritores José de Alencar e Bernardo Kucinski, bem como dos dois textos literários que se configuram como corpora de análise dos estudos aqui propostos.

José Martiniano de Alencar, fundador do romance de temática nacional e um dos maiores expoentes do romantismo no Brasil, foi um escritor, romancista, dramaturgo, jornalista, advogado e político. Escreveu uma autobiografia, crônicas e peças de teatro, mas seu maior sucesso dá-se com seus romances, divididos em quatro contextos temáticos: urbanos, indianistas, regionalistas e históricos). Dentre os indianistas está *Iracema* (s. d.), o qual integra o corpora selecionado para os estudos aqui propostos.

Por seu alinhamento como sujeito histórico, Alencar

recupera, muitas vezes, em sua escrita, eventos factuais da sociedade brasileira. Nas obras indianistas ele exalta vários aspectos nacionais, sobretudo a natureza e a figura do índio como o herói brasileiro. É isso que ocorre em *Iracema*. O romance, publicado em 1865 e composto por 33 capítulos, tem como protagonista Iracema, inspiradora do título da obra, que traz uma caricatura da figura da índia que se envolve com Martin, colonizador europeu.

Diante desse contexto conhecido pela maioria, *Iracema* é uma narrativa que simboliza o encontro da natureza brasileira e da colonização, representadas, respectivamente, por Iracema e Martin: “Agora podia viver com Iracema, e colher em seus lábios o beijo, que ali viçava entre sorrisos, como o fruto na corola da flor. Podia amá-la, e sugar desse amor o mel e o perfume, sem deixar veneno no seio da virgem.” (ALENCAR, s.d., p. 46).

Escrito em 1865, *Iracema* (s.d.) possui um espaço e tempo anterior a sua época, parece-nos simbolizar a chegada dos europeus ao Brasil. Sendo assim, compreendemos que o passado é o momento em que não houve o significado que o posterior, inclusive o presente, lhe atribuiu, o que permitiu o começo da memória, daquilo que aconteceu num determinado período, mas pode ser apenas contado e narrado após seu período, o que também identificamos em *A Negra Zuleika* (2014).

Diante desse contexto, convocamos, então, *A negra Zuleika* (2014), dentre os 28 contos de Kucinski publicados em *Você vai voltar pra mim e outros contos* (2014) e que têm relações com o cenário da ditadura militar brasileira. *A negra Zuleika* (2014) não é um dos que contém no cerne de sua narrativa a tortura vivenciada pelas vítimas da ditadura, haja vista que sua ligação com essa temática se estabelece principalmente pela música de Geraldo Vandré, o que, além do fato de ser negra, faz com que seja discriminada: “Racista coisa alguma; escuta bem o que ela está cantando, é a música do Vandré, essa crioula é comunista, veio provocar, é uma subversiva, vou dar uma lição nessa negra abusada.”. (KUCINSKI, 2014, p. 30).

No entanto, esse conto traz, em seu contexto, o preconceito racial e, de certa forma, a visão de submissão feminina, ou seja, o estereótipo daquela mulher que se envolve com o branco, engravida e cria o filho sozinha: “Todo sábado Freddy pega Zuleika na saída do prédio em Copacabana e a leva ao Xodó. Depois a deixa no barrado da avó Fortunata, em São Gonçalo. Na entrada do sétimo mês de barriga, Zuleika largou o serviço e ficou na avó Fortunata até o nenê nascer.” (KUCINSKI, 2014, p. 32).

A protagonista do conto que contém 05 páginas e que tem o mesmo nome do título dele é vítima de discriminação na praia, tem vários filhos, cada um com pai diferente, é doméstica e se envolve com um policial, do qual engravida, e continua tendo um caso com ele: “Freddy ainda aparece de vez em quando e eles vão pro Xodó. Em São Gonçalo, toda segunda-feira às quatro da tarde, a avó Fortunata manda o Mário esperar na cerca. Logo o carro da polícia passa em marcha lenta e o Freddy atira pela janela duas latas de leite em pó.” (KUCINSKI, 2014, p. 32-33).

Através do trecho acima percebemos que a Zuleika representa as mulheres que se envolvem com homens, engravidam e criam os filhos sozinhas, ou com ajuda de familiares, também normalmente mulheres, como por exemplo, a avó Fortunata. O policial que engravida a Zuleika joga duas latas de leite em pó, o que representa a falta de assistencialismo dos homens na verdade. Afinal, apenas com isso não se cria filhos... É preciso muito mais que isso, sem contar que o homem precisa se fazer presente.

Diante disso, corrobora-se que tanto *Iracema* (s.d) quanto *A negra Zuleika* (2014) representam mulheres fortes da sociedade em que estão inseridas, que lutam para sobreviver. Dentro da situação social em que estão inseridas, acabam engravidando de alguém que é diferente de sua cor e/ou status social - Iracema de um português e Zuleika de um policial.

Enfim, duas narrativas singulares com protagonistas femininas, e representatividade feminina sob a ótica/escrita de um autores homens - Alencar (1829-1877) e Kucinski (1938), que

viveram em épocas diferentes, o que demarca uma continuação de luta de resgate e operação de identidade, conforme ressaltado por Schmidt (2017, p. 34): “Sabemos o quanto a memória é operadora de identidade.”. Logo, a memória constrói identidades que a perpetuam, como o caso de *Iracema* (s.d.), com traços semelhantes em *A Negra Zuleika* (2014).

4 Considerações finais

Em vista aos estudos realizados, concluímos que a identidade precisa de muitas representações, sejam elas como nas obras do período de colonização, como na obra *Iracema* (s.d.), de José de Alencar (1829-1877), em que há a narração da chegada dos brancos e do envolvimento amoroso de um branco – Martin, com Iracema, uma índia; sejam elas em obras como no conto *A negra Zuleika* (2014), de Bernardo Kucinski (1937), em que há a injustiça pelo fato de Zuleika ser negra e estar escutando em lugar público uma música censurada pela ditadura.

Mesmo com séculos de diferenças entre as duas obras, não só no período em que foram escritas, mas também quanto à época de acontecimento da história, ambas têm semelhanças quanto à constituição identitária do Brasil. Por exemplo, a reconstrução de uma identidade, a relação nacionalista e machista, a inconveniência, a desvantagem de grupos minoritários, representados pela índia Iracema e pela negra Zuleika.

Outro aspecto dessa marca identitária cultural e que reforça as características anteriores é que as duas protagonistas engravidam – Iracema do português martim e Zuleika do policial que deveria tê-la prendido. Pode-se perceber, a partir dessa conjuntura, uma subjugação e uma estereotipação, de que a força masculina é uma autoridade.

Enfim, mais de cinco séculos se passaram e muitos aspectos culturais deveriam ter mudado, mas ocorreu o contrário, pois muitos infortúnios mantiveram-se enraizados na sociedade, nas

ações e nos pensamentos de muitos brasileiros. No entanto, a memória não é algo para ser repetido. As pessoas precisam de uma memória que converse com o presente e faça uma renovação, a fim de evitar qualquer forma de submissão tortuosa semelhante a um regime militar massacrante, uma escravidão ou uma ilusão utópica como a dos índios no período de colonização.

Referências

ALENCAR, José de. **Iracema**. Domínio Público: Luso-livros, s.d. Disponível em: <https://livrariapublica.com.br/iracema-jose-de-alencar-pdf-epub-mobi/>. Acesso em 15 de novembro de 2021.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: UFRGS. **Educação e Realidade**. Edição 22 (2), julho a dezembro de 1997. página 15-46. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361>. Acesso em 07 de novembro de 2021.

HOLANDA, Sérgio Buarque de.. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 139-151.

KUCINSKI, Bernardo. A Negra Zuleika. In.: KUCINSKI, Bernardo. **Você vai voltar pra mim e outros contos**. São Paulo: Cosac Naify, 2014. p. 29-33.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/qdownload/ortiz-renato-cultura-brasileira-e-identidade-nacional-completo-pdf-free.html>. Acesso em 05 de novembro de 2021.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Centro e margens: notas sobre a historiografia literária. In: DALCASTAGNÈ, Regina; EBLE, Laécia Jensen (Orgs.). **Literatura e exclusão**. Porto Alegre: Zouk, 2017. p. 29-41.

Capítulo 9

VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES: QUAL A RESPONSABILIDADE DO PATRIARCADO?

*Aline Rodrigues Maroneze
Rosângela Angelin*

1 Introdução

Ensinamos as meninas a sentir vergonha. “Fecha as pernas, olha o decote.” Nós as fazemos sentir vergonha da condição feminina, elas já nascem culpadas.

(Chimamanda Ngozi Adichie)

A sociedade atual é sinalizada pela desigualdade de gênero nos mais variados espaços, como social, econômico e principalmente, político. Toda essa dissemelhança é instigante para contestar os fenômenos sociais, bem como entendê-los, para que assim possa ser possível buscar pela sua transformação, especialmente, no que se refere aos processos de dominação e exploração do homem sobre a mulher, uma vez que ainda vivemos em uma lógica patriarcal.

Nesse sentido, as mulheres continuam sendo vítimas de violências (física, sexual, moral, verbal e patrimonial), e apesar de todas as conquistas obtidas em termos de direitos para as mulheres, ainda é preciso mudar mentalidades, uma vez que a sociedade continua vendo as mulheres de forma objetificada, e isso acaba por autorizar e naturalizar violências diversas contra as mulheres.

Assim, para compreender melhor a violência de gênero contra as mulheres, por meio de um estudo utiliza-se de uma abordagem hipotética dedutiva, acompanhada de uma

hermenêutica feminista, o presente estudo se ocupa em investigar se a violência de gênero contra as mulheres seria um produto do patriarcado. Para responder este questionamento o estudo utiliza-se de uma abordagem hipotética dedutiva, acompanhada de uma hermenêutica feminista. Num primeiro momento, a pesquisa analisa, brevemente o patriarcado e sua abrangência na vida das mulheres para, em seguida, abordar violências geradas pelo patriarcado na vida das mulheres.

2 Patriarcado e sua abrangência na vida das mulheres

O estudo tem como ponto de partida uma breve contextualização sobre o patriarcado e sua definição, para que só então possa ser estudado de maneira mais atenta a questão da violência contra a mulher.

A ideologia patriarcal tem sido capaz de ditar comportamentos, ações, bem como de intervir na economia, na política e nas esferas públicas e privadas da sociedade, determinando identidades estereotipadas das mulheres e também dos homens. Porém, nessa relação de poder, as mulheres são as que mais sofrem sob esse tipo de domínio, sendo “construções ideológicas eficientemente aperfeiçoadas no decorrer dos milênios, que têm modificado significativamente as identidades femininas e as relações humanas na sociedade.” (ANGELIN; HAHN, 2019, p. 71). O resultado disso reverbera na dominação masculina exercida tanto sobre as mulheres, quanto sobre as pessoas e seres considerados *inferiores* na escala hierárquica masculina. A esse tipo de dominação, se denomina de “patriarcado”. Lagarde y de los Ríos afirma que:

O patriarcado é uma ordem social genérica de poder, baseada em um modo de dominação cujo paradigma é o homem. Esta ordem assegura a supremacia dos homens e do masculino sobre a inferiorização prévia das mulheres e do feminino. É, assim mesmo, uma ordem de domínio de alguns homens sobre os outros e de alienação entre as mulheres. [...] as mulheres em distintos graus são expropriadas e submetidas à opressão

de maneira predeterminada. (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2001, p. 52).¹

No patriarcado as mulheres são tidas como objetos de conteúdo sexual para os homens, não passando de meras geradoras de outras vidas, e objetos sexuais para satisfação dos homens. Essa visão acaba por passar uma ideia de posse. Se “algo” é de alguém, automaticamente leva-se a pensar que a pessoa pode fazer o que quiser como seu objeto de posse. Prova disso é o ditado popular tão conhecido, e que as pessoas reproduzem comumente: “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, passando aquela ideia que o marido pode fazer o que quiser com sua esposa, inclusive maltratá-la. Sobre a questão da objetificação da mulher, Heleieth Saffioti, (2005, p. 42) vai afirmar que:

[...] as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também enquanto grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. Esta soma de dominação com exploração é aqui entendida como opressão. Ou melhor, como não se trata de fenômeno quantitativo, mas qualitativo, ser explorada e dominada significa uma realidade nova. (SAFFIOTI, 2005, p. 42).

No patriarcado acaba por haver “a divisão das coisas e das atividades (sexuais e outras), segundo a oposição entre o masculino e o feminino, recebe sua necessidade objetiva e subjetiva de sua inserção em um sistema de oposições homólogas.” (BOURDIEU, 2005, p. 16). Para Bourdieu (2005), o patriarcado acaba por definir os papéis sociais que cabem aos homens e os que cabem às mulheres, assim como é definida a forma de se comportar, vestir e falar, sendo que determinados costumes e roupas são de homens e somente

1 Tradução livre. No original: “El patriarcado es un orden social genérico de poder, basado en un modo de dominación cuyo paradigma es el hombre. Este orden asegura la supremacía de los hombres y de lo masculino sobre la inferiorización previa de las mujeres e de lo femenino. Es asimismo un orden de dominio de unos hombres sobre los otros y de enajenación entre las mujeres. [...] las mujeres en distintos grados son expropiadas y sometidas a opresión de manera predeterminada.” (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. *Género y feminismo: desarrollo humano y democracia*. Madrid: horas y HORAS, 2001, p. 52).

destes, e outras são exclusivas das mulheres. Esta diferenciação acaba, de maneira inconsciente, naturalizando violências.

Sobre o papel da mulher na sociedade patriarcal, Heleieth Saffiotti (1987), vai esclarecer que são ensinados, para homens e mulheres os papéis que cada um deve ocupar junto à sociedade, como se isso fosse natural e, a partir daí se estabelecem os papéis de gênero que são ensinados desde a infância, tanto pelos pais, como pela escola, igreja, e isso vai se perpetuando ao longo dos tempos. E isso também acaba por contribuir com a diminuição da mulher perante os homens, já que esta diferenciação dos papéis de cada um e cada uma, tem uma ideia intrínseca de que a mulher é incapaz e o homem é superior, isso também acaba sendo um autorizador de violências.

As desigualdades nas relações de são parte do desenvolvimento tanto histórico, quanto cultural da sociedade, naturalizada pela aceitação das pessoas. Isso acaba resultando numa das maneiras mais contundentes de opressão das mulheres na atualidade. Isso é visto no cotidiano, quando

O patriarcado designa princípios de organização familiar centrados no parentesco masculino e no poder paterno, bem como, anuncia uma estrutura social baseada no poder masculino, envolvendo os âmbitos sociais, político, econômico e jurídico, espaços estes em que as mulheres, além de excluídas em sua maioria, são vítimas de menosprezo e violências de gênero. (ANGELIN; HAHN, 2019, p. 74).

Dentro desse contexto a *misoginia* é uma forte característica do patriarcado e se configura como uma fobia de mulheres, embasando-se numa perspectiva negativa das mulheres, proliferando a rejeição a “tudo que tem a ver com o feminino. Então, as mulheres são categorizadas como seres inferiores na hierarquia social e tratadas a partir desta percepção, que contribui para a proliferação machista, androcêntrica e sexista. (LAGARDE Y DE LOS RYOS apud ANGELIN; HAHN, 2019, p. 77).

Assim, percebe-se que o patriarcado tem uma ligação íntima com a o processo desencadeado de violências contra as mulheres,

desde longos períodos da história da humanidade, até a sociedade atual. Por sua vez, de acordo com Saffioti (2015), as mulheres são educadas para conviver com essa violência, tolerar ela e, o pior, conviver com a impotência que o patriarcado e a impotência geram em suas vidas. Enquanto isso, os homens são educados para oprimir. Nesses sentidos, é importante se ter presente que, quem sustenta o patriarcado são as principais instituições sociais:

Essas influências patriarcais na vida de toda a sociedade é exercida por vários espaços de poder, seja ele, a família, a escola, as instituições religiosas e a sociedade envolvente acabam por gerar um *status quo* de hierarquia social entre o sexo masculino e feminino, sendo o segundo oprimido e, vivendo, por conseguinte, em situação de subcidadania e expostos as mais variadas violências. Diante dessa situação, que não é natural, muitas mulheres, organizadas em movimentos sociais se rebelaram e forjaram espaços de luta na sociedade, reivindicando dignidade e reconhecimento de sua existência, de seu trabalho e de seres humanas. (GATTIBONI; ANGELIN, 2020, p. 78).

As violências contra as mulheres, têm ligação com o sistema patriarcal em que a sociedade está inserida, tanto é verdade que até pouco tempo atrás não existiam quaisquer medidas que pudessem socorrer a mulher neste sentido. A própria Lei Maria da Penha é uma conquista recente já que é datada de 2006, assim como a tipificação do crime de feminicídio, mais recente ainda, uma vez que é de 2015.

3 A relação existente entre as violências contra as mulheres e o patriarcado

Para dar início ao estudo do tema da violência contra as mulheres, parte-se do livro de Heleieth Saffioti (2005), “Gênero, patriarcado e violência”, já que ela trabalha de maneira bem clara e detalhada sobre essa questão. Para Saffioti, as violências contra as mulheres são naturalizadas pela sociedade patriarcal, que aceita de maneira “normal” esta opressão violenta como forma da expressão

da virilidade e força masculina.

O uso das violências contra as mulheres vem atuar como forma de controlá-las, sujeitando-as aos desejos e vontades dos homens, que as tem como objeto de satisfação pessoal. Caso as mulheres resistam a suas vontades, culturalmente ensinadas e, praticadas, este homem pode se utilizar da força física, mostrando para a sociedade o quanto é forte e viril, e, por sua vez, o quanto esta mulher é fraca e frágil. Esses comportamentos nem sempre atingem o nível de violência física, podendo se manifestar em forma de violência psíquica, moral, patrimonial e até mesmo sexual. Tais tipos de violência estão tão naturalizados que, se chegam a público, geralmente a sociedade aprova tais condutas. Não é a toa que as políticas de proteção às mulheres demoraram tanto para surgir e, quando estão positivadas, ainda não são efetivadas por resistência cultural. Heleieth Saffiotti (2005) vai ressaltar que as violências nunca são isoladas, isso significa dizer que quando uma mulher sofre violência física, também sofre violência emocional e moral.

Saffiotti esclarece que independentemente da violência sofrida, ela é sempre precedida da violência emocional que tem um poder de fragilização muito grande nas mulheres. As violências e opressões vivenciadas pelas mulheres no patriarcado, não ocorre somente no campo dos direitos civis, políticos, humanos, mas também na busca constante sobre o controle do corpo das mulheres, através do controle sobre seus direitos sexuais e reprodutivos. Sobre isso, Heleieth Saffiotti ensina ponder:

A dominação-exploração constitui um único fenômeno apresentando duas faces. Desta sorte, a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva. (SAFFIOTTI, (2005, p .106).

Corroborando com o tema, Hanna Arendt, ressalta que a violência, em todas as suas formas, está intimamente ligada ao ideal

de poder. Sua percepção é cabível ao caso das mulheres, já que ela trabalha com a ideia de dominação. Muito embora ela não aborde a violência na perspectiva de gênero, sua definição também pode ser compreendida quando pensada através da lógica patriarcal. Então por meio da analogia, pode-se compreender que: “onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, conduz à desapareção do poder.” (ARENDDT, 2009, p. 73)

O sistema de dominação patriarcal se “reinventa, reproduz e perdura”, estando estruturado a partir de quatro modos que o amparam, conforme pondera CAMURÇA:

- 1) A prática da violência contra as mulheres para subjugar-las;
- 2) O controle sobre o corpo;
- 3) A manutenção das mulheres em situação de dependência econômica e
- 4) A manutenção, no âmbito do sistema político e práticas sociais, de interdições à participação política das mulheres². (CAMURÇA, 2007, p. 20).

Importante refletir sobre os ensinamentos da Sílvia Camurça (2007), uma vez que estes quatro mecanismos que ela apresenta são facilmente identificados quando vislumbrados para a questão do patriarcado. Como apresentado por Camurça, os modos de atuação do patriarcado - muitas vezes velados ou invisibilizadas pela ideologia patriarcal, reverberam em problemas sérios de violências contra as mulheres, denotando a existência do poder e da dominação como alicerces desses tipos de violências. Dentre estes mecanismos de que fala a autora está a questão da dependência econômica que faz com que muitas mulheres se sujeitam à violência por não terem uma rede de apoio e condições de sustento para si e seus filhos.

Portanto, não é exagero afirmar que quando uma mulher sofre violência, seja ela qual for, tem ferida e machucada sua dignidade, além de seus direitos humanos. E toda essa lógica de violência e de opressão parte do mesmo ponto, do sistema patriarcal que se manifestando por meio do machismo e da misoginia.

2 CAMURÇA, Sílvia. “Nós Mulheres” e nossa experiência comum. Cadernos de Crítica Feminista, Recife, ano I, n. 0, dez. 2007, p. 20.

Nesse sentido, o patriarcado tem como fundamento a lógica da dominação e da opressão as mulheres, e ela se evidencia fortemente através da violência, o que traz inúmeros prejuízos às mulheres que se mantêm dependentes e a prendidas a esse sistema de opressão, como poucas condições concretas de conquistar sua emancipação social, moral, política e financeira. Neste ponto, pode-se afirmar que o patriarcado se baseia na dominação física e metafórica, que foi se naturalizando com o tempo e com o fortalecimento do patriarcado e do capitalismo. Interessante quando Bourdieu analisa o poder proveniente do patriarcado, o qual é exercido pelos homens de forma androcêntrica, num contexto social simbólico que ratifica tais posicionamentos masculinos:

A força da ordem masculina pode ser aferida pelo fato de que ela não precisa de justificação: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar, visando sua legitimação. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual se funda: é a divisão social do trabalho, distribuição muito restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos. (BOURDIEU, 2005, p. 15).

Sobre a citação acima, compreende-se que a força da ordem masculina vem de maneira simbólica e sem a necessidade de justificação. Nesse sentido, a violência ocorre em muitos aspectos; ela pode ser sexual, moral, econômica, física, psicológica e simbólica. Assim, ela corresponde às ameaças sofridas, às agressões físicas e verbais, ao assédio, à estigmatização, ao tratamento desigual recebido pela mulher, seja no âmbito da vida familiar, seja no âmbito da vida profissional e política.

Comum e velada tem sido as violências cometidas dentro das relações matrimoniais, já que culturalmente, grande parte da sociedade não chega a reconhecer violência doméstica e familiar como uma violência, ao passo que, para o senso comum seria apenas o marido “disciplinando” sua esposa. Tal perspectiva é vislumbrada nos casos de violência doméstica e familiar, quando os agressores acreditam-se injustiçados, uma vez que alegam ter cometido apenas

alguns “excessos”. Porém, conforme descreve Minayo, as narrativas desses agressores denotam o poder exercido sobre as mulheres, sua ideia de posse e, sobretudo, transferem a culpa das agressões sofridas pelas mulheres, às próprias mulheres que não obedeceram a seus desejos:

Por isso, em geral, quando acusados, os agressores reconhecem apenas ‘seus excessos’ e não sua função disciplinar da qual se investem em nome de um poder e de uma lei que julgam encarnar. Geralmente quando narram seus comportamentos violentos, os maridos (ou parceiros) costumam dizer que primeiro buscam ‘avisar’, ‘conversar’ e depois, se não são obedecidos, ‘batem’. Consideram, portanto, que as atitudes e ações de suas mulheres (e por extensão, de suas filhas) estão sempre distantes do comportamento ideal do qual se julgam guardiões e precisam garantir e controlar. (MINAYO, 2005)

Heleieth Saffiotti (1987) ensina que o patriarcado vai se utilizar da violência para regular as relações sociais, visando ter poder sobre as relações de gênero, mas também sobre as questões raciais, étnicas e referentes a sexualidade, todas através do uso da violência como forma de controle social.

As violências contra as mulheres perpassam a esfera privada e atinge os espaços públicos, reproduzindo a mesma lógica de submissão, objetificação e desvalorização. Disso resultam estupros, abusos sexuais, assédio sexual, entre outros tipos de violência, como questões envolvendo a autonomia e o exercício de direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres:

A submissão das mulheres aos princípios e ditames patriarcais envolveu várias dinâmicas e processos, entre eles o controle de seus corpos e das sexualidades, ações essas construídas no decorrer da história e que, na atualidade, seguem apresentando reflexos estruturantes na organização social e no acesso das mulheres a direitos humanos, como os de liberdade e autonomia. (MADERS; GIMENEZ; ANGELIN, 2019, p. 66).

Como visto, brevemente, muitas são as formas e os processos de violências pelos quais as mulheres vivenciam dentro da sociedade patriarcal. Portanto, com base no estudo que fora

desenvolvido aqui, pode-se afirmar que a violência é produto do patriarcado, já que ele só vem incentivar a lógica de hierarquização do masculino sobre o feminino, assim como ressaltar a dominação de homens sobre as mulheres, dando à elas um lugar à margem da sociedade, com olhares de condenação e julgamento.

5 Considerações finais

Ao finalizar esse breve estudo, que teve como objetivo investigar se o patriarcado tem responsabilidades sobre as violências cometidas contra as mulheres, é importante destacar sua abrangência no contexto social. O patriarcado, que é uma ideia de supervalorização dos homens em detrimento da subjugação e dominação das mulheres, não está presente apenas no âmbito familiar, profissional ou político, ele é mais que isso, pois faz parte da sociedade de modo geral, está presente na dinâmica social.

O patriarcado se naturaliza nas relações familiares, por exemplo, diante da educação das crianças, ensinando-se o que homens e mulheres podem e, o que não podem fazer; a forma de se comportar, vestir, falar. São criados, dessa forma, estereótipos para mulheres e para homens, o que comprova que o patriarcado afeta não somente as mulheres, mas toda a sociedade. Claro que, por ser uma relação de poder, o tipo de afeto que as mulheres estão submetidas é totalmente diferente, mais profundo e mais sofrido. Assim, é necessário romper com os papéis de gênero que a sociedade insiste em impor; contudo, romper com essa lógica é quase um processo de despertar, ao passo que isso encontra-se enraizado dentro cultura. Nesse sentido, os movimentos feministas tem concedido uma grande contribuição ao visibilizar essas relações patriarcais, denunciando e propondo novas formas de relações humanas equânimes. E, que apesar das diferenças entre os sexos, as pessoas possamos viver em harmonia.

Por fim, o estudo demonstra que o patriarcado é constituído como uma ideologia, se arraigando na sociedade de forma bastante eficaz, por meio da cultura e da naturalização da dominação do

masculino sobre o feminino. Assim, o patriarcado, por desvalorizar, menosprezar, subjugar e objetificar as mulheres acaba por criar um campo propício para a realização das mais variadas formas de violência contra as mulheres, naturalizando tais procedimentos e, por sua vez, vitimizandando duplamente as mulheres que já são vítimas de todo esse contexto.

Referências

ANGELIN, Rosângela; HAHN, Noli Bernardo. **Movimentos Feministas e a vida das mulheres: (re)construindo possibilidades emancipatórias**. Curitiba: CRV, 2019.

ARENDDT, Hanna. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAMURÇA, Sílvia. **“Nós Mulheres” e nossa experiência comum**. Cadernos de Crítica Feminista, Recife, ano I, n. 0, dez. 2007.

GATTIBONI, Rita de Cássia; ANGELIN, Rosângela. Apontamentos sobre patriarcado, Movimetros Feminsias e direitos das mulhers cubanas pós-revolução. p. 73-84. In: COLOMBO, Natália [Org.]. **Ciências Humanas: afeto, poder e interações**. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **Género y feminismo: desarrollo humano y democracia**. Madrid: horas y HORAS, 2001.

MADERS, Angelita Maria; GIMENEZ, Charlise Paula Colet; ANGELIN, Rosângela. **Mulheres, vulnerabilidade e direito fraterno: (des) caminhos da violência à dignidade sexual e reprodutiva [recurso eletrônico]**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Laços perigosos entre machismo e violência**. In: Ciênc. saúde coletiva. v.10, n.1, Rio de Janeiro. jan./mar. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232005000100005. Acesso em: 04. nov. 2021.

SAFFIOTTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 2 ed. Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTTI, Heleieth. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

Capítulo 10

DIREITOS HUMANOS E A PLURALIDADE DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: A REPERCUSSÃO DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL NO DIREITO DAS FAMÍLIAS

Ritielle de Souza Zanuso

1 Introdução

Visualizando o cenário social brasileiro, no qual as famílias passam por inúmeras transformações e possuem diferentes composições em seu núcleo, a legislação vigente passou a exigir um cuidado especial com o reconhecimento das entidades familiares como forma de efetivar os direitos personalíssimos de cada pessoa componente da relação familiar.

Assim, a partir da pesquisa sobre qual é a importância dos direitos humanos para o reconhecimento jurídico das relações familiares no Brasil, no tocante à efetivação dos direitos da personalidade, especialmente no que diz respeito à identidade e à filiação socioafetiva, tendo como marco temporal a Constituição Federal de 1988, objetiva-se estudar os impactos do reconhecimento da filiação socioafetiva na efetividade dos direitos da personalidade do ser humano no que diz respeito à sua identidade, bem como compreender o processo de transformação contínua das relações familiares. Para tanto, procede-se o estudo mediante a adoção do método de abordagem dedutivo, método de pesquisa monográfico e bibliográfico, utilizando-se da pesquisa indireta.

Do modelo tradicional até a multiparentalidade, o caminho para se reconhecer os vínculos de família criados pelas pessoas passou por muitas barreiras com o auxílio da interpretação dos direitos constitucionais, trazendo à baila o reconhecimento da

filiação como forma de identificação do indivíduo. Inicialmente, os pré-conceitos de família tradicional traziam a figura do patriarca como responsável pelo sustento de todos e o superior na linha hierárquica, cabendo aos demais, obedecer às ordens ditadas por ele. Nesta configuração social, a mãe era somente aquela que dava à luz e pai era o seu esposo, estrutura essa, adotada pela legislação do país durante algum tempo, razão pela qual a filiação legal era apenas aquela decorrente do casamento.

Das constantes mudanças nos modelos fáticos de família e dos papéis de seus integrantes, juntamente com os avanços científicos e tecnológicos do mundo moderno, adveio uma segunda possibilidade; enquanto a filiação legal presumia quem era o pai, o exame de DNA trouxe à tona a questão genética, que possibilitou, mediante a comparação da mostra de sangue dos indivíduos, a certificação se há descendência entre eles. Com o exame de DNA, ganhou força a busca pela identificação da pessoa por meio do reconhecimento do seu núcleo familiar, tendo como viés o critério biológico.

Com o passar dos tempos, sentiu-se a necessidade de mais um critério para embasamento da filiação, algo que pudesse abranger as situações reais de relacionamento, pois os modelos reconhecidos juridicamente, quais sejam, as filiações legal e a biológica, não estavam sendo capazes de efetivar a igualdade entre os filhos e filhas, prevista tanto na Constituição Federal de 1988 como no Código Civil de 2002. Assim, embasado pelos princípios e direitos constitucionais como direito à identidade, igualdade de filiação, solidariedade e dignidade da pessoa humana, criou-se como critério para configuração da relação familiar o vínculo afetivo, denominado filiação socioafetiva. Contudo, ainda que muito característico na sociedade, por ser baseado tão somente no afeto e no cuidado existente na relação, sem considerar a via genética ou a presunção legal, a aceitação desse laço como tendo a mesma valoração dos demais já reconhecidos enfrenta barreiras culturais discriminatórias, impactando diretamente na dignidade das pessoas que possuem como pilar do seu núcleo familiar o

sentimento afetivo.

2 Do Direito de Família ao Direito das Famílias: Os Direitos Humanos na Constituição Federal de 1988 e a plurissignificação da família

Mais de uma década se passou do caminhar da Constituição Federal atrelada à Codificação Civil atual, sendo, esse período, um tempo de profundas transformações do Direito de Família. Essa disciplina jurídica passou, e ainda vem passando, por modificações que possibilitam fazer com que o referido ramo do Direito Privado seja cada vez mais abrangente e menos discriminatório.

Para Mônica Sousa e Bruna Waquim

Tratar sobre o assunto “família” contemporaneamente nos evoca a imagem de pais e filhos reunidos em um lar acolhedor, em um ambiente de fortes laços, respeito e cuidado. Porém, essa visão que hoje temos da família decorre, na verdade, de um longo processo de construção e reconstrução da função da família na história, pois a cada momento vivido pela sociedade, de acordo com a respectiva cultura, a família e seus membros tiveram um papel e uma importância. (2015, p. 71).

Cumulado a essa perspectiva cultural, faz-se verificação de como a Carta Magna brasileira se tornou importante no contexto do ordenamento jurídico brasileiro para dar amparo às transformações na conceituação de família.

Ainda que não haja uma certeza científica do surgimento das famílias no mundo, nos escritos de Fábio Ulhoa Coelho pode-se visualizar estudos antropológicos demonstrando que as primeiras famílias surgiram na época primitiva, quando o próprio instinto animal fez com que as tribos se dividissem em grupos menores, os “clãs”, nos quais cada pessoa tinha por referência um símbolo denominado “totem” e não poderia haver relações sexuais entre integrantes do mesmo totem. Já na Antiguidade, os romanos possuíam famílias enormes, sendo que eram reconhecidas como a principal unidade na produção de bens, onde a família cumulava as

funções biológica, educacional, econômica, assistencial, espiritual e afetiva. Com a evolução dos tempos, algumas dessas funções forem delegadas para outras instituições da sociedade, como as igrejas, escolas e o ambiente de trabalho. (2016).

Diante dessa constante evolução, através da qual o conceito de família foi recebendo diversos moldes, não se pode identificar como sendo apenas um o modelo da família brasileira. Hodiernamente existem núcleos formados por cônjuges e filhos e/ou filhas, viúva ou viúvo e seus filhos e/ou filhas, cônjuges e os filhos e/ou filhas de cada um deles, companheiros e/ou companheiras tendo ou não filhos e/ou filhas, viúvo ou viúva e o filho e/ou filha de seu companheiro ou companheira já falecido ou falecida, avó/avô e neto/neta, irmãs solteiras ou irmãos solteiros que vivem juntos ou juntas, entre outras composições. (ROSA, 2016). Contudo, de encontro a essa realidade, foram construídos padrões, modelos de família tidos como “normais” para identificar cada época histórica e rotular esses núcleos tão diversificados.

Historicamente tem-se a família tradicional, dos séculos XVII e XVIII, que possuía a forte figura do patriarca, chefe de tudo e todos; a romântica, com início em meados do século XIX, na qual os demais integrantes do núcleo gozavam de certa liberdade; e a contemporânea, que tem como marco os anos 70, na qual a mulher se mostra independente e todos os integrantes daquele seio familiar possuem voz e vez. (COELHO, 2016). As demais tipificações familiares foram desconsideradas, “ficando à margem da lei.” (SOUSA; WAQUIM, 2015, p. 71).

Como se pode perceber, os modelos supracitados restringiram a família a uma forma limitada de constituição, razão pela qual a Constituição Federal de 1988 e sua postura de integração dos direitos humanos possuiu papel importantíssimo, servindo como meio de reconhecimento das demais instituições familiares, fazendo com que outras constituições familiares se sentissem abarcadas na definição de grupo familiar e tivessem reconhecimento legal.

Nesse sentido, importa referir que o texto constitucional de 1988 foi influenciado pelos movimentos sociais existentes nos anos de 1960 e 1970, trazendo, pela primeira vez na história das Constituições brasileiras, a família como gênero, que comporta várias espécies. Ressalta, ainda, que todas merecem ser reconhecidas pela sociedade ao passo que devem ser protegidas pelo Estado. (PEREIRA, 2012).

Dessa forma, a Lei Maior abriu os horizontes da escrita, mostrando que existem famílias além dos muros de uma bela cerimônia de casamento ou de uma operação aritmética na qual homem e mulher se unem para construir patrimônio e procriar. Ou seja, trouxe uma nova versão¹ de Direito das Famílias para o Direito Privado, despatrimonializando o conceito familiar, tendo por premissa a dignidade humana e não recepcionando as normas de caráter excludente, existentes no Código Civil de 1916. (ROSA, 2016).

O art. 226 da Constituição Federal é o preceito principal neste cenário de elevação do Direito de Família, integrante do Direito Civil, ao *status* de tema constitucional e de direitos humanos. Seus parágrafos são verdadeiras obras-primas de combate à cultura patriarcal tradicional, enraizada na sociedade como a única legítima e digna de respeito. (BRASIL, 1988).

O reconhecimento da união estável como entidade familiar, da família composta por pais e mães homossexuais, bem como daquele núcleo formado por somente um pai ou uma mãe e seu(s) filho(s) ou sua(s) filha(s), assim como a previsão da possibilidade de divórcio, representaram um avanço da legislação no tocante a sua desvinculação aos fatores religiosos e patriarcais que ditavam

1 “Em sede de direito de família, é mister distinguir os direitos familiares pessoais dos direitos familiares patrimoniais. Cabe lembrar que se chama de direito objetivo o conjunto de normas gerais e abstratas que buscam ordenar a vida social. Direito subjetivo é a posição de uma pessoa frente à determinada norma de direito objetivo. Essa posição pode ser favorável a alguém, o que a torna titular de direito, ou pode ser desfavorável, o que leva ao surgimento de um dever jurídico. [...]. Assim, o direito subjetivo da família não se destina exclusivamente a conceder direitos, mas atribui deveres.” (DIAS, 2005, p. 34).

as regras na lei infraconstitucional. Nesse passo, o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) consolida-se num caminho de equiparação do casamento e da união estável, temática que ganhou repercussão geral a partir do julgamento do Recurso Extraordinário (RE) nº 878.694, que reconheceu, de forma incidental a inconstitucionalidade do art. 1.790 do CC/02, pelos jurídicos fundamentes que se transcreve:

DIREITO CONSTITUCIONAL E CIVIL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. INCONSTITUCIONALIDADE DA DISTINÇÃO DE REGIME SUCESSÓRIO ENTRE CÔNJUGES E COMPANHEIROS.

1. A Constituição brasileira contempla diferentes formas de família legítima, além da que resulta do casamento. Nesse rol incluem-se as famílias formadas mediante união estável.

2. Não é legítimo desequiparar, para fins sucessórios, os cônjuges e os companheiros, isto é, a família formada pelo casamento e a formada por união estável. Tal hierarquização entre entidades familiares é incompatível com a Constituição de 1988.

3. Assim sendo, o art. 1790 do Código Civil, ao revogar as Leis nºs 8.971/94 e 9.278/96 e discriminar a companheira (ou o companheiro), dando-lhe direitos sucessórios bem inferiores aos conferidos à esposa (ou ao marido), entra em contraste com os princípios da igualdade, da dignidade humana, da proporcionalidade como vedação à proteção deficiente, e da vedação do retrocesso.

4. Com a finalidade de preservar a segurança jurídica, o entendimento ora firmado é aplicável apenas aos inventários judiciais em que não tenha havido trânsito em julgado da sentença de partilha, e às partilhas extrajudiciais em que ainda não haja escritura pública.

5. Provimento do recurso extraordinário. Afirmação, em repercussão geral, da seguinte tese: “No sistema constitucional vigente, é inconstitucional a distinção de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros, devendo ser aplicado, em ambos os casos, o regime estabelecido no art. 1.829 do CC/2002.” (BRASIL, 2017).

Outrossim, a igualdade entre os filhos biológicos e adotivos, bem como a previsão da criação de mecanismos com o objetivo de coibir a violência doméstica contida no § 8º do art. 226, deram ênfase à proteção dos direitos humanos fundamentais dos integrantes do núcleo familiar. (DONADEL in PORTO; USTÁRROZ [Org.], 2003). Percebe-se, assim, o rompimento de barreiras que ocorre com a promulgação da Constituição Federal de 1988, pois, diferentemente das constituições pretéritas, deixa de trazer a família como um modelo fechado, nos padrões pregados pelo catolicismo, do casamento indissolúvel como a única formação familiar legítima. (PEREIRA, 2012).

Seja para as entidades expressamente previstas, como a matrimonial, convivencial e monoparental, seja por aquelas que constam de modo implícito, como a unipessoal, formada por uma só pessoa, seja ela solteira, viúva ou separada, a parental, também chamada de anaparental, na qual vários integrantes de uma geração somam esforços para manutenção da vida diária, as eudemonistas, em que as pessoas se unem com o propósito de realização plena dos sonhos umas das outras, entre outras tantas tipificações, é possível a identificação enquanto família, uma vez que a Constituição Federal não se prende a um rol *numerus clausus*, mas meramente exemplificativo. (ROSA, 2016). Assim, tem-se que a maneira como foram utilizados os artigos constitucionais pelo legislador, deu aos intérpretes da lei a chance de abrir o leque das entidades familiares, assegurando o caráter de família e de direitos humanos para aquelas previstas ou não na literalidade dos dispositivos.

3 De casa grande e senzala à multiparentalidade: as formas de reconhecimento de filiação no Brasil e a contribuição das relações familiares afetivas para a efetivação dos direitos humanos

Com características peculiares e de sentimentos intensos, a filiação é o cenário principal para o qual se volta a presente pesquisa. Como dito por Euclides Benedito de Oliveira e outros (2000, p.

21), “Verdadeira lei áurea dos filhos, a Constituição Federal de 1988, art. 227, § 6º, consagrou o princípio da igualdade de todos, havidos ou não do casamento, ou por adoção: são simplesmente filhos, com os mesmo direitos e qualificações [...]”

Isso porque, antes do advento da Lei Suprema, a sociedade se manifestava de forma um tanto quanto cruel com os filhos e filhas que não eram fruto da família tradicional. Havia uma diferenciação entre a prole oriunda do casamento, a denominada filiação legítima, em detrimento dos filhos e das filhas ilegítimos/ilegítimas, aqueles/aquelas que eram fruto de incestos ou adultérios e, ainda, tratava com certa discriminação a filiação civil que faz referência aos filhos e filhas decorrentes da adoção. (GOMES in ROSA; THOMÉ [Org.], 2015). Em suma, havia uma espécie de classificação dos filhos e das filhas, que levava em consideração tão somente se haviam sido gerados dentro do casamento de seus genitores ou não, recaindo sobre àqueles nascidos fora do matrimônio, a impossibilidade de ter respeitados seus direitos fundamentais, como a identidade e, até mesmo, a sobrevivência. (DIAS, 2017).

Como retrata a obra *Casa-Grande & Senzala*, a sociedade brasileira foi construída através de uma colonização para exploração, em cima de uma cultura discriminatória, disseminada Brasil adentro. Foi em meados do ano de 1532 que se iniciou o que pode ser denominada como verdadeira formação da sociedade no Brasil, sendo protagonista a família rural ou semi-rural, latifundiária, dos núcleos de pessoas casadas vindas do reino ou até mesmo das famílias constituídas da união entre colonos e as mulheres caboclas ou com as meninas órfãs, vindas de Portugal por orientação dos padres casamenteiros. (FREYRE, 2008).

Tão rica em detalhes íntimos que ocorriam dentro da casa-grande, os filhos meninos e brancos tinham um destino de poder e acesso à educação traçado, enquanto os nascidos na senzala ficavam à sorte de serem escolhidos como irmãos de criação – uma espécie de elevação de escravos para moleques de estimação –, os quais poderiam sentar-se à mesa para degustar refeições e sair para passear como se fossem filhos de seus senhores. Tal obra literária de um dos

sociólogos mais importantes do século XX, revela que jamais foi possível unificar o conceito de família. (FREYRE, 2008).

A evolução durante e após o período colonial foi mostrando as tantas faces que uma família pode ter, tendo os marcos históricos da revolução industrial no século XVII e a revolução francesa no XVIII, papéis de suma importância para alterações na conceituação de entidade familiar, ao passo que tais eventos foram dando outras repercussões como a diminuição do número de filhos e a maior autonomia para a mulher, que se incluiu no mercado de trabalho. (ROSA, 2016). Na modernidade, os movimentos sociais e políticos, juntamente com a globalização do século XX abrem o ramo do Direito de Família para outras acepções de entidade familiar, pois havia a necessidade de se reconhecer como legítima não só a filiação legal, decorrente da presunção trazida pelo casamento, mas outro meio que pudesse moldar algumas relações de filiação que careciam de apreço. (SOUZA, 2016). Percebe-se então, que em um curto período histórico, a família foi rompendo com o sistema patrimonialista de onde surgira sua conceituação, rumando para uma maior aceitação e proteção dos formadores de seus núcleos, com a finalidade de promover a cada um e a cada uma na sua individualidade, respeitando as diferenças existentes na formação. (BORGES, 2013).

Em virtude dos avanços científicos e tecnológicos, surge o meio de verificação da filiação através do cruzamento de informações genéticas dos supostos pai e filho e/ou filha, o exame de DNA. O direito à identidade genética passou a ser visto como direito fundamental, oriundo dos direitos de personalidade, a partir de uma jurisprudência que passou a aceitar o retorno das partes a juízo na busca da identificação da paternidade, tendo, assim, a possibilidade do afastamento dos efeitos da coisa julgada, quando a anterior ação não foi acolhida por falta de prova do vínculo de filiação. O reconhecimento da filiação passou a ser admitido mesmo quando a demanda não gera reflexos jurídicos relevantes e sirva tão somente para atender à necessidade psicológica da parte em conhecer sua ascendência biológica. (DIAS, 2017).

No entanto, por mais que se tenha dado um passo de suma importância para o reconhecimento dos laços que formam a filiação, “a mera existência do vínculo biológico não faz surgir de imediato, a parentalidade, a qual depende do desenvolvimento de relações afetivas entre o genitor, ou a genitora e o filho ou a filha.” (GOMES, in ROSA; THOMÉ [Org.], 2015 p. 231).

Por possuir esse vínculo de dependência com a afetividade, pode-se dizer, ainda, que a paternidade/maternidade é aquela que se expressa através do direito do planejamento familiar e da obrigação dos pais de respeitar, educar, criar e auxiliar material e imaterialmente seus filhos e filhas. (ROSA, 2016). Ou seja, as atitudes, direitos, deveres, responsabilidades e carinho assumidos importam tanto quanto uma compatibilidade sanguínea ou uma documentação matrimonial. Nesse compasso, tem-se que é inegável a comunicação existente entre a norma e o fato, o que abre a possibilidade para uma interpretação constitucional própria por meio de uma investigação na qual integra-se os elementos fáticos e jurídicos. (BRASIL, 2005). Com referência plural de família, a direção para a qual a Constituição Federal de 1988 inclinou todo o aparato legal, foi do reconhecimento de famílias para além da biologia e da principiologia do contrato de matrimônio, abrangendo a ideia de filiação socioafetiva com um caminho específico e sólido, capaz de promover um núcleo à entidade familiar baseada no afeto. Porém, por continuarem existindo lacunas que dificultam o reconhecimento de diversas formas de filiação, muitas famílias continuaram sem um respaldo jurídico.

Nesse cenário, importa ressaltar o que ensina Rosângela Angelin e Marigley Leite da Silva de Araújo quando demonstram que “a família ainda é uma instituição importante e fundamental dentro dos moldes organizadores da atualidade. É nela que acontece o primeiro vínculo de relação social do indivíduo.” (in ROSA; THOMÉ [Org.], 2015, p. 322). É por reconhecer a grandiosidade da atuação da família e seu papel como base da sociedade, que o reconhecimento da filiação pelo vínculo afetivo passou a ser defendido com maior ênfase.

Para compreender a afetividade, deve-se atentar que dela decorrem princípios norteadores das atitudes dos integrantes daquele núcleo socioafetivo, quais sejam a solidariedade, o respeito e o cuidado, bem como a construção de uma convivência baseada na educação carinho e sustento do filho ou da filha pelo(s) pai(s) afetivos. (RODRIGUES, 2016).

Também interessa compreender que o conteúdo do direito de família, se entendido como uma forma de tutela dos direitos da pessoa, tem total vinculação aos direitos da personalidade, enlaçando-se aos temas sociais que são juridicamente relevantes na busca por sua efetividade (DIAS, 2005) e, por essa razão, merecem reconhecimento constitucional e registral, pois as informações afetivas e documentais correspondem a um peso importante para a estrutura que sustenta a identidade, merecendo, desse modo, instrumentos que possibilitem a construção de uma estrutura nos moldes previstos em lei para, assim, garantir a proteção e preservação de seus direitos humanos e fundamentais.

4 Considerações finais

A situação fática do afeto entre as pessoas da relação de parentesco, tema dessa pesquisa, assim como o ordenamento jurídico criado para regular as formas de filiação, se mostram, como explanado até o momento, de grande valia para a formação do indivíduo ou indivíduo.

Por conseguinte, válida é a ressalva sobre as entidades familiares que não possuem identificação explícita na legislação, contudo, por ser rol exemplificativo o previsto na Constituição Federal, que tanto zela pelos direitos humanos, não são, nem de longe, um crime. Em verdade, são situações nas quais não é a lei que dá a moldura da entidade, mas a posse do ser de cada integrante que a define. Nesse passo, tem-se a filiação socioafetiva, que assenta no reconhecimento da posse de estado de filho/filha. É a crença da condição de filho ou filha fundada em laços de afeto, sendo a expressão mais exuberante do parentesco psicológico, da filiação

afetiva.

Destarte, a identificação dos vínculos de parentalidade não pode mais ser buscada exclusivamente no campo genético, pois situações fáticas idênticas passaram a ter soluções substancialmente diferentes. Através da acessibilidade aos métodos reprodutivos, permitiu-se a qualquer pessoa o poder de realizar o sonho de ter filhos, não necessitando estar casado, ter um companheiro ou uma companheira ou mesmo fazer sexo com alguém. Assim, o fator determinante da relação é a caracterização de pais e mães puramente como sendo aqueles que exercem tal função.

Traçada a linha do tempo do desenvolvimento das famílias brasileiras, respeitando os limites dessas páginas, e a gradual transformação da legislação para abarcar as mais diversas formações destes núcleos, nota-se que, com o desenrolar dos anos e de estudos sobre a sociedade, as famílias e os direitos humanos, chegou-se ao ponto de tratar o afeto como tema norteador para definição da entidade como familiar, o que merece especial atenção desta pesquisa por ser o mecanismo que visa aproximar, de forma real, a norma da realidade fática.

Outrossim, no contexto sociológico, importa destacar que a identidade do indivíduo teve ampliada suas possibilidades de transformações em virtude da globalização, pois essa possibilita conexões sociais de maior amplitude do que acontecia preteritamente. Nesse sentido, tem-se que as mudanças no aspecto individual, íntimo de cada um e cada uma estão diretamente ligadas às conexões estabelecidas por esses e essas em grupo, em sociedade, demonstrando a importância da proteção do humano, razão pela qual o regramento na esfera jurídica das relações familiares, se faz de suma importância, especialmente pela relevância que os direitos humanos possuem na legislação brasileira, trazendo dignidade aos integrantes do grupo familiar.

Referências

ANGELIN, Rosângela; ARAÚJO, Marigley Leite da Silva de. Da responsabilidade paterna e materna diante dos novos arranjos familiares à luz dos direitos fundamentais. p. 322-347. In: ROSA, Conrado Paulino da; THOMÉ, Liane Maria Busnello (Org.). *As famílias e os desafios da contemporaneidade*. Porto Alegre: IBDFAM/RS, 2015.

BORGES, Lisieux Nidimar Dias. Os Novos Contornos da Parentalidade e Filiação no Direito Brasileiro. *Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões*. 15 vol. n. 34, p. 34-63. Porto Alegre: Magister, 2013.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. In: CÓDIGOS 4 EM 1 SARAIVA. Legislação administrativa e constitucional, CPC, Constituição Federal. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.548 de 2005*. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14786632/acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-2548-pr-stf>. Disponível em: 19 Out. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário 878.694 de 2017*. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4744004>. Disponível em: 16 Out. 2021

COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito civil: família, sucessões*. 5 vols. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

DONADEL, Adriane. Efeitos da constitucionalização do Direito

Civil no Direito de Família. p. 9-20. In PORTO, Sérgio Gilberto; USTÁRROZ, Daniel [Org.]. *Tendências constitucionais no Direito de Família: estudos em homenagem ao Prof. José Carlos Teixeira Giorgis*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Jesus Tupã Silveira. A Afetividade como elemento definidor do vínculo de parentalidade. p. 222-240. In: ROSA, Conrado Paulino da; THOMÉ, Liane Maria Busnello [Org.]. *As famílias e os desafios da contemporaneidade*. Porto Alegre: IBDFAM/RS, 2015.

OLIVEIRA, Euclides Benedito de; et al. *Direito de Família e Ciências Humanas*. 3 ed. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2000.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Direito de família: uma abordagem psicanalítica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

ROSA, Conrado Paulino da. *Curso de direito de família contemporâneo*. Salvador: Juspodivm, 2016.

RODRIGUES, Etiane. Parentalidade Socioafetiva: a preponderância da filiação socioafetiva em face da biológica. *Revista Síntese Direito de Família*. 16. vol. n. 94, p. 30-54. São Paulo: Sage/Síntese, 2016.

SOUSA, Mônica Teresa Costa; WAQUIM, Bruna Barbieri. Do direito de família ao direito das famílias: a repersonalização das relações familiares no Brasil. *Revista de Informação Legislativa*. ano 52. n. 205, p. 71-86.

SOUZA, Danni. Multiparentalidade: a Possibilidade Jurídica do reconhecimento simultâneo da Paternidade biológica e socioafetiva e seus efeitos. *Revista Síntese Direito de Família*. 16. vol. n. 94, p. 55-77. São Paulo: Sage/Síntese, 2016.

Capítulo 11

A MEMÓRIA E A TRADIÇÃO CULINÁRIA DE UMA COMUNIDADE GAÚCHA: PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS

Klaus Vargas Karnopp

Adriana da Silva Silveira

Leonardo Gaist

Diego Pascoal Golle

Maria Aparecida Santana Camargo

1 Introdução

Alimentar-se é uma das funcionalidades mais antigas e necessárias ao ser humano. Relaciona-se diretamente à vitalidade do indivíduo, à necessidade fisiológica de ingerir nutrientes capazes de manter o corpo em funcionamento, sendo, sob esse aspecto, um comportamento relativo à natureza humana. Sem esta ação, o homem não perduraria.

É de grande importância não só reconhecer, mas também promover e salvaguardar a memória e as manifestações culturais representadas por monumentos, locais históricos e paisagens culturais em todo o mundo. Contudo, a cultura de um povo não compostas apenas por aspectos físicos e tangíveis, mas também por aspectos intangíveis, que incluem tradições, folclore, *know-how*, linguagem, festas e festivais, e muitos outros aspectos e manifestações. Este lado intangível da cultura herdada é chamado de patrimônio cultural intangível (UNESCO, 2017).

O Brasil é um país pródigo neste quesito. Constituiu-se, ao longo de sua história, como um país multirracial e multicultural e, em decorrência, habita em seu território, um povo miscigenado,

denominado de povo brasileiro. De acordo com os estudos de Proença (2010) a Antropologia, enquanto ciência comprometida com o simbólico, sempre se interessou pelo ato de comer, dentre outras coisas porque o comportamento relativo à comida demonstra manifestações culturais e sociais causando estranhamento entre os diferentes povos.

Cultura, raça e etnia estão intimamente conectadas, importantes identidades sociais no estudo de alimentos e práticas alimentares porque permitem que os pesquisadores entendam as formas complexas como os indivíduos tomam decisões sobre a escolha dos alimentos. Práticas de culinária e alimentação são muitas vezes não apenas simbólicas, mas também formas tangíveis e concretas de identidades que são preservadas por migrantes em sociedades multiculturais, conforme consta em D'sylva & Beagan (2011).

Existe um forte desejo de preservar a cultura de alguém por meio de práticas alimentares, especialmente quando essa cultura não é um elemento externo nessa sociedade (BEOKU-BETTS, 1995). No entanto, o que é talvez menos estudado é a manutenção de práticas alimentares culturais e o compartilhamento de práticas alimentares transculturais por diferentes grupos culturais, raciais, e grupos étnicos em sociedades multiculturais. Identidades sociais, como tanto um processo quanto uma incorporação de características pessoais, mantém significados diferentes para os indivíduos à medida que dão sentido à sua visão sobre o valor atribuído às práticas alimentares tradicionais. A raça, por exemplo, é relevante para a compreensão das práticas alimentares, porque a racialização das práticas alimentares muitas vezes ocorre em sociedades multiculturais (SLOCUM, 2011).

Assim, diante do exposto o objetivo dessa revisão é verificar se há a ocorrência de divulgação científica sobre identidade cultural saberes e práticas envolvidas na alimentação de agricultores familiares no município de Candelária/RS, considerando seus percursos histórico-sociais, memórias e percepções em relação à comida. Quanto aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa

se constitui em uma revisão bibliográfica feita através de consultas a bancos de dados acadêmicos e dados estatísticos relacionados ao Brasil, como SCIELO (Scientific Eletronic Library Online), EBSCO Information Services e Google Scholar dentre outras. A consulta foi realizada utilizando os descritores “Cultura”, “Alimentação”, “Imigração”, “Vale do Rio Pardo”, principalmente foram consultados artigos publicados nos últimos 10 anos, sendo esta, portanto, uma pesquisa de cunho qualitativo e caráter bibliográfico.

2 Desenvolvimento

2.1 Regiões culturais: a construção da identidade cultural do Vale do Rio Pardo

A ideia de cultura, na contemporaneidade, tem se evidenciado mediante os debates acerca do processo de globalização, com destaque para as suas repercussões quanto à homogeneização dos costumes em desfavor da expressão das singularidades culturais. Para Silva (2007, p. 89), “A identidade é um significado cultural e socialmente atribuído”. A identificação dá a entender uma prévia caracterização que se atribui ao que é semelhante, ao mesmo tempo em que se proporcione distinguir o que é diferente.

Revelar e esclarecer os códigos significa entender a dinâmica da cultura em questão, os valores e as crenças que conduzem as atitudes e ações. Estas, por sua vez, são reiteradas de forma maquinalmente como um padrão orientador comum. Relativo a este processo, Claval aponta que (1999, p. 81) diz “[...] cada cultura caracteriza-se por um sistema original de representações e de construções intelectuais onde se recebe de nosso entorno um sistema hierarquizado de preferências e valores”.

O processo migratório Europa-Brasil possibilitou a inserção de grandes contingentes populacionais no Rio Grande do Sul, originando a região cultural 2, individualizada pela etnia alemã.

A formação dessa região teve início em 1824, com a fundação da Colônia de São Leopoldo, nas proximidades de Porto Alegre e, balizou a inserção de etnias distintas que se tornariam a “marca” da cultura gaúcha. A região cultural 2 é formada por descendentes de alemães, os teuto-brasileiros, que receberam a terra e os padrões culturais, como herança, mantendo a relação homem-meio que tornou essa porção do território gaúcho tipicamente “germânica”(BRUM NETO, 2007).

O movimento de colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul, conforme Lando e Barros (1976), não se desenvolveu como um fenômeno espontâneo. Na realidade, esse movimento ocorreu por consequência de uma série de fatores endógenos e exógenos que permeavam o território nacional. Os fatores endógenos eram de valor estratégico, pois tinham por objetivo povoar e ocupar regiões que os processos de imigração espontânea haviam deixado ao abandono e também difundir a produção de gêneros alimentícios. De outra forma, o fator exógeno estava relacionado aos interesses da Inglaterra, que na época estava à frente do capitalismo industrial e buscava aumentar seu mercado consumidor, exigindo a abertura dos portos, bem como a extinção do tráfico negro para o Brasil.

A chegada de imigrantes alemães, de acordo com Pesavento (1997), possibilitava a colonização de áreas virgens, a abertura de caminhos por dentro da mata, denominados linhas ou picadas, criando núcleos de pequenos proprietários. Diversificaram, dessa maneira, a estrutura produtora de alimentos, contribuindo para o abastecimento interno e amenizando os problemas na balança comercial, decorrentes do grande movimento de importação de alimentos.

Os seres humanos, como agentes, reorganizam o espaço, transformam a natureza de acordo com sua vontade, imprimem nas pessoas as características que marcam sua cultura. Considerar a consciência cultural como interpretação da organização espacial, através das experiências de cada grupo, suas atitudes e valores, onde as singularidades conferem caráter próprio a uma determinada região, ou seja, a separação do espaço com conotações culturais é

fundamental (FRIEDRICH, 2015).

De certa forma, a colonização alemã estabeleceu a fronteira da atividade pecuarista e da atividade agrônoma, no entendimento de Neto e Bezzi (2007), do ponto de vista cultural, da manifestação étnica do grupo cultural que compôs a metade sul do Estado. Tem-se, então, uma configuração regional, onde um grupo social confere à sua base espacial uma identidade, que irá diferenciá-la das demais e, assim, os imigrantes mostram suas diferenças nas práticas culturais e sociais.

Com relação aos municípios objeto dessa construção cultural que apresentam características de colonização alemã, e que estão inseridos na região do Vale do Rio Pardo estão: Vale Verde, Passo do Sobrado, Santa Cruz do Sul, Vale do Sol, Candelária, Sobradinho, Ibarama, Arroio do Tigre, Passa Sete e Vera Cruz. Como refere Silva (2007, p.118):

Embora exista toda uma troca simbólica em torno dos alimentos, dos seus usos e preparos, ou mesmo uma gramática que conforma uma culinária, ela depende também da história natural de uma sociedade (espécies vegetais e animais disponíveis, natureza dos solos cultivados, condições climáticas, etc.), bem como de uma história material e técnica (técnica de arroteamento, de lavragem e de irrigação. [...] Melhoria das espécies animais e vegetais, introdução e aclimatação de espécies trazidas de outros espaços geográficos, aumento do rendimento graças aos adubos e à correção dos solos, modo de conservar e de preparar os alimentos etc.).

Nesse contexto, cada grupo tende a reivindicar para si uma cozinha chamada típica, que pode ser apresentada e marcada por pratos classificados como típicos, por festas regionais e/ou rituais que evidenciam a cultura a qual pertencem.

2.2 Tradições e costumes: permanências e mudanças

Mesmo guardando características distintas, é inquestionável que o que se entende por rural e por urbano esteja passando por

profundas transformações. Tais transformações não ocorrem de forma repentina, e, sim, com a constituição de áreas de transição e contato entre esses espaços que, ao mesmo tempo em que assumem novas características, fazem uso do mesmo território.

Os interesses e rotinas dos atores pertencentes aos espaços urbanos e rurais confundem-se, tornando os limites desses dois espaços imprecisos e criando condições para “[...] conforme alerta Sposito (2006, p.122). se pensar numa nova unidade espacial que contém, contraditoriamente, os dois espaços – o urbano e o rural – superpostos, amalgamados e intrinsecamente relacionados, razão pela qual são agora espaços urbanos/rurais”.

Nesse sentido, Menasche (2010) mostra que, por detrás desse movimento de revalorização de produtos locais e de receitas tradicionais, está também implícita a busca de um rural idealizado, pois a ruralidade é afirmada como atributo positivo do alimento desejado, associado ainda à ideia de consumo de alimentos mais próximos da natureza e menos manipulados industrialmente. Deste modo, Menasche (2010, p. 207) afirma que:

o rural tenderia a ser qualificado como natural. Por isso rural idealizado, mas também porque podemos aí identificar – do mesmo modo que Eizner (1995), em referência ao caso português –, no apelo que, a partir da memória, remete à comida de outros tempos e lugares, uma busca pelo consumo de “imagens e sabores perdidos”.

Ressalta Guske (2017, p.105) em um estudo, que as agroindústrias familiares de alimentos da Microrregião Norte do Corede do Vale do Rio Pardo não só ressignificam o saber-fazer das famílias frente à homogeneização dos hábitos alimentares, mas que estão carregadas de historicidade. Estes fatores estão marcados pela contradição, o conflito e a resistência no contexto em que estão inseridos, contexto esse constituído pelo o urbano e o rural.

A alimentação foi um processo difícil para os alemães adequarem-se à realidade do meio. O camponês se alimentava em seu local de origem de batatas, carne de porco, massas, legumes e, a partir do movimento migratório alimentava-se de arroz, feijão

preto, farinha de milho e, quando o dinheiro alcançava de carne. O vinho e a cerveja, muito consumidos na Europa, não faziam parte das especiarias locais nos tempos iniciais, por causa de seus elevados custos. O chimarrão, a aguardente, eram relativamente baratos sendo então consumidos principalmente pelos colonos. A alimentação dos finais de semana e em dias festivos era posta sobre uma toalha branca com bordados e incluía arroz, salada de batata, legumes e como sobremesa creme de leite e sagu, de acordo com as pesquisas de Vogt (2006).

Assim como, “tradições, história, técnicas e práticas culinárias formam culturas alimentares regionais, hoje sendo valorizadas como patrimônio”. Portanto, “[...] valorizar a comida regional é importante para que não se percam sabores tradicionais adquiridos ao longo do tempo e passados de geração a geração” (ARAÚJO; TENSER, 2009, p. 17). Pois os produtos típicos representam um lugar. Nesse sentido, conforme afirma Maciel (2001, p. 152):

A constituição de uma cozinha típica vai assim mais longe que uma lista de pratos que remetem ao “pitoresco”, mas implica no sentido destas práticas associadas ao pertencimento. Nem sempre o prato considerado “típico”, aquele que é selecionado e escolhido para ser o emblema alimentar da região é aquele de uso mais cotidiano. Mas ele pode, sim, representar o modo pelo qual as pessoas querem ser vistas e reconhecidas.

Ou seja, a comida típica colonial é composta de uma mescla entre alimentos que estão presentes diariamente na mesa desses agricultores, outros alimentos preparados em dias de festa e ocasiões especiais e, ainda um terceiro grupo de alimentos que caracteriza a “culinária típica alemã”, elaborada mais recentemente. Ou seja, uma alimentação que mescla o tradicional e o contemporâneo.

A alimentação, com o passar dos anos, passou por adaptações, teve modificações. Novo da Silva, Schwartz e Menasche (2013, p. 98) afirmam que dessa forma “se processam adaptações e/ou são resgatadas às tradições, mantendo acesa a memória de um período anterior, base do momento vivido no presente”. Desta forma os alimentos característicos dos grupos étnicos da região, como a

mandioca, a batata, o arroz, o feijão, a polenta, as diversas verduras e legumes dos colonos continuam fortemente presentes na mesa dos gaúchos.

Juntamente com a comida, pode-se refletir também sobre o papel das festas em comunidades rurais para revivificar as tradições e os costumes dessas localidades. Numa pesquisa sobre os costumes e tradições no Cerrado de Minas Gerais, Santos e Kinn (2009, p. 60) escolhem a festa como uma manifestação que permite analisar e compreender relações de vizinhança, de amizades, de religiosidade, bem como as diferentes redes sociais que se estabelecem nas comunidades em que ocorrem. Conforme os autores, “[...] a partir das festas, foi possível analisar as estratégias, os arranjos comunitários, fundamentados em experiências vividas individualmente e em comunidade”.

Em outra pesquisa realizada por Friedrich e Soares (2014 p.79) o prato principal na festa de casamento era e ainda se mantém muitos, bolos de carne assado, linguiça cozida, galinhas e porcos, os quais eram abatidos dias antes da data da festa de casamento. Essas carnes eram acompanhadas da salada de maionese, salada de repolho, de beterrabas e cenoura e ainda arroz, pão e a cuca. Na organização das festas as mulheres ficam responsáveis pela preparação da alimentação, também em forma de mutirão vão preparando os pratos principais e ditos tradicionais do grupo étnico. As mulheres com mais idade geralmente são cozinheiras, estas recebem ajuda das mulheres mais novas que recebem orientação das experientes senhoras.

Para Vendruscolo (2009, p. 177), “o sentido de festejar revela-se como momento de demonstrações, de encenações, de reproduções do cotidiano ou de elaborações próprias dos momentos de comemoração, um espaço apropriado para a reivindicação e a apresentação da identidade territorial”. Observa-se, assim, o quanto essas famílias valorizam o conhecimento, a compreensão e os ensinamentos de seus ancestrais, sendo visível o sentimento de pertencimento, um fator fundamental para a consolidação de

práticas socioculturais.

3 Considerações finais

As pesquisas ligadas às Ciências Humanas e Sociais tem permitido uma reflexão mais profunda acerca desta questão, o que implica uma revisão de concepções e dos desdobramentos que a alimentação apresenta na atualidade, sobretudo no que se refere a questões de identidade cultural através do que se come e suas circunstâncias. Um traço cultural utilizado como diferencial e que se mantém presente com destaque entre todos é a comida, sendo, em alguns casos, o único traço cultural, de uma tradição de origem alemã que se mantém presente.

As manifestações alimentares brasileiras de pequena, média e grande abrangência estão à mercê de todo o tipo de influência e descaracterização de sua identidade, construída ao longo de um processo histórico-cultural. Constata-se que os hábitos alimentares na região enfocada foram construídos através das relações com os antepassados, e hoje são marcados pela memória. A tradição culinária da Região do Vale do Rio Pardo faz parte do conjunto de referências que constrói a identidade regional.

Referências

ARAÚJO, W. M. C.; TENSER, C. M. R. Apresentação. In: ARAÚJO, W. M. C.; TENSER, C. M. R. *Gastronomia: cortes e recortes*. Brasília: Editora Senac-DF, 2009.

BOKU-BETTS, Josephine A. We got our way of cooking things: Women, food, and preservation of cultural identity among the Gullah. *Gender & Society*, v. 9, n. 5, p. 535-555, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1177/089124395009005003> Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/189895> Acesso em: 25 de Set. 2021.

BRUM NETO, Helena. *Regiões Culturais: A construção*

de identidades culturais no Rio Grande Do Sul e sua manifestação na paisagem Gaúcha 2007. 328 f. Dissertação de Mestrado (Geografia e Geociências) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

CLAVAL, Paul. ***A Geografia Cultural***. Tradução: Luiz Fugazzola Pimenta; Margareth Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

D'SYLVA, Andrea & BEAGAN, Brenda. 'Food is culture, but it's also power': The role of food in ethnic and gender identity construction among Goan Canadian women. ***Journal of Gender Studies***. 20. 279-289. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/09589236.2011.593326> Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/232990860_'Food_is_culture_but_it's_also_power'_The_role_of_food_in_ethnic_and_gender_identity_construction_among_Goan_Canadian_women Acesso em: 27 de set. 2021.

FRIEDRICH, Fabiana Helena. ***Gastronomia e imigração alemã na região central do rio grande do sul: colônia de Santo Ângelo (segunda metade do século XIX)***. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da UFSM. Santa Maria, RS, 2015.

FRIEDRICH, Fabiana Helena.; SOARES André Luis Ramos. Festas de Casamentos e Encontros Familiares como meio de Preservar Tradições Culturais dos Imigrantes Alemães Descendentes da Colônia de Santo Ângelo, In: ***Festas, comemorações e lembranças na imigração*** [ebook]. / Orgs. Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos, Isabel Cristina Arendt, Marcos Antônio Witt. – São Leopoldo: Oikos, 2014. 2001 p.: il.; color. ISBN 978-85-7843-473-1

GUSKE, Ana Claudia. ***A tradição alimentar no contexto das agroindústrias familiares de alimentos: o caso da microrregião norte do COREDE do Vale do Rio Pardo – RS/Brasil***. – 2017. 118 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul. 2017.

LANDO, Aldair Marli.; BARROS, Eliane Cruxen. ***A colonização alemã no Rio Grande do Sul***. 2. ed. Porto Alegre: Movimento, 1976. 94 p. (Documentos brasileiros. v. 11).

MACIEL, Maria Eunice. ***Cultura e alimentação ou o que tem a ver os macaquinhos de Koshima com BrillatSavarin?*** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p.145156, 2001.

MENASCHE, Renata. ***Campo e cidade, comida e imaginário: percepções do rural à mesa***. Ruris, v. 3, n. 2, p. 195-218, 2010.

NETO, Helena Brum; BEZZI, Meri Lourdes. ***Regiões culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha***. Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia/CCNE/UFSM, em outubro de 2007.

NOVO DA SILVA, Fernanda.; SCHWARTZ, Losane Hartwig.; MENASCHE, Renata. O tradicional e o Moderno na alimentação de famílias rurais Pomeranas. ***Revista de la Facultad de Agronomía*** (La Plata), v. 112, p. 93-102, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. ***História do Rio Grande do Sul***. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PROENÇA, Rossana Pacheco da Costa. Alimentação e globalização: algumas reflexões. ***Ciência e Cultura***. V. 62 n.4 São Paulo out. 2010. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000400014. Acesso em: 26 de set. 2021.

SANTOS, Rosselvelt José; KINN, Marli Graniel. ***Festas: Tradições reinventadas nos espaços rurais dos cerrados de Minas Gerais. Espaço e Cultura***. UERJ, Rio de Janeiro, n. 26, p. 58-71, jul./dez. de 2009. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3555>>. Acesso em: 28 set 2021.

SILVA, Solonildo Almeida. da. ***Lugar, paisagem e território no ensino de Geografia***. Fortaleza: Premium, 2003. p.46-52.

SILVA, Marilda Checcucci Gonçalves da. O impacto da imigração europeia sobre a produção de alimento e a culinária do médio Vale do Itajaí, SC In: ***Desafios contemporâneos***/organizadores Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão, Cornelia Eckert. Blumenau: Nova Letra, 2007.

SLOCUM, Rachel. Race in the study of food. ***Progress in Human Geography***, 35(3), 303–327, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1177/0309132510378335>

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.). ***Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural***. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-130.

UNESCO. (2017). ***O que é patrimônio cultural imaterial?*** Disponível em: <http://www.unesco.org/cultura/ich/en/whatis-intangible-heranca-00003>. Acesso em: 27 set. 2021.

VENDRUSCOLO, Rafaela. ***Somos da Quarta Colônia: os sentidos de uma identidade territorial em construção***. Dissertação. Mestrado em Extensão Rural. UFSM, Santa Maria, 2009.

VOGT, Olgário Paulo. ***A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL E O CAPITAL SOCIAL***. 2006. 435 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2006.

Capítulo 12

DESENVOLVIMENTO SOCIAL: O ENVELHECIMENTO DOS SUJEITOS NA COLETIVIDADE

Denise da Costa Dias Scheffer

Denise Tatiane Girardon dos Santos

Marcelo Cacinotti Costa

Solange Beatriz Billig Garces

Diego Pascoal Golle

1 Introdução

O desenvolvimento social dos sujeitos para a coletividade perfaz a construção das relações humanizadas no campo social e para a efetividade das políticas públicas. Promovendo desta forma, o enlace coletivo para o melhoramento das ações sociais pautadas na igualdade, na liberdade e na dignidade da pessoa, nas relações interpessoais, objetivando a construção do caminho envelhecimento saudável.

O objetivo do estudo, se dá na reflexão da expansão temporal dos sujeitos, oriunda da chamada terceira idade, permitindo vida longa aos sujeitos. Ainda suas relações interativas na comunidade, para o desenvolvimento social da coletividade, no campo social das (con) vivências em sociedade, os desafios naturalmente dispostos ao longo dos tempos e o enlace das gerações para o envelhecer.

Ressalta-se que para o estudo, tem o caminho metodológico da pesquisa bibliográfica, como descreve Gil (2002 p. 44), a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, complementando ainda com o que explana Cervo e Bervian (1983,

p. 55) que a pesquisa bibliográfica vislumbra “explicar um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos”

O respeito à dignidade humana deve primar as relações humanas direcionadas ao futuro natural e biologicamente perseguido aos sujeitos, o caminho da velhice, afinal, a ordem cronológica perfaz esse encaminhamento. Importante preparar-se para essa etapa da vida, ter respaldo legal do cumprimento da lei em prol do público idoso, pois cada etapa vivida acerca da trajetória da passagem de idade dos sujeitos carrega características pertinentes a condição humana, ainda que seja em momentos e relações coletivas distintas.

2 O envelhecimento e suas peculiaridades

Nas últimas décadas, novas tecnologias, voltadas à saúde, como medicamentos e procedimentos, contribuíram e contribuem para o aumento do tempo de vida populacional. Hansen e Rosa (2014, p. 48), destacam que “a idade cronológica não é mais um fator capaz de determinar se o indivíduo é idoso, pois tem havido uma longevidade saudável, decorrente dos avanços científicos”.

Os avanços da ciência e da medicina, a alimentação equilibrada e a prática de atividades físicas são consideradas fatores justificantes ao alargamento do público idoso na vida coletiva, que segue sua rotina do mercado de trabalho, na vida social e na acadêmica, percorrendo caminhos que independem da idade.

Entretanto, características da velhice, como as próprias mudanças fisiológicas, perdas de memória, dentre outras, ainda são comuns nas pessoas idosas, haja vista que o processo de envelhecimento, para Hansen e Rosa (2014, p. 48), é “[...] complexo, dinâmico, plural, subjetivo e também social, variável de indivíduo para indivíduo”. A complexidade da velhice é desafiadora para a vivência e a convivência na sociedade, esta que, para as autoras, “[...] muitas vezes não está preparada, por desconhecimento deste processo natural pelo qual inevitavelmente uma grande maioria irá

passar”.

Independente das peculiaridades do grupo, é inquestionável seu direito de participar da vida social, privada e pública. A primeira, como explica Garces (2014, p. 53), é o espaço cotidiano, “[...] da casa, do lar, do lugar privado e particular de cada idoso [...] compartilhada com familiares, vizinhos e amigos”. Participando dessa forma, as relações interpessoais na coletividade.

Já o espaço público é o comum, compartilhado por todos os grupos e, dentre eles, Garces (2014, p. 57) destaca os grupos de idosos e idosas, que participam enquanto “[...] uma nova categoria social que permeia seu movimento mediante a conquista de questões culturais, políticas e sociais e que, assim, vai construindo sua identidade”.

Os movimentos por proteção de direitos aos idosos tiveram início na segunda metade do século XX e estabeleceram uma agenda internacional de políticas públicas, com a I Conferência Internacional sobre Envelhecimento das Nações Unidas, realizada em 1982, em Viena. O *Plano Internacional de Ação Sobre o Envelhecimento*, elaborado na oportunidade, continha 66 orientações aos Estados-Membros e, em 1991, a ONU adotou a *Carta de Princípios para Pessoas Idosas*, com quatro principais eixos de ação: independência, participação, cuidados especiais e dignidade (CEDENHO, 2014).

No Brasil, a Constituição Federal, de 1988, assegurou, especificamente, no artigo 230 (BRASIL, 198, s/p.), que as pessoas idosas devem ser amparadas pela família, a sociedade e o Estado, impondo, a todos os seus setores, a obrigação de lhes assegurar “[...] participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bemestar e garantindo-lhes o direito à vida”.

Dentre os objetivos da República Federativa do Brasil, está a promoção do bem de todos, sem preconceitos, inclusive, de idade (artigo 3º, inciso IV) e, no *caput* do artigo 5º (BRASIL, 198, s/p.), marco dos direitos fundamentais, está estampado que

“todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer

natureza [...]”.

Movimentos de idosos/as ativos/as, aposentados/as e profissionais de áreas como gerontologia e geriatria, dentre outros, alinhados com as demandas internacionais e legitimados pela previsão constitucional, conduziram à adoção da Política Nacional do Idoso (Lei n.º 8.842/1994), com previsão de direitos sociais, autonomia, integração e participação efetiva como instrumentos de cidadania.

Em 2003, entrou em vigência a Lei n.º. 10.741/2003, conhecida como Estatuto do Idoso (EI), que, para Notari e Fragoso (2011, p. 267) “[...] resgatou princípios constitucionais que garantem aos cidadãos direitos que preservam a dignidade, sem distinção de origem, raça, sexo e idade. Ele foi pautado nos princípios da absoluta prioridade ao idoso e na proteção integral do indivíduo”.

O artigo 2º do EI (BRASIL, 2003, s/p.), que “o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei”, e que deve ter asseguradas “[...] todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade”.

No artigo 3º (BRASIL, 2003, s/p.) reforça que a família, a sociedade, o Poder Público e acrescenta o elemento *comunidade* no rol de obrigados a assegurar e efetivar, como prioridade absoluta, aos idosos e idosas, os “[...] direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”.

Aliado ao rejuvenescimento do público idoso e suas totais condições de interação interpessoal, tem-se o viés social governamental acerca das políticas públicas inclusivas, oportunizando aos sujeitos com idade igual ou superior a 60 anos, plena ascensão e acesso aos direitos fundamentais elencados

na Constituição Federal de 1988, o acesso as políticas públicas interativas, a praticidade de transporte público, o atendimento prioritário e demais normativas inclusivas e protetivas são oriundas do Estatuto do Idoso, permitindo assim o melhoramento a permanência dos idosos a rotina da vida em sociedade, pautado na autonomia e facilidades para sua independência.

3 Como “subverter” a ordem das coisas?

Parafraseando o termo utilizado no texto “A ordem a ser subvertida” de Eliane Jost Blessmann, Jussara Rauth e Vânia Beatriz M. Heredia, “o contexto social dos idosos é marcado por ausência de políticas públicas e ocupar uma posição secundária na agenda política” demonstrando que há uma ordem de coisas que precisa ser desconstituída, sob pena de se acentuar ainda mais o descaso e a produção de violência, que se desdobra, segundo as autoras, em “três tipos principais: sociopolítica; institucional e intrafamiliar”.

Conforme se extrai do texto de Blessmann (2012, p.62), há uma ordem a ser subvertida em relação ao tratamento dispensado pelo Estado, tanto na atribuição de efetivar políticas públicas e incluir o idoso na agenda política bem como no reconhecimento e no acolhimento dispensado pela sociedade.

Neste sentido, em relação à atuação do Estado, Blesmann (2012, p. 43), descreve:

Há um esforço importante no sentido de concretizar avanços para a incorporação de direitos humanos nas políticas públicas para as pessoas idosas, que pode ser percebido pela criação de instâncias gestoras como secretarias, departamentos, coordenadorias, comitês, conselhos etc. No entanto, pode-se dizer que este esforço ainda é insuficiente, uma vez que a inspiração é programática. A insuficiência operacional, de destinação orçamentária, dentre outros aspectos, mostra o quanto se está distante da efetivação, como política social pública.

A violência contra a pessoa idosa precisa ser enfrentada de modo adequado e integral (Estado e sociedade). Isso exige dar

importância à legislação específica como meio de assegurar direitos e propor a efetivação de ações, fortalecendo uma rede estruturada e diversificada para atender as demandas sociais em torno das violações.

O grande desafio a ser enfrentado no seio da sociedade é, na verdade, erradicar a cultura da discriminação (ageísmo). Transcendendo às atribuições típicas do Estado, a sociedade precisa se posicionar da mesma forma como se auto intitula. Se se diz formalmente democrática e humanista, na prática, precisa manter coerência e integridade com seus atos, voltando-se para o reconhecimento e o cuidado daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Se faz imprescindível uma efetiva participação de todos os partícipes sociais em direção a refundar a cultura, alterando-se os eixos: Irresponsabilidade-responsabilidade; discriminação-inclusão; imparcialidade-reconhecimento.

Corroborando neste mesmo sentido, Blessmann (2012, p. 63):

A definição e revisão da pauta política é um processo continuado no qual interfere a movimentação das forças políticas e sociais. Além disso, como mudar a concepção cultural, os mitos e os preconceitos, as atitudes inadequadas, sem recursos financeiros, sem orientação e assessoramento, sem qualificação, sem formação, sem informação; ações educativas às pessoas idosas, famílias, comunidades, instituições públicas e privadas, à sociedade de modo geral?

Assim, políticas públicas e regras jurídicas sem o adequado reconhecimento produzem um déficit social que contribui para acentuar as desigualdades e o aumento da violência. A integração e a valorização dos aspectos histórico-legais-culturais-institucionais são determinantes para o adequado funcionamento/tratamento da questão social do idoso que, por se tratar de uma questão da realidade social, não se resolve exclusivamente com a atuação estatal.

4 Considerações finais

O constante debate dos diversos públicos, em especial ao envelhecimento perfazem a reflexão para a construção constante do desenvolvimento social dos sujeitos, pautado ao envelhecer digno. Referenciando dessa forma ao objetivo do presente estudo em provocar o debate reflexivo do envelhecimento e o desenvolvimento social dos sujeitos para a coletividade.

As (con) vivências em sociedade perfazem o passar dos tempos acerca da vida em sociedade e para os sujeitos, independentemente de sua idade cronológica, temse a trajetória do nascimento até a morte, dada como o caminho natural percorrido a vida dos sujeitos, para tanto, o objetivo da reflexão se dá na expansão temporal oriunda da chamada terceira idade, permitindo vida longa aos sujeitos.

Obstante ressaltar, que o processo do envelhecer e a condição biológica de idoso, está normatizado no campo jurídico das relações entre os sujeitos, pautado ainda nas vivências no campo social, político, cultural e econômico, aliado as condições de desenvolvimento do envelhecimento, tais como nas áreas da saúde, das políticas públicas, na alimentação e na prática de atividades físicas e no âmbito familiar.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 Set. 2021.

BRASIL. **Lei N.º 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em: 03 Set. 2021.

BLESSMANN, Eliane Jost; RAUTH, Jussara; HEREDIA, Vânia Beatriz M. *A ordem a ser subvertida*. In. BLESSMANN, Eliane

- Jost; RAUTH, Jussara; HEREDIA, Vânia Beatriz M. **Violência contra a pessoa idosa**: reflexões sobre a família, o estado e a sociedade. Porto Alegre: Letra&Vida, 2012, p.39-63.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN. Pedro Alcino. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SERRANO, M. G. P. *Investigación-acción*: aplicaciones al campo social y educativo. Madrid: Dykinson, 1990.
- RICOEUR, Paul. *O conflito das interpretações*. Tradução M. F. Sá Correia. Porto: Rés, 1988.
- HANSEN, Dinara; ROSA, Carolina Böettge. O processo de envelhecimento humano. In: KEITEL, A. S. O.; HANSEN, D.; PERANZONI, V. C. (Org.). *Rede Escola de Governo*: Seminários Regionais de Capacitação da Rede de Proteção e Atendimento à Pessoa Idosa. Curitiba: CRV, 2014, p. 41-50.
- GARCES, Solange Beatriz Billig. A inserção do envelhecimento no espaço público. In: KEITEL, A. S. O.; HANSEN, D.; PERANZONI, V. C. (Org.). *Rede Escola de Governo*: Seminários Regionais de Capacitação da Rede de Proteção e Atendimento à Pessoa Idosa. Curitiba: CRV, 2014, p. 51-62.
- NOTARI, Maria Helena de Aguiar; FRAGOSO, Maria Helena J.M. de Macedo. A inserção do Brasil na política internacional de direitos humanos da pessoa idosa. *Revista Direito GV*, v. 7, p. 259-276, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/68HhdCMKd7rxf7M7Mh7s3fs/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 02. Nov. 2021.
- CEDENHO, Antônio Carlos. O idoso como novo personagem da atual sociedade: o Estatuto do Idoso e as diretrizes para o envelhecimento no Brasil. **Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito**, v. 11, n. 11, p. 2176-1094, 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/229056902.pdf>. Acesso em: 02. Nov. 2021.

Capítulo 13

ESTADO LAICO, DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO POR MEIO DE SEUS PODERES E INSTITUIÇÕES

Alana Taíse Castro Sartori

Rosângela Angelin

Celso Gabatz

Noli Bernardo Hahn

1 Introdução

Desde os primórdios, a humanidade viveu em uma constante situação de paradoxalidade. Esta realidade repercutiu de maneira especial no âmbito dos Estados nacionais frente às dicotomias que traziam em seu bojo aspectos religiosos, jurídicos, políticos, culturais entre outros, próprios da forma como as sociedades humanas foram sendo constituídas. O sagrado, os mitos, os ritos e as normatividades de convívio sempre estiveram interligados por múltiplas relações de poder, responsáveis por determinar o lugar das pessoas nas sociedades, seu comportamento, bem como, as formas de relacionamentos entre elas e com o mundo.

Os movimentos entre a linguagem científica que busca descrever o mundo e a linguagem religiosa, que elucida como os seres humanos vivem em relação ao mundo, podem parecer distantes, mas, carregam a busca por estabelecer uma ordem racional para explicar o “inexplicável”, num entrelaçar de devoções, por vezes, não racional. É frente a um cenário globalizado, onde a maioria dos países assume o regime político democrático e em respaldo aos princípios que estruturam os direitos humanos, que se vislumbra

uma crescente diversidade religiosa.¹ Esta, por sua vez, motiva para que se busque meios para o seu reconhecimento no âmbito do Estado – em especial, em países do ocidente. A laicidade assumida pelo Estado garante a separação entre as suas estruturas administrativas e instituições preconizando uma autonomia destas em relação às diferentes expressões de fé, separando, por consequência, igrejas das estruturas políticas. Assim, importa destacar que a laicidade se consolida por meio de direitos constitucionais de liberdade de crença e de culto, garantidos formalmente, aos cidadãos e cidadãs.

O debate acerca da laicidade no Brasil tem ensejado muitas reflexões não somente em relação à intolerância religiosa por parte de determinados grupos da população, mas, principalmente, vem suscitando um olhar mais aguçado por parte dos Poderes Constituídos: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário que, paradoxalmente, ora se posicionam como um Estado instrumentalizado pela perspectiva religiosa, ora como um Estado laico, oscilando, a depender, do contexto, dos atores envolvidos e da situação. Para melhor compreender as controvérsias que envolvem a laicidade do Estado brasileiro contemporâneo, por meio de uma abordagem hipotética dedutiva, consulta de documentos jurídicos, reflexões acadêmicas e de notícias repercutidas pelos meios de comunicação formal, o estudo busca refletir sobre algumas práticas governamentais na esfera pública brasileira que evidenciam, não raro, disputas e controvérsias em relação a garantia da laicidade e a preservação das bases inerentes a um Estado laico em um contexto envolvendo o respaldo à democracia e aos direitos humanos.

2 Possíveis ponderações sobre o Estado Laico e Laicidade no Brasil atual

Para além de um princípio formal que determina a separação entre Estado e Igreja, a laicidade também se refere a práticas governamentais na tomada de decisões na esfera pública. É

1 Muito embora a diversidade religiosa já existisse, é com os regimes democráticos que ocorre o respaldo jurídico para seu livre exercício.

interessante a perspectiva de Ari Pedro Oro (2011) quando explica que muitos países podem adotar um sistema firmado nos ideais de um Estado Teocrático e, na prática da tomada de decisão pública, adotar uma postura laica. Da mesma forma, é possível existir o inverso: países laicos que, na prática da tomada de decisão pública aproximam-se de teocracias.

No Brasil, vigora desde 1891 o princípio da laicidade, no sentido de que o Estado brasileiro não subordina as suas tomadas de decisão pública perante uma autoridade eclesiástica. Por outro lado, conforme destaca Oro (2011), o princípio da laicidade pode ser dimensionado a partir das relações firmadas entre o Estado e a Igreja que evidenciam a existência de uma dimensão religiosa na sociedade e na tomada de decisão pública. A partir deste entendimento, mesmo o Brasil adotando o princípio da laicidade em seu texto constitucional, é possível questioná-lo devido às práticas políticas, legislativas e judiciárias tomada de decisões públicas.

Desde meados de 2014 o Brasil enfrenta um momento histórico peculiar em que os fundamentalismos² religiosos emergiram com muita força e de maneira estratégica, para confrontar decisões políticas, jurídicas e legislativas que afetam a vida pública de toda população brasileira. Nestes últimos anos (2014 a 2021) inúmeras posturas e posicionamentos de cunho ideológico e práticas interventivas na vida pública foram ampliadas pelos fundamentalismos religiosos que vem instrumentalizando a democracia para fins específicos de controle social com base na religião (DIP, 2018). Estas ideologias e práticas se acoplaram ao sistema governamental do país por intermédio dos poderes e das instituições, especialmente, por meio dos indivíduos que ocupam cargos no executivo, legislativo e judiciário.

É preciso destacar e compreender os meandros e a

2 Neste estudo, se considera fundamentalismo as posturas ideológicas que objetivam regulamentar a sociedade contemporânea com base em regras morais oriundas das sociedades antigas. Trata-se de uma postura que não condiz com a realidade atual e, portanto, pode causar sofrimento às pessoas por afrontar seus direitos já adquiridos.

incidência da religião na esfera pública brasileira no decorrer dos tempos. Um exemplo emblemático acerca do princípio da laicidade que é limitada pela prática governamental do país e encampada pelo poder executivo federal, diz respeito ao acordo firmado entre Brasil e a Santa Sé, em 2008, que se institucionalizou mediante a aprovação do Congresso Nacional brasileiro mediante o Decreto nº 7.107, em 2010. Destaca-se que o acordo seguiu todos os trâmites jurídicos previstos. Neste Acordo, o Estado Brasileiro admite em seu território nacional a cooperação privilegiada com a Igreja Católica Apostólica Romana para fins de promoção da justiça, da paz e da fraternidade (BRASIL, 2010).³

Debates afloraram frente ao Acordo. Se de um lado é alegado que não houve desrespeito a laicidade, de outro, levantam-se vozes invocando os princípios que engendram a base formal do Estado laico, denunciando a inconstitucionalidade do acordo, frente ao disposto no artigo 19, inciso I da Constituição Federal de 1988 que proíbe que o Estado mantenha qualquer tipo de relação de aliança ou de dependência com igrejas ou venha a subvencioná-las (BRASIL, 1988). Ocorre que tal acordo provocou uma mobilização bastante forte dentro do Congresso Nacional brasileiro, sendo apresentado o Projeto de Lei que versa sobre a “Lei Geral das Religiões” em uma espécie de resposta evangélica pentecostal e neopentecostal com o evidente intuito de equiparar os privilégios concedidos a igreja católica.

O Decreto assinado entre o Estado brasileiro e a Santa Sé esteve em pauta nas discussões judiciais brasileiras desde o ano de sua entrada em vigor, principalmente, pela questão da regulamentação do ensino religioso nas escolas públicas. Ainda em 2010, a Procuradoria-Geral da República ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4439) no Supremo Tribunal

3 O Decreto contempla direitos inerentes à atividade sacerdotal no território brasileiro, bem como a proteção dos locais de culto católico pelo Estado. Também neste Acordo ficam resguardados o direito da Igreja Católica em oferecer assistência espiritual em estabelecimentos de saúde, prisionais, de assistência social e educação, bem como, o direito de oferta do ensino religioso na escola pública brasileira (BRASIL, 2010).

Federal (STF). A ação confrontava o artigo 11, §1º do Decreto nº 7.107 de 2010, que autorizava a Igreja Católica a atuar nas escolas públicas por intermédio da disciplina de Ensino Religioso.

Os fundamentos da ADI 4439 se alicerçavam no princípio constitucional da laicidade, que seria prejudicado pelo privilégio dado à religião Católica em relação ao ensino religioso nas escolas públicas. Da mesma forma, a ADI 4439 argumentava a favor da oferta de um ensino religioso de natureza não-confessional, isto é; que versasse apenas sobre aspectos históricos e constitutivos da formação de todas as das diferentes matrizes religiosas. A compreensão da Procuradoria-Geral da República era de que a igualdade de tratamento entre os credos no território brasileiro seria violada pela normatização da cooperação entre Brasil e Igreja Católica, bem como, a laicidade não seria respeitada pela imposição de um ensino confessional específico nas escolas públicas (BRASIL, STF, 2017).

Apenas no ano de 2017 a questão foi à julgamento no âmbito do Supremo Tribunal Federal que votou pela improcedência da ação. Foram 6 votos pela improcedência contra 5 votos pela procedência da ação. A justificativa para a decisão, aparentemente controversa em relação aos fundamentos constitucionais, foi de que não haveria violação ao princípio da laicidade pelo fato de que a disciplina de Ensino Religioso nas escolas públicas poderia ser de matrícula facultativa. De acordo com o Supremo Tribunal Federal, a natureza facultativa do ensino religioso garante que a liberdade individual de crença e de consciência seja respeitada, pois o Estado não obriga os cidadãos a compartilhar os ensinamentos de determinada religião. Da mesma forma, foi reconhecido que o ensino religioso nas escolas públicas pode ter natureza confessional em respeito à concepção de laicidade que orienta que o Estado não pode intervir no campo ideológico da religião. Ainda, estipulou-se que o ensino religioso pode ser ministrado por autoridades de qualquer denominação religiosa, garantindo a igualdade entre os credos e a não-intervenção estatal em matéria religiosa (BRASIL, STF, 2017).

Outra justificativa para a decisão do Supremo Tribunal foi a existência da Lei nº. 9.394 de 1996 que dispõe sobre as diretrizes da educação básica no país. Nesta legislação o ensino religioso nas escolas públicas já estava regulamentado desde o ano de 1996 como disciplina facultativa, delegando aos sistemas de ensino a autonomia para determinar quais conteúdos seriam abordados na disciplina (BRASIL, 1996). Da mesma forma, a própria Constituição Brasileira em vigor (1988) estipula em seu artigo 210, § 1º o ensino religioso de matrícula facultativa nas escolas públicas.

Apesar de formalmente ser uma questão já superada, o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras ainda enfrenta obstáculos logísticos, compreensivos e materiais para que a sua concretização não viole o princípio da laicidade estatal. Não é possível negar que o Acordo entre Brasil e a Santa Sé se trata de uma legislação que privilegia a atuação da Igreja Católica no país. O ensino religioso nas escolas públicas também sofre com esta questão dos privilégios da religião cristã (católica e evangélica). Esta questão se deve, principalmente, à forte influência destas expressões religiosas, remontando o período de domínio português. Neste caso, é possível afirmar que as dimensões da laicidade no Brasil obtiveram limites claros do ponto de vista formal, porém, do ponto de vista material, os limites são tênues e a violação deste princípio é, na maioria das vezes, bastante velada.

3 Religião, Estado e Decisões acerca dos direitos humanos das mulheres e grupos LGBTQIA+

Questões importantes e correlatas ao papel do Estado, dos direitos humanos e o lugar da religião na esfera pública tem incidido de maneira expressa nas pautas e discussões, perante o STF, sobre a legalização da interrupção voluntária da gravidez. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442 foi proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e ataca os artigos 124 e 126 do Código Penal brasileiro, que criminalizam a interrupção voluntária da gravidez. O fundamento da ação é de que

estes dispositivos legais não estão em consonância com os valores e princípios constitucionalmente protegidos, como a dignidade da pessoa humana, a liberdade, a saúde e o planejamento familiar, que engloba os direitos reprodutivos das mulheres. A ADPF ainda segue em tramitação na suprema corte brasileira e não possui previsão para julgamento, sofrendo com a pressão dos movimentos religiosos fundamentalistas que condenam a interrupção voluntária da gravidez, sem concessões (BRASIL, STF, 2017-a).

Por outro lado, em 2016, o Supremo Tribunal Federal concedeu o *Habeas Corpus* 124.306/RJ em benefício de pessoas detidas sob acusação de manter uma clínica médica que praticava interrupção voluntária da gravidez. Apesar da prática ser criminalizada pelo artigo 126 do Código Penal Brasileiro, a decisão singular considerou que a proibição da interrupção voluntária da gravidez com o consentimento da gestante viola os direitos fundamentais da mulher, trazendo à tona uma série de argumentos que podem ser utilizados como precedentes para a legislação em prol da interrupção voluntária da gravidez no Brasil (BRASIL, STF, 2017-b). A decisão ainda é alvo de ataques de grupos religiosos fundamentalistas que, inclusive, representam a maior barreira para o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres brasileiras.⁴

Neste contexto, percebe-se que há um paradoxo entre as decisões envolvendo a questão da laicidade no Supremo Tribunal Federal brasileiro, pois, ora esse princípio afasta a igualdade entre os credos permitindo acordos legais entre o Estado e a Igreja Católica, ora reafirma uma equidade entre as crenças, protegendo a diversidade religiosa, ainda que de maneira tácita. Também se observa insegurança da suprema corte ao proceder com julgamentos sobre temas envolvendo direitos reprodutivos das mulheres,

4 O Ministro Barroso, em sua justificativa de Voto afirma que “Deixe-se bem claro: a reprovação moral do aborto por grupos religiosos ou por quem quer que seja é perfeitamente legítima. Todos têm o direito de se expressar e de defender dogmas, valores e convicções. O que foge à razão pública é a possibilidade de um dos lados, em um tema eticamente controvertido, criminalizar a posição do outro” (BRASIL, STF, 2017-c).

principalmente, pela emergência e interlocução estratégica dos movimentos religiosos fundamentalistas e sua ascensão aos cargos de poder estatal.

Percebe-se que continua sendo muito tênue a linha que separa Estado e Religião, em especial ao se considerar que o Estado brasileiro é formalmente laico. Tal premissa pode ser encontrada no contexto dos poderes e instituições constituídas no Brasil. A exemplo disso, o Congresso Nacional brasileiro possui dentro de suas casas legislativas duas organizações religiosas que interferem nos processos legislativos, pautando-se em dogmas religiosos para decisões no espaço público governamental: a *Frente Parlamentar Evangélica* e a *Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana* (MARCHESINI, 2020). Os impactos de suas atuações são visto em pautas como a questão envolvendo direitos e garantias do público LGBTQIA+⁵ que, até o momento, não possui proteção jurídica em forma de legislação, sendo sustentada por decisões progressistas do Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a diversidade sexual em uniões de pessoas do mesmo sexo, promovendo uma mutação constitucional diante da composição familiar.⁶ Porém, há que se evidenciar que essas Frentes Parlamentares defendem Projetos de Lei dentro do Congresso que afetam e impossibilitam direitos desse público, numa postura inconstitucional, pois desconsidera o artigo 3º, inciso IV da Constituição Federal de 1988, que versa sobre o princípio da diversidade sexual e a proibição de qualquer tipo de discriminação, como uma meta do Estado democrático e republicano.

Em contrariedade com aquilo que versa a Constituição

5 A sigla LGBTQIA+ significa: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e pessoas Trans, Queer, Intersexo, Assexuais e outras possibilidades de orientação sexuais e identidades de gênero.

6 O tema mencionado foi objeto de posicionamento do Supremo Tribunal Federal brasileiro por meio do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4277/2011 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 132/2011. Ainda, acompanhando essas decisões encontra-se a Resolução 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça que trata da mesma temática, em concordância com os preceitos constitucionais.

Federal de 1988 e as Decisões do Supremo Tribunal Federal brasileiro sobre temas LGBTQIA+, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei 6.583/2013, conhecido como “Estatuto da Família”⁷, o qual em seu texto reconhece apenas como entidade familiar a “união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda, por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.”⁸

No exemplo do Projeto de Lei, acima citado, fica evidente o reflexo de certos dogmas religiosos que busca impor uma determinada forma de organização familiar baseada na heteronormatividade, algo que, entretantes, não condiz com a realidade vivenciada em outras formas de famílias contemporâneas. Além de se pautar pela criação de uma legislação inconstitucional, os discursos fundamentalistas corroboram para um acirramento na exclusão e discriminação de identidades sexuais e, quem sabe, também no aumento de violências contra essas pessoas. Nesse sentido, André Sidnei Musskopf pondera que não é novidade a existência de tais posicionamentos, uma vez que, tanto a igreja, quanto o Estado sempre se preocuparam com a maneira como a sexualidade foi vivida: “Regulando a sexualidade é possível controlar as reações das pessoas. Afinal, a sexualidade tem a ver com nossas relações na sociedade, especialmente com relações de poder” (MUSSKOPF, 2006, p. 152).

7 Destaca-se que o Projeto foi proposto pelo Deputado Anderson Ferreira (Partido da República), integrante da *Frente Parlamentar Evangélica*.

8 O Projeto de Lei versa sobre a criação do *Dia da valorização da Família* e do *Conselho da Família*, além de impedir que se pautem em ambientes escolares debates acerca de entidades familiares que não sejam heteronormativas – para isso, criar-se-ia, como componente obrigatório no ensino fundamental, a disciplina escolar *Educação para a família* (BRASIL, 2013, s.p.). É importante se trazer à baila o fato de que tramitava no Senado Federal o Projeto de Lei 470/2013, denominado “Estatuto das Famílias”, o qual, muito embora não mencione especificadamente o termo “diversidade sexual”, acolhia a premissa de que a constituição familiar é embasada pela consanguinidade, afeto e afinidade. (BRASIL, 2013). O referido Projeto foi arquivado ao final da legislatura de 2018, em conformidade com o artigo 332, § Único do Regimento Interno do Senado Federal (BRASIL, Resolução 93/1970).

4 A incidência dos fundamentalismos religiosos no Brasil contemporâneo: um perigo para a democracia e os Direitos Humanos?

Um dos momentos emblemáticos para a incidência do fundamentalismo religioso na esfera pública brasileira ocorreu no ano de 2018, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro para a presidência da República. Como já pontuado anteriormente, a partir de diversas peculiaridades históricas, o Brasil sempre esteve ligado a movimentos religiosos, permitindo o surgimento de condições subjetivas que justificaram a emergência de um sentimento messiânico, capaz de possibilitar uma ligação estreita com grupos integristas católicos e evangélicos fundamentalistas que, por meio de uma leitura bíblica fragmentária, consolidou a expectativa do surgimento de um messias que salvaria a nação. O *slogam* de Bolsonaro na sua campanha para a Presidência da República foi - *Brasil acima de tudo. Deus acima de todos*. Corroborando, o Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, defensor das ideias do governo de Jair Bolsonaro relacionou-o com “a pedra angular do edifício” do novo Brasil, comparando Bolsonaro com a figura de Jesus Cristo. Nesse contexto, se faz importante compreender duas perspectivas: enquanto a primeira envolve os contornos messiânicos deste governo que tem mobilizado uma significativa parcela da população em torno da promessa de salvação – de uma realidade perigosa para as ditas *peças de bem*, a segunda perspectiva, aqui ilustrada no cenário pandêmico, vem a ser a personificação desse mandatário que é apresentado como sendo a resposta diante dos anseios de redenção, à revelia de qualquer outro posicionamento, em especial, da ciência, criando-se um ambiente de negacionismo face à pandemia e aos conhecimentos científicos para controlá-la (GABATZ; ANGELIN, 2020).

O governo de Jair Messias Bolsonaro é marcado por vários momentos significativos em que o mesmo e sua equipe rompem com as bases preconizadas pelo Estado laico e com as liberdades religiosas, a exemplo de quando o Presidente afirmou, em 2019,

que indicaria um Ministro *terrivelmente evangélico* para vaga no Supremo Tribunal Federal, o que ocorreu, de fato, no mês de julho de 2021, com a indicação de André Mendonça.⁹

Seguindo a saga de um governo *terrivelmente evangélico*, destaca-se o pronunciamento da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a pastora Damares Alves, que, em meio a louvores de *aleluias e graças à Deus*, evidenciou que a sua contribuição à gestão do atual governo seria baseado em princípios cristãos – priorizando a família. Ela segue: “O Estado é laico, mas essa ministra é terrivelmente cristã. [...] Acredito nos desígnios de Deus e nos propósitos de Deus” (DAMARES ALVES..., 2019, s.p.). Em fevereiro de 2020, a Ministra fez um pronunciamento constrangedor - e que, visivelmente, em embaraço ao Estado laico -, no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, reunido para debater liberdade religiosa, denunciando que as festividades do carnaval no Brasil, afrontavam a *fé cristã* e que, em contrapartida, iria realizar uma campanha nacional de conscientização voltados para a proteção de objetos religiosos e da *fé* (ONU..., 2020, s.p.).

Por fim, ao apresentar algumas “dimensões” envolvendo perspectivas governamentais que versam sobre os percursos ensejados pelo Estado laico e a perspectiva da laicidade, percebe-se o quão complexos e tênues são os posicionamentos que versam sobre ações de governos e dos poderes e instituições, possibilitando, ou não, as premissas básicas para a afirmação da democracia e, sobremaneira, afetando, de forma negativa, as diretrizes engendradas pelos direitos humanos.

9 Sobre o novo indicado a Ministro STF Bolsonaro se pronuncia: “Temos aqui um gigante do Vale do Ribeira. Esse pequeno grande homem, de um cérebro, de uma mente invejável. Muito obrigado por existir, meu prezado, depois da Damares [Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos], terrivelmente evangélico”, afirmando, ainda que, “Uma pitada de religiosidade, de cristianismo dentro do Supremo, é bem-vinda” (CARVALHO, 2021, s.p.). O fato evidencia, de forma nada velada, o rompimento com o Estado laico, uma vez que para a indicação de um Ministro do STF existem requisitos como saber jurídico e reputação ilibada, mas não envolve sua escolha religiosa, muito embora, em sua vida privada, possam seguir alguma religião.

5 Considerações finais

A abordagem aqui realizada buscou refletir sobre algumas práticas governamentais na esfera pública brasileira e que evidenciam inúmeras controvérsias em relação a garantia da laicidade e da preservação do Estado laico em um contexto envolvendo o respaldo da democracia e a afirmação dos direitos humanos. O estudo demonstra que a defesa da laicidade, é, fundamentalmente, a defesa de um modo de viver e também conceber as sociabilidades no mundo. Eventuais usos e abusos praticados no Brasil, conforme visto nessa pesquisa, sugerem que o Estado necessita preservar e reforçar o seu papel arbitral através do cuidado e da garantia da liberdade religiosa. Ao Estado não cabe, por óbvio, discriminar por motivos religiosos e nem, tampouco, negar ou melindrar a existência de Deus.

A abordagem revela a presença contundente de grupos e a influência estratégica de dogmas ou convicções de caráter religioso na esfera pública. Tanto o Poder Executivo, quanto os Poderes Legislativo e Judiciário se posicionam de maneira ambivalente ou paradoxal. Ora repercutindo os elementos constitutivos e fundantes presentes em um Estado laico, respeitando, portanto, os principais alicerces da laicidade, ora, afrontando de forma tácita ou explícita, essa premissa, de acordo com a situação, os atores e os interesses em jogo, não corroborando, por óbvio, para a consolidação da democracia e os direitos humanos.

Ainda que não seja uma afirmação tão incisiva e marcada de forma categórica pelos contornos da modernidade, é importante levar em conta que, se de um lado, nos dias atuais, é possível perceber um horizonte religioso que converge para a subjetividade do indivíduo, por outro, o que também se percebe é um Estado que, por vezes, tende a dispensar o papel da religião para assumir o seu protagonismo de maneira conveniente. Seja como for, em nenhuma das formações do Estado democrático, inclusive brasileiro, a separação entre o público e o privado existiu de forma objetiva. O que se vislumbra é um modelo alinhado com processos

de governabilidade, negociação e acomodação onde a maior dificuldade continua sendo a construção de uma conduta dialogal.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em nov 2021.

BRASIL. *Decreto nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010*. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7107.htm> Acesso em nov 2021.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm > Acesso em nov 2021.

BRASIL. *Projeto de Lei 6583, de 16 de outubro de 2013*. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Disponível em:< <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>> Acesso em nov 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.439 Distrito Federal (ADI 4439)*. Relator: Min. Roberto Barroso. Julgado em 27/09/2017. Disponível em <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=15085915>> Acesso em nov 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 442/2017*. Relatora: Min. Rosa Weber. 2017. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/ADPF000442InterrupodaGestaoCD.pdf>> Acesso em nov 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus nº 124306, 1ª Turma, Distrito Federal*. Relator: Ministro

Marco Aurélio, Julgado em 09 de agosto de 2016. Inteiro teor do Acórdão. Publicado em 17 de março de 2017-b. Disponível em <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=12580345>> Acesso em nov 2021.

CARVALHO, Daniel. Bolsonaro indica André Mendonça, seu ministro terrivelmente evangélico para vaga no STF. *FolhaPress*. Disponível em https://br.vida-estilo.yahoo.com/bolsonaro-indica-andr%C3%A9-mendon%C3%A7a-seu-10250038F087vtvubPNVprZaQRrqqt26YKgsqcbWMTLArObKRMFUg9lsueDMvbwIRIMS9fN0oBLHwjOn0E9APiiO8CbxUbFcYuI-8yjO5VtiXYp4VqaMtGVcZWI9dx9WcuXKrLHQdS514Y8Q_muNBPX> Acesso em nov 2021.

DAMARES ALVES: O Estado é laico, mas essa ministra é terrivelmente cristã. *Exame.com*. Disponível em <https://exame.com/brasil/o-estado-e-laico-mas-essa-ministra-e-terrivelmente-crista-diz-damares-alves/>> Acesso em nov 2021.

DIP, Andrea. *Em nome de quem?* A bancada evangélica e seu projeto de poder. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2008.

GABATZ, Celso; ANGELIN, Rosângela. Ponderações críticas acerca da covid-19: contribuições para ampliar o entendimento no contexto brasileiro. *Estudos Teológicos*. São Leopoldo, v. 60, n. 2, p. 466-482. Maio/Ago. 2020.

MARCHESINI, Lucas. Evangélicos são menos da metade na Frente Evangélica da Câmara. *Metrópoles*. Disponível em <<https://www.metropoles.com/brasil/evangelicos-sao-menos-da-metade-na-frente-evangelica-da-camara>> Acesso em nov 2021.

MUSSKOPF, André Sidinei. Além do arco-íris: Corpo e corporeidade a partir de 1 Co 12.12-27 com acercamentos do ponto de vista da Teologia Gay. In: STRÓHER, Marga J.; DEIFELT, Wanda; MUSSKOPF, André S.. (Orgs.). *À flor da pele:*

Ensaio sobre gênero e corporeidade. 2.ed. São Leopoldo-RS: Sinodal; CEBI, 2006. P. 139-168.

ONU, Damares denuncia ataques à fé cristã durante o carnaval. *Carta Capital*. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/politica/na-onu-damares-diz-que-carnaval-afronta-a-fe-crista/>> Acesso em nov 2021.

ORO, Ari Pedro. A laicidade no Brasil e no Ocidente: Algumas considerações. *Civitas*. Porto Alegre. V. 11, n.2 p. 221-237. Maio-Ago. 2011.

Capítulo 14

CIDADE, HISTÓRIA, IDENTIDADE, A MODERNIZAÇÃO NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Marlon Paula Pessota

Vânia Maria Abreu de Oliveira

Vaneza Cauduru Peranzoni

1 Introdução

Quando a República foi proclamada no Brasil, poucas cidades no Rio Grande do Sul possuíam sistemas modernos de abastecimento de água. Durante o governo imperial surgiram empresas que forneciam água em chafarizes para as populações de Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande (SILVEIRA, 2009). Nas demais cidades sul rio-grandenses, o abastecimento de água era feito com práticas tradicionais, como a captação em poços, cacimbas, fontes e cisternas. Nas áreas de maior densidade demográfica, existiam aguadeiros que realizavam o comércio da água em pipas.

A expressiva mudança no acesso à água ocorrida no Rio Grande do Sul durante a Primeira República pode ser interpretada a partir do conceito de modernização do abastecimento de água, criado pelo historiador espanhol Juan Manuel Matés-Barco para explicar o crescimento na oferta e na demanda por água potável na Europa. Segundo Matés-Barco, a expansão da Revolução Industrial intensificou o processo de urbanização e criou uma conjuntura favorável para a transição do sistema clássico para o sistema moderno de abastecimento de água (MATÉS-BARCO, 1999).

Durante o sistema clássico, a ampliação da oferta de água nas cidades europeias estava condicionada a disponibilidade de recursos

financeiros para as obras de captação e distribuição, e a demanda, por sua vez, apresentava pouco crescimento. Este quadro mudou ao longo do século XIX, quando a concentração demográfica em determinadas cidades, a expansão das indústrias e o agravamento dos problemas sanitários decorrentes da urbanização exigiram uma expressiva ampliação de investimentos no abastecimento de água, possibilitando o surgimento do sistema moderno.

Para superar os condicionamentos de oferta sistema clássico de abastecimento de água, foi preciso concentrar capitais em projetos e obras de engenharia hidráulica e, ao mesmo tempo, foi necessário criar e implantar dispositivos jurídicos que viabilizaram a comercialização da água. Neste sentido, a participação do poder público na implantação do sistema moderno de abastecimento na Europa, apresentou variações regionais, oscilando entre a prática da concessão para empresas particulares e a administração pública do serviço de captação e distribuição (MATÉS-BARCO, 1999 e 2009).

No caso específico do Brasil, a modernização do abastecimento de água, iniciada ainda na primeira metade do século XIX, foi influenciada pela política de concessão de serviços públicos para empresas particulares, adotada pelo governo imperial. Em 1838, a criação Companhia Hydráulica do Beberibe, na capital de Pernambuco, marcou o começo da comercialização da água em larga escala no Brasil (MENEZES, 1991). Seguindo o modelo de concessão do serviço usado em Recife, em 1852 surgiu na cidade de Salvador a Companhia Hydráulica do Queimado (SANTOS, 1999). Nas décadas finais do Império foram criadas empresas semelhantes em diversas cidades brasileiras, dentre as quais estavam a capital da Província de São Paulo (SANT'ANNA, 2007).

No Rio de Janeiro, a Reforma Pereira Passos tornou-se um símbolo do desejo de modernização urbana e, ao mesmo tempo, tornou-se um exemplo do autoritarismo usado pelo governo contra a sociedade (SEVCENKO, 2001). Mas a reforma urbana que resultou na Revolta da Vacina, apesar da sua importância simbólica, pouco nos diz sobre o processo de urbanização ocorrido no interior

do Brasil ao longo da Primeira República.

Para pensarmos experiências diversificadas de urbanização, são necessárias novas pesquisas e novos enfoques espaciais e temáticos. Seguindo nesta direção, o artigo apresenta um estudo sobre a vida do Engenheiro Saturnino de Brito, sua formação e sua identidade intelectual, alguns projetos que traz a preocupação com a captação da água, e com o planejamento urbano e a atuação de Brito na captação de água no subsolo na cidade de Rio Grande/RS.

Este trabalho é caracterizado como estudo bibliográfico do tipo pesquisa qualitativa e documental, baseado em análise de obra do engenheiro sanitarista e pesquisadores da área sanitária, esta pesquisa é oriunda da disciplina Identidades Regionais do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ.

2 Desenvolvimento

2.1 Saturnino de Brito: urbanista e sanitarista

Com o período republicano no Brasil, intensificou-se a formação de um mercado de trabalho livre e o esforço construtivo destinado à construção de um território organizado dentro dos mais atuais, à época, referenciais socioeconômicos e culturais, os quais cresciam e se aprofundavam. Associados à permanência do imigrante que começava a chegar em terras nacionais e à transformação das cidades, os programas de saneamento tornaram prioridade no início da República (GITAHY, 2005, p. 1). Foram projetados e construídos diversos serviços de abastecimento de água, canais de drenagem e esgotos.

O progresso científico na área das ciências da saúde contribuiu, dentro da realidade nacional a partir da segunda metade do século XIX, para a adoção dos princípios do sanitarismo nas práticas urbanas, num momento onde o enfrentamento das epidemias exigia que as áreas centrais fossem remodeladas, de

forma a implantar serviços de infraestrutura de água e esgotos, a sanear áreas pantanosas e inundáveis, a prover espaços públicos abertos para facilitar a aeração e a insolação, a eliminar focos de concentração de moradias não salubres, os cortiços, e a estabelecer regulações para as construções no espaço urbano (SIMÕES JUNIOR, 2013, p. 125).

As cidades eram consideradas insalubres, com sujeira pelas vias, ruas esburacadas e alagadiças em dias chuvosos. As doenças geradas pela falta de higiene e saneamento causaram a morte de muitos cidadãos. O esgoto in natura circulava pelos logradouros juntamente com o cidadão. O mal cheiro acompanhava os moradores. A água para consumo ficava distante das moradias. A iluminação a noite era precária, ou ausente em muitas realidades à época. O traçado urbano desenvolvido na maioria das cidades dificultava a vida de seus moradores. É em meio a esta realidade que o engenheiro sanitarista Saturnino de Brito atuou através de seus planos de melhoramentos.

No ano de 1881 Saturnino de Brito ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde se formou em Engenharia Civil em 1886. De 1887 a 1892, exerceu seu primeiro emprego como Engenheiro Civil, na estrada de Ferro Leopoldina. Em 1893, interrompeu sua carreira, por um ano, para servir a causa do governo legal como voluntário. No ano 1894, restabeleceu sua vida profissional como Engenheiro da Carta Cadastral do Rio de Janeiro e, no ano seguinte, fez o levantamento das plantas e organização dos projetos de saneamento da cidade de Vitória, estado do Espírito Santo. Em 1896, trabalhou como Engenheiro da Comissão de Saneamento do estado de São Paulo. A partir de 1898 passou a realizar inúmeros trabalhos para as mais diferentes cidades do Brasil. Sua atuação profissional percorreu ao todo 53 cidades brasileiras, onde pôde expor suas ideias e particularmente aplicá-las na área de saneamento e embelezamento das cidades (LEME, 1999, p. 454-455).

Foi em meio a esse processo de modernização nacional que se firmaram algumas influências que nortearam as operações

de melhoramentos e ideário urbanos. Em relação a Saturnino de Brito podemos observar sua proximidade com a escola francesa de urbanismo.

Angelo Bertoni (2015, p. 82) destaca que o trabalho de Camillo Sitte foi muito importante para Saturnino. As ferramentas de análise desenvolvidas por Sitte na sua obra “Construção das Cidades Segundo Seus Princípios Artísticos” foram compreendidas por Saturnino para apoiar a demonstração de uma colaboração importante entre técnicos e urbanistas. O estabelecimento de um plano geral era essencial para nortear o crescimento ordenado das cidades, isto é, o primeiro elemento a se considerar era a definição das redes técnicas, que deveriam tirar proveito de encostas naturais para reduzir os custos de implementação, ou seja, a definição de uma topografia sanitária. Bertoni acrescenta ainda que Saturnino demonstrou uma profunda sensibilidade e experiência ao debater sobre a questão da linha reta e curva das ruas lembrando que os efeitos pitorescos não poderiam ser considerados em detrimento da eficácia sanitária.

Ao analisar a obra de Saturnino de Brito, o livro *Notes sur le tracé sanitaire des villes* (Notas sobre o traçado sanitário das cidades), escrito em francês, Angelo Bertoni (2015, p. 81) nos elucida que a compreensão do urbanismo sanitário de Brito tinha como desígnio dois temas: os problemas de salubridade na transformação dos espaços urbanos e a construção das cidades; as competências profissionais e o diálogo entre as ciências. A abordagem defendida por Saturnino de Brito estava fundamentada na engenharia sanitária, sua ciência de referência, mas ele ampliou o ideário para além do saneamento urbano ao projetar intervenções em áreas urbanas existentes e a serem formadas.

Outra conjuntura a ser contextualizada, não só no pensamento de Saturnino de Brito, é que a preocupação com a salubridade acabou por induzir a introdução de novos espaços arborizados e livres na configuração física das cidades, considerados de suma importância para a saúde da população. No sentido de associar materialmente esta preocupação, acabaram emergindo

diferentes programas de conservação dos parques existentes e obras de reforma viária das áreas centrais, que imprimiram novos cenários, novos usos e novas sociabilidades no espaço intraurbano de várias cidades brasileiras (TOCHETTO, 2013, p. 42). O traçado da cidade moderna, saneada, deveria ser configurado conforme suas necessidades, não copiando o traçado das cidades antigas, mas tomando-as como fonte de inspiração.

Para Tochetto (2013, p. 104-105), Saturnino de Brito definiu que a necessidade era a circulação, abrir ruas, criar avenidas, elementos incompatíveis com o desenho irregular das cidades antigas. As necessidades da vida moderna não poderiam mais se adaptar aos traçados irregulares da maioria das cidades antigas, pelo menos, nos novos bairros. Algumas alterações eram pertinentes, como promover a abertura de espaços, alargamento de ruas e avenidas. Mas, para suprir as necessidades da vida moderna, era preciso um plano de melhoramentos urbanos.

Entretanto, o plano que regularizaria a construção da cidade, para ser efetivado, careceria de uma lei que o legitimasse, como acontece na atualidade. Para assim, sanear e modernizar o espaço urbano “Brito implantará o planejamento urbano na administração de inúmeras cidades brasileiras.” (ANDRADE, 1992, p. 4).

Além de planejar, embelezar e sanear as cidades tomadas ou sob ameaça de epidemias, o urbanista e sanitarista de Saturnino de Brito concedeu as cidades brasileiras um novo padrão estético, moderno e progressista, além de formas urbanas próprias de uma tecnologia de saneamento cuja implantação se tornou, durante toda a Primeira República, um dos pilares do Estado Novo. Lopes (2013, p. 77) complementa o discurso ao considerar que a partir da consolidação da nova ordem republicana, as principais cidades brasileiras passaram por um processo de modernização e urbanização relacionados ao novo projeto político das elites no poder. Esse rearranjo espacial e social estava baseado em novos paradigmas de higienização e embelezamentos franceses.

Assim, as obras de infraestruturação e de melhoramentos

urbanos do Engenheiro Saturnino de Brito circunscrevem-se em um conjunto de operações em consideráveis escalas que redefiniram a paisagem urbana de diversas cidades brasileiras.

Sobre a construção da paisagem pelo ideário urbano de Saturnino de Brito, Burger (2008, p. 40) argumenta que os trabalhos de Brito expressavam a ideia de que uma cidade deveria ser moderna e funcional, enfatizando os princípios da racionalidade e funcionalidade latentes tanto nas obras de engenharia quanto nos projetos de arquitetura e paisagismo. As marcas deixadas por Saturnino de Brito na paisagem das cidades em que trabalhou promoveram o desenvolvimento partindo do entendimento das condições originais do sítio com a adaptação às necessidades de uma sociedade urbana. Sob esta perspectiva, sua intervenção na paisagem, visava o diálogo dos fenômenos naturais com as técnicas sanitaristas, considerando a cidade em toda a sua abrangência.

Na Engenharia Sanitária, se pode considerar que a configuração topográfica, as áreas verdes e os recursos hídricos, com ou sem a interferência de obras perpetradas pelo homem, eram os elementos que comumente modelavam a paisagem. Mas esses fatores associados as articulações sociais e econômicas configuraram o quadro adequado para o desenvolvimento de um planejamento urbanístico e sanitário no país.

Saturnino de Brito defendia como tarefa fundamental de qualquer cidade a obrigação de prever a expansão da rede sanitária e dos arruamentos. Andrade (1992, p. 57) argumenta que o Engenheiro afirmava que a necessidade de se elaborar planos gerais de expansão se dava por três fatores: evitar que o crescimento da cidade acontecesse ao acaso, extirpar os conflitos entre interesses privados e públicos e conceder maior longevidade as obras de saneamento, para que elas não fossem comprometidas no futuro.

Para Saturnino de Brito o plano de melhoramentos urbanos deveria assumir a perspectiva de um plano geral, determinando os arruamentos futuros bem como regulando-os existentes. Todavia, a cidade era pensada como um todo. A preocupação com água,

esgoto, habitação, traçado, área verde e topografia eram pautas de análises e projetos.

Dentro desse contexto de planejamento geral desenvolvido por Saturnino de Brito, era fundamental realizar um levantamento prévio da cidade existente. Assim, Saturnino de Brito desenvolveu uma metodologia ampla para levantamentos e diagnósticos da área a ser estuda, importantes para a organização dos projetos: levantamento topográfico preciso, ruas e becos a serem alargados, locais pitorescos a serem preservados, áreas para jardins e parques, áreas para uma futura expansão da cidade, levantamentos cadastrais, características econômicas, planos e posturas municipais elaboradas anteriormente, população, vegetação, clima, salubridade, bem como causas de insalubridade, situação dos serviços urbanos, condições sanitárias, mananciais a serem preservados, natureza das águas, mensuração do volume de água requisitado, indicações precisas das condições de descarga dos despejos, atitudes da população do ponto de vista higiênico, condições das moradias, tipos de instalações nas residências e condicionantes topográficas (LOPES, 2013, p. 81).

Portanto, caberia ao Engenheiro sanitário apresentar em seus planos de melhoramentos urbanos obras que demonstrassem adequadas condições para uma vida saudável, assegurando com suas construções as possibilidades de assegurar as higiênes da água, do ar, do solo e do corpo.

A hidrologia superficial das cidades permitia que as águas conferissem valor à paisagem, introduzindo novos elementos de interesse visual. Tal circunstância caracterizava o fato de as obras de saneamento de uma cidade compreenderem, conforme a necessidade e realidade, no enxugamento das águas superficiais estagnadas; drenagem do subsolo das regiões pantanosas próximas, suprimento de água potável, dentro outros cuidados com a água no meio urbano. A aquisição da salubridade urbana, nos planos de Saturnino de Brito, sempre esteve vinculada às reformas urbanísticas que incluíam intervenções significativas nas águas existentes na cidade.

Marília de Azevedo Dieb (2015, p. 70-71) ao analisar as contribuições de Saturnino de Brito à leitura das águas urbanas brasileiras na construção da paisagem urbana e na proteção dos corpos d'água e recursos hídricos entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, revela que as intervenções propostas por ele tinham como marca incomum para a época: demonstravam a sua preocupação com as questões ambientais intrínsecas a cada situação abordada; sensibilidade na percepção de elementos da paisagem que poderia ou deveriam ser preservados e apropriados no processo de urbanização e saneamento de cada cidade; preocupação em informar e educar a população para as questões ambientais relativas ao meio urbano; o cuidado em nortear o adequado processo de expansão de cada localidade, através da elaboração de planos ou projetos urbanos, visando otimizar os investimentos feitos e evitar que todo o esforço dedicado ao saneamento e a qualidade urbana fosse comprometido depois, pela expansão sem planejamento. Com essa postura, Saturnino de Brito aliou ao saneamento o embelezamento das cidades onde atuou e a proteção (ao menos parcial) do patrimônio natural presente em cada uma delas.

Os estudos de Deminici (2015) sobre a utilização das águas do rio Pardo pela cidade de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, apontam que Saturnino de Brito foi um grande defensor da utilização de águas de rios para o abastecimento urbano da cidade. A cidade de Ribeirão Preto enfrentava um sério conflito entre a empresa que assumiu o serviço de abastecimento de água e o poder público, em função da qualidade da água servida. Para solucionar esse problema, Brito propôs a purificação das águas do rio Pardo, visando não comprometer o serviço, nem gerar doenças nos municípios.

Muitos projetos e planos de melhoramentos urbanos foram desenvolvidos por Brito, entretanto, alguns se destacam frente as pesquisas acadêmicas. Não seguindo uma ordem cronológica, mas de exemplos que materializaram o ideário do Engenheiro sanitaria, destacamos o seu trabalho junto as cidades do Recife/PE, Santos/SP e Vitória/ES. O Plano de saneamento para a cidade

do Recife foi realizado por Saturnino de Brito entre os anos de 1909 e 1917. Esse plano procurou dotar a cidade de um moderno sistema de esgotamento sanitário e de abastecimento d'água.

Para o sistema de esgotos, Brito propôs a construção de um sistema do tipo separador absoluto, que consistia em uma rede para as águas das chuvas e outra para os esgotos (águas servidas e material fecal). Essa tecnologia era uma novidade para o momento e motivo de diversas polêmicas, já que em Paris, nesta época, se implantava um sistema do tipo unitário. A rede coletora do sistema distribuía-se por 15 km, transportando os efluentes por gravidade a partir da configuração de seus 14 distritos sanitários, determinados de acordo com a altimetria do terreno, sendo 9 as estações elevatórias, que recalçariam os esgotos para a usina terminal do sistema. A partir daí era feito o lançamento final no oceano (BURGER, 2008, p. 126).

Brito também procurou solucionar para o Recife o problema das reformas, das novas construções e dos consertos que não estivessem sintonizados com a moderna técnica da engenharia sanitária. Propôs a criação do Cadastro Sanitário Municipal, pelo qual, todos os proprietários interessados em construir, reformar ou até mesmo efetuar pequenos consertos nas tubulações eram obrigados a satisfazer a correta disposição dos aparelhos sanitários e as condições de iluminação e ventilação. O regulamento proposto por Saturnino de Brito para a cidade caracterizou-se como um marco no processo de regulamentação e controle do poder local sobre o espaço urbano e pode ser visto como um instrumento de planejamento urbanístico. Foi proposto ainda o Plano de Arruamentos, um plano de ocupação para as periferias, seguindo moderadamente os modelos das cidades-jardins inglesas, estabelecendo e alargando vias e regularizando as moradias. Objetivando drenar certas áreas da cidade do Recife, Brito propôs dois canais estruturadores, assim como estabeleceu para a cidade de Santos. Um desses canais se tornaria um dos importantes eixos viários da cidade (LEME, 1999, p. 264-265).

Nas primeiras décadas do século XX, Santos tinha se

tornado no principal porto de exportação de café, com a presença de postos de trabalhos atraídos pelas obras e serviços de infraestrutura realizada. Os cortiços, barracos construídos nos quintais dos casarões ou subdivisões em seus porões eram as moradias que figuravam na paisagem da cidade. Doenças como a febre amarela, tuberculose, varíola e malária acometiam a população de tempos em tempos. O agravamento das epidemias, que passaram a dificultar o comércio cafeeiro, tornou necessário controlar a produção do espaço e a vida cotidiana no sítio urbano, por meio da legislação e de intervenções no meio físico. No ano de 1905, Saturnino de Brito assumiu a Chefia da Comissão de Saneamento da cidade e neste mesmo ano apresentou seu plano para o saneamento de Santos. Tinha como proposta adotar dois sistemas de separação absoluta e execução de uma extensa rede de canais de drenagem e galerias de esgotos, ao mesmo tempo em que o abastecimento de água se expandia. A Santos moderna nascia estruturada em uma rede de infraestrutura suficiente para suportar o adensamento populacional da primeira metade do século XX (CARRIÇO, 2013, p. 159).

Segundo Andrade (1991, p. 63), o plano de saneamento, melhoramentos e extensão que Saturnino de Brito elaborou e implementou na cidade de Santos, mesmo não tendo sido implantado em todos os seus aspectos, não expressou apenas a construção de uma cidade moderna, mas também a aplicação de princípios urbanísticos revolucionários para o momento, onde o passado colonial desapareceu em nome de um futuro marcado pela higiene e progresso, que influenciou decisivamente o desenvolvimento e o planejamento urbano no país.

Quanto aos esgotos, o projeto de Brito chamava a atenção dos sistemas estáticos (as fossas) e dinâmicos, dividido por ele em sistema sanitário, separados ou de canalização distinta e o sistema pneumático. Para Santos defendeu o sistema pneumático, que funcionaria através das máquinas de aspiração e supressão. Considerava que a planta da cidade e de seus arrabaldes favorecia o projeto do sistema pneumático irradiado. Acreditava ser possível utilizar os produtos do próprio esgoto da cidade para irrigação

(BERNARDINI, 2015, p. 49).

O projeto elaborado por Saturnino de Brito para Santos buscava orientar e regular tanto a cidade construída, como o processo de expansão. Ele empregou novas tecnologias sanitárias para solucionar a insalubridade do meio físico. A sua atuação na cidade, articulando o planejamento urbano e social, se configurou como uma importante contribuição ao planejamento urbano brasileiro realizado até então.

No ano de 1896, Saturnino de Brito desenvolveu o projeto de um novo arrabalde (bairro) dotado dos serviços de abastecimento de água e de drenagem para a cidade de Vitória, capital de estado do Espírito Santo. Inicialmente esse projeto apresentava um resumo justificativo das intenções do governo estadual com relação ao plano. A escolha do terreno para se implantar o novo arrabalde foi condicionada a dois fatores relacionados aos hábitos e situações econômica dos moradores da ilha de Vitória: localização próxima ao núcleo urbano da época, de modo que o transporte até o local fosse de fácil acesso, e o controle dos gastos. Estes determinantes convergiram para a região nordeste da ilha como local adequado.

A estrada de rodagem de ligação entre a cidade de Vitória e o novo bairro foi delineada considerando as possibilidades de construções às suas margens no futuro. O traçado do arruamento proposto por Saturnino de Brito para a área principal do projeto estruturava-se por meio de duas longas e retas avenidas, que cortavam diagonalmente uma malha retangular. O novo arrabalde era formado por 178 quarteirões e 2.129 lotes, dispostos em ruas com largura de 21 metros e avenidas de 28 metros, chegando em alguns casos a 35 metros de largura. Os lotes de 14 metros de frente e 42 metros de fundo foram dispostos no quarteirão de modo que cada edificação implantada seria contemplada por ventilação saudável, garantida pela abertura de janelas em todas as faces do edifício, em função dos amplos afastamentos de frente, das laterais e dos fundos dos lotes. Além do traçado, o Novo Arrabalde definiu áreas destinadas a hospital, jardins, bosques de eucaliptos, cemitério e capela. Saturnino de Brito elaborou com riqueza de detalhe

uma sofisticada proposta de saneamento e de abastecimento d'água, bem como de drenagem acompanhada de aterro. O mesmo projeto ainda propunha medidas complementares, que incluía calçamentos, canais de contornos, limpeza pública de ruas e pátios, transporte e incineração do lixo, entre outras (LEME, 1999, p. 256-257).

Em síntese, o projeto para um novo bairro de Vitória, apresentava detalhes de plantas e perfis da estrada de rodagem, do abastecimento de água, perfis de ruas e avenidas, tipos de canais de contorno, tipo de casa para o proletariado, dessecamento de mangues e terrenos, anteprojeto de esgoto, planta comparativa de terrenos secos e úmidos, brejos e mangues, planta de anteprojeto de drenagem, planta de arruamento, loteamento e planta da ilha de Vitória. O conjunto deste plano urbano demonstra uma maturidade em relação as questões urbanas e os diferentes elementos que constituiria uma cidade moderna.

Sob a dimensão do urbanismo sanitaria de Saturnino de Brito, podemos elencar alguns pontos comuns que definem seu modo de atuação nas cidades: a necessidade de preparar anteriormente a construção das cidades visando atender aos requisitos de salubridade, como o ar, a luz e a circulação, através da proposição e implantação de uma plano de melhoramentos urbanos; a reforma do poder público municipal e das competências técnicas para facilitar a defesa do interesse de todos; o conhecimento da área como um elemento fundamental para ações de transformação e construções urbanas. Para Saturnino de Brito era preciso pensar a cidade como um todo, saneamento, áreas existentes e a serem habitadas, traçado e legislação.

2.2 Atuação de Saturnino de Brito no Rio Grande do Sul

A participação de Saturnino de Brito no processo de modernização do abastecimento de água ocorrido no Rio Grande do Sul, durante a Primeira República, não pode ser dissociada da projeção que este profissional alcançou no campo da Engenharia Sanitária. A mobilização feita pela Intendência de Rio Grande para

contratá-lo, em 1909, assim como a sua participação na Comissão Estadual de Saneamento do Rio Grande do Sul, no período entre 1918 e 1927, são indicativos do prestígio alcançado por Saturnino de Brito diante dos líderes do Partido Republicano Rio-grandense (PRR).

O interesse do PRR pelo urbanismo sanitaria foi abordado nas pesquisas de Vargas (2011) e Lopes (2013). Vargas destacou a preocupação da Diretoria de Terras e Colonização com o planejamento e administração dos núcleos coloniais que estavam sob sua responsabilidade no norte do estado. A partir de 1913, esta Diretoria – subordinada à Secretaria de Obras Públicas do Estado – passou a elaborar estudos técnicos para decidir a melhor localização dos núcleos coloniais e produziu plantas topográficas para os respectivos locais, na intenção de facilitar o desenvolvimento urbano das colônias (VARGAS, 2011, p. 177-178). Lopes, realizou uma densa pesquisa explorando as relações entre o urbanismo sanitaria de Saturnino de Brito e os interesses da elite política sul rio-grandense, concentrada no PRR.

O autor interpretou os planos de saneamento e urbanização elaborados por Brito para o Rio Grande do Sul, como um “mecanismo de manutenção da hegemonia política do Partido Republicano Rio-Grandense” (LOPES, 2013, p. 135) e como um instrumento de implantação do “novo projeto urbano do PRR”. Neste, a necessidade de atender as demandas da crescente classe operária e a preocupação com a higiene pública, coexistiam com o interesse do governo pela organização e valorização do espaço urbano e com a política econômica de incentivos para a indústria e o comércio.

De fato, existiam semelhanças entre a concepção urbanística de Saturnino de Brito e o pensamento da elite política sul rio-grandense a respeito das cidades: ambos compartilhavam da convicção de que o governo deveria interferir no uso do solo urbano, usando a legislação, o planejamento urbanístico e as obras públicas para coibir os abusos de particulares e criar condições favoráveis para o crescimento das cidades. No entanto, devemos

ponderar a tese de que o saber técnico da Engenharia Sanitária estava à serviço da elite política.

A ampliação no abastecimento de água e na coleta e descarte do esgoto, assim como o correto traçado das ruas e a estética de uma cidade, não podem ser considerados assuntos exclusivos de políticos, técnicos ou aos membros da elite. A demanda pela água potável nas cidades era uma realidade que necessitava de respostas técnicas e grandes investimentos públicos e privados. E, naquele contexto, a expectativa de obter um retorno satisfatório para os recursos que seriam aplicados, provavelmente influenciou na decisão do governo estadual pela contratação do engenheiro sanitário mais renomado do Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Cabe ressaltar que o objetivo principal do artigo consiste em analisar a trajetória e a visão de alguns dos projetos de Saturnino de Brito, o processo de modernização do abastecimento de água na cidade de Rio Grande, explorando fatores como o volume de água necessário para cidade, o problema da contaminação dos mananciais e os procedimentos técnicos usados durante a elaboração dos projetos. Outro objetivo, complementar ao anterior, consiste em identificar fatores políticos e econômicos relevantes no processo de modernização do abastecimento de água.

No que diz respeito às questões técnicas das obras de abastecimento de água, constatamos que as opções oferecidas para a captação e distribuição da água mudavam conforme a topografia, a composição dos solos e os recursos hídricos existentes em cada localidade. O que percebemos como elementos constantes nos trabalhos de Saturnino de Brito são os estudos sobre a qualidade das fontes de captação, as propostas de alternativas para o tratamento das águas e a preocupação com o volume que seria diariamente fornecido.

2.3 Um projeto para a captação das águas do subsolo na cidade de Rio Grande/RS

O primeiro projeto que Saturnino de Brito elaborou no estado do Rio Grande do Sul data de 1909, e foi direcionado para o saneamento da cidade portuária do Rio Grande. Neste sítio urbano, o engenheiro encontrou um sistema de abastecimento de água criado na década de 1870 e que atendia aproximadamente 25% da população: em 1908, o município contava com cerca de 40.000 habitantes, distribuídos em 5.616 prédios, deste total, apenas 1.800 usavam a água fornecida pela Companhia Hidráulica Rio-Grandense.

Seguindo um procedimento comum nos seus projetos, Saturnino de Brito recorreu a exames laboratoriais para avaliar a qualidade das águas existentes na cidade, encaminhando para a análise química amostras procedentes da Companhia Hidráulica Rio-Grandense, da Lagoa do Jacaré e do Poço da Lavanderia. Os resultados indicaram que o líquido fornecido pela Companhia, apesar de não ser tratado, era potável; e apontaram anormalidades composição das águas da Lagoa do Jacaré e no Poço da Lavanderia – descartando a possibilidade de uso destes dois mananciais para o abastecimento da cidade (BRITO, Vol. X, 1943, 63-64).

Na opinião do engenheiro, Rio Grande poderia continuar sendo abastecida com águas do subsolo através de poços artesianos, desde que se realizasse um trabalho de conservação da área de captação e obras para qualificar a galeria de armazenamento existente no terreno da Companhia Hidráulica.

Para atender à crescente demanda da população, o Projeto recomendava ampliar a oferta de 800.000 litros diários feita pela Companhia, para um total de 12.000.000 de litros diários. A sua proposta foi baseada em uma estimativa de consumo diário de 100 litros para cada habitante, acrescida de 100 litros diários (por habitante) para uso no serviço público. A estimativa também incorporou uma previsão de crescimento da população de 40.000 para 60.000 habitantes.

Os números apresentados pelo engenheiro, apesar de inseridos nos procedimentos técnicos da Engenharia Sanitária, também possuíam a intenção de convencer o poder público da necessidade das obras e, neste sentido, suas observações sobre a relação entre o abastecimento de água e a saúde pública são pertinentes:

O que mais grave se apresenta para o julgamento higiênico do abastecimento atual, é a coexistência do serviço coletivo e insuficiente feito pela Companhia com o serviço individual, isto é, feito pelos habitantes que procuram no subsolo das superfícies habitadas o suprimento complementar; para a maioria das casas esse é o único suprimento que podem recorrer. [...]. Eis o grande perigo, evidentemente assinalado no quadro nosológico dos casos típicos e das moléstias do aparelho intestinal. As explosões endêmicas tem sido, para muitas cidades em análogas condições de higiene geral, a fatal consequência do descuido e da protelação das soluções radicais e inadiáveis (BRITO, Vol. X, 1943, p. 37).

O volume de 12.000.000 litros diários previsto no projeto não contemplava o uso da água para fins industriais (com exceção das padarias e outras unidades de beneficiamento voltadas para a alimentação). O engenheiro propôs que a captação de água para as indústrias ficasse ao encargo de investimentos particulares e sugeriu que a municipalidade negociasse o serviço de abastecimento dos navios do porto que estava em fase de implantação. Nestes dois pontos específicos, o projeto recebeu uma crítica do Diretor de Obras Públicas do Estado, Dr. João Coelho Parreira. Saturnino de Brito recebeu o parecer de Parreira através do Ofício n. 989, encaminhado pela Intendência no dia 16 de dezembro de 1910.

A sua resposta foi apresentada no texto intitulado fornecimento d'água ao porto e às indústrias, enviado ao intendente de Rio Grande. Nele, Saturnino de Brito apresentou três argumentos para justificar suas propostas referentes ao uso das águas para indústrias e navios: (1) o serviço de abastecimento dos navios poderia ser negociado em condições diferenciadas e lucrativas para a municipalidade; (2) a cobrança de taxas mais elevadas

para indústrias poderia forçá-las a obter água mais barata; (3) os investimentos necessários para abastecer as indústrias poderiam ser evitados pela municipalidade.

A divergência entre os dois engenheiros expressava duas concepções distintas a respeito do papel do poder público no abastecimento de água. Na condição de Diretor de Obras Públicas do Estado, Parreira entendia que a demanda das indústrias deveria ser incluída nos cálculos do projeto, mas Saturnino de Brito refutava essa opção sustentando que as indústrias deveriam providenciar o abastecimento com seus próprios recursos.

O metro cúbico de água tirada do fundo de um poço, elevada a grande altura, transportada e entregue à indústria para ser vaporizada, representa um serviço cômodo, na verdade, mas caro, em comparação com o que se pode fazer – a saber: tirar a água de um poço qualquer e elevá-la a apenas seis ou dez metros de altura, ficando esse serviço a cargo dos interessados (BRITO, Volume X, 1943, p. 118).

Depois de expor seus argumentos e de fazer referência à existência de taxas mais elevadas para as indústrias nas cidades de Campos e de Recife, Saturnino de Brito afirmou que os cálculos realizados pelo seu projeto contemplavam a solicitação de 9.000 metros cúbicos diários de água feita pelo Parecer do Governo Estadual e, conseqüentemente, “não havia dificuldade a resolver ou a contornar”. Convicto de que estava certo nos seus cálculos sobre o volume de água que a cidade de Rio Grande precisava, ele não realizou alterações no projeto.

Ao término do ano de 1909, o município de Rio Grande havia concluído uma importante etapa no processo de saneamento da cidade. O projeto de Saturnino de Brito estava aprovado pela Secretaria de Obras Públicas do Estado e apresentava condições técnicas de ser executado. Mas a Intendência não possuía os recursos financeiros necessários e as obras foram proteladas até o ano de 1917.

3 Considerações finais

Como demonstramos neste artigo, o engenheiro Francisco Rodrigues Saturnino de Brito elaborou projetos de saneamento para algumas cidades do Brasil e uma do Rio Grande do Sul. Os projetos deste renomado profissional da Engenharia Sanitária possuíam uma estrutura textual padronizada: inicialmente, o pesquisado apresenta informações sobre a localização, o clima, o traçado das ruas, a população e os principais “melhoramentos urbanos” existentes; posteriormente, indicava as obras necessárias para o abastecimento de água e para coleta e descarte do esgoto.

Vimos que, durante a elaboração dos projetos, Saturnino de Brito dedicava uma atenção especial para três aspectos referentes aos recursos hídricos disponíveis em cada sítio urbano: (1) a localização dos mananciais; (2) o volume de água que eles possuíam; (3) e a qualidade destas águas.

O uso dos exames laboratoriais para avaliar a qualidade dos mananciais existentes em uma determinada cidade, assim como a valorização do saber técnico dos engenheiros para a escolha do sistema de captação/tratamento e distribuição adequado para cada sítio urbano, foram elementos importantes para a configuração de uma abordagem científica do problema das águas poluídas. E considerando as fontes documentais consultadas, foi possível constatar que uma parte do trabalho da Engenharia Sanitária era direcionada para prevenir a ocorrência da poluição hídrica.

No conjunto do projeto de saneamento que elaborou para cidade sul rio-grandenses, Saturnino de Brito procurou aplicar o que havia de mais moderno na área da captação/tratamento e distribuição de água para a sua época. Dito isto, cabe ainda reconhecermos que, a importância atribuída por este engenheiro ao exame laboratorial das águas nos mananciais sul rio-grandense, assim como a sua preocupação com a conservação das nascentes e com o descarte do esgoto, contribuiu para o desenvolvimento de uma percepção científica sobre o problema das águas poluídas no Rio Grande do Sul da Primeira República e, ao mesmo tempo,

fomentaram a preocupação com o custo das obras voltadas para o abastecimento de água.

Antes de finalizar o texto, cabe ainda advertir o leitor sobre os limites do conceito de modernização do abastecimento de água usado neste artigo. Conforme demonstramos no decorrer do texto, as obras projetadas por Saturnino de Brito para a cidade sul rio-grandense contemplavam apenas o perímetro urbano das respectivas cidades e, conseqüentemente, outras áreas permaneciam desprovidas do acesso aos sistemas de abastecimento que estavam sendo projetados.

Naquele contexto, a ideia de universalização do abastecimento de água ainda não estava na pauta do poder público. As fontes pesquisadas não nos permitem afirmar que as elites urbanas fossem privilegiadas com a ampliação do acesso à água, uma vez que o volume previsto para captação – ao menos no plano hipotético – o abastecimento de toda a população e ainda ofereciam margem para suportar um certo crescimento demográfico. No entanto, devemos considerar dois benefícios indiretos que a modernização no abastecimento de água gerava para as elites urbanas: a valorização dos terrenos e imóveis servidos pela rede e a maior disponibilidade de água para atividades industriais e comerciais.

Diante do que foi exposto, o texto apresentado pode ser comparado com um projeto de saneamento, na medida em que ambos permanecem abertos para revisões, complementos e correções futuras.

Referências

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. **A peste e o plano: o urbanismo sanitário do Engenheiro Saturnino de Brito**. São Paulo: USP, 1992. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1992. p. 4, 57.

BERNARDINI, Sidney Piochi. **A dureza do fazer. A práxis**

na urbanística de Saturnino de Brito a partir do seu plano de saneamento para a cidade de Santos (1905-1910). Revista Risco, São Carlos, n.º. 22, 2015. p. 49.

BERTONI, Angelo. **A engenharia sanitária a serviço do urbanismo: a contribuição de Saturnino de Brito e Victor da Silva Freire para a construção dos saberes urbanos.** Revista Risco, São Carlos, n.º. 22, 2015. p. 82.

BRITO, Saturnino de. **Obras Completas de Saturnino de Brito.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, v. X. p. 37, 63-64, 118.

BURGER, Juliana Bandeira A. **A paisagem nos planos de Saneamento de Saturnino de Brito, entre Santos e Recife (1905 – 1917)** Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. p. 40.

CARRIÇO, José Marques. **O plano de Saturnino de Brito para Santos: Urbanismo e planejamento entre o discurso e a prática.** In: CAMPOS, Cristina de; ATIQUE, Fernando; DANTAS, George Alexandre Ferreira (org.). Profissionais, Práticas e Representações da Construção da Cidade e do Território. São Paulo: Alameda, 2013. p. 159.

DEMINICI, Daniel. **As águas do rio Pardo são puríssimas. Saturnino de Brito nas polêmicas sobre os mananciais de ribeirão Preto.** Revista Risco. São Carlos, n.º. 22, p. 102-119, julho-dezembro de 2015.

DIEB, Marília de Azevedo. **Contribuições do trabalho de Saturnino de Brito à leitura das águas urbanas brasileiras no final do século XIX e início do século XX e suas repercussões na construção da paisagem urbana e na proteção dos corpos d'água e recursos hídricos.** Revista Risco, São Carlos, n.º. 22, p. 70, 71, julho – dezembro de 2015.

GITAHY, Maria Lúcia. Caira. **Estudos de História e Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo em São Paulo.** In: Maria Lúcia Caira (org.). Desenhando a Cidade do Século XX. São Carlos: Rima, FAPESG, 2005. p. 1.

LEME, Maria Cecília Barbieri. **Rios e Cidades: ruptura e reconciliação**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010. p. 454-455.

LOPES, André Luís Borges. **“Sanear, Prever e Embelezar”: o engenheiro Saturnino de Brito, o urbanismo sanitaria e o novo projeto do PRR para o Rio Grande do Sul (1908 – 1929)**. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. p. 77-81.

MATÉS-BARCO, Juan Manuel. **La Conquista del agua. Historia económica del abastecimiento urbano**. Jáen: Universidad de Jáen, 1999.

MENEZES, José Luiz da Mota; ARAÚJO, Hamilton F. de (org). **Águas do Prata. A Companhia do Beberibe: história do saneamento de Pernambuco, 1828 a 1912**. Recife: Companhia Pernambucana de Saneamento, 1991.

SANTOS, Maria Elisabete Pereira dos. **A cidade do Salvador e as águas**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidades das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)**. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

SEVCENCO, Nicolau. **A Revolta da vacina: Mentis insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione, 2001.

SILVEIRA, Aline Montagna da. **De fontes e aguadeiros à penas d’água. Reflexões sobre o sistema de abastecimento de água e as transformações da arquitetura residencial no final do século XIX em Pelotas, RS**. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2009.

SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. **O ideário dos engenheiros e os planos realizados para as capitais brasileiras ao longo**

da Primeira República. In; CAMPOS, Cristina de; ATIQUE, Fernando; DANTAS, George Alexandre Ferreira (org.) Profissionais, Práticas e Representações da Construção da Cidade e do Território. São Paulo: Alameda, 2013. p. 125.

TOCHETTO, Daniel. **A cidade de Santa Maria e o saneamento.** Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2013. p. 42, 104-105.

VARGAS, Luís Francisco da Silva. **Saneamento e Urbanização no Rio Grande do Sul durante os anos de 1916 a 1931. O papel da SOP – Secretaria de Obras Públicas. A cidade de Iraí como referência.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2011.

Capítulo 15

NEGRO: ESSE CORPO RESISTE AO AÇOITE DA LÍNGUA!

Cinara Fontoura Dorneles Machado

Elizabeth Fontoura Dorneles

Fábio César Junges

Graciela da Silva Salgado

Tiago Anderson Brutti

1 Introdução

Um dos projetos de pesquisa que reúne pesquisadores ligados ao PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da UNICRUZ denomina-se “Práticas discursivas, movimentos do sujeito e a produção de efeitos de sentido constitutivos da cultura e da realidade social”. Com o objetivo de construir e divulgar conhecimento acerca dos sentidos produzidos pelo sujeito situado em diferentes lugares sociais e discursivos, bem como situar efeitos dessa atuação discursiva na produção da cultura e da realidade social, os pesquisadores têm tratado de diferentes materialidades de análise, algumas advindas de atividades extensionistas realizadas pelo grupo. Uma das principais atividades toma como foco o sujeito negro em sua atuação de resistência, organizado em Quilombos. Em outra visada somos tomados por acontecimentos do cotidiano e provocados a analisar essas materialidades. Somos um grupo interdisciplinar que tem como entremeio¹ a linha de pesquisa do PPG citado “Linguagem, comunicação e sociedade”. Com essa informação inicial situamos

1 Conforme Orlandi (1996), entremeio é um lugar onde se dá o encontro de distintos campos teóricos ou ciências sem que haja preponderância de um sobre o outro, mas deixando espaço para que cada um, de dentro do seu arcabouço teórico-metodológico, questione os pressupostos do outro.

o texto ora apresentado como uma análise discursiva que traz o entrelaçamento da resistência, da política, do corpo e do Estado. É a partir dos pressupostos da Análise de Discurso de linha francesa - AD que fazemos a análise, então, de um acontecimento político, e propomos ao leitor o olhar apurado sobre episódio que aparenta ser apenas um gesto de incivilidade do sujeito negro.

2 O disparador do nosso olhar

Ao iniciar as atividades dos eleitos para o mandato de vereador na Câmara Municipal de Porto Alegre, legislatura 2021/2024, o ato de posse produziu uma materialidade discursiva onde está envolvida a bancada negra, composta por quatro vereadoras e um vereador, todos de partidos políticos alinhados com pautas da esquerda², e uma vereadora de partido que faz oposição às pautas defendidas pela esquerda. O episódio coloca em cena o gauchismo representado pelo Hino Riograndense, as normas cívicas objetivadoras de manutenção do *status quo* estabelecido, em grande parte, com base nos feitos dos “farrapos” no Século XIX, os quais usaram os negros escravizados como linha de frente nas batalhas, chamados os Lanceiros Negros. Traz também para a cena a memória do escravizado, acoitado pelo seu senhor e que ainda, ao final dos dez anos de guerra, ganha como prêmio a morte em emboscada de grande número de negros combatentes. Episódio conhecido como Massacre dos Porongos³ onde há extermínio em massa de corpos negros.

Descrito o cenário, passamos aos atos da cena. Como é tradição no estado do Rio Grande do Sul no final de atos solenes

-
- 2 Entende-se por esquerda o conjunto de partidos políticos que têm como pauta a construção de uma sociedade mais igualitária em termos de distribuição de bens sociais e com maior espaço de representação política.
 - 3 Após proclamarem a independência da então província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1836, os farroupilhas passaram a cooptar negros que estavam foragidos ou eram propriedade dos republicanos. Para convencer-lhes a lutar, prometiam a alforria. Na Batalha de Porongos grande parte deles foi eliminada de forma vil. Tal episódio é considerado por muitos intelectuais como uma traição.

cantarmos o Hino Riograndense que em uma de suas estrofes diz: *Não basta, para ser livre/Ser forte, aguerrido e bravo/Povo que não tem virtude/Acaba por ser escravo*. Como está normatizado, o Hino foi cantado e os componentes da bancada negra permaneceram calados e sentados. A vereadora na posição-sujeito de direita, fardada com as insígnias da pressão, assume a tribuna e repreende os cinco vereadores dizendo que: “Considerava um desrespeito às normas da Câmara”. E ainda buscou desqualificar a ação chamando seus autores de jovens e novatos na Casa (GRIZOTTI, 2021).

Como já nos disse Pêcheux (1995, p. 304), “[...] não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes que significa que é preciso “ousar se revoltar”, a posição-sujeito negro escravizado aplica uma chibatada linguajeira na posição-sujeito que dominou por práticas não discursivas violentas os corpos negros. O sujeito negro, na enunciação do vereador Matheus Gomes, resiste:

Nós, como bancada negra, pela primeira vez na história da Câmara de Vereadores, talvez a maioria daqui que já exerceram outros mandatos não estejam acostumados com a nossa presença, não temos obrigação nenhuma de cantar um verso que diz: ‘povo que não tem virtude acaba por ser escravo’ (GOMES, 2021, n.p.).

Feitas essas incursões mais da ordem do acontecimento factual, passamos à análise discursiva que, naturalmente, afasta-se do sujeito de “carne e osso” e centra-se no sujeito do discurso, ou seja, aquele que se constitui na trama da língua(gem), da história e do inconsciente. Desse modo já esclarecemos que as enunciações das duas posições sujeito não é apenas o que importa para análise, mas sim o que elas acionam enquanto memória discursiva e também os corpos que sem se movimentarem produzem uma discursividade tão resistente quanto as chibatadas linguajeiras do sujeito negro. Os corpos estáticos produzem um lugar discursivo de onde esses cinco parlamentares farão outros negros resistirem.

3 O movimento na estrutura social

A partir de Almeida (2021) e de Fanon (2020) temos a justificativa da perpetuação da dominação branca sobre o negro para além do final das práticas escravagistas. De acordo com o primeiro autor o racismo estrutural é efeito de práticas socioculturais que naturalizam o racismo a ponto de ele pode ser negado pelo Estado/Nação. Fanon (2020) aponta que este último tem como mecanismo importante para escamotear o racismo a diluição dos conflitos raciais no amplo espectro dos problemas sociais. Entretanto, sabemos que todo o ritual tem falhas, frestas por onde vazam elementos insuturáveis. São índices, cifras que mostram os conflitos sociais que levam a vítima do racismo a virar bandido. Presídios com população carcerária de predominância parda ou negra, corpos de jovens negros e crianças sendo aniquilados com a justificativa de que cometeram delitos, reagiram contra à força repressiva. Classes universitárias com predominância de alunos e professores brancos. Basta olhar para os corpos em movimento nos distintos espaços de uma cidade para vermos o modo eficaz como a estrutura funciona, mas deixa falhas por onde vazam seus efeitos.

A realidade forma uma trama que possibilita situarmos o papel tão sutil de negação do racismo brasileiro tomando como foco a constituição do sujeito negro num universo onde os que são eleitos como mitos pelos brancos sofreram e sofrem uma espécie de branqueamento da alma. A estrutura social coloca-lhes “máscara brancas” conforme nos aponta Fanon (2020, p.163):

Nas Antilhas, o jovem negro, que na escola repete incessantemente “nossos pais, os gauleses”, identifica-se com o explorador, com o civilizador, com o branco que traz a verdade aos selvagens, uma verdade toda branca. Há identificação, ou seja, o jovem negro adota subjetivamente uma atitude de branco.

A posição-sujeito identifica-se na forma sujeito em que a branquitude, se não da sua pele, mas de seu modo de tomar lugar na sociedade tem que ser com “alma branca” metaforizado

no Brasil pelo enunciado “Negro de alma branca”. E que ressoa na fala da vereadora branca quando repreende a bancada negra com o argumento de autoridade, pois é a Comandante⁴, acusando que os vereadores negros cometeram um ato de desrespeito, uma descompostura ao não levantarem durante a execução do Hino e que deveriam primeiro respeitar os símbolos do Estado. Adverte que “não mais permitiremos atitude de desrespeito com os símbolos nacionais, indisciplina”. Numa mexida na memória discursiva, alinha-se no intradiscurso, pela enunciação da vereadora, a violência praticada contra o “incivilizado” negro que já ousa se revoltar e é necessário mostrar-lhe que esse lugar social de vereador ainda não lhe pertence, pois ainda nós, que somos brancos, precisamos domesticá-los, colocar-lhes a máscara branca para que possam estar entre nós. Agora o senhor dos escravos tem mecanismos mais sutis para disciplinar o negro que pensar em ser igual ao seu dono. É o que faz a vereadora branca, tenta desqualificar a presença da bancada negra que, por sua vez não precisa mais tremer ou dobrar o corpo perante o acoite do seu senhor. Tem a língua afiada para resistir e acoitá-lo. A vereadora faz cumprir aquilo que tem sido o papel do Estado, como nos diz Almeida (2021, p. 93):

O papel do Estado no capitalismo é essencial: a manutenção da ordem – garantia da liberdade e da igualdade formais e proteção da propriedade privada e do cumprimento dos contratos – e a “internalização” das múltiplas contradições”, seja pela coação física, seja por meio da produção de discursos ideológicos justificadores da dominação.

Esse mecanismo também já foi usado contra a vereadora da bancada negra, que na legislatura atual foi a mais votada, e anteriormente era suplente do seu partido, chegando a assumir o mandato por um período. Naquela ocasião, ao subir à tribuna para se pronunciar, foi advertida pelo presidente da Câmara de que não poderia falar por não estar com roupa adequada para usar

⁴ Seu nome político é Comandante Nádia e nesse ato estava com a farda solene própria aos policiais militares do Rio Grande do Sul, na qual constam as insígnias da corporação e da graduação militar da policial.

a tribuna. Vestia uma camiseta com a foto de Malcolm X.⁵ Uma mulher e negra que ainda não vestiu a máscara branca própria a ocasiões solenes, ainda não está civilizada o suficiente para ser vereadora. Nossa análise vê aqui nesses episódios mais do que uma desqualificação do sujeito negro para atuar no legislativo. Esses fatos remetem a um não-lugar para o negro que não seja o de oprimido, comandado pelo sujeito branco. A paráfrase discursiva se instaura e, ao mesmo tempo, cria espaço para a resistência, o que acontece em ambos os episódios.

Cabe dizer que o lugar discursivo político em que os componentes da bancada negra estão constituídos e autorizados a falar de igual para igual com a bancada branca, que teve como porta-voz a Comandante, vem de uma luta e de conquistas efetivadas por governos de esquerda. Entre elas destaca-se a política de cotas raciais nas universidades públicas que é amplamente combatida pelas forças políticas alinhadas com o neoliberalismo. Esses cinco jovens que estão eleitos para representar o sujeito negro na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, além militarem em partidos alinhados com a esquerda, vêm da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde ingressaram e se graduaram pela política de cotas. E o porta-voz da bancada, graduado em História, está cursando mestrado na mesma área.

O político está fazendo, através da política, exatamente o que Rancière (1996) nos aponta como o litígio permanente que faz aparecer o dano social através do discurso. Esse sujeito negro conquista e assume posições que lhe permitem sair do lugar dos sem-parcela na partição dos bens materiais e imateriais, logo, sem-voz, e constituir-se através da historicidade do seu povo numa outra posição. E não faz isso por argumento de autoridade, mas por puxar o fio do discurso opressor linearizado no hino que se tornou símbolo do estado rio-grandense, por articulações político-ideológicas que mantêm o negro na posição de escravizado porque não tem virtude, civilidade o suficiente para ultrapassar a senzala e

5 A análise completa pode ser lida em *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 21, n. 2, p. 49-62, jul./dez. 2018.

sentar-se entre os políticos na Casa Grande. Quando o porta-voz da bancada negra assume a tribuna e rebate a vereadora branca, ele faz a disputa pela parcela que lhe cabe nos bens imateriais, pois o símbolo do estado não pode ser só dos brancos que através do verso perpetuam no imaginário social a condição de incapacidade do sujeito negro para assumir posições de prestígio na sociedade dos brancos.

Ao enunciar-se o sujeito negro lineariza o argumento desse desconhecimento da importância do sujeito negro na constituição do estado gaúcho, com: “O hino do Rio Grande do Sul, infelizmente, reflete um apagamento do papel das negras e dos negros na nossa história”. E faz lembrar que os únicos escravos que lutaram na Revolução Farroupilha foram os negros.

Essa voz que se calou e os corpos paralisados quando os feitos gaúchos estavam sendo exaltado pela bancada branca, através do cântico do Hino, para nossa análise, tem significado enorme não pela falta de palavras, mas exatamente pelo fato de que esse silêncio remete à constituição de uma posição-sujeito na qual há a clivagem da interdição imposta pelo Outro⁶, o silenciamento de sentidos inscritos no interdiscurso.

A noção de silêncio em AD mobiliza duas modalidades distintas. Orlandi (1995) trata-as como: silêncio fundador e a política do silêncio (silenciamento), essa última com duas dimensões. Temos entendido que o silêncio é a entidade fundante do sentido, assim como a linguagem é a do sujeito. Na análise que ora fazemos, o silêncio fundador e a política do silêncio se entrelaçam, entretanto o que tem maior relevo é o silêncio fundador que produz a chibatada linguajeira. Ao convocar mecanismos da política do silêncio, relacionada à repressão, pela desqualificação da bancada negra para ocupar aquele lugar discursivo, a vereadora faz com que o sujeito negro acione o interdiscurso, percorra-o posicionando-se como quem pode e deve ocupar aquela posição outorgada pela história de lutas e conquistas. Ao fazer isso, de forma

6 O Outro remete, na perspectiva psicanalítica, à cultura.

inconsciente, são silenciados outros sentidos inscritos na memória discursiva relativa à condição dos escravizados. Ao enunciar-se, o porta-voz da bancada negra faz com que se consuma na história um outro lugar para seu povo e com que outros sentidos componham o imaginário social acerca desse sujeito.

3 Considerações finais

O acontecimento factual que mobilizou para a análise mostra a importância dos processos discursivos políticos para que, como nos mostra Rancière (1996), se dê a partilha do sensível entre os sem-parcela. O lugar no parlamento municipal conquistado pela bancada negra não faz somente ecoar a voz da negritude, mas simboliza a conquista de uma posição que permanentemente é negada aos “incivilizados”. A quebra dessa barreira feita por mecanismos do político contribui para a afirmação do negro como parte na tomada de posições políticas que poderão ter reflexo distinto do que se dá hoje com esse sujeito vítima do racismo estrutural, como bem apontam cifras e dados presentes nos meios midiáticos.

A afirmação dessas vozes faz ecoar a negritude como lugar da catarse social. Outros são convocados a falar em igualdade com o seu senhor ou senhora. Despem-se do medo que os mantinha calados pelo acoite da chibata. Passam a colocar-se no lugar do outro e açoitá-lo com palavras que a língua, a história das lutas e a política liberam.

Referências

ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 20021.

DORNELES, Elizabeth F. Ousar (re) existir: a roupa do litígio. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 21, n. 2, p. 49-62, jul./dez. 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscara brancas.** São Paulo: Ubu, 2020.

GOMES, Matheus. **Entrevista concedida a Fabiana Reinholz.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/25>. Acesso em: 25 out. 2021.

GRIZOTTI, Giovani. **Diretora do MTG critica protesto de bancada negra contra hino rio-grandense.** Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/blog/reporter-farroupilha/noticia/2021/01/03>. Acesso em: 30 mar. 2021.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. Campinas: UNICAMP, 1995.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, Michael. **Semântica e discurso:** uma crítica a afirmação do óbvio. Campinas: UNICAMP, 1995.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento:** política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

Capítulo 16

ETNOGRAFIA: ORIGENS HISTÓRICAS E A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA ETNOGRÁFICA NO ÂMBITO SOCIOCULTURAL

Pedro Trindade Petersen

Antonio Escandiel de Souza

Fábio César Junges

Marcelo Cacinotti Costa

Solange Beatriz Billig Garcês

1 Considerações iniciais

Denota-se que atualmente existem diversos procedimentos metodológicos e epistemológicos no tocante a pesquisa no país, a qual maiormente segue a forma de cunho qualitativa, focando principalmente as pesquisas em orientações e estudos realizados a partir de análises teóricas, com um aprofundamento em obras bibliográficas.

De mesmo modo, nos termos de Silva *et al.* (2010, p. 02-03) ressalta-se que em que pese exista um aumento de força no número de pesquisas e abordagens qualitativas realizadas e a visibilidade que estas tem ganhado no cenário educacional do país, as pesquisas qualitativas ainda indagam certos questionamentos e dúvidas em alguns pesquisadores e doutrinadores, em especial acerca da subjetividade, da representatividade e dos métodos de coleta, processamento e análise dos dados objeto de pesquisa.

O presente artigo se apresenta com o objetivo principal de se catalogar e evidenciar a etnografia e a pesquisa etnográfica como um forte e válido procedimento metodológico, trazendo-se uma reflexão em torno da utilização da etnografia e as específicas

particularidades de tal método de pesquisa, a fim de aclimatar o leitor a compreender as concepções, práticas, significados e procedimentos desta forma de pesquisa.

Em se tratando das formas metodológicas da pesquisa, o presente texto adota a forma de revisão de literatura, tendo em vista que a análise se funda em obras e artigos científicos, possuindo a finalidade de se relatar principalmente o verdadeiro significado e as concepções assentadas a partir da realização de uma pesquisa etnográfica no atual cenário de pesquisa do país, bem como trazer maiores informações a futuros pesquisadores sobre a proposta da etnografia, situando-se a abordagem desta para o eventual desenvolvimento de futuras pesquisas (MEZZAROBA; MONTEIRO, 2009, p. 115).

Quanto a etnografia, impende ressaltar que será dado destaque especialmente ao papel do questionador, do pesquisador etnógrafo para a perfectibilização de uma pesquisa satisfatória. Considerando-se ainda as diversas técnicas e procedimentos existentes para a realização da pesquisa etnográfica. Salienta-se ainda que a etnografia não segue puramente um padrão e um regramento pré-existente, sendo de suma importância a capacidade de análise e aprofundamento do pesquisador a partir de situações específicas em um determinado contexto social em que o estudo se encontra inserido (MATTOS, 2011, p. 50).

Outrossim, importa salientar que a investigação científica realizada em pesquisas etnográficas também importa em resultados no campo para a própria pesquisa qualitativa, como em estudos realizados a fim de ampliar o debate da significação da etnografia na atualidade (como o presente texto) ou em pesquisas realizadas sobre as desigualdades sociais existentes, relatando as situações vivenciadas a partir de um convívio íntimo com determinado grupo de pessoas, a partir de uma experiência oportunizada pelo pesquisador ao passar a viver e conviver no cotidiano de certo grupo cultural, com uma pesquisa ativa e presente.

Necessário, de igual forma, elencar a pesquisa etnográfica

como observação participante, ou seja, um estudo que se dá no desenrolar de uma observação íntima, direta, por determinado espaço de tempo, em que o pesquisador se insere em um convívio específico de pessoas para desenvolver seu estudo, seja o grupo em que este se insere um grupo numeroso, amplo, ou ainda um círculo de pessoas com poucos elementos para estudo, mas ainda assim relevantes para o desenvolvimento de um trabalho (MATOS, 2011, p. 49-50).

Além disto, necessário descrever acerca da estrutura da pesquisa elaborada, a qual possui quatro seções, sendo esta a primeira, na qual restou realizada a introdução do assunto abordado, a fim de aclimatar o leitor com os principais tópicos, pontos e questionamentos da pesquisa, no intuito de facilitar a compreensão do tema e das linhas tratadas, dentre outros pontos específicos.

A segunda seção deliberará acerca de um breve histórico sobre o surgimento e as origens da etnografia no mundo, discorrendo de igual maneira sobre a evolução da etnografia no tempo, aproximando-se a etnografia do cenário atual de pesquisa.

Já a terceira seção aprofundará de forma acentuada sobre as características relevantes da etnografia no campo metodológico de pesquisa, catalogando suas particularidades e especificidades, finalizando-se a seção sobre a importância da existência de pesquisas etnográficas nos dias atuais.

Por fim, o quarto capítulo disporá sobre os principais pontos obtidos após finalizada a presente pesquisa, sintetizando-se as seções anteriormente abordadas a fim de se ressaltar acerca da notoriedade da etnografia como uma forte e válida forma de se pesquisar, como um robusto procedimento metodológico.

2 Surgimento da Etnografia: origens históricas

A princípio, antes de se aprofundar sobre as origens históricas da etnografia e da pesquisa etnográfica, impende salientar sobre o

surgimento da palavra, da grafia do termo etnografia, o qual deriva das palavras de linguagem grega *graphein*, que significa descrever e *ethnos* que possui o significado de nação, povo, população. Ou seja, o termo etnografia, literalmente, parte do conceito de descrever determinado povo, analisar determinada nação ou grupo de pessoas (CHIZZOTTI, 2013, p. 65).

Logo, adentrando-se nas formas metodológicas da pesquisa, a pesquisa etnográfica fora apropriada inicialmente pela antropologia, a fim de se realizar uma descrição científica sobre as variadas formas de vida em todo o mundo, seja para descrever e analisar certa cultura, uma pessoa ou até uma sociedade (CHIZZOTTI, 2013, p. 65).

Com a evolução tecnológica e social, outras disciplinas também passaram a adotar a etnografia como uma forma viável e ferramenta de pesquisa em suas próprias áreas de estudo, como a própria sociologia, a psicologia, a educação, abarcando-se a etnografia em assuntos como políticas sociais, estudos culturais, análise sobre direitos humanos e sociais, mas sempre partindo da mesma conjectura, qual seja, a de se assentar uma pesquisa a partir de uma imersão do pesquisador em um meio social específico, com interação direta e contínua deste com as pessoas que serão objeto da pesquisa, com a finalidade de se adquirir o conhecimento íntimo das práticas, conceitos, vivências, noções e perspectivas de cada pessoa que habita o meio social estudado (CHIZZOTTI, 2013, p. 65).

A corroborar, na visão de Mattos (2011, p. 49-51), a etnografia:

[...] é um processo guiado preponderantemente pelo senso questionador do etnógrafo. Deste modo, a utilização de técnicas e procedimentos etnográficos, não segue padrões rígidos ou pré-determinados, mas sim, o senso que o etnógrafo desenvolve a partir do trabalho de campo no contexto social da pesquisa. Os instrumentos de coleta e análise utilizados nesta abordagem de pesquisa, muitas vezes, têm que ser formuladas ou recriadas para atender à realidade do trabalho de campo. Assim, na maioria das vezes, o processo de pesquisa

etnográfica será determinado explícita ou implicitamente pelas questões propostas pelo pesquisado. [...] A etnografia estuda preponderantemente os padrões mais previsíveis das percepções e comportamento manifestos em sua rotina diária dos sujeitos estudados. Estuda ainda os fatos e eventos menos previsíveis ou manifestados particularmente em determinado contexto interativo entre as pessoas ou grupos.

Ainda no entendimento de Mattos (2011, p. 53), mas tratando-se da pesquisa etnográfica no campo da antropologia, este a entende como sendo a especialidade da antropologia no tocante a concretização dos estudos envolvendo um detalhamento acerca dos povos, das religiões, das raças, das línguas, da cultura, das atividades, detalhamento este que deve ser, impreterivelmente, realizado de forma extensa e densa, sendo uma das maiores preocupações nas pesquisas etnográficas a obtenção de uma descrição densa da realidade vivenciada pelo pesquisador.

Outrossim, em se tratando do surgimento histórico da etnografia, constata-se que tal tipo de pesquisa fora criado entre o final do século XIX e início do século XX, a partir da constatação pelos pesquisadores da época sobre a carência existente no tocante a pesquisas mais aprofundadas e densas envolvendo comunidades e sociedades, tendo em vista que os conhecimentos e teorias até então eram formulados a partir de estudos realizados dentro dos gabinetes e salas dos pesquisadores, sem que se realizasse o trabalho de campo (BUENO, 2007, p. 474-476).

Assim, os pesquisadores etnógrafos perceberam que, para que se realizasse uma análise de dados sobre determinado grupo social, o mais correto seria o próprio pesquisador produzir sua pesquisa de campo através de observação direta, com contato real com a cultura, grupo social estudado, para só assim chegar as suas conclusões, sendo, nesse sentido, o trabalho de campo a principal fonte do estudo etnográfico (BUENO, 2007, p. 474-476).

As primeiras pesquisas etnográficas concretizadas se tratavam, maiormente, sobre a descrição das mais diversas crenças, culturas, magias, organização social e origens históricas de comunidades

ainda pouco “dissecadas” e analisadas pelos pesquisadores no intuito de descrever mundos culturais diversos dos já conhecidos pela ampla sociedade (BUENO, 2007, p. 474-476).

De igual forma, as pesquisas etnográficas, apoiadas nas teorias evolucionistas, possuíam o objetivo de construir uma apresentação comparativa das informações colhidas pelo pesquisador com outras culturas, outros povos, havendo cada vez mais uma documentação sobre a diversidade cultural existente na atual sociedade global, desdobrando-se interpretativamente os mais diversos modos de vida, da cultura, estruturas, problemas e condições sociais diversas existentes (SOUZA, 2015, p. 391-392).

Quanto ao cenário antropológico, denota-se que a etnografia passou a ser considerada como uma subdisciplina, uma ramificação da antropologia a partir do momento em que etnógrafo passou a realizar ele próprio as pesquisas de campo para colher e analisar os dados estudados, merecendo destacar que até as primeiras décadas do século XX ainda pairava nas pesquisas uma divisão entre os pesquisadores e os observadores, o que se encerrou com o desenvolvimento da etnografia, haja vista que o etnógrafo englobou tais funções para desenvolver e descrever seus estudos (SOUZA, 2015, p. 391-392).

Seguindo a ideia acima, importa salientar um dos grandes, se não o mais conhecido, marco histórico para a antropologia moderna e a própria etnografia, qual seja, a obra *Argonautas do Pacífico Ocidental*, escrita e desenvolvida por Bronislaw Malinowski, publicada somente em 1922, tendo como cerne a inexistência da separação entre o sujeito observador e o sujeito pesquisador, pelo fato de que, ainda que seja um trabalho antropológico, fora baseado na pesquisa de campo e seguido o processo metodológico de coleta de dados de forma real com a premissa de se realizar a partir de uma observação participante para tal coleta e análise de dados (FARIAS, 2018, p. 02-04).

Ainda sobre a obra de Bronislaw Malinowski, destaca-se trecho do entendimento de Farias (2018, p. 02) sobre o livro e

sua importância para a evolução da antropologia moderna e das pesquisas etnográficas:

Diferentemente dos seus antecessores, Malinowski não se limitou simplesmente a fazer observações diretas; ele inovou ao desenvolver um novo método de pesquisa baseado no registro em um quadro sinótico das atividades cotidianas dos nativos. Segundo Malinowski, na etnografia o autor é simultaneamente o seu próprio cronista e historiador, e suas fontes são dúbias e complexas, o que requer perspicácia e sutileza para evitar ao máximo que a sua subjetividade interfira no seu trabalho. Ele viveu cerca de quatro anos entre os nativos, aprendeu sua língua, participou da maioria das suas cerimônias, passeios e atividades cotidianas, na expectativa de aprender o seu sistema de valores. Malinowski defendia que o antropólogo não deveria limitar-se a estudar um campo delimitado da realidade do nativo, uma vez que para ele os diversos aspectos da vida do nativo se entrecruzavam, de modo que observou o campo sob domínio de conhecimentos advindos da psicologia, da economia, da religião e da sexualidade, entre outros saberes das ciências humanas. Essa característica própria de tentar tratar de tantos assuntos ligados à vida do homem no meio social advém de um longo tempo de trabalho etnográfico e da tentativa de compreender todo o complexo cultural do nativo.

Logo, a partir da obra supramencionada, com a observação participante posta em prática e, por consequência, o rompimento da separação entre o sujeito observador e o sujeito pesquisador, a etnografia passou a difundir-se entre os sociólogos e pesquisadores como uma nova e densa possibilidade de se conhecer de forma intensa determinado grupo da sociedade em seu contexto microsociológico.

Nesse sentido, impender destacar a Escola de Chicago, nome dado como intitulação de um grupo de professores e pesquisadores da Universidade de Chicago, surgida entre os anos de 1920 e 1930, principalmente com os pensadores William Thomas e Florian Znaniecki, a qual, no campo da etnografia, passou a realizar pesquisas de campo e observações participantes sobre particularidades específicas presentes nas cidades do país e os problemas sociais existentes nas mesmas, sendo pioneira no

tocante a pesquisas etnográficas envolvendo questões étnicas, raciais, criminalidade, prostituição e demais problemas e condições sociais que afetam geralmente as pessoas que se encontram na chamada “margem da sociedade”, servindo a Escola de Chicago como importante fonte de pesquisas sociais, sendo um verdadeiro berço à sociologia americana (SANTOS, 2008, p. 01-03).

Posteriormente, destaca-se a etnografia entre os anos de 1950 a 1960, considerando-se tal período como a época em que as pesquisas etnográficas se difundiram e abrangeram outras disciplinas além da antropologia e sociologia, como a própria psicologia e a educação, bem como passou-se a utilizar da etnografia como uma forma de analisar problemas político-econômicos que afetavam certo grupo social (SANTOS, 2008, p. 02-03).

Não menos importante, já entre as décadas dos anos de 1980 a 1990 as pesquisas etnográficas passaram por certa oscilação no que tange a busca pela representatividade científica, além da crítica aos estilos e formas que a pesquisa antropológica desenvolveu no decorrer dos anos. Ou seja, fora a época em que se contextualizou a etnografia como uma maneira de se testemunhar lutas sociais e problemas envolvendo parte de um grupo de pessoas, com a prática da observação de cada pessoa envolvida na pesquisa (SANTOS, 2008, p. 02-03).

Posto isso, a fim de ressaltar sobre as atuais questões emergentes envolvendo a etnografia e dar relevância as principais características da pesquisa etnográfica e suas contribuições para o âmbito educacional, imprescindível um maior aprofundamento acadêmico acerca da temática.

3 Etnografia: características, particularidades e importância

Inicialmente, reitera-se o conceito que abarca a etnografia e a pesquisa etnográfica como fortes e válidos procedimentos metodológicos para realização de estudos, pois, na visão de Silva *et al.* (2010, p. 04), a etnografia visa compreender os significados

atribuídos pelos sujeitos e pessoas que são objeto da pesquisa, as suas culturas, seus costumes, os problemas envolvidos em tal grupo social, bem como almeja destacar a pesquisa de campo etnográfica como maneira de penetrar em uma realidade diversa da vivida pelo pesquisador, com o propósito de se aprofundar nas particularidades de tais mundos culturais diversos, relatando e compreendendo de forma íntima os entendimentos e vivências das pessoas que são objeto da pesquisa.

Ainda, seguindo o entendimento de Silva *et al.* (2010, p. 04), a pesquisa etnográfica visa a compreensão dos processos sociais e, para tanto, enquadra-se como uma pesquisa quantitativa e qualitativa que possui certas características e particularidades específicas que, em conjunto, trazem enfoque ao comportamento social em determinado grupo social a partir dos dados obtidos de forma densa pelo pesquisador, o qual deve sempre observar e interpretar os resultados no contexto social em que está imergido.

Dessa forma, impende ao presente estudo catalogar as principais características da etnografia e de uma pesquisa etnográfica, como a investigação de forma naturalista, participante, descritiva, observativa e, principalmente, densa quanto a coleta e análise de dados para descrever um grupo ou cultura (LÓPEZ, 1999, p. 46-47).

Para López (1999, p. 46-47) sobre as características de uma pesquisa etnográfica:

A compreensão etnográfica procura o imaginativo criativo - interativo - relacional, leva a compreender corretamente como ocorreu(e) e concorreu(e) a compreensão com respeito ao estudado, que implicações geram ou poderão gerar, qual a compreensão da relação figura-fundo em que as Culturas ou subculturas foram aprendidas passando a ser bem relevantes; quais as relações que os dados ofereceram e não o que estes dados isolados poderiam(ão) expressar. O modelo de análise etnográfico, por tratar com assuntos cuja finalidade é descrevê-los, caracterizados, explicitar claramente todos os seus elementos incluso com narração histórica e contextualizado, não costuma trabalhar com o modelo de hipóteses pois

haveria que formular uma multiplicidade de hipóteses visto que as particularidades do método localizado nas categorias de qualitativo tende mais a fazer a análise e síntese, deduzir e induzir, comparar e mostrar cronologicamente as fases que experimentou o assunto. [...] O método etnográfico chega à origem e à causalidade de significação coordenada dos detalhes do seu encandeamento em sua fase da cultura e de sua significação no processo de geração.

Logo, a partir do supramencionado, conclui-se que uma pesquisa etnográfica se caracteriza pela descrição densa de uma sociedade ou de um grupo pequeno de pessoas de forma específica, com a finalidade de registrar detalhadamente eventos e manifestações singulares de tais grupos, recriando e descrevendo suas práticas e crenças, interpretando os significados de certos comportamentos das pessoas e a forma que estas interagem na sociedade e ou grupo social que estão inseridas (CHIZZOTTI, 2013, p. 71).

Já quanto as características inerentes ao pesquisador etnográfico, constata-se que este deve permanecer imerso e envolvido, por certo período de tempo duradouro, na vida cotidiana da sociedade ou comunidade, partilhando de suas práticas, costumes e valores, considerando-se que o pesquisador deve entender a cultura estudada como algo complexo, repleta de significados, estruturas sociais e interações pessoais diversas, não cabendo ao pesquisador se limitar a cultura estudada somente como um reflexo predefinido de uma estrutura social, mas devendo a partir de uma coleta de dados e uma descrição detalhadamente refinada, chegar as suas interpretações de forma coesa e densa (CHIZZOTTI, 2013, p. 71-74).

Outro ponto de suma importância para a etnografia, mencionado anteriormente mas sendo relevante aprofundar-se, diz respeito a observação direta da pesquisa etnográfica, salientando-se o abordado por Rocha e Eckert (2008, p. 02-03):

Se o método etnográfico é composto por inúmeros procedimentos incluindo levantamento de dados de pesquisa probabilística e quantitativa (demografia, morfologia, geografia, genealogia, etc.), a observação direta é sem dúvida

a técnica privilegiada para investigar os saberes e as práticas na vida social e reconhecer as ações e as representações coletivas na vida humana. [...] A curiosidade é logo substituída por indagações sobre como a realidade social é construída. Esta demanda é habitada por aspectos comparativos que nascem da inserção densa do pesquisador no compromisso de refletir sobre a vida social, estando antes de mais nada disposto a vivenciar a experiência de inter-subjetividade, sabendo que ele próprio passa a ser objeto de observação. [...] A interação é a condição da pesquisa. Não se trata de um encontro fortuito, mas de uma relação que se prolonga no fluxo do tempo e na pluralidade dos espaços sociais vividos cotidianamente por pessoas no contexto urbano, no mundo rural, nas terras indígenas, nos territórios quilombolas, enfim, nas casas, nas ruas, na roça, etc, que abrangem o mundo público e o mundo privado da sociedade em geral.

Logo, se pode concluir que o papel do etnógrafo travestido de nativo ou imergido em determinado grupo social e a própria prática da pesquisa etnográfica tem se tornado algo mais raro atualmente, aliado ao fato de que cada vez mais as pesquisas qualitativas tem se baseado em outras obras já finalizadas, confortando-se os pesquisadores com predefinições traçadas por outros pesquisadores, contudo, a etnografia e sua forma de participar dos processos e acontecimentos de estruturas sociais, adquirindo confiança, transmitindo cumplicidade com o grupo que investiga, se apresenta como uma forma metodológica de pesquisa única e imprescindível para a sociedade, diante de suas diversas particularidades (CAPRARA e LANDIM, 2008, p. 371-372).

4 Considerações finais

Encerra-se a presente pesquisa após perpassar por um breve histórico acerca do surgimento e origens da etnografia, aprofundando-se sobre suas principais características no campo metodológico, suas particularidades na forma de realizar a pesquisa etnográfica, finalizando-se o presente texto discorrendo sobre a importância da existência de pesquisas etnográficas nos dias atuais.

A realização de uma pesquisa etnográfica deve se iniciar com o mergulho do pesquisador dentro da realidade de sujeitos e pessoas que se encontram como objeto de pesquisa, passando o pesquisador por tal imersão por tempo duradouro, a fim de adquirir a confiança necessária da população que se encontra inserido e, posteriormente, passar a observar a cultura, os costumes, os problemas sociais dos sujeitos, penetrando em uma realidade específica e aprofundando-se densamente na realidade de tal mundo cultural estudado e só então, interpretar e realizar sua pesquisa etnográfica sobre este cotidiano.

Nesse norte, a observação participante se situa como a principal particularidade da pesquisa etnográfica que a diferem das demais formas de pesquisas, haja vista que o pesquisador etnográfico não apenas estuda certa população para realizar sua pesquisa, ele vivencia intensamente todos os acontecimentos dos sujeitos, detalhando de forma refinada o trabalho de campo e as formas que se deram a inserção no grupo social, como se realizou tal observação e coleta de informações com a finalidade de tornar a pesquisa acessível a todos, como se o próprio leitor se sentisse inserido em tal população.

Destarte, a perspectiva da prática da etnografia no que tange a produção de conhecimento envolvendo estruturas e grupos sociais se demonstra como de imprescindível importância tanto para estudos antropológicos como para outras disciplinas, considerando-se que a partir da observação participante, do diário de campo, das descrições refinadas etnográficas o pesquisador amplia as possibilidades de tornar seu trabalho, sua pesquisa, uma forma única e individualizada de descrever uma realidade diversa da comumente tratada em outros meios e conteúdos estudados, sendo o estudo etnográfico uma forma de aproximar o leitor de relações sociais complexas e específicas que este não teria a oportunidade de “mergulhar” de maneira encorpada senão pela etnografia e pela pesquisa etnográfica.

Referências

- BUENO, Belmira Oliveira. *Entre a Antropologia e a História: uma perspectiva para a etnografia a educacional*. Revista Perspectiva. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.
- CAPRARA, Andrea; LANDIM, Lucyla Paes. *Etnografia: uso, potencialidades e limites na pesquisa em saúde*. Artigo científico. São Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2008.
- CHIZOTTI, Antonio. *Pesquisa qualitativa em ciência humanas e sociais*. 5 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.
- FARIAS, Marcos. *Resenha: Os argonautas do Pacífico Ocidental de Bronislaw Malinowski*. Resenha crítica, 2018. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/56767317/resenha-os-argonautas-do-pacifico-ocidental-bronislaw-malinowski>> Acesso em 14 jul. 2021.
- LÓPEZ, Graciela Lima. *O método etnográfico como um paradigma científico e sua aplicação na pesquisa*. Artigo científico. Canoas-RS: ULBRA, 1999. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/viewFile/660/470>> Acesso em 14 jul. 2021.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental (1922)*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. *A abordagem etnográfica na investigação científica*. Artigo científico. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf>> Acesso em 13 jul. 2021.
- MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. *Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito*. 5. ed., São Paulo: Saraiva, 2009.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. *Etnografia: Saberes e Práticas*. Revista Iluminuras. Porto Alegre: UFRGS,

2008. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9301>> Acesso em 14 jul. 2021.

SANTOS, Heloisa Mônaco dos. *Etnografia em Estudos Organizacionais: Qual Etnografia?*. Artigo científico. Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/38/EPQ-A2353.pdf> Acesso em 13 jul. 2021.

SILVA, Maria Oneide Lino da et al. *Etnografia e pesquisa qualitativa: Apontamentos sobre um caminho metodológico de investigação*. Artigo científico. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2010. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/160320362/Etnografia-e-Pesquisa-Qualitativa-Apontamentos-Sobre-Um-Caminho-Metodologico-de-Investigacao>> Acesso em 14 jul. 2021.

SOUZA, Mauricio Rodrigues de. *Psicologia Social e Etnografia: Histórico e Possibilidades de Contato*. Revista Psicologia: Ciência e Profissão. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2015.

Capítulo 17

CONSTRUINDO PONTES: PANAMBI “SOB O OLHAR DAS CRIANÇAS”

Adriane Graeff

Deise Vincensi Veit

Jaqueline Moll

Solange Beatriz Billig Garces

1 Introdução

Desde o mês de março de 2020, enquanto organização de sociedade, vivemos os reflexos de uma pandemia mundial, ocasionada pela COVID-19. Dentre as consequências passou-se a perceber, o quanto nossas crianças foram afetadas durante esse processo. Sobretudo, passamos, enquanto educadoras, a nos dar conta e a nos questionar de que forma nossas crianças contribuem na nossa sociedade e, se esta, está organizada para ouvir as crianças. Há décadas, tem buscado um olhar para infância, constituindo-a como uma categoria social, que entende a criança enquanto protagonista e participante na sociedade, das escolhas no meio em que vive.

A partir disso, passaremos pensar a cidade de Panambi-RS, enquanto uma cidade para as crianças, trazendo o projeto de Tonucci (1996) criado na Itália que traz a cidade das crianças como uma forma diferente de se pensar e projetar as cidades, partindo do olhar e do protagonismo infantil.

Abordaremos também algumas contribuições que a Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), as quais corroboram com a proposta de uma cidade que educa e que proporciona espaço de escuta para a infância.

Por fim, uma proposta de organização na cidade de

Panambi, no estado do Rio Grande do Sul: “Panambi sob o olhar das crianças”, com as ações iniciais de criação de um Conselho Municipal das Crianças, e suas normativas próprias, pensadas pelos protagonistas, que serão as crianças.

2 Contribuições da Sociologia na categoria infância

O conceito de infância nem sempre existiu, ele foi uma invenção da sociedade. Se tratando dos estudos sociológicos, por muito tempo a infância foi deixada de lado. Somente nas últimas décadas é que se passou a incluir e a pensar sobre o assunto.

No entender de Qvortrup (2010), por volta da década de 1940, estudos sobre a infância na sociologia se resumiam as questões sociais, que afirmavam a ideia de que a criança era um vir a ser, imatura e que contribuiriam com a sociedade somente depois de adulto. Porém, estudos das influências contemporâneas sobre a vida das crianças, têm dado espaço e importância ao estudo sociológico da infância.

A sociologia da infância compreende um campo que busca entendimento desse momento da vida do ser humano. Para além de uma fase da vida, estudos de Sarmiento (2013) colaboram com a ideia de que a infância é uma categoria, que recebe as crianças quando nascem e que as mesmas se despedem depois de um tempo. No entender do autor, as crianças passam, e a categoria permanece lá, recebendo outras crianças.

Outro fator significativo que Qvortrup (2010) colabora, é que a categoria infância é diferente, dado o local e a época em que se passa, como por exemplo, a infância no Brasil de cinquenta anos atrás é diferente da infância de hoje. Isso se dá não só pela quantidade de filhos que as famílias tinham, como também pelas influências externas, como por exemplo, que as crianças atualmente, têm muito mais acesso às tecnologias, do que as crianças de cinco décadas atrás.

Nessa perspectiva, o autor argumenta que todas as categorias

“[...] geracionais estão sujeitas, a princípio, aos mesmos parâmetros – sejam eles econômicos, tecnológicos, culturais, e assim por diante” (QVORTRUP, 2010, p. 8), ou seja os fatores externos interferem nas categorias, porém nem todas reagem a eles da mesma forma.

Para além de uma fase, a infância passa a ser vista como uma categoria, separada da criança, em que para uns pode durar mais, para outros menos tempo, onde Qvortrup (2010) destaca que não há um começo e um fim, e que jamais pode ser vista de forma periódica, mas sim como uma categoria estrutural que permanece.

Sarmiento (2005) expõe que a sociologia da infância entende e põe a criança como ator pleno na sociedade, se propondo a estudos para além do desenvolvimento infantil, e sim ela se “[...] propõe a interrogar a sociedade a partir de um ponto de vista que toma as crianças como objecto de investigação sociológica por direito próprio” (2005, p. 361).

A partir desses estudos, então recentes, propostos pelas ciências sociais, que institui a infância enquanto categoria social, a criança passa a ser vista “como agente social e produtora de cultura” que sofre influência dos contextos externos. De acordo com Qvortrup (2010, p.1) a criança passa a ser vista como “[...] competente e protagonista de suas vidas, como agentes sociais cuja ação modifica/transforma os mundos sociais nos quais estão inseridas”.

Nessa perspectiva de protagonismo da criança, passamos a pensar a organização das cidades, como elas se constituem a partir desse protagonismo, ou se as características da contemporaneidade ainda tem obscurecido essa possibilidade.

3 Cidade das crianças

Por muito tempo as crianças tinham liberdade de habitar os espaços como ruas, calçadas e espaços em meio a natureza. Estudos de Meyer e Zimmermann (2020) evidenciam que o processo de urbanização das cidades vivido nas últimas décadas deu lugar a ruas

dominadas por veículos automotores e escolhas advindas de fatores econômicos que desfavorecem a convivência em espaços públicos. A rua passou a ser desabitada pelas crianças.

Para os autores, esses fatores influenciam de forma negativa a vida, não só das crianças como dos adultos, pois passamos a viver uma vida mais sedentária, influenciada pelo consumismo exagerado.

Para que um espaço público e os caminhos tenham sentido para a criança, é necessário que ela possa “tocar, pular e se divertir” (MEYER; ZIMMERMANN, 2020, p. 19), sejam eles simples como subir e descer escadas ou rampas. São situações que estimulam a criatividade, curiosidade e que são as experiências cotidianas vividas pela criança.

Larrosa (2002) propõe que a experiência precisa nos tocar para que tenha significado. Nessa perspectiva, para a criança pode ser espaço de estímulo.

O que para adultos se apresenta como ‘visão geral’ é, na perspectiva de uma criança de 70 a 90 cm de altura, um caminho único com um final imprevisível. O infinito, para elas, começa a partir de 10 m. Quando essa distância se conclui, resta um novo infinito uniforme. Por isso, é compreensível quando, de repente, um chiclete grudado na calçada se torna interessante. (MEYER; ZIMMERMANN, 2020, p. 20).

Os autores sinalizam ainda que essas experiências muitas vezes não são percebidas aos olhos dos adultos, que enxergam esses espaços e as ruas de uma forma e com interesses diferentes.

Sendo assim, os espaços criados pelos adultos para as crianças, muitas vezes têm suas regras, que se diferem dos desejos e de como a criança olha para eles, por isso se torna importante a participação delas nas decisões, formulação de combinados e regras sobre um espaço, como por exemplo, um parquinho, pois se sentindo parte do processo, a criança constrói o sentimento de pertença com relação àquele ambiente.

Nesse sentido, Tonucci (1996) salienta que os parques infantis são uma amostra de como os espaços para as crianças são

pensados pelos adultos, os quais possuem uma característica que se assemelham no mundo todo, terrenos planos, onde o autor faz uma crítica, como se as crianças gostassem unicamente de terrenos planos.

Esse pensamento reforça o que queremos propor aqui, uma cidade que dá lugar a seus atores sociais, dentre eles os da categoria infância. Espaços pensados para as crianças e com as crianças.

4 A Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE)

Nesse ano de 2021, se completam os 31 anos da proclamação da primeira Carta das Cidades Educadoras. Segundo Bellot (2013) esse conceito foi proposto inicialmente por Edgar Fauré e outros, no ano de 1972. Este movimento tomou forma e passou a ser utilizado no I Congresso Internacional das Cidades Educadoras, o qual ocorreu no ano de 1990, em Barcelona na Espanha. Para a autora, o conceito de cidade educadora inicialmente era uma proposta

[...] integradora da educação formal, não-formal e informal que se gera no contexto da cidade e se destina a todos os que a habitam; e também reveladora de um compromisso político, público e activo que diz respeito, não só às famílias e às escolas, mas aos municípios, às associações, às indústrias culturais, às empresas e a outras instituições e coletividades. (BELLOT, 2013, p. 20).

Esses caminhos então trilhados, levaram a redação da primeira Carta das Cidades Educadoras, que posteriormente foi reescrita e atualizada, de forma a acompanhar os movimentos da sociedade.

Atualmente, a Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) compõe mais de 500 cidades espalhadas pelo mundo todo. Para Bellot (2013, p.22) a razão de sua existência é o “diálogo, o conhecimento mútuo das diversas concretizações da Carta das Cidades Educadoras”.

Para Pozo (2013), o conceito de Cidade Educadora é

um conceito que se adapta e vai se adequando de acordo com os movimentos das cidades.

A Carta das Cidades Educadoras é regida por princípios, divididos em três categorias. São elas:

- o direito a uma cidade educadora;
- o compromisso da cidade;
- ao serviço integral das pessoas.

Sobretudo, “[...] acentua a responsabilidade dos governos locais no sentido do desenvolvimento de todas as potencialidades educativas que a cidade contém, incorporando no seu projecto político os princípios da cidade educadora”. (AICE-b, 2004, p. 4).

Rios (2012, p. 166) destaca que os cenários das cidades podem ser educativos, para além da escola, onde os espaços públicos podem ter grande influência. O autor chama a atenção das potencialidades pedagógicas que têm as cidades, pois para ele “[...] Ensinamos e aprendemos inscritos em uma trama de significantes mais amplos”.

Nessa perspectiva, o autor assinala que com as grandes transformações da sociedade, a escola sozinha não dá mais conta dos processos de ensinar e aprender, é necessário que se reconheça esses outros espaços como “novos cenários educativos” (RIOS, 2012, p.170).

Pensando nesses espaços educativos, que podemos denominar de convites que as cidades fazem a seus municípios, convites para a educação, é que propomos o que Tonucci (1996) apresenta como sendo a cidade pensada a partir do olhar das crianças, com a contribuição delas nas escolhas e tomadas de decisões de ambientes coletivos.

5 O convite: Panambi sob o “olhar das crianças”

O olhar vai além... para olhar é preciso sentir e perceber para além daquilo que os olhos enxergam. Nesse sentido, nos propomos

a olhar a cidade de Panambi a partir do olhar das crianças.

Pensar a cidade e espaços públicos em que habitam as crianças, com as crianças, e para as crianças, reforça o que propõe o educador italiano Loris Malaguzzi (1999, p.71) quando seu discurso é pautado no que “as coisas para as crianças devem ser feitas com as crianças”.

Nesse sentido a proposta caminha para respeitar o olhar e participação das crianças nas escolhas e nas tomadas de decisões do que ela vai usufruir, como por exemplo, alguns espaços públicos.

Na perspectiva de Meyer e Zimmermann (2020), é necessário se chegar em uma abordagem respeitosa, com diálogo como: O que você quer fazer ali? E não, o que você quer ali. De fato, é um processo democrático de escuta às crianças, o que os autores caracterizam como um processo “onde velhos hábitos devem ser substituídos por novos” (p. 53)

Rinaldi (2020) colabora nesse sentido, destacando que escutar as crianças vai além de escutar com os ouvidos, é entender por meio de atitudes.

Levando em conta esse processo de escuta e participação, é que propomos um espaço de escuta para as infâncias na cidade de Panambi, um município situado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

“Panambi sob o olhar das crianças”, considerando também uma experiência inspiradora vivida na cidade de Griesheim na Alemanha, que ganhou o título de “Cidade para Brincar”, onde foi realizado o mapeamento em todas as escolas, dos locais de residência das crianças, e suas rotas e locais de uso. Nesses espaços de uso e caminho habitual das crianças, foram instalados objetos de formas diversas em que as crianças podem criar várias brincadeiras.

O que propomos então inicialmente é a criação de um órgão e espaço de escuta às crianças da cidade, “Panambi sob o olhar das crianças”, com as ações iniciais de criação de um Conselho Municipal das Crianças, e suas normativas próprias, pensadas pelos protagonistas, que serão as crianças.

Essas ações vêm a colaborar com o trabalho de criação de espaços que está sendo realizado na cidade, onde foram criados vários locais que podem ser habitados pelas crianças, porém, para além da qualidade dos playgrounds, que tal ouvir a opinião delas?

4 Considerações finais

Iniciamos trazendo as contribuições dos estudos sociológicos que passam a dar visibilidade e importância para a infância enquanto categoria, e principalmente a criança enquanto ator social.

Trouxemos também a iniciativa da AICE, que é uma associação de cidades que educam, que oferecem convites de educar a sua população e partindo desses convites, passamos a pensar como tem se constituído esses convites no olhar das crianças; como as crianças têm colaborado com a tomada de decisões no que é para elas.

Vimos exemplos como a cidade de Griesheim na Alemanha, que ganhou o título de cidade para brincar, pois a partir de uma pesquisa feita com as crianças, passou a proporcionar convites de brincar por todo o trajeto que as crianças percorrem. A partir desse exemplo, passamos a pensar a cidade de Panambi sob o olhar das crianças, como uma proposta que objetiva inserir as crianças enquanto protagonistas e atores sociais, nas escolhas que são para elas.

Desta forma, pensamos para além da qualidade dos espaços que Panambi tem ofertado para a sua população e a proposta é um olhar para “dar voz” às infâncias a partir da criação de um órgão de composição infantil, que articule esses processos e que oportunize a participação das crianças, tornando Panambi, também, uma cidade sob o olhar das crianças.

Referências

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES

EDUCADORAS - AICE. Carta das

Cidades Educadoras. Génova/Itália: Congresso Internacional de Cidades Educadoras, 2004a. Disponível em: <https://www.filosofia.org/cod/c1990edu.htm>Acesso em: 08 out. 2021.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS - AICE. Estatuto**da Associação Internacional das Cidades Educadoras.**

Barcelona/Espanha: AICE, 2004b. Disponível em: <https://www.edcities.org/rede-portuguesa/wp-content/uploads/sites/12/2018/09/Carta-das-cidades-educadoras.pdf>. Acesso em: 21 julho. 2021.

BELLOT, Pillar Filgueras. Cidades educadoras, uma aposta de futuro. In: **Educação e vida urbana: 20 anos de cidades educadoras.** Volume editado originalmente em 2008 por ocasião do X Congresso da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE). Impressão: Gráfica Almondina (Torres Novas, Portugal). 2013. p. 18-22. Disponível em: <https://www.edcities.org/wp-content/uploads/2015/11/livro-20-anos-cidades-educadoras-PT.pdf> Acesso em: 21 julho 2021.

LARROSA, Jorge. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência.** In.: Revista Brasileira da Educação. Nº 19, Jan/Fev/Mar/Abr, Rio de Janeiro: ANPED, 2002. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE19/RBDE19_04_LARROSA_BONDIA.PDF>. Acesso: out,2021.

MALAGUZZI, Loris. **História, idéias e filosofia básica.** In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Leila; FORMAN, George. As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artmed, 1999. P.59-104.

MEYER, B.; ZYMMERMANN, S. **Cidades para Brincar e Sentar:** uma mudança de perspectiva para o espaço público. Tradução: Gehrard Brod São Paulo: Instituto Alana, 2020.

POZO, Joan Manuel del. **O conceito de cidade educadora**

hoje. Volume editado originalmente em 2008 por ocasião do X Congresso da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE). Impressão: Gráfica Almondina (Torres Novas, Portugal). 2013. p. 24-34. Disponível em: <https://www.edcities.org/wp-content/uploads/2015/11/livro-20-anos-cidades-educadoras-PT.pdf>Acesso em: 21julho 2021

QVORTRUP, Jens. **A infância enquanto categoria estrutural.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 631-643, maio/ago., 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/M9Z53gKXbYnTcQVk9wZS3Pf/?lang=pt&format=pdf>Acesso em: Out. de 2021.

RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender.** São Paulo: Paz e Terra, 2020.

RIOS, Guillermo. **As cidades como cenários de uma aprendizagem integradora.** Em Aberto, Brasília, v. 25, n. 88, p. 163-174, jul./dez. 2012.

SARMENTO, M. J. **Gerações e Alteridade: Interrogações a partir da Sociologia da Infância.** Educação & Sociedade, (Dossiê Temático Sociologia da Infância: Pesquisas com Crianças-CEDES – Brasil),v. 26, n. 91, p. 361-378, 2005.

SARMENTO, M. J. **A Sociologia da Infância e a sociedade contemporânea: desafios conceituais e praxeológicos.** In: ENS, Romilda Teodora; GARANHANI, Marynelma Camargo (organizadoras). **A Sociologia da Infância e a formação de professores.** Curitiba: Champagnat, 2013. p. 13-46.

TONUCCI, Francesco. **A cidade das crianças.** Lateza, 1996.

Capítulo 18

RELAÇÕES HUMANAS E DIFERENÇAS: UMA BREVE EXPLANAÇÃO DO PRECONCEITO E A DISCRIMINAÇÃO

Denise da Costa Dias Scheffer

Sirlei de Lourdes Lauxen

Solange Beatriz Billig Garces

Diego Pascoal Golle

Marcelo Cacinotti Costa

Daiane Caroline Tanski

Tiago Anderson Brutti

1 Introdução

Os debates no campo social, refletem as discussões em prol da construção formativa dos sujeitos para a coletividade acerca das relações humanas. A construção das relações interpessoais entre os sujeitos permeia a vida em sociedade, através das diferenças, tem-se ainda as normativas de convivência, pautadas nos preceitos de liberdade e igualdade a todos, concatenando direitos e deveres, a partir das relações dos sujeitos na vida em sociedade. Para o aprofundamento da pesquisa, delimitou-se como objetivo da pesquisa, analisar as relações humanas e a discriminação, acerca da reflexão da conceituação do termo denominado preconceito, direcionando-o ao refletir das relações sociais entre os sujeitos;

As relações humanas permissivas da reflexão da conceituação do preconceito, e da sua percepção no contexto coletivo, sobretudo a partir das diferenças e da discriminação. Dessa forma, tem-se o levantamento de materiais bibliográficos e doutrinários, elaborados acerca das concepções de autores que debatem a temática das

relações coletivas e sociais dos sujeitos, embasam a pesquisa para a construção da temática abordada.

2 A reflexão das relações sociais entre os sujeitos

O homem é um ser socializado naturalmente em suas relações interpessoais, em sua estrutura familiar, permite o primeiro contato e interações com outros sujeitos. Dessa forma, demais relações humanas desenvolvem-se no decorrer do processo formativo da vida em sociedade, a partir do ambiente escolar, do profissional e social. As relações humanas ainda significam, de acordo com Bonfim (1954, p. 71), “o estabelecimento e/ou a manutenção de contatos entre seres humanos”

Na coletividade, as relações humanas permitem a (re)significação no campo social frente à diversidade e ou a diferença que compreende os enlaces coletivos através da transformação de concepções e valores dos indivíduos, aliado as relações interpessoais, aliado a descrição da expressão “relações humanas” significa, literalmente, o estabelecimento e/ou a manutenção de contatos entre seres humano (ROETHLISBERGER e DICKSON, 1939).

Com o intuito do rompimento das diferenças a partir da homogeneização dos sujeitos, acerca da construção das relações sociais mais igualitárias que englobam o reconhecimento e o respeito da diversidade e dignidade humana, a partir da ética e do respeito recíprocos. Segundo Brah (2006, p. 329), a “diferença, a diversidade, o pluralismo, o hibridismo – esses são alguns dos termos mais debatidos e contestados do nosso tempo”.

Acerca da reflexão da pluralidade normativa no campo social para o combate ao preconceito e a discriminação, ressalta-se a Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino – adotada pela conferência Geral da Unesco em Paris, 1960 – promulgada pelo Decreto nº 63.223, de 6 de setembro de 1968):

O termo discriminação abarca qualquer distinção, exclusão, limitação ou preferência que, por motivo de raça, cor, sexo, língua, opinião pública ou qualquer outra opinião, origem

nacional ou social, condição econômica ou nascimento, tenha por objeto ou efeito destruir ou alterar a igualdade de tratamento em matéria de ensino.

Portanto, as relações interpessoais pautadas na comunicabilidade coletiva dos sujeitos, permeiam situações acerca da inferioridade e da discriminação pessoal, promovendo espaços e grupos distantes de outros. Os debates na contemporaneidade, buscam evidenciar as relações éticas e morais do respeito e da dignidade da pessoa, além da visão igualitária dos sujeitos para a coletividade, como descreve Cordeiro (1967, p. 65), que “deve estar assentada no princípio do reconhecimento dos seres humanos como entes possuidores de uma personalidade própria que deve ser respeitada.” Dessa forma, faz-se a constante reflexão dos seres como libertos e iguais, com normatizações das convivências coletivas pautadas no igualitarismo dos sujeitos.

3 Preconceito e discriminação nas relações sociais

A discriminação e o preconceito constituem o contexto da história acerca da vida dos sujeitos em sociedade, promovem dessa forma, debates reflexivos no campo social da igualdade na coletividade, a partir de fatos geradores e de cunho discriminatório, gerando assim, movimentos em busca do igualitarismo dos sujeitos, como descreve Capez (2012), o preconceito e a discriminação vem de fatores negativos nas vivências coletivas e na intolerância da sociedade, quando a mesma não conhece ou pondera os fatos.

Destaca-se inicialmente a breve conceituação de discriminação, na explanação de Ferreira (2015, p. 01), que menciona, “discriminar significa diferenciar, distinguir ou separar”. Complementando ainda o debate em prol da discriminação, e inserindo a tratativa do preconceito, tem-se novamente a continuidade da explanação de Ferreira (2015, p. 01), que descreve “a discriminação e o preconceito são um problema atual e mundial que atinge tantos países de primeiro mundo quanto países em desenvolvimento e toda forma de preconceito e discriminação

deve ser combatida por ofender diretamente a dignidade da pessoa humana”.

Já, ao se refletir o entendimento do que é o preconceito, pode-se direcionar pra a um conceito de que seria algo que se cria ou se pensa antes de se conhecer o fato do que se projeta a realidade. Tal compreensão que se pode ter, entende-se por um julgamento errôneo, ou de forma negativa sobre o fato observado, estando o sujeito liberto a produzir sua compreensão sobre o tema debatido. Dessa forma menciona-se o que descreve Robbins (2010), “quando falamos em preconceito, contudo, significa deixar que nosso comportamento seja influenciado por estereótipos sobre grupos de pessoas.”

A filosofia, por sua vez, explica, na contemporaneidade, a conceituação do comportamento chamado preconceito em relação aos sujeitos. O preconceito em relação as interações sociais e aos sujeitos existe desde seu surgimento, no século VII a.C. (CHAUI, 1994, p. 24). Dessa forma, pode-se compreender que o preconceito enfatiza o entendimento previamente concebido acerca da relação entre o sujeito e o alvo analisado em suas relações.

Ao se observar a conceituação do preconceito, tem-se a análise etimológica do termo, derivado de duas palavras gregas, “a palavra *stereos* (rígido) e da palavra *túpos* (traço), na descrição de Augoustinos e Walker” (1995). Filosoficamente debatido, e didaticamente explanado por Bobbio, pertinente explicar sua exposição:

[...] preconceito uma opinião ou um conjunto de opiniões, às vezes até mesmo uma doutrina completa, que é acolhida acriticamente e passivamente pela tradição, pelo costume ou por uma autoridade de quem aceitamos as ordens sem discussão: “acriticamente” e “passivamente”, na medida em que a aceitamos sem verificá-la, por inércia, respeito ou temor, e a aceitamos com tanta força que resiste a qualquer refutação racional, vale dizer, a qualquer refutação feita com base em argumentos racionais. Por isso se diz corretamente que o preconceito pertence à esfera do não racional, ao conjunto das crenças que não nascem do raciocínio e escapam de qualquer

refutação fundada num raciocínio. (BOBBIO, 1909, p. 103).

Entende-se, dessa forma, a movimentação social das relações entrelaçadas ao preconceito a partir das interações coletivas, como explana Goffman (1891, p. 11): “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Desta maneira, o ambiente de convivência social entre os sujeitos constrói categorias distintas de sujeitos acerca do preconceito.”

Cabe ressaltar que a não reflexão, e a não compreensão das adversidades na vida em sociedade, podem desenvolver uma base construtora para o preconceito, constituída na inferioridade dos sujeitos em suas relações para o coletivo, conforme explica Crochík (2006, p. 16), o preconceituoso se julga superior ao seu objeto, corresponde à impotência que sente para lidar com os sofrimentos provenientes da realidade.

Tem-se dessa forma, as características negativas do comportamento aliado ao preconceito, relacionadas ao campo cultural, econômico, social e formativo dos sujeitos, para Gadamer (1998), que o conceito de “preconceito”, entendendo como pré-conceitos as ideias que tecem nossa *Vor-vertändnis*, isto é, “nossa pré-compreensão, as quais continuamente subjazem à prova da experiência” (REALE; ANTISERI, 2008, p.260).

Refletindo a discussão acerca da inferioridade como elemento central do preconceito, pertinente destacar o conceito que Mezan (1998, p. 226), descreve:

É o conjunto de crenças, atitudes e comportamentos que consiste em atribuir a qualquer membro de determinado grupo humano uma característica negativa, pelo simples fato de pertencer àquele grupo: a característica em questão é vista como essencial, definidora da natureza do grupo, e, portanto, adere indelevelmente a todos os indivíduos que o compõem.

Para se refletir sobre a questão do preconceito, faz-se o exercício do pensar no outro, nas diferenças e na socialização entre os sujeitos. Construída nas relações coletivas, representadas na ética e no respeitar o “outro” como ele é. Nas palavras de Crochík (1995,

p. 106), “só é solidário aquele que se permite ver como o outro, ou seja, identificar-se com este outro sem anular ou ocultar esta identificação”. As relações entre os sujeitos são para a coletividade no campo social, não estando somente atrelada ao individual, mas sim as experiências em comunidade.

Portanto, praticar as relações humanas, demanda um enlace maior do que contatos entre os sujeitos. Dessa forma, podendo significar novas ramificações condicionadas a diversas estruturas no campo social, cultural, econômico e familiar, conduzindo as relações coletivas entre os sujeitos.

Acerca das diferentes relações entre os sujeitos, tem-se as adversidades como fatos geradores da discriminação e do preconceito, na estimativa negativista das relações interpessoais dos sujeitos. Necessita-se, portanto, da constância dos debates reflexivos em prol da igualdade, do respeito e da ética, normatizadores das regras de convivência interacional da coletividade, devendo ser prática constante para o desenvolvimento social da vida em sociedade.

4 Percepção do preconceito no contexto coletivo, sobretudo a partir das diferenças

Atualmente, estamos vivenciando uma sociedade com muitos fenômenos excludentes, como consequências das desigualdades de um sistema neoliberal que culpa o próprio indivíduo pela sua condição de vida, tais como a pobreza, por exemplo, e isso reforça todas as mais diferentes formas de discriminação.

Neste viés neoliberal e de colonialidade vem de carona todas as formas de preconceito e discriminação, que têm como parâmetro o “modelo eurocêntrico” de *homem universal* (branco, masculino, de olhos azuis, europeu...) E tudo o que não for igual é diferente, é discriminado, é excluído, é minorizado e inferiorizado.

Almeida (2020, p. 25) explicita sobre essa condição:

A expansão econômica mercantilista e a descoberta do novo

mundo forjaram a base material a partir da qual a cultura renascentista iria refletir sobre a unidade e a multiplicidade da existência humana. Se antes desse período ser humano relacionava-se ao pertencimento a uma comunidade política ou religiosa, o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no *homem universal* (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas.

As formas de preconceito e discriminação que se desenham na sociedade contemporânea afetam toda uma diversidade e, para cada situação de preconceito podemos nomear e descrever suas características, a partir de estudos científicos que vem apontando estas situações.

Há muitas formas de discriminação e preconceito, tais como o racismo, o sexismo, o etarismo ou ageísmo, a homofobia, a aporofobia, dentre outros Ribeiro (2019, p. 14) corrobora com essa ideia ao explicitar que “É preciso ressaltar que mulheres e homens negros não são as únicas vítimas de opressão estrutural: muitos outros grupos sociais oprimidos compartilham experiências de discriminação em alguma medida comparáveis.”

. Ribeiro (2019, p. 12) coloca que “O racismo é, portanto, um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato de vontade de um indivíduo. Reconhecer o caráter estrutural do racismo pode ser paralisante. Afinal, como enfrentar um monstro tão grande?”

Segundo Almeida (2020, p. 24) “raça não é um termo fixo, estático.” Seu sentido está atrelado a situações históricas em que é utilizado. E o autor acrescenta:

Deste modo pode-se concluir que, por sua conformação histórica, a raça opera a partir de dois registros básicos que se entrecruzam e complementam:

1. como característica biológica, em que a identidade racial será atribuída por algum traço físico, como a cor da pele, por exemplo;

2.como característica étnico-cultural, em que a identidade será associada `a origem geográfica, à religião, à língua ou outros costumes `a uma certa forma de existir'. À configuração de processos discriminatórios a partir do registro étnico-cultural Frantz Fanon denomina racismo cultural.

Ainda, para Almeida (2020) há três concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural. A concepção individualista de racismo é a mais frágil e limitada, pois a partir desse ângulo “não haveria sociedades ou instituições racista, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo.”(p. 36); a concepção institucional o racismo “é tratado como resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente desvantagens e privilégios baseados na raça.”(36/37), ou seja, transcende o âmbito de uma ação individual; já, o racismo estrutural parte da ideia de que as instituições fazem parte de uma estrutura social, portanto maior, onde o racismo é uma decorrência desta própria estrutura.

Outra forma de discriminação e preconceito que se faz muito presente na sociedade atual é a demonstração de “fobia” e intolerância aos pobres, com a desculpa da insegurança e do medo diante dos pobres. O termo aporofobia foi usado pela primeira vez por Adela Cortina (2017) em seu livro intitulado *Aporofobia, el rechazo al pobre: un desafío para la democracia*, a qual “fomenta uma reflexão sobre a pobreza e os fenômenos sociais relacionados, propondo a ideia de aporofobia – rejeição, aversão e desprezo pelos pobres.” (ZEIFERT; STURZA; AGNOLETTI, 2019, p. 626). Em relação a essa temática de discriminação, Pizzi (2006, p.87) coloca que:

O atual processo de globalização salienta um fenômeno cada vez mais inquietante: o medo diante dos pobres. Essa fobia se manifesta também nas práticas educativas. A intenção é definir e distinguir dois tipos de discriminação: a discriminação negativa, ou seja, como preconceito ou intolerância em relação aos pobres; a discriminação positiva como uma forma de admitir a diferença ou as características particulares de uma cultura, grupo social ou etnia.

Ainda em relação a discriminação por questões de diferenças, outra situação que surge com a ampliação dos anos de vida e o aumento do número de pessoas idosas presentes na sociedade, é a consequente discriminação em relação a essa população, a qual chamamos de Ageísmo ou Etarismo. O termo ageísmo foi apresentado por Butler, em 1969. Mais tarde Palmore (2004) elaborou um instrumento para avaliação do ageísmo, ou seja, deste forte preconceito e discriminação contra a população idosa. (EMHKE, 2020).

5 Considerações finais

Percebe-se ao longo da pesquisa, que embora a sociedade tenha avanços no viés social das práticas de vivências para o coletivo, das normatizações e diretrizes para o bem estar social, há de se posicionar as conceituações doutrinárias abordadas na pesquisa, para a reflexão das relações conflituosas negativas no campo da discriminação e do preconceito, que permeiam práticas oriundas da diferença entre os sujeitos e suas convivências pessoais e interpessoais.

A conceituação do termo preconceito, elaborado a partir do contexto doutrinário, conduz a reflexão das relações humanas na coletividade, partindo do debate do sujeito individualizado, para as vivências em grupo. Dessa forma, deu-se o objetivo da pesquisa em analisar as relações humanas e a discriminação, permeando a abordagem reflexiva e conceitual do termo denominado preconceito.

O desenvolvimento das relações interpessoais entre os sujeitos estão presentes na constância da vida em sociedade, através das diferenças, tendo as adversidades individuais das convivências inseridas no coletivo. O preconceito no campo social é tema de debates, acerca de sua transcendência negativa, que deve ser desenvolvida nos sujeitos como compreensão do ser em sua diferença, esquivando-se do caminho do constrangimento e da inferioridade do sujeito.

Destaca-se ao final, que, praticar as relações humanas não devem equivaler estritamente ao olhar ao outro, mas a validação desse ao olhar deve estabelecer o acolhimento das diferenças. Nas relações humanas devem prevalecer o compartilhamento das relações humanizadoras acerca da ética e da dignidade da pessoa, refletindo as diferenças, debatendo no campo social para a prática pré-conceitual das vivências dos sujeitos a seus semelhantes, evidenciando a prática fraternal na coletividade.

Referências

- ALMEIDA, S.L de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaira, 2020.
- AUGOUSTINOS, M. & Walker, I. (1995). ***Social cognition - an integrated introduction*** London, Thousand OaksNew Delhi: SAGE
- BOBBIO, N. (1909). **Elogio da serenidade e outros escritores morais**. Tradução: Marco Aurelio Nogueira. – São Paulo: editora UNESP, 2002.
- BONFIM, A. **Relações Humanas**. Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, junho 1954, ano 6, n.º 2.
- BRAH, A. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Caderno Pagu (26), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2006.
- CAPEZ, F. **Curso de direito penal**. Parte geral. 16.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1994.
- Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino. **Decreto nº 63.223, de 6 de setembro de 1968**. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/convencao_unesco_contra_discriminacao1960.pdf. Acesso em: Nov. de 2021.

- CORDEIRO, L. L. **O significado de “relações humanas”**. In: BALCÃO, Yolanda Ferreira; CORDEIRO, Laerte Leite. O comportamento humano na empresa. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1965.
- CORTINA, Adela. **Aporofobia, el rechazo al pobre**: un desafío para la democracia. Barcelona: Paidós, 2017.
- COSTA, R.M.A. S. **Ageísmo em tempos de pandemia**: Desvelando o preconceito contra idosos no Brasil. Revista Longevidade, Ano 3, n. 9, p. 5-14, Jan/Fev/Mar. São Paulo, 2021.
- CROCHÍK, J. L. **Preconceito**: indivíduo e cultura. São Paulo: Robe Editorial, 1995.
- CROCHÍK, L. J. **Preconceito**, indivíduo e cultura. 3ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- FERREIRA, A. A. **O Brasil e o preconceito**: uma análise teórica e crítica da Lei 7.716/89 frente à realidade brasileira. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVIII, n. 134, mar. 2015.
- F. J. Roethlisberger e W. J. Dickson, **Management and the Worker** Harvard University Press, 1939.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 1891.
- GADAMER, H-G. **Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. In: GADAMER, H-G. Verdade e método. Trad. Flávio P. Meurer. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MEZAN, R. **Tempo de muda**: ensaios de psicanálise. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- REALE, G; ANTISERI, D. **História da filosofia**: De Nietzsche à Escola de Frankfurt. Trad. Ivo Storniolo. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2008. (Coleção História da filosofia, 6).

PIZZI, J. Práticas Educativas: Aporofobia, Discriminação Positiva e Políticas Afirmativas. Cadernos de Educação, Pelotas-RS, n. 26, v. 15, p. 87-101,2006.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

ZEIFERT, A.P. B.; STURZA, J. M.; AGNOLETTO, V. **Políticas Públicas e Justiça social**: uma reflexão sobre o fenômeno da Aporofobia proposto por Adela Cortina. Meritum, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 627-649, Jul./Dez. 2019.

ROBBINS, S. P. et al, **Comportamento Organizacional**: teoria e prática no contexto brasileiro, São Paulo: 14^a. JUDGE, Timothy; Pearson Prentice Hall, 2010.

Capítulo 19

IGUALDADE DE GÊNERO COMO PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Kimberly Farias Monteiro

Rosângela Angelin

1 Introdução

Alguns acontecimentos ao longo da história, fizeram com que a sociedade e os atores sociais voltassem seus olhares e preocupações para o desenvolvimento humano e a sustentabilidade. Catástrofes como a ocorrida em Hiroshima, despertou a sociedade mundial para construção de um pensamento coletivo com o objetivo de evitar que novas tragédias como está se repetissem e impulsionaram ações, programas e documentos em prol do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.

A sustentabilidade busca o equilíbrio na sociedade entre o desenvolvimento econômico e a conservação dos recursos naturais e, dessa forma, possui como pilares o desenvolvimento harmonioso e equitativo do setor econômico, social e ambiental, com o intuito de que ambos os pressupostos sejam executados e alinhados de forma igualitária, objetivando proporcionar o desenvolvimento sustentável das sociedades atuais.

Nesse sentido, o presente trabalho parte da ideia de que, para que se possa alcançar sociedades mais sustentáveis se faz necessária a participação de todos os indivíduos nos processos decisórios, sem discriminações. Assim, denota-se a necessidade de promover a igualdade de gênero e o empoderamento, para possibilitar que as mulheres também participem livre e ativamente das ações e decisões sociais, econômicas, políticas e ambientais.

A divisão de papéis imposta socialmente, desde tempos remotos, oportunizou aos homens a capacidade de poder decisório, e às mulheres atuações restritas as atividades do âmbito doméstico. E, devido a esse estigma, a promoção da igualdade de gênero tornou-se fundamental, pois a discriminação da mulher é vista como um empecilho no alcance de uma sociedade mais sustentável, bem como nos valores da justiça social. Desse modo, o problema que norteará o presente artigo é analisar de que modo a igualdade de gênero pode ser vista como um pressuposto para o desenvolvimento sustentável nas sociedades atuais?

Para desenvolver a presente pesquisa, utilizar-se-á o método dedutivo e a técnica de pesquisa bibliográfica. Em um primeiro momento, analisar-se-á a conceituação e historicização do termo gênero, utilizando-se dos pensamentos de Simone de Beauvoir e Heleieth Saffioti, bem como o reconhecimento da igualdade de gênero em documentos internacionais, ações e programas. Em um segundo momento, o enfoque será na análise do papel da mulher enquanto impulsionadora do desenvolvimento sustentável, sobretudo, através de sua participação durante algumas das principais conferências ambientais que ocorreram nos últimos anos, bem como de projetos voltados para a promoção da sustentabilidade.

2 Igualdade de gênero para a construção de sociedades mais sustentáveis

Durante anos, a vida das mulheres foi marcada por episódios de submissão e desigualdades. Às mulheres foram anulados direitos que, atualmente, são dispostos como direitos básicos, como o direito ao voto e ao estudo.

Nesse sentido, Saffioti (1987, p. 8) destaca:

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe

os terrenos em que pode atuar o homem.

A categoria gênero se apresenta de modo complexo pois foi elaborada e, no decorrer dos anos, apresentou distintas concepções. Trata-se de uma construção social, não sendo representado por um caráter biológico, como algo que é inerente do próprio ser humano.

Destaca-se o pensamento de Simone de Beauvoir (1967, p. 8), a fim de se compreender a acepção atual de gênero:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro.

Desse modo, os papéis destinados às mulheres ao longo da história, marcaram as acepções de gênero. A posição de inferiorização atribuída às mulheres destinava que as mesmas seriam criadas e educadas para cuidar da casa e da família, sendo seus papéis restritos ao âmbito doméstico. Mesmo quando alguns poucos direitos começaram a ser concedidos às mulheres, como o direito à educação no ano de 1827, este era voltado para as atividades domésticas, sendo admitido que as mulheres estudassem apenas até o primeiro grau (TELLES, 1993).

Diferentemente das mulheres, aos homens não eram impostas restrições. Em relação à educação os mesmos possuíam amplo acesso as áreas de ensino, sendo possível atingir níveis superiores. Já no campo político, com poucas exceções¹, podiam votar e deliberar acerca dos assuntos da sociedade.

Devido a divisão de papéis imposta a homens e mulheres, que ensejaram na desigualdade que persiste até os dias atuais, tornou-se necessária a promoção da igualdade de gênero para

1 As eleições na época do Brasil Império, dividiam-se em primeiro e segundo grau. Em primeiro grau não poderiam votar os homens com menos de 25 anos e com renda inferior a cem mil reis. Já em segundo grau a renda deveria ser superior a duzentos mil reis. Em ambos os casos, para votar a partir da Lei Saraiva, os homens deveriam saber ler e escrever. (TSE, 2005)

exaltar a necessidade e importância da participação da mulher em todas as áreas da sociedade.

A igualdade de gênero é um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável², e tem como finalidade de se alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Ademais, busca-se garantir a participação plena e efetiva das mulheres bem como a igualdade de oportunidades para proporcionar a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública (NAÇÕES UNIDAS, 2015)

Ademais, igualdade de gênero é reconhecida pela ONU Mulheres e pelo Banco Mundial como premissa fundamental no desenvolvimento humano. Desse modo, o Banco Mundial publicou, pela primeira vez, no ano de 2012, um dos seus Relatórios sobre o Desenvolvimento Mundial, versando exclusivamente sobre a igualdade de gênero e o desenvolvimento (BANCO MUNDIAL, 2012).

O Relatório enfatiza três dimensões que são prioritárias na igualdade de gênero, não voltadas apenas para a economia, mas demonstrando ações necessárias para reduzir a diferença entre gênero:

o acúmulo de dotações (educação, saúde e ativos físicos), o uso dessas dotações para levar oportunidades econômicas e gerar renda e a aplicação dessas dotações para tomar medidas, ou capacidade de decidir, afetando o bem-estar individual e de domicílios. Estes são aspectos da igualdade onde as insuficiências de escolhas estão refletidas nas deficiências de bem-estar. Eles têm importância em si próprios e por si próprios. Mas também estão intimamente interligadas. (BANCO MUNDIAL, 2012, p. 3)

No mesmo sentido, o Relatório aponta que a igualdade de gênero é importante como instrumento de desenvolvimento por apresentar uma economia inteligente, podendo aumentar a eficiência econômica através de três condutas a serem executadas:

2 O desenvolvimento sustentável visa atender à necessidade da geração atual sem comprometer as gerações futuras, para que todos possam usufruir dos mesmos direitos. (NAÇÕES UNIDAS, 2015)

Primeiro, removendo barreiras que impedem as mulheres de ter o mesmo acesso que os homens têm à educação, oportunidades econômicas e insumos produtivos podem gerar enormes ganhos de produtividade — ganhos essenciais em um mundo mais competitivo e globalizado. Segundo, melhorar a condição absoluta e relativa das mulheres introduz muitos outros resultados de desenvolvimento, inclusive para seus filhos. Terceiro, o nivelamento das condições de competitividade — onde mulheres e homens têm chances iguais para se tornar social e politicamente ativos, tomar decisões e formular políticas — provavelmente gerará no decorrer do tempo instituições e escolhas de políticas mais representativas e mais inclusivas, levando assim a um melhor caminho de desenvolvimento. (BANCO MUNDIAL, 2012, p. 3).

O Relatório se constitui como instrumento eficaz na direção, não apenas da população, mas dos países e instituições internacionais a refletirem e voltarem sua atenção na necessidade e importância da promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Uma das ferramentas possíveis para averiguar a igualdade de gênero é o Índice de Desenvolvimento de Gênero (Gender Development Index), desenvolvido pelo United Nations Development Programme (UNDP), que mede as disparidades entre homens e mulheres em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: saúde, a qual é medida pela expectativa de vida de homens e mulheres ao nascerem; educação, medida por anos de escolaridade feminina e masculina para crianças e para adultos de 25 anos ou mais; e comando equitativo sobre os recursos econômicos, medidos pelas rendas de homens e mulheres.

O IDG demonstra ainda o atraso das mulheres em relação aos homens e a necessidade de avanço em todas as esferas de desenvolvimento humano por parte das mulheres, mas aponta para a possibilidade de reverter o quadro. Assim, através das dimensões alcançadas pelo índice de desenvolvimento de gênero, evidencia-se que a igualdade de gênero e, conseqüentemente, a promoção da mulher em todas as áreas da sociedade são de importância fundamental para o progresso e desenvolvimento humano

(UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, s/d).

Embora marcadas por tratamentos desiguais ao longo da história, bem como por estatísticas que ainda apontam para uma maior inferiorização em relação aos homens, as mulheres foram e continuam sendo as próprias responsáveis pelas maiores mudanças já auferidas em relação a imposição de papéis e a submissão, mesmo com tanto há se conquistar.

Tal fato só foi possível devido as lutas travadas em prol de mudanças de paradigmas por grupos e movimentos sociais como o movimento feminista, o qual lutou pela concessão de direitos civis e políticos às mulheres. O feminismo foi responsável pelo engajamento das mulheres em outras áreas de atuação, como nos programas e ações voltados para o Meio Ambiente, impulsionados pelo movimento ecofeminista³.

Desse modo, embora ainda aquém do esperado, as mudanças e direitos conquistados pelas mulheres proporcionaram maiores condições para que as mesmas pudessem continuar lutando em prol de questões humanitárias, sociais e ambientais.

3 Mulheres enquanto impulsionadoras do desenvolvimento sustentável

A necessidade da criação e expansão do pensar de forma sustentável, a mais de quatro décadas vem impulsionando a sociedade na modificação das formas de exploração dos recursos naturais, necessidade esta que foi desencadeada pelo uso de forma arbitrária e irregular do meio ambiente. Para inúmeras indústrias, os recursos naturais representam sua principal matéria prima, sendo, portanto, em nome da expansão e do crescimento econômico, utilizadas por inúmeras vezes de forma inadequada.

E é neste sentido que o princípio da sustentabilidade

3 O movimento ecofeminista, desconstrói a visão tradicional de que as mulheres só possuíam papéis e atividades limitados ao ambiente doméstico, demonstrando o empoderamento e liderança das mulheres frente as questões ambientais e melhor qualidade de vida.

objetiva o estabelecimento de um equilíbrio na sociedade, buscando equalizar o desenvolvimento econômico e as questões ambientais, sem deixar que o meio ambiente e a utilização dos recursos naturais sejam suprimidos frente aos anseios econômicos e tecnológicos do ser humano.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi elaborado e mensurado no Relatório de Brundtland, em 1987, como sendo: ‘o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades’.

A partir de então, outros eventos no decorrer dos anos colocaram em pauta a temática do desenvolvimento sustentável, dentre estes, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento ou Rio-92, através da adoção medidas para a proteção do planeta e a promoção do desenvolvimento sustentável.

O evento foi marcado pela participação das mulheres e tornou pública a premissa de que a inclusão das mulheres e das suas experiências e visões nos processos decisórios é fundamental para o alcance do desenvolvimento sustentável.

A Conferência resultou na adoção da Agenda 21, na qual ficou reservado um capítulo, especificamente o capítulo 24, que reuniu ‘recomendações, mecanismos e metas para integrar as mulheres e a questão de gênero em todos os níveis de governo e nas atividades correlatas de todas as agências da ONU’ (REDEH, 2002, p. 16).

Durante a Conferência, mulheres de todo o mundo discutiram os problemas vividos no planeta originando uma plataforma própria, a Agenda 21 de Ação das Mulheres, que abordou temas como militarismo, pobreza, governança, globalização, segurança alimentar, direitos reprodutivos, tecnologia, ciência, educação, direitos das mulheres e direitos da terra. Desse modo, suas recomendações versavam sobre novas formas de educação, preservação de recursos naturais e participação no planejamento de uma economia sustentável. (REDEH, 2002, p.16)

A partir da manifestação das mulheres na Eco-92, restou consolidada a visão de que feminismo e a ecologia apresentam íntimas ligações, uma vez que ambos propunham profundas mudanças na ordem natural, baseadas na justiça social.

Após a Eco-92, a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, conhecida por Rio+10, trouxe para o movimento feminista o desafio de revisar e reorganizar a Agenda 21 das Mulheres, devido as estatísticas que demonstraram que a vida das mulheres não havia apresentado mudanças significativas, sendo necessário resgatar valores e propostas instauradas na Agenda 21. (CASTRO; ABRAMOVAY, 2005)

Nesse sentido, a organização não-governamental WEDO (Women, Environment and Development Organization)⁴ e a organização não-governamental brasileira REDEH (Rede de Desenvolvimento Humano)⁵ buscaram resgatar a estratégia que gerou esse movimento, estabelecendo uma proposta de uma nova versão da Agenda 21 de Ação das Mulheres 2002, cujos objetivos principais seriam estabelecer interfaces entre as diferentes temáticas e estimular convergência na ação política, a partir da revisão do documento e da instauração de novas experiências e temas relevantes para as mulheres. Essa nova agenda estabeleceu o fortalecimento das mulheres e a importância das mesmas para a sociedade, como sujeitos de cidadania.

Assim, a atuação das mulheres em prol da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável é responsável pela instituição de programas e documentos em comum, que estabelecem medidas e resgatam valores que visam o fortalecimento da mulher e da Natureza em conjunto.

No ano de 2011 foi criada no Brasil, por iniciativa do

4 A organização é formada por ativistas e lideranças de vários países do Terceiro Mundo. Cobra de órgãos internacionais ações com o intuito de executar políticas que resultem no melhoramento da situação das mulheres nos programas de desenvolvimento. (SILIPRANDI, 2000)

5 A REDEH é uma ONG com sede no Rio de Janeiro, criada em 1987, que atua com ênfase na discussão dos mecanismos de controle da reprodução humana. (SILIPRANDI, 2000)

Ministério do Meio Ambiente, a Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade, que surgiu com o intuito de estimular ações de sustentabilidade por meio de mulheres que atuam na liderança de instituições públicas e privadas (BRASIL, 2013).

Já em 2013, a instituição realizou o I Encontro da Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade, em Brasília, e contou com a presença de 120 mulheres líderes e executivas dos setores públicos e privados para debater o tema “Sustentar ideais – os desafios da ação e da comunicação em rede”. (BRASIL, 2013)

Dentre os assuntos debatidos retratou-se a importância da aquisição de espaço pelas mulheres na cultura e no esporte; a dificuldade de se existir um país sustentável a partir dos altos níveis de violência contra mulheres não apenas no âmbito familiar mas no trabalho; e, ainda reiteração de um olhar para as metas estabelecidas na Plataforma 20, documento que norteia a rede de mulheres com diretrizes para o empoderamento da mulher, o empreendedorismo verde, negócios sustentáveis e para a comunicação do consumo consciente.

Para que essas ações se tornem cada vez mais possíveis e efetivas na sociedade, necessário se faz a promoção da igualdade de gênero, pois a discriminação da mulher é tida como um empecilho no alcance de uma sociedade mais sustentável e nos valores da justiça social. Desse modo, a igualdade de gênero pode ser vista como pilar no incentivo e impulsionamento das mulheres na conquista por uma participação ativa na vida social, bem como de ações voltadas para a saúde, educação, meio ambiente, economia e para o fortalecimento das próprias mulheres.

O engajamento das mulheres nas ações em prol do desenvolvimento sustentável demonstra a força da mulher, após anos de lutas e reivindicações com o intuito de ocupar espaços decisórios na sociedade. Com a participação ativa das mulheres na Eco-92, se reconheceu, desde então, sua imprescindibilidade em debates e ações por um país mais sustentável, bem como a necessidade, por parte dos países e organizações governamentais, de criar ações e

políticas que atuem de forma assídua na promoção da igualdade de gênero, a fim de que as mulheres consigam, plenamente e sem discriminações, atuar em prol da sociedade e do meio ambiente.

4 Considerações finais

Os preceitos de sustentabilidade vêm sendo construídos e gradativamente implementados no contexto social há mais de quatro décadas. O princípio da sustentabilidade objetiva edificar nas sociedades um equilíbrio entre o crescimento e desenvolvimento econômico e a preservação e conservação dos recursos naturais para que as presentes e futuras gerações possam ter o acesso ao meio ambiente natural e saudável, buscando possibilitar uma harmonia entre os setores sociais, econômicos e ambientais.

A construção e promoção do desenvolvimento sustentável, assim como a necessidade de igualdade de acesso a direitos entre homens e mulheres está em constante edificação na sociedade. A luta pelo reconhecimento de direitos e do espaço feminino no meio social, tornou-se uma preocupação de caráter internacional devido a necessidade da eliminação de todas as formas de discriminações e inferiorização da mulher em seu entorno social.

A necessidade do alcance e efetivação da igualdade entre homens e mulheres, está cada vez mais presente na sociedade, visto que mulheres, em todo o mundo, ainda sofrem com episódios de inferiorização, marcadas das mais diversas formas e nos mais distintos setores, seja por desigualdades de remuneração, por violência doméstica e familiar, pela falta de garantia de seus direitos sexuais e reprodutivos, dentre outras inúmeras formas que, diariamente, atingem a vida de mulheres e meninas, ligadas diretamente à questão de gênero.

Ressalta-se que o estabelecimento da igualdade de direitos entre homens e mulheres está intimamente relacionado com o desenvolvimento sustentável. A importância da atuação da mulher para o desenvolvimento sustentável não é mais um tema somente

teórico que fomenta debates intelectuais, pois além de ganhar visibilidade pela comunidade internacional, vem promovendo a união de mulheres por todo o mundo, estabelecendo a conscientização do seu papel fundamental para a expansão e concretização do desenvolvimento sustentável, fato este que impulsiona as atuais Convenções e Conferências oficiais sobre o desenvolvimento sustentável a incluir a participação ativa das mulheres na produção e execução dos ideais sustentáveis.

Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável somente se efetivará nos diferentes contextos sociais, quando houver a efetiva inclusão e participação das mulheres nas sociedades, de forma que consigam alcançar direitos e deveres que lhes devem ser reconhecido de igual forma que os são para os homens, pois, a participação da mulher em processos decisórios é de fundamental importância para a concretização da democracia e por um maior equilíbrio nos assuntos de ordem social, econômica, política e ambiental.

Referências

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2012**. Igualdade de Gênero e Desenvolvimento. 2012.

BEAUVIOR, Simone de. *O Segundo Sexo II – a experiência vivida*. 2. ed. Tradução de Sérgio Milliet São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Mulheres em prol da Sustentabilidade**. 2013. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/9289-mulheres-em-prol-da-sustentabilidade>. Acesso em 10 nov. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **A evolução do sistema eleitoral Brasileiro**. 2005. Disponível em: https://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/4_evolucao_sistema_eleitoral.pdf. Acesso em 10 nov. 2021.

CASTRO, Mary Garcia; Abramovay, Miriam. *Gênero e Meio Ambiente*. São Paulo: Cortez Editora, 2005. 2.ed. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/00111/001120/112083por.pdf>. Acesso em 10 nov.021.

NAÇÕES UNIDAS. *Igualdade de Gênero*. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/tema/ods5/>. Acesso em 14 de maio de 2018.

Rede de Desenvolvimento Humano – REDEH. *Relatório da Reunião de Consulta*. Estratégia das Mulheres pela Rio+10, Agenda 21 de Ação das Mulheres pela paz e por um planeta saudável. 2002.

Rede de Desenvolvimento Humano – REDEH. *Relatório da Reunião de Consulta*. Estratégia das Mulheres pela Rio+10, Agenda 21 de Ação das Mulheres pela paz e por um planeta saudável. 2002.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. *O Poder do Macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SILIPRANDI, Emma. *Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais*. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.1, n.1, jan/mar. 2000. Disponível em: http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n1/11_artigo_ecofemi.pdf. Acesso em 10 nov. 2021.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. (UNDP). *Gender Development Index (GDI)*. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/content/gender-development-index-gdi>. Acesso em 10 nov. 2021.

Capítulo 20

ANÁLISE DA NECESSIDADE DE PROTEÇÃO ESPECIAL DO POVO CIGANO PELO ESTADO BRASILEIRO

*Maria Luiza Vargas Rocha
Cláudia Marília França Lima
Tiago Anderson Brutti*

1 Introdução

Sendo o Brasil um país que integra diversas etnias, há uma diversidade de grupos formadores de sua sociedade, encontrando-se, dentre eles, a etnia cigana, que se caracteriza por um estilo de vida nômade e muito peculiar. O povo cigano, ao possuir costumes diferentes, pertence a um grupo que sofre muitas discriminações e preconceitos.

A cultura e a história do povo cigano são marcadas por preconceito, pois, embora ciganos estejam espalhados por diversos países pelo mundo todo, possuem uma tendência a serem estigmatizados e expulsos da maioria dos lugares em que chegam. Dessa forma, integram um grupo de vulnerabilidade, pois muitas das políticas públicas e da legislação brasileira não contemplam a sua especificidade cultural.

Os ciganos são parte integrante do nosso corpo social. O povo cigano foi essencial para a construção das riquezas materiais e culturais do nosso país, de modo que é necessário romper com os entraves preconceituais existentes no Brasil. Assim, se observa que os ciganos são cidadãos que possuem direitos que necessitam ser respeitados e efetivados.

Nesse contexto, é dever do estado criar políticas públicas e ações afirmativas para conter o preconceito e evitar que os ciganos

sejam estigmatizados e expulsos. No ponto, observa-se que o governo brasileiro é omissivo e não lança mão de políticas públicas para auxiliar na integração do povo cigano ao corpo social.

Nasce, assim, a necessidade de se debater acerca da necessidade da implementação de políticas públicas e ações afirmativas que efetivamente promovam a proteção às comunidades ciganas no Brasil, a partir do respeito à sua cultura e costume. Dessa forma, a presente pesquisa tem o escopo de refletir acerca da urgência na criação de medidas por parte do governo brasileiro, a fim de gerar a proteção às comunidades ciganas.

Com relação a estrutura da pesquisa, por primeiro, será exposto acerca da origem do povo cigano no mundo e no Brasil. Após, serão abordadas as perseguições sofridas pelo grupo social. Por fim, a pesquisa refletirá acerca da atual situação dos ciganos em nosso país.

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa bibliográfica. A pesquisa é qualitativa porque tem a intenção de abordar a problemática, a partir da interpretação de fenômenos que dela derivam, buscando atribuir significado para eles. É bibliográfica, ao ponto que o procedimento se dará pela análise de textos já publicados, tais como livros, artigos científicos, doutrinas. Ademais, trata-se de uma pesquisa explicativa e qualifica-se pelo método de abordagem dedutivo.

Destaca-se que a presente pesquisa é importante para oferecer novos debates e levantar ideias, de modo a envolver a sociedade civil e a comunidade acadêmica. O trabalho torna-se relevante para o levantamento de reflexões acerca do preconceito social existente sobre as comunidades ciganas, bem como para a composição de ideias e soluções para os problemas relacionados e esse grupo social.

2 Resultados e discussões

Com uma diversidade étnica significativa, o Brasil possui

uma cultura muito rica, influenciada por diversos povos formadores da sociedade. Dentro desses povos, encontra-se o povo cigano, que, presente no mundo todo e em vários estados do Brasil, sofre com diversos tipos de preconceito e negligência até os dias atuais.

Apesar de existirem poucos registros acerca da origem dos ciganos, sabe-se que estes vieram do norte da Índia para o Oriente Médio há cerca de mil anos, havendo uma teoria que sugere que estes saíram da Índia para fugir dos muçulmanos, tendo, mais tarde, atravessado a Pérsia. Assim, viverem durante séculos no Império Bizantino, indo para o norte no século XIV (BRASIL, 2007).

No final do século XIX, os ciganos migraram do leste Europeu para os Estados Unidos, onde enfrentaram uma série de dificuldades, tentando constantemente sobreviver à hostilidade dos seus hospedeiros, que eram sempre infinitamente mais poderosos. Uma das razões históricas que levaram os ciganos a se espalharem por várias zonas, deve-se, essencialmente, à sua difícil integração social, visto que, devido ao tom escuro da sua pele, nas terras em que chegavam eram vistos como malditos ou enviados do demônio. Além disso, eram repudiados pela Igreja Católica e pelas diferentes religiões cristãs pelo fato de alimentarem práticas de quiromancia e adivinhação, além de sua cultura ser muito diferente do que era considerado normal (BRASIL, 2007).

Nota-se que ciganos vieram do norte da Índia para o Oriente Médio há cerca de mil anos para fugir dos muçulmanos. Após, o povo cigano atravessou a Pérsia e viveu durante muitos séculos no Império Bizantino. No final do século XIX, o grupo migrou do leste Europeu para os Estados Unidos, lugar em que enfrentaram uma série de dificuldades, uma vez que o povo estadunidense sempre foi hostil com os ciganos. O que se pode extrair de tais informações é que a história do povo cigano sempre foi marcada por perseguições, porquanto desde a sua origem sofreram com repressões. No início migraram por conta de perseguições dos muçulmanos. Após, sofreram com represálias estadunidenses.

Acerca da origem dos ciganos no Brasil, o que se nota é

que, com o passar dos anos, os ciganos sofreram diversos tipos de perseguição, como a Inquisição na Europa, a escravidão, o holocausto nazista. Nesse contexto, um dos países que deportou muitos ciganos para as suas colônias, como África e Brasil, foi Portugal (BRASIL, 2007).

Os ciganos deportados são conhecidos como os Roms. Esse povo é nômade, alegre, sábio e muito místico, sendo que foram divididos em sete clãs no Brasil: Kalderash, Moldowaia, Sibiaia, Roraranê, Lovaria, Mathiwa e Kalê. Quando chegaram neste país, costumavam trabalhar como menestréis, ferreiros e artistas, damas de companhia e aios (BRASIL, 2007).

Assim, observa-se que os ciganos foram introduzidos no Brasil a partir da deportação realizada por Portugal. O povo cigano é conhecido como os Roms e tem características muito específicas, como por exemplo, a misticidade e o fato de serem nômades. Além disso, nota-se que os povos ciganos foram divididos em sete clãs no Brasil e quando chegaram ao país trabalhavam nas mais variadas profissões.

Dentro dessa realidade, inicialmente, o Brasil instituiu políticas anticiganas, utilizando-se de violência física como genocídios, prisões, torturas, separação de famílias, sequestro de crianças, bem como de violência simbólica, marcada pela proibição de falar a sua língua, praticar seus costumes próprios, na busca pelo apagamento de seus saberes, estereotipação e estigmatização (SILVA JÚNIOR; TOYANSK, 2020).

Atualmente, no Brasil, estima-se que há aproximadamente 500 mil ciganos, sendo que, após a redemocratização, estes iniciaram uma série de reivindicações. As minorias étnicas como a cigana, historicamente, sofrem políticas persecutórias e encontram-se em situação de desigualdade social ou exclusão. Assim, a equidade manifesta-se com a necessidade de tratar diferente os desiguais, estando diretamente ligada à perspectiva de proteção dos ciganos no Brasil, em razão das suas especificidades culturais e tradicionais (SILVA JÚNIOR; TOYANSK, 2020).

Apesar de hoje não existir explicitamente políticas anticiganas, persiste a sua exclusão por meio da invisibilidade, silenciamento, manutenção de estereótipos, preconceitos e discriminações. Foi somente a partir dos anos 2000 que o Estado brasileiro passou a elaborar políticas de inclusão social, ações afirmativas e de reparação. Entretanto, a perseguição ainda existe, pois constantemente ocorrem ataques e tentativas de expulsão de grupos ciganos em cidades brasileiras (SILVA JÚNIOR; TOYANSK, 2020).

A história dos ciganos no Brasil é marcada por perseguições. No início, o Brasil utilizou de políticas anticiganas. Após a redemocratização do país, os ciganos iniciaram uma série de reivindicações e, nos anos 2000, o governo brasileiro passou a elaborar políticas de inclusão social e ações afirmativas. Todavia, apesar de não existirem mais políticas anticiganas e o Brasil ter correspondido os anseios da população cigana, a exclusão do povo cigano ainda persiste, de modo que há a necessidade da implementação de políticas afirmativas para combater o preconceito.

Acerca da criação de políticas afirmativas para conter a exclusão e combater o preconceito, Santos (2013) destaca que a falta de banco de dados e rasas informações contidas nas estimativas sobre as etnias ciganas resulta na sua invisibilidade, gerando dificuldades no levantamento das suas atuais condições e, conseqüentemente, a efetivação de políticas públicas para proteção e integração desse grupo. Para a sua elaboração e execução, é necessário utilizar-se de metodologias para formulação, coletas de indicadores sociais, criação e disponibilização de banco de dados em que haja articulação no âmbito federal, estadual e municipal, pois, em razão do padrão de mobilidade social torna-se difícil o devido mapeamento dessas comunidades.

Dessa forma, nota-se que o governo brasileiro precisa criar um banco de dados sobre as estimativas relativas ao povo cigano para dar visibilidade a este grupo étnico, a fim de levantar as condições atuais dos ciganos e lançar políticas públicas de proteção e integração. Além disso, o Estado brasileiro precisa utilizar

metodologias para a formulação e coleta de indicadores sociais para que haja articulação no âmbito federal, estadual e municipal.

Embora haja um quadro de omissão quanto à etnia cigana, foi dado um passo importante para a sua história, o Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2015, que cria o Estatuto Cigano. Se aprovado, representará um avanço na proteção desse povo, pois, de acordo com Agência Senado (2021), o Estatuto determina o dever do Estado e da sociedade de garantirem a igualdade de oportunidades a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, bem como o direito à participação na comunidade, em suas atividades diversas, devendo ser preservada a sua dignidade e os seus valores religiosos e culturais, dispondo, o projeto, sobre educação, cultura, saúde, acesso à terra, moradia, trabalho e ações afirmativas para os ciganos.

Dessa forma, é evidente a necessidade de se implementar políticas de inclusão social para as comunidades ciganas de um modo geral, garantindo, também, o acesso aos programas estruturados especificamente para as suas necessidades e exigências, por meio de medidas de discriminação positiva, que promovam melhoria das condições de vida, divulgação da cultura e costumes, buscando-se a equidade (MURTA; SANTOS; SILVA, 2016).

Portanto, a inclusão cigana deve ser disseminada e integrada em todas as instituições da sociedade, nos setores privado e público, e, ao mesmo tempo, essas medidas devem ser dirigidas para os integrantes dos grupos que sejam desfavorecidos, tais como deficientes, famílias monoparentais, idosos, toxicodependentes, ex-reclusos, já que as comunidades ciganas também enfrentam tais situações. Além dessas, a política de inclusão social também deve compreender uma perspectiva de gênero que contemplem, igualmente, as necessidades das mulheres ciganas.

Portanto, conclui-se que há necessidade de o Estado Brasileiro levar em conta as especificidades desse povo para que assegure a sua proteção, por meio de políticas públicas e de ações afirmativas que visem combater a estigmatização que acomete essa

etnia, garantindo a sua continuidade e dignidade.

3 Considerações finais

A pesquisa teve por escopo analisar a situação das comunidades ciganas no Brasil. O estudo buscou refletir acerca da necessidade da implementação de políticas públicas e ações afirmativas para a promoção da proteção das comunidades ciganas em nosso país, a partir da atenção à sua cultura e costume.

Antes de analisar a necessidade da criação de políticas públicas, foi necessário expor as origens do povo cigano no mundo e no Brasil. Após, o estudo adentrou na atuação do Estado brasileiro para proteção do povo cigano. Por fim, houve uma reflexão acerca da importância da criação de políticas públicas e afirmativas para a promoção da proteção dos ciganos.

Por primeiro, a partir da análise da origem sociocultural dos ciganos, foi possível perceber que o povo em questão pertence a um grupo de pessoas que possuem características distintas de todos os outros povos. Os costumes do povo cigano são diferentes do habitual, de modo que esse grupo enfrenta o preconceito e a exclusão social desde sua origem, sofrendo diversos tipos de violência física e simbólica.

Além disso, a pesquisa apontou que o governo brasileiro, em um primeiro momento, possuía políticas anticiganas e utilizava de violência física, por meio de genocídios, castigos, prisões, separações de famílias, assim como violência simbólica, como por exemplo, a proibição de falar a sua própria língua ou praticar os seus costumes, na tentativa do apagamento dos saberes e na estigmatização do povo cigano.

Após, o estudo mostrou que, apesar de não existirem mais políticas anticiganas explicitamente, ainda persiste a exclusão do povo cigano por meio da invisibilidade, silenciamento e a manutenção de estereótipos, preconceitos e discriminações. Com o intuito de conter a situação, o governo brasileiro passou a elaborar

políticas de inclusão social e de reparação no ano de 2000. Todavia, a perseguição ainda ocorre, pois é comum a ocorrência de ataques e tentativa de expulsão de grupos ciganos em municípios brasileiros.

Por fim, a pesquisa apontou que, embora exista um quadro de omissão quanto aos ciganos, foi dado um passo importante para a história da etnia. O Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2015 tem o intuito de criar o Estatuto Cigano. Assim, se o projeto for aprovado, representará um avanço na proteção desse povo, pois, o Estatuto determina o dever do Estado e da sociedade em garantir a participação do povo cigano em atividades diversas, além de dispor sobre ações afirmativas para a integração deste grupo social.

Dessa forma, o que se observou é que o Estado Brasileiro precisa implementar medidas fortes que contemplem as diversidades culturais presentes nas comunidades ciganas, para que seja assegurada a sua proteção integral, uma vez que as políticas públicas e as ações afirmativas devem integrar a realidade do povo a que são destinadas.

Assim, conclui-se que precisamos nos empenhar para acabar com todos os preconceitos que existem em face da população cigana no Brasil. O povo cigano é parte integrante do nosso povo e contribuíram para a construção do tesouro material e cultural do nosso país. Por tal razão, o Estado brasileiro precisa proteger as comunidades ciganas, de modo a contribuir para que a sua cultura e a sua dignidade sejam respeitadas.

Referências

BRASIL. Agência Senado. *Lido na CDH o relatório do Estatuto do Cigano*. Senado Notícias, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/30/lido-na-cdh-o-relatorio-do-estatuto-do-cigano#:~:text=O%20Estatuto%20do%20Cigano%20determina,e%20seus%20valores%20religiosos%20e>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH).

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural. Fundação Santa Sara Kali. *Povo Cigano*. O direito em suas mãos. Brasília, 2007. Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2016/05/cartilha-ciganos.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MURTA, Jaqueline Barbosa; SANTOS, Ana Paula Cavalcante dos; SILVA, Áurea Marcela de Moura. A invisibilidade cigana no Brasil: Que ações podem ser desenvolvidas pelo profissional de serviço social? *MILLCAYAC - Revista Digital de Ciências Sociais*, Mendoza, v. 3, n. 5, p. 205-226, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Dialnet-AInvisibilidadeCiganaNoBrasil-5665458.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SANTOS, Kenneth Dias do. (In) Visibilidade Dos Povos Ciganos: Dados E Políticas Públicas De Educação. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO – SIRSSE E IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE – SIPID, Curitiba, 2013. *Anais [...]* Curitiba: Pontífica Universidade Católica do Paraná, 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/13742_7131.pdf. Acesso em: 15 nov. 2021.

SILVA JÚNIOR, Aluízio de Azevedo; TOYANSK, Marcos. Saúde das comunidades ciganas no Brasil: contexto e políticas públicas. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, São Paulo, n. 10, p. 159-185, ago. 2020. Disponível em: <https://www.secsp.org.br/files/artigo/d953e278/aaa0/49ca/a7a6/08e39b636ced.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

Capítulo 21

CONTOS DE EVA LUNA: ALGUMAS DISCUSSÕES E REFLEXÕES

Amanda Segala

Mariele Aline Durigon

Carla Rosane da Silva Tavares Alves

1 Introdução

Este texto tem por objetivo apresentar algumas reflexões feitas, no âmbito do projeto PIBIC-CNPq, “O feminino numa perspectiva sociocultural: linguagem e literatura”, o qual se insere na linha de pesquisa de Linguagem, comunicação e sociedade, e busca fomentar a discussão sobre a inter-relação dos estudos de linguagem e literatura para explicitação das questões do feminino, numa visão social e cultural.

O referido projeto desenvolve-se por meio da pesquisa qualitativa, bibliográfica, tendo como *corpus* literário três contos da obra *Contos de Eva Luna*, de Isabel Allende: “Clarisa”, “Presente para uma noiva” e “Ester Lucero”. O projeto encontra-se em sua segunda edição, estando na fase inicial de renovação com a proposta de novos contos, nos quais a figura feminina protagoniza ações em contextos diversos.

A renovação do projeto visa dar continuidade aos estudos sobre gênero e representação feminina na literatura, fazendo uso também dos aportes teóricos da Análise Crítica do Discurso - ADC, na perspectiva do estudioso britânico Norman Fairclough, tendo como *corpus* literário os contos citados da obra *Contos de Eva Luna*, da escritora chilena, os quais trazem em comum a figura da mulher em situações diferenciadas e que permitem a análise proposta na pesquisa a ser realizado, pelo viés da linguagem como explicitação

de gênero.

Dessa forma, dentre os fundamentos teóricos da pesquisa, busca-se dar continuidade às investigações acerca da Análise de Discurso Crítica - ADC, como prosseguimento das reflexões literárias em novos contos da obra escolhida, considerando-se interessante aprofundar as leituras e análises, a partir das articulações entre linguagem e discurso, destacando-se a fundamentalidade do contexto de produção das relações sociais e, por conseguinte, do discurso enquanto prática social.

Como projeto que se insere em um projeto matricial, qual seja Representações e Práticas Socioculturais: literatura e cinema, entende-se como relevante que se possa oportunizar a investigação em outros contos da obra escolhida para *corpus* de análise, tendo em vista que se trata de um rico mosaico de contos que se prestam à discussão de questões que envolvem a mulher em diferentes espaços e situações sociais.

Para realizar essa ampliação do universo de pesquisa literária com maior profundidade, há, pois necessidade de maior tempo, razão pela qual se buscou a renovação do projeto, considerando a complexidade dos estudos da teoria do discurso, para o(a) acadêmico de graduação, enquanto bolsista.

Dessa forma, a proposta de pesquisa traz como inovação, em relação à proposta anterior, o oferecimento de um novo *corpus* literário da obra escolhida, constituído pelos contos já citados: “Clarisa”, “Presente para uma noiva” e “Ester Lucero”, além da possibilidade de aprofundamento das leituras e novas leituras que constituem a base teórico-conceitual, considerando que, para o bolsista (aluno de graduação), as questões de dialogismo e teoria do discurso não são trabalhados como conteúdos, não sendo fácil a apreensão e aplicação no âmbito da análise, o que requer maior aprofundamento teórico-conceitual, para aplicação na discussão dos textos que constituem o *corpus* literário.

Assim, quanto aos objetivos, nesta fase da pesquisa, buscar-se-á: a) Aprofundar os conhecimentos acerca da categoria de

gênero, das visões de representação literária e da Teoria Social do Discurso, na perspectiva da Análise Crítica do Discurso – ADC, de Norman Fairclough, fazendo um cotejo com os fundamentos de linguagem na visão de Mikhail Bakhtin; e, com os fundamentos teóricos aprofundados, analisar as representações do feminino nos contos integrantes do *corpus* literário.

Quanto à metodologia, serão realizados encontros sistemáticos da pesquisadora com o(a) bolsista, aluno(a) colaborador(a) e professor(a) colaborador(a), para estudo, pesquisa e análise, fazendo uso das tecnologias digitais, por meio de videoconferências do Google Meet, contribuindo com a necessidade de cuidados com a saúde em tempos de pandemia, o que como se verificou, até o momento, favorece a efetividade dos encontros de acompanhamento do projeto, haja vista que o(a) bolsista e aluno(a) colaborador(a) não necessitam se deslocar, possibilitando a alunos de diferentes localidades se interessarem em participar do projeto.

2 Resultados e discussões

Candido (1989, p. 113) enfatiza que:

[...] a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas.

Nessa direção, o sociólogo e crítico literário afirma que a literatura deve ser percebida como “um direito básico do ser humano”. A literatura dispõe da capacidade de assumir diferentes posições, seja para retratar a realidade, contestar a realidade, seja para subverter a realidade, razão pela qual se constitui em um rico campo de investigação de questões de natureza social e cultural. A linguagem representa, no âmbito do projeto, o mecanismo pelo qual a literatura se expressa, respeitando-se a particularidade de sua

tessitura.

Assim, a pesquisa proposta busca a integração dos conhecimentos específicos dos estudos literários e dos aportes da Análise de Discurso Crítica, possibilitando o alargamento da compreensão das questões de gênero e de linguagem – uma vez que as implicações de gênero se tornam visíveis pela linguagem – e, assim, das próprias configurações da identidade feminina, expressas no contexto dos contos constituintes do *corpus* investigado.

A aproximação dos estudos da linguagem e da literatura amplia os suportes de investigação científica, para a explicitação maior das questões de gênero numa perspectiva sociocultural, aprofundando, no âmbito do GEPELC, os estudos comparativos alicerçados na relação gênero – ADC.

Tendo presente que, pelo cruzamento de vozes de diferentes sujeitos, os quais ocupam papéis distintos na sociedade, se explicitam as relações de gênero, a ADC constitui-se em um significativo aporte, na tradução das próprias e múltiplas concepções de mundo desses sujeitos social e historicamente situados.

“A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor” (BAKTIN, 1997). Bakhtin (2006) entende a linguagem em seu caráter dialógico, sendo, pois, uma produção de social e, por conseguinte, ideológica, o que lhe permite concluir que a linguagem é dialética, tendo em vista a enunciação (os atos individuais, a fala), do que é dito por dois ou mais sujeitos, quando se encontra em diálogo.

A compreensão de gênero não se resume ao traço sexual distintivo; a ele associam-se outros elementos constantes das configurações socioculturais, étnicas, políticas, religiosas, etc. O gênero está incluído na diferença sexual como um efeito de linguagem; a sexualidade, por sua vez, precisa ser compreendida, na realidade, como uma tecnologia sexual, como preceitua a concepção de Foucault. Lauretis (1992, p. 24) afirma que: “o gênero, como representação e como auto-representação [sic] é produto de

diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana.

A linguagem estrutura-se na materialização do pensamento, no compartilhamento de ideias, sendo sempre atual e um produto do passado histórico da humanidade, podendo ser compreendida como uma prática social, razão pela qual, nesta pesquisa, buscase o resgate de fundamentos da linguagem numa perspectiva sociocultural, para elucidação da investigação no âmbito da literatura.

Fairclough (2001) destaca que as noções ideológicas e políticas constituem o discurso da sociedade, a fim de comprovar que algumas vezes o sujeito pode ser induzido por marcas textuais e construir seu próprio pensamento.

O teórico ressalta, também que a linguagem se constitui pelo discurso e o contexto assume uma postura primordial para a concretização dessa prática (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

Dessa maneira, os fundamentos da linguagem numa perspectiva sociocultural constituem a base desta pesquisa, com o propósito de ancorar as discussões e reflexões no âmbito da literatura. Para isso, as posições teóricas de Fairclough (2001) são essenciais, compreendendo-se que as noções ideológicas e políticas se expressam no discurso dos agentes sociais. Como afirma o teórico, a linguagem se constitui pelo discurso, e o contexto assume uma postura fundamental para a realização dessa prática (FAIRCLOUGH, 2001).

No levantamento dos pressupostos teóricos, procurou-se discutir as compreensões de gênero, assim como a inter-relação que se verifica entre os lugares sociais e os processos discursivos. Essas discussões teóricas foram realizadas com o propósito de melhor se compreender as posições assumidas pelas personagens femininas, nos contos escolhidos.

Vale destacar que na versão do projeto que ora finda, foram analisados os contos “Duas palavras”, “Menina perversa” e “Se

tocasse meu coração”, nos quais foi possível perceber o papel da figura feminina em espaços sociais diferenciados.

No conto “Duas palavras”, verificou-se o papel da palavra e a dimensão da linguagem, na relação Belisa Crepusculario-Coronel, respectivamente personagens protagonista e antagonista, mostrando a força da mulher que sobrevive em um meio atroz e supera o homem pelo uso da linguagem.

No conto “Menina perversa”, observou-se a evolução da figura feminina (Elena Mejía) passando por uma adolescência conturbada para uma fase adulta consciente e responsável, enquanto o homem (Bernal) que a rejeitara passa a vida pensando no que poderia ter ocorrido, se os fatos tivessem se consumando.

Já o terceiro conto, “Se tocasse meu coração”, mostra a submissão da figura feminina pelo homem que usa de artimanhas para explorar sentimental e fisicamente a mulher. Hortênsia deixa-se envolver por Amadeo Peralta e acaba prisioneira e escravizada por ele, passando a vida na mais absoluta reclusão e miséria, chegando até a esquecer de como falar. Ao final do conto, com a prisão de Amadeo, ela ainda não se liberta dele, indo, inclusive, visitá-lo.

Esses contos de *Contos de Eva Lina*, de Isabel Allende, mostram a atuação maior ou menor da figura feminina, pela linguagem que utiliza, tendo Belisa Crepusculario como destaque, que faz da palavra seu meio de vida e o instrumento de superação em um quadro de absoluta miserabilidade e machismo dominante. É, pois, a palavra usada por Belisa, o mecanismo de força e dominação em um terreno no qual a força física, a violência e a crueldade ceifam vidas. Belisa vence pela magia de suas secretas duas palavras.

Assim, o projeto, que foi renovado, encontra-se em fase de aprofundamento teórico-conceitual, como avanço das discussões feitas na primeira edição. Como *corpus* literário, foram escolhidos, desta vez, os seguintes contos: “Clarisa”, “Presente para uma noiva” e “Ester Lucero”, contos que trazem em comum a figura da mulher em situações diferenciadas e que permitirão a análise proposta no projeto, pelo viés da linguagem, como explicitação de gênero.

Preliminarmente, pode-se dizer que os contos, agora em apreço, “Clarisa”, “Presente para uma noiva” e “Ester Lucero” trazem em comum a vivência da mulher em espaços distintos, no cotejo com a participação masculina, o que favorece a discussão do papel feminino, a partir dos fundamentos de linguagem e gênero.

O conto “Clarisa”, com foco narrativo em primeira pessoa, mostra uma mulher, cuja história passada se constitui em um tempo distante, e o recorte, a seguir, sintetiza sua forma de compreender o mundo:

Clarisa nasceu quando ainda não havia luz elétrica na cidade, viu pela televisão o primeiro astronauta levar sobre a superfície da lua e morreu de espanto quando papa chegou de visita e os homossexuais, disfarçados de freiras, foram ao encontro dele. Tinha passado a infância entre matas de fetos e corredores iluminados por lâmpões a querosene. Os dias eram lentos naquela época. Clarisa nunca se adaptou aos sobressaltos dos tempos atuais. [...] Já a essa época era quase puro espírito, parecia estar sempre a ponto de despregar-se do chão e sair voando pela janela. Tinha mãos de curandeira [...] desvendava a alma da Senhora com o objetivo de lhe torcer a vida e levá-la por caminhos de Deus, caminhos que a outra não tinha a menor pressa de percorrer [...] (ALLENDE, 2001, p. 34-35).

Clarisa é uma mulher simples, espiritualizada, que é capaz de se despojar do que possui, para ajudar quem necessita. Vestia-se com modéstia e praticamente não possuía mais do que vestia. “A caridade tornou-se um caminho de ida e volta, e já não se sabia quem dava e quem recebia” (ALLENDE, 2001, p. 35).

A linguagem revela a constituição de uma personagem que compreende o mundo com serenidade, revelando seu passado e o tempo presente, a doação ao outro, os filhos gerados e a morte, sem angústia, ao final do conto. “De câncer, diagnosticou o médico ao ver os seus rebentos de asas; de santidade, proclamaram os devotos apinhados na rua com velas e flores; de assombro, digo eu, porque estava com ela quando o papa nos visitou” (ALLENDE, 2001, p. 45).

Em “Presente para uma noiva”, o leitor acompanha a

trajetória de personagens masculinas e contraste com personagens femininas. Horacio Fortunato era um homem com hábitos de impostor e fanfarronice, descendente de circenses, com habilidades de saltos mortais. Aos quarenta e seis anos, mantinha uma flexibilidade decorrente de seus “ossos de borracha”. Seu pai tornou o Circo Fortunado uma empresa e, “[...] conseguiu vencer o infortúnio e, enquanto muitos outros circos sucumbiram, vencidos por outras diversões modernas [...] deixando uma empresa sem dívidas ao filho, Fortunato II. A esse faltava a humildade do pai [...]” (ALLENDE, 2001, p. 74).

O conto mostra que da união com uma trapezista, Fortunato II teve um filho, Horacio. A mulher, por sua vez, optou por ficar pelo caminho, mantendo-se com sua profissão incerta. Quando o garoto tinha dez anos, Fortunato casou com outra artista de circo “[...] dessa vez uma amazona, capaz de se equilibrar de cabeça sobre um animal a galope ou de saltar de uma garupa para outra com os olhos vendados” (ALLENDE, 2001, p. 74). O tempo passou e essa esposa também foi embora, sem sequer se despedir.

Já quando estava na idade madura, Fortunato II contraiu núpcias “[...] com uma suíça que viajava pela América num ônibus de turistas (ALLENDE, 2001, p. 75). Trocou a vida de artista por uma vida sedentária, e o Circo passou ao comando de Horácio.

Nesse breve recorte parcial do conto (que será aprofundado no decorrer da pesquisa), pela instância do narrador, verifica-se a fragilidade das relações pessoais, ao lado da vida profissional, emergindo o equilíbrio do artista na vida circense em contraste com o desequilíbrio na vida afetivo-familiar.

Já no conto “Ester Lucero”, acompanha-se, pelo olhar de um narrador onisciente em terceira pessoa, a chegada, no tempo presente, de Ester “[...] em uma maca improvisada, sangrando como um boi, os olhos escuros abertos de terror” (ALLENDE, 2001, p. 104). Apaixonado por ela, desde que era menina (quando ela contava com doze anos e ele com trinta), o doutor Ángel Sánchez apavora-se com o estado da mulher.

Contextualmente, a narrativa remete a um momento histórico de ditadura, e Sánchez, ao lembrar do passado, evoca sua participação na última Campanha Gloriosa, da qual viera para o povoado à frente de sua coluna, quando vira “[...] a menina agitando uma bandeira de papel vermelho, em meio à multidão que aclamava os libertadores” (ALLENDE, 2001, p. 104). Consciente da existência da menina,

“[...] Ángel Sánchez limitou-se a desejar Ester Lucero em silêncio, envergonhado daquela paixão inconfessável por uma menina impúbere. Por ela recusou ir para a capital quando se repartiu o bolo do poder, preferindo ter a seu cargo o único hospital daquela povoação esquecida. Não aspirava a consumir o amor além do âmbito de sua imaginação. Vivia de ínfimas satisfações: vê-la passar a caminho da escola, cuidar dela quando teve sarampo, dar-lhe vitaminas nos anos em que o leite, os ovos e a carne só eram conseguidos para os menores e os outros tinham de conformar-se com banana e milho, visita-la no seu pátio, onde se sentava numa cadeira para ensinar-lhe a tabuada de multiplicação sob o olhar vigilante da avó.

A narrativa mostra o sentimento amoroso de Sánchez por Ester, silenciado pelo distanciamento temporal da idade dele em relação a ela. O homem vivia um amor platônico, procurava não revelar seus sentimentos e deixava, na mente das matronas da aldeia, que sempre procuravam arranjar-lhe alguma noiva, a dúvida sobre o seu comportamento. Não lhes parecia “maricas”, mas achavam que “[...] talvez a malária ou a bala que tem entre as pernas lhe tenha tirado para sempre o gosto por mulheres” (ALLENDE, 2001, p. 106).

Não sabiam, pois, de seu sofrimento. Aqui se revela a linguagem do silêncio, o silêncio que guarda o segredo de seu amor.

Como se fora um corte no seu comportamento linear e tradicional, o doutor Sánchez, para escândalo da avó de Ester, no intuito de salvar a vida da menina, recorre a rituais indígenas, lembrando de situações vividas como guerrilheiro: “— Se um índio nu salvou o Negro Rivas, eu vou salvar Ester Lucero, nem que tenha de fazer pacto com o diabo — concluiu Ángel Sánchez

enquanto revirava a casa à procura das ervas que guardara durante todos aqueles anos” (ALLENDE, 2001, p. 109).

Assim, retirou o jaleco e toda a roupa, despindo-se, inclusive das cuecas, empurrou a cama para o centro do quarto e

[...] depois de pôr ambas as mãos sobre a cabeça de Ester Lucero durante alguns segundos, iniciar frenético bailado à volta da enferma. Levantava os joelhos até tocarem o peito, fazia profundas inclinações, agitava os braços e fazia grotescas caretas, sem perder por um único instante o ritmo interior que lhe punha asas nos pés. E durante uma hora não parou de dançar como um louco, esquivando-se de balões de oxigénio e dos frascos de soro. Depois tirou umas folhas secas do bolso do jaleco, colocou-as numa bacia, esmagou-as com o punho até reduzi-las a pó grosso, cuspiu em cima abundantemente, misturou tudo para fazer uma pasta e aproximou-se da moribunda (ALLENDE, 2001, p. 109-110).

Percebe-se que Sánchez desconsidera todo o seu conhecimento científico de médico, desrespeita os mínimos preceitos de higiene e, não se importando por exhibir a genitália nua, retira as ataduras da paciente e passa a untar o ferimento com aquela pasta. Todos esses detalhes são registrados no relatório da enfermeira, responsável pela notificação. Tratava-se do diretor do hospital e herói da Revolução. Se não fossem por esses detalhes, “[...] ter-lhe-iam enfiado uma camisa-de-força e mandado, sem trâmites, para o manicômio” (ALLENDE, 2001, p. 110).

Neste universo literário, aproximam-se, aqui, dois planos, o real, no qual se encontra a paciente recuperada, sem ter tido nenhum medicamento comprovado cientificamente, e o ritual da crença, pela qual o doutor Sánchez se expôs de forma insólita em um ambiente hospitalar. Embora os trâmites da administração do hospital chegassem até o Ministério da Saúde, com a cura de Ester Lucero, a comunidade entendeu como um milagre, e o as autoridades buscaram encontrar as ervas, na mata, a fim de que se obtivesse um medicamento científico, entretanto não tiveram êxito.

Embora intitulado pelo nome da personagem feminina,

Ester Lucero, o conto traz como protagonista um homem, cujo prestígio só aumenta, depois do acontecimento vexatório, para salvar a vida da amada, mas continua solitário. Sánchez permanece vivendo da memória da menina, que não se tornou sua mulher e continuou a chamá-lo de tio Ángel. Ester casou-se, anos depois, com um inspetor do meio ambiente e deu à luz a uma menina.

3 Considerações finais

A linguagem possibilita a interação entre os sujeitos, a expansão cultural, bem como a construção de conhecimentos, constituindo-se como uma prática social que encontra materialidade na língua. A literatura é toda a manifestação de linguagem que tem como finalidade a expressão estética, tendo um propósito não só de se comunicar, mas também de trazer o belo e despertar o imaginário para as pessoas. Exatamente por isso, a pesquisa centra-se em aportes teóricos que enfocam a linguagem, para explicitar a visão de gênero nos contos, a partir dos suportes da Teoria Social do Discurso da ADC – Análise de Discurso Crítica, os quais serão aprofundados na pesquisa.

No conjunto dos contos, aqui apresentados preliminarmente, mais no âmbito da narrativa, mas que serão analisados com maior profundidade durante a investigação científica, a partir dos aportes teóricos que estão sendo construídos e aprofundados, verifica-se a presença da mulher em espaços sociais diferenciados, a exemplo dos contos discutidos na primeira edição do projeto. Destaca-se, neste momento, “Clarisa”, conto que traz como protagonista uma mulher que se insere na comunidade como uma pessoa que se dedica ao(s) outro(s), mesmo quando se depara com quem deseja lhe fazer o mal.

Certamente, no decorrer da pesquisa, muitos achados serão evidenciados, à luz dos fundamentos de linguagem e gênero.

Referências

ALLENDE, Isabel. Contos de Eva Luna. Tradução de Rosemary Moraes. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

AMORIM, M. O pensador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas. São Paulo: Musa Editora, 2001. Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>Acesso em: 18.jun.2021.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 279-326.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Ed. HUCITEC, São Paulo, 2006.

CÂNDIDO, Antônio. Direitos Humanos e literatura. In: A.C.R. Fester (Org.) **Direitos humanos** E... Cjp / Ed. Brasiliense, 1989.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Tradução de Izabel Magalhaes, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br> Acesso em: 18. Jun.2021.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: **A mulher na Literatura**. Florianópolis: UFSC. 1992.

SOBRE OS AUTORES

Adriana da Silva Silveira - Mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela Universidade de Cruz Alta. E-mail: adri01rp@gmail.com

Adriane Graeff - Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Frederico Westphalen. Especialista em Gestão Escolar pelo Instituto Federal Farroupilha campus Panambi (IFFar). E-mail: adrianeGraeff@hotmail.com

Airton Pott - Doutorando, bolsista CAPES, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo / RS, Brasil. E-mail: airton_pott@yahoo.com.br

Alana Taíse Castro Sartori - Mestranda em direito pelo PPGDireito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo/RS. Bolsista CAPES na modalidade PROSUC/TAXA. E-mail: alanas@san.uri.br

Aline Rodrigues Maroneze - Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas pelo PPGDPP, da Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS – Campus Cerro Largo/RS. Especialista em Direito Processual Civil. Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, Campus de Santo Ângelo/RS. Bolsista CAPES/PROSUC. Integrante do Grupo de Pesquisa registrado no CNPQ Direitos Humanos e Movimentos Sociais na sociedade multicultural, vinculado ao PPG Direito - Mestrado e Doutorado da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo/RS. E-mail: aline_maroneze@yahoo.com.br

Amanda Segala - Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade de Cruz Alta, Bolsista PIBIC/CNPq. E-mail: segalaamanda@hotmail.com

Antonio Escandiel de Souza - Docente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta. Doutor em Letras. E-mail: asouza@unicruz.edu.br

Bianca Tito - Mestra em Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas – FDSM, com ênfase em Constitucionalismo e Democracia. E-mail: biancaberaldo_tito@outlook.com

Bibiana Terra - Mestra em Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas – FDSM, com ênfase em Constitucionalismo e Democracia. E-mail: bibianaterra@yahoo.com

Bruna Santin - Mestranda, bolsista CAPES, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo / RS, Brasil. E-mail: bruna-santin11@hotmail.com.

Carla Rosane da Silva Tavares Alves - Docente do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta. Doutora em Letras. E-mail: ctavares@unicruz.edu

Celso Gabatz - Pós-Doutorando e Professor Colaborador no Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) da Faculdades EST, São Leopoldo-RS. Doutor em Ciências Sociais (UNISINOS). Mestre em História (UPF). Pós-Graduado em Ciência da Religião e em Docência no Ensino Superior. Graduado em Sociologia, Teologia e Filosofia. E-mail: gabatz12@hotmail.com

Cinara Fontoura Dorneles Machado - Agente Pastoral da Cáritas – Diocese de Cruz Alta, Mestra em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pelo PPG da Universidade de Cruz Alta. E-mail: cinarafdm@hotmail.com

Cláudia Marília França Lima - Advogada. Especialista em Direito Penal e Direito Civil - Faculdade Dom Alberto. Egressa do Curso de Graduação em Direito da Unicruz. E-mail: claufl1903@gmail.com

Daiane Caroline Tanski - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Unicruz. E-mail: daitans@hotmail.com

Deise Vincensi Veit – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Unicruz. E-mail: deisevbi@yahoo.com.br

Denise da Costa Dias Scheffer - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Unicruz. Bolsista Capes. E-mail: dcdscheffer@gmail.com

Denise Tatiane Girardon dos Santos - Doutora em Direito - UNISINOS. Professora do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social e do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. Coordenadora do PIBEX-UNICRUZ “O comportamento dos Povos Indígenas da região do Alto Jacuí em relação ao ambiente natural: um pressuposto para educação Ambiental”. E-mail: dtgsjno@hotmail.com.

Diego Pascoal Golle – Biólogo, Doutor, Docente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social e do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ, Cruz Alta, RS. E-mail: dgolle@unicruz.edu.br

Elizabeth Fontoura Dorneles - Professora do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta, Doutora em Letras com Concentração em Teorias do Texto e do Discurso pelo PPG em Letras da Universidade Federal do Rio

Grande do Sul. E-mail: edorneles@unicruz.edu.br

Fábio César Junges - Bolsista de pós-doutorado no PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta. Doutor em Teologia pela EST. E-mail: fabiocesarjunges@yahoo.com.br

Graciela da Silva Salgado - Professora de Educação Infantil da rede municipal de educação de Cruz Alta. Mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pelo PPG da Universidade de Cruz Alta. E-mail: gracielasagado79@gmail.com

Igor Facco - Graduando em Direito pela Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. Bolsista do PIBEX-UNICRUZ “O comportamento dos Povos Indígenas da região do Alto Jacuí em relação ao ambiente natural: um pressuposto para educação Ambiental”. E-mail: igorfacco28@gmail.com

Ivânia Campigotto Aquino - Pós-doutora em Letras - Estudos de Literatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Letras - Estudos de Literatura pela mesma universidade. Professora do curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. E-mail: ivania@upf.br

Jaime José Krul - Mestranda em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. E-mail: jaime_krul@hotmail.com

Jaqueline Moll - Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. E-mail: jaquelinemoll@gmail.com

Kimberly Farias Monteiro – Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Direito e Multiculturalismo da Universidade

Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. E-mail: kimberlyfmonteiro@aluno.santoangelo.uri.br

Klaus Vargas Karnopp – Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta E-mail: klaus.karnopp@sou.unicruz.edu.br

Leonardo Gaist – Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta. E-mail: leonardogaist12@gmail.com

Marcelli Oliveira Valerio - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta. E-mail: marcelli.valerio@sou.unicruz.edu.br

Marcelo Cacinotti Costa - Docente do Curso de Graduação em Direito e do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Unicruz. E-mail: marcosta@unicruz.edu.br

Maria Aparecida Santana Camargo - Docente do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta. E-mail: mcamargo@unicruz.edu.br

Maria Luiza Vargas Rocha - Aluna do Curso de Graduação em Direito da Universidade de Cruz Alta. Bolsista do projeto PIBIC/Fapergs “Racismo estrutural e ações afirmativas no Brasil”. E-mail: maria.luiza@sou.unicruz.edu.br

Mariele Aline Durigon – Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade de Cruz Alta. Voluntária PIBIC/CNPq. Cruz E-mail: mariele1aline@gmail.com

Marlon Paula Pessota - Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta. E-mail: mdpessota@gmail.com

Noli Bernardo Hahn – Docente do PPGD – Mestrado e Doutorado em Direito – da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. E-mail: nolihahn@san.uri.br

Patricia dos Santos Muller - Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo / RS, Brasil. E-mail: patriciadossantismuller@gmail.com

Pedro Trindade Petersen - Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta. Contato: pedro.petersen@hotmail.com.

Rafaela Perugini - Graduanda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUCCAMP. E-mail: rmbpf19@gmail.com

Ritielle de Souza Zanuso - Advogada inscrita na OAB/RS, nº 120.605, graduada em Direito pela URI Santo Ângelo e Pós Graduada em Direito Constitucional pela CERS. E-mail: ritizanusogmail.com

Rosângela Angelin - Pós-Doutora nas Faculdades EST (São Leopoldo). Doutora em Direito pela Universidade de Osnabrueck (Alemanha). Docente do Programa de Pós-Graduação stricto sensu Doutorado e Mestrado em Direito e da Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo-RS. E-mail: rosangela@san.uri.br ou rosangelaangelin@yahoo.com.br

Sirlei de Lourdes Lauxen – Docente e coordenadora do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta. E-mail: slauxen@unicruz.edu.br

Solange Beatriz Billig Garcês - Professora do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta. E-mail: vperanzoni@unicruz.edu.br

Tiago Anderson Brutti - Professor do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta. Doutor em Educação pela Unijuí. E-mail: tbrutti@unicruz.edu.br

Vaneza Cauduro Peranzoni – Professora do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta. Doutora em Educação. E-mail: vperanzoni@unicruz.edu.br

Vania Maria Abreu de Oliveira - Professora do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta. Doutora em História. E-mail: vfreitas@unicruz.edu.br

DAS FISSURAS HISTÓRICAS ÀS QUESTÕES ATUAIS NA PERSPECTIVA DAS PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS

As fissuras histórico-sociais não devem ser encobertas por um pensamento ingênuo que mantém toda a estrutura perfeita, enquanto fachada. Em uma metáfora, o papel das ciências não é o de rebocar ou pintar a fachada de um prédio que está prestes a ruir. Pelo contrário, as ciências necessitam se constituir em interpretação audaciosa, que olha de modo suspeito para estas fissuras deixadas pela ordem econômica, política, cultural e social vigente. Neste sentido, os textos que compõem a presente obra apresentam uma reflexão audaciosa, na medida em que alargam as fissuras histórico-sociais, enaltecendo a irredutibilidade da realidade danificada atual.

A presente obra, portanto, ao colocar em constelação de pensamento questões relacionadas às práticas socioculturais nos âmbitos das linguagens e artes, saúde, desenvolvimento sustentável, Direitos Humanos e educação, parte da convicção de que é necessário parar, mesmo que por um instante, para “acordar os mortos e juntar os fragmentos” (Benjamin); perguntar pela “questão do ser que caiu no esquecimento” (Heidegger); “responsabilizar-se pelo mundo que aprendemos a conhecer e a amar” (Arendt); “dar voz ao sofrimento, condição da verdade” (Adorno).

